



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL – RS

DIAGNÓSTICO 2015-2025



VALORIZAR
O CONHECIMENTO



INCLUIR PARA
TRANSFORMAR



ACOLHER
COM RESPEITO



INOVAR
PARA ENSINAR



TRANSFORMAR
PARA CRESCER

DADOS ADMINISTRATIVOS

Prefeita Municipal

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO

Vice-Prefeito

DANIEL RICARDO ROCHA

Secretária Municipal de Educação

ALINE DE QUADROS

COMISSÃO GESTORA

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Gustavo Henrique Gomes da Silva

Suplente: Maria Isabel Hahn Celestino

Fórum Municipal de Educação

Titular: Fátima dos Santos Fell

Suplente: Mireia Rodrigues Albrecht

Conselho Municipal de Educação

Titular: Vanessa Silveira Baudino

Suplente: Eliane Fátima Pires

COMISSÃO TEMÁTICA

Adriana de Fatima Schafer

Ana Maria Meireles Carvalho

Daiana Maurer

Daiane Kolling Fritzen

Denise Fabiane Haubert da Silva

Eliane Fátima Pires

Irani Bernadete Thalheimer

Maria Isabel Hahn Celestino

Maria Salete da Silva Ely

Mireia Rodrigues Albrecht

Tatiana dos Santos Leitzke

Tatiana Momoli Fell

SUMÁRIO

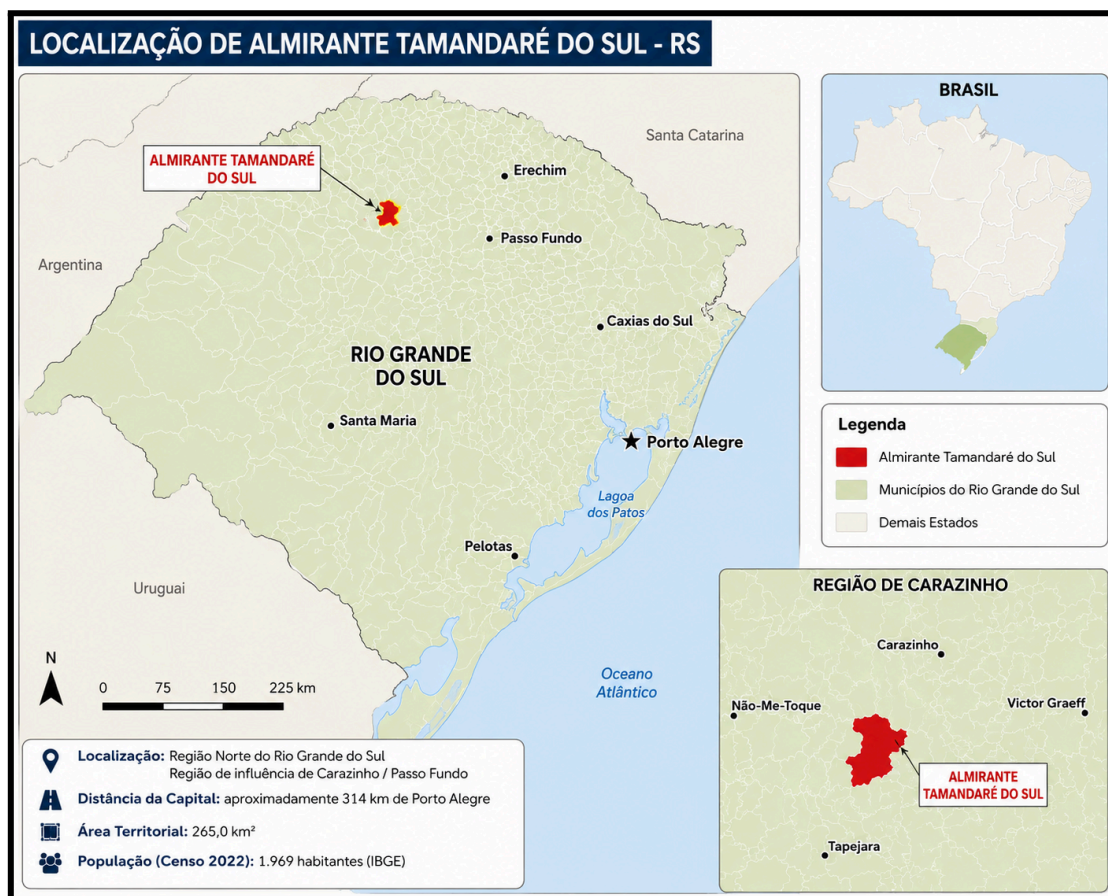
1. APRESENTANDO ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL.....	04
1.1 Caracterização geral de Almirante Tamandaré do Sul.....	04
1.2 Caracterização educacional de Almirante Tamandaré do Sul.....	07
2. TEMA 01 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL.....	10
3. TEMA 02 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
4.TEMA 03 – ALFABETIZAÇÃO.....	37
5. TEMA 04 - ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO.....	52
6. TEMA 05 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO.....	79
7. TEMA 06 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL.....	118
8. TEMA 07 - CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL.....	127
9. TEMA 08 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO.....	135
10. TEMA 09 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....	146
11. TEMA 10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS.....	165
12. TEMA 11 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	179
13. TEMA 12 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	188
14. TEMA 13 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA..	194
15. TEMA 14 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO.....	198
16. TEMA 15 - QUALIDADE DA GRADUAÇÃO.....	207
17. TEMA 16 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.....	211
18. TEMA 17: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	218
19. Tema 18: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	229
20.TEMA 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	238

1. APRESENTANDO ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL

1.1 Caracterização geral de Almirante Tamandaré do Sul/RS

O município de **Almirante Tamandaré do Sul** está localizado na região Norte/Noroeste do Rio Grande do Sul, integrando a região de influência de Carazinho e Passo Fundo. Conforme a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul, o município está situado a aproximadamente **314 km de Porto Alegre**, capital do Estado. A área territorial é de cerca de **265 km²**, dado também informado pela Prefeitura Municipal.

Imagem 01 - Localização de Almirante Tamandaré do Sul no Estado



Fonte: autoria própria.

De acordo com o **Censo Demográfico de 2022**, Almirante Tamandaré do Sul possuía **1.969 habitantes**. Trata-se, portanto, de um município de pequeno porte populacional, com densidade demográfica de 7,43 habitantes por quilômetro quadrado e forte vínculo com o território rural.

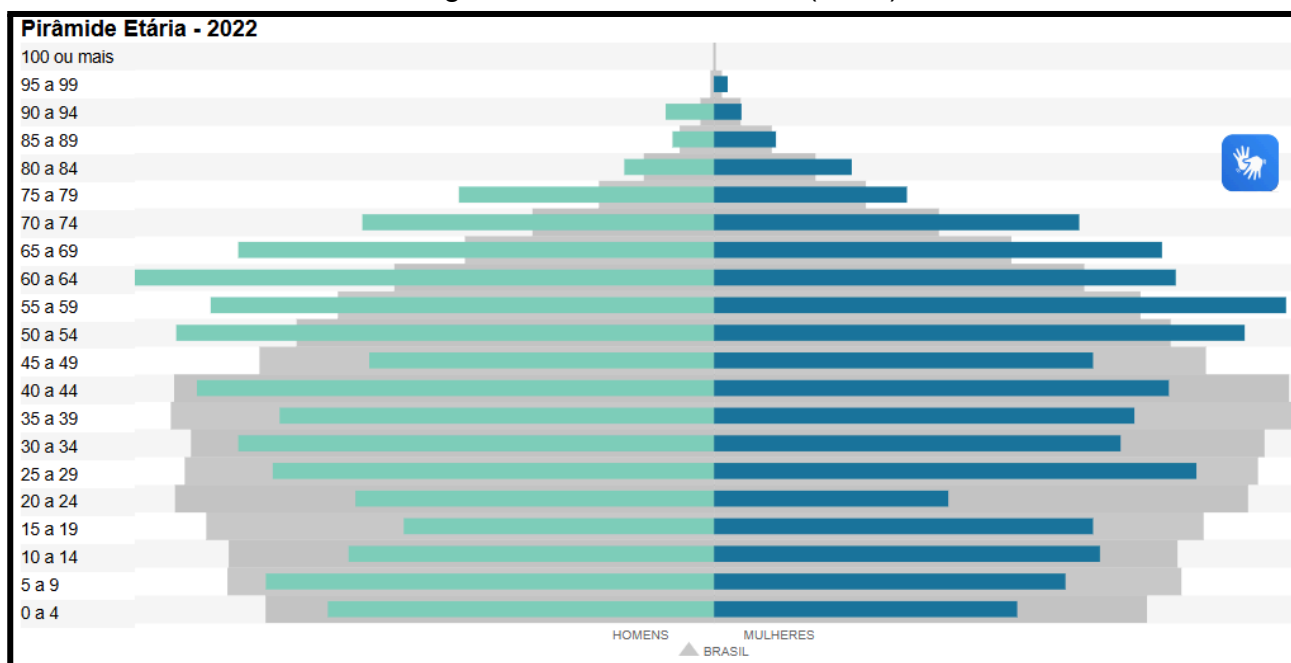
Tabela 01 - População no último censo (2022)

POPULAÇÃO	
População no último censo [2022]	1.969 pessoas
População estimada [2025]	2.007 pessoas
População quilombola [2022] (mais sobre Igualdade Étnico-Racial)	- pessoas
População indígena [2022] (mais sobre Igualdade Étnico-Racial)	- pessoas
Densidade demográfica [2022]	7,43 habitante por quilômetro quadrado

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/almirante-tamandare-do-sul/panorama> (Acesso em: 11/05/2026)

Quanto à estrutura etária, o município apresenta sinais de envelhecimento populacional. Dados territoriais consolidados indicam que aproximadamente **16,5% da população está na faixa de 0 a 14 anos, 9,5% entre 15 e 24 anos, 19,6% entre 25 e 39 anos, 35,9% entre 40 e 64 anos e 18,5% com 65 anos ou mais**. Esse perfil demonstra uma população com proporção significativa de adultos maduros e idosos, aspecto que deve ser considerado no planejamento de políticas públicas, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho e desenvolvimento econômico.

Imagem 02 - Pirâmide Etária (2022)



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/almirante-tamandare-do-sul/panorama> (Acesso em: 11/05/2026)

Em relação ao perfil dos habitantes por **sexo, cor/raça e religião**, utilizou-se para fins oficiais as tabelas específicas do SIDRA/IBGE, especialmente as bases do Censo Demográfico 2022. Em termos gerais, o município acompanha características demográficas comuns ao Norte gaúcho, com predominância de população branca,

presença de população parda e preta em menor proporção e distribuição relativamente equilibrada entre homens e mulheres. Para religião, o catolicismo permanece majoritário, mas com ampliação da diversidade religiosa. A tabela abaixo informa referências do Censo Demográfico 2022 do IBGE/SIDRA e em estimativas territoriais complementares:

Tabela 02 - Igualdade Étnico-Racial (2022)

Igualdade Étnico-Racial	
Ano: 2022 ▼	Fonte
TABELA	
Almirante Tamandaré do Sul	
POPULAÇÃO RESIDENTE	1.969
COR OU RAÇA	
Branca	1.747
Preta	54
Parda	168

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/almirante-tamandare-do-sul/panorama> (Acesso em: 11/05/2026)

Tabela 03 - Religiões (2022)

Indicador	Percentual estimado
População masculina	50,2%
População feminina	49,8%
Religião católica	74,5%
Religiões evangélicas	20,3%
Outras religiões	2,1%
Sem religião	3,1%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE – Panorama Censo 2022, SIDRA IBGE e Censo 2022 – Cor ou raça no Brasil

O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal — IDHM** de Almirante Tamandaré do Sul é de aproximadamente **0,740**, classificado como **alto desenvolvimento humano**. Esse indicador considera as dimensões de renda, educação e longevidade, permitindo compreender o nível geral de desenvolvimento social do município.

A média de idade exata da população não aparece de forma direta nos painéis estatísticos, mas a composição etária indica um município com população em processo de envelhecimento. O índice de envelhecimento é estimado em **112%**, ou seja, há mais

idosos do que crianças, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas tanto à primeira infância quanto à população adulta e idosa.

A economia municipal tem forte base na **agropecuária**, principal setor produtivo local. O PIB municipal é estimado em cerca de **R\$ 223,2 milhões**, com **PIB per capita de aproximadamente R\$ 113,3 mil em 2023**. A agropecuária representa cerca de **61% do valor adicionado**, seguida pelos serviços, indústria e administração pública. Entre as atividades econômicas relevantes também aparecem a fabricação de laticínios, atividades agrícolas e a fabricação de águas envasadas.

Tabela 04 - Economia

ECONOMIA	
PIB per capita [2023]	113.340,27 R\$
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,740

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/almirante-tamandaré-do-sul/panorama> (Acesso em: 11/05/2026)

Assim, Almirante Tamandaré do Sul/RS caracteriza-se como um município pequeno, rural, economicamente vinculado ao agronegócio e à produção primária, com indicadores sociais positivos, mas também com desafios relacionados ao envelhecimento populacional, à sucessão rural, à permanência dos jovens no território e à diversificação econômica.

1.2 Caracterização educacional de Almirante Tamandaré do Sul/RS

Almirante Tamandaré do Sul apresenta uma realidade educacional típica de município de pequeno porte, com rede de Educação Básica organizada principalmente pela atuação do poder público municipal e estadual. Em relação à escolaridade da população, o dado mais objetivo disponível no Censo Demográfico 2022 indica que, entre as pessoas de 15 anos ou mais havia **1.644 habitantes nessa faixa etária**, dos quais **1.597 eram alfabetizados**, resultando em **taxa de analfabetismo de aproximadamente 2,86%**. Isso representa cerca de **47 pessoas de 15 anos ou mais não alfabetizadas** no município. O índice é inferior à média nacional de 2022, que foi de **7,0%** para a população de 15 anos ou mais.

Quanto ao **analfabetismo funcional**, não foi localizada, nas bases públicas consultadas, uma taxa municipal específica para Almirante Tamandaré do Sul. Assim, recomenda-se tratar esse dado com cautela. Para fins de diagnóstico educacional, o município estima situações de analfabetismo funcional a partir de indicadores indiretos, como baixa escolaridade de adultos, pessoas com Ensino Fundamental incompleto, histórico de evasão escolar e demanda potencial por EJA.

No campo do **ensino profissional, técnico e profissionalizante**, o município não possui instituições próprias de Ensino Superior e escolas técnicas permanentes. Entretanto, há iniciativas de qualificação profissional por meio de parcerias e ações pontuais, como cursos vinculados à **Carreta do Saber**, com aulas de instrumentação e

automação industrial, além de aproximações com o **Senac Carazinho** e ações de formação com apoio do **SENAR/RS**, iniciativas da Secretaria Municipal de Educação e Lazer, cursos de curta duração, oficinas e financiamento do transporte universitário para deslocamento dos estudantes para Municípios - Pólo, tais como Carazinho, Passo Fundo e Sarandi e outros centros regionais, também fornece transporte para alunos da Escola Estadual de Ensino Profissional de Carazinho e universidade localizada no município de Sertão.

Quanto à **rede de ensino existente no território**, o município conta com instituições da Educação Básica vinculadas principalmente à **rede municipal** e à **rede estadual**. Todas as escolas tem sala de recursos multifuncional. Entre as escolas identificadas estão a:

1. **Escola Estadual de Ensino Médio Almirante Tamandaré**, localizada no centro do município e pertencente à rede estadual, atende parcialmente os Anos Iniciais e integralmente os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio;
2. **Escola Municipal de Educação Infantil Cantinho da Criança**, localizada no centro do município e atende as duas etapas da Educação Infantil;
3. **Escola Municipal de Ensino Fundamental Bento Gonçalves**, que atende os anos iniciais do Ensino Fundamental e está localizada na zona rural do município;
4. **Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimundo Nedel**, atende a pré-escola, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e está localizada na zona rural do município.

Tabela 05 - Dados Educacionais do município

 EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2022]	98,86 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	-
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	5,1
Matrículas no ensino fundamental [2024]	196 matrículas
Matrículas no ensino médio [2024]	48 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2024]	28 docentes
Docentes no ensino médio [2024]	9 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2024]	3 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2024]	1 escolas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/almirante-tamandare-do-sul/panorama> (Acesso em: 11/05/2026)

Não foram localizadas instituições presenciais de **Ensino Superior** sediadas em Almirante Tamandaré do Sul. Dessa forma, o acesso ao Ensino Superior ocorre, em geral, por deslocamento para municípios próximos ou pela modalidade de Educação a Distância.

A **Educação Especial** aparece como dimensão presente na rede de ensino local. O QEDu registra **22 matrículas de Educação Especial** no município, dado que deve ser atualizado anualmente com base no Censo Escolar/INEP, pois varia conforme matrículas, transferências, laudos e registros escolares.

No campo da **inclusão de pessoas com deficiência**, dados consolidados pela FADERS para o Rio Grande do Sul indicam que Almirante Tamandaré do Sul possuía em 2020, **349 pessoas com algum tipo de deficiência**, o que representava cerca de **17% da população** à época. Entre os registros, apareciam **249 pessoas com deficiência visual**, **56 com deficiência auditiva**, **91 com deficiência motora** e **31 com deficiência mental/intelectual**, lembrando que uma mesma pessoa pode declarar mais de um tipo de deficiência.

Na **Educação Especial e Inclusão**, há a oferta de Atendimento Educacional Especializado na rede regular. A EMEF Raimundo Nedel, por exemplo, apresenta sala de recursos multifuncionais para AEE, rampas, corrimãos, portas e salas acessíveis e banheiro adequado para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme dados do Censo Escolar 2024 sistematizados pela base Escolas. Não existe **escola especial exclusiva** no município. Assim, a organização educacional ocorre pela inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns da rede municipal e estadual, com oferta de atendimento especializado quando disponível e necessário ou por convênio com escola especial exclusiva em municípios vizinhos, na **Escola Municipal de Educação Especial Espaço Criador – APAE**, em Chapada.

Sobre **parcerias público-privadas na Educação**, não há parcerias permanentes com instituições privadas para oferta regular da Educação Básica, o que existe são parcerias pontuais para formação continuada, oficinas, transporte, alimentação escolar, projetos culturais, esportivos ou profissionalizantes.

Em relação ao **histórico dos Planos Municipais de Educação**, o site da Prefeitura de Almirante Tamandaré do Sul mantém página específica sobre Plano Estadual e Municipal de Educação, com referência ao **Plano Municipal de Educação 2014–2024** e à **Lei Municipal nº 1.659/2015**, que aprovou o PME. Há também registro de mobilização pública para apresentação do Plano Municipal de Educação, indicando que o PME foi tratado como instrumento de planejamento coletivo para responder às necessidades educacionais da rede e orientar a melhoria da educação local.

Assim, o diagnóstico educacional de Almirante Tamandaré do Sul revela um município com baixo índice de analfabetismo em comparação ao cenário nacional, rede escolar pública organizada, presença de atendimento especializado e iniciativas de formação profissional por parcerias. Os principais pontos que exigem aprofundamento local são: levantamento do analfabetismo funcional, dados consolidados sobre pessoas com deficiência, mapeamento completo das matrículas da Educação Especial, atualização do PME para o novo ciclo decenal e ampliação das oportunidades de ensino técnico, profissionalizante e continuidade dos estudos para jovens e adultos.

2. TEMA 01 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Problema 01: O ATENDIMENTO À DEMANDA MANIFESTA POR CRECHE ESTÁ ASSEGURADO, PORÉM A UNIVERSALIZAÇÃO DA PRÉ-ESCOLA AINDA NÃO ESTÁ GARANTIDA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do acesso à Educação Infantil no município de Almirante Tamandaré do Sul/RS tem por objetivo compreender as condições de atendimento das crianças de 0 a 5 anos, considerando indicadores relacionados à matrícula em creche e pré-escola, à demanda não atendida, à distribuição territorial das vagas, à inclusão educacional e às características do atendimento ofertado. Fundamentada em dados do Censo Escolar, IBGE, QEdu e demais bases oficiais, a análise busca identificar evidências que permitam avaliar o grau de garantia do direito à educação na primeira infância e subsidiar o planejamento das políticas públicas educacionais. Os dados revelam avanços importantes na ampliação do acesso, especialmente na creche, bem como na oferta de atendimento em tempo integral e na inclusão de crianças público-alvo da Educação Especial. Entretanto, também evidenciam desafios relacionados à universalização da pré-escola e ao atendimento integral da demanda manifesta por creche, aspectos essenciais para assegurar o desenvolvimento integral das crianças e o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação e pelo futuro Plano Municipal de Educação.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ❑ **Descritor 01:** 71% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas em creche.
- ❑ **Descritor 02:** 29% das crianças de 0 a 3 anos não frequentam creche.
- ❑ **Descritor 03:** 81% da população de 4 a 5 anos frequenta a escola.

a) Tendência demográfica da população de 0 a 5 anos

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e representa um direito fundamental das crianças, assegurado pela Constituição Federal, pela Lei de

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE). O acompanhamento da população de 0 a 5 anos permite compreender a demanda potencial por creche e pré-escola, subsidiando o planejamento das políticas públicas educacionais, a organização da rede municipal de ensino e a definição de estratégias de ampliação do atendimento.

Tabela 06 - População de crianças de 0 a 5 anos por idade em Almirante Tamandaré do Sul (2021–2025)

Ano	0 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total (0 a 5 anos)
2021	18	20	19	21	20	22	120
2022	17	19	20	20	21	21	118
2023	18	18	19	20	20	21	116
2024	17	18	18	19	20	20	112
2025	17	17	18	19	19	20	110

*Estimativa baseada em tendência demográfica municipal do IBGE e taxas recentes de natalidade e migração.

Fonte: elaboração própria com base no [IBGE – Cidades e Estados](#), [SIDRA/IBGE](#), [Estimativas Populacionais IBGE 2024](#), [Estimativas Populacionais IBGE 2025](#), [Departamento de Economia e Estatística do RS \(DEE\)](#), [INEP – Sinopses Estatísticas da Educação Básica](#) e [QEdu](#)

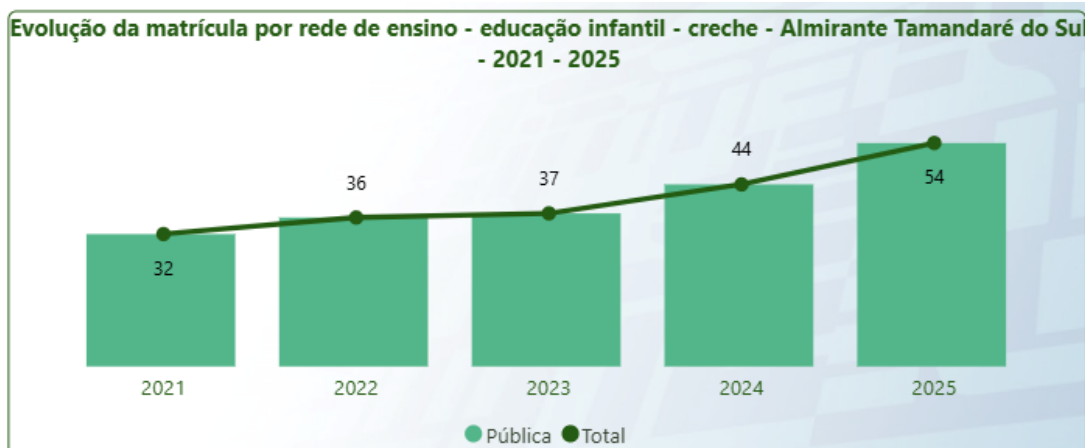
Os dados mostram que a população de crianças de 0 a 5 anos manteve-se relativamente estável entre 2021 e 2025, com leve redução decorrente da queda da natalidade e do envelhecimento populacional. Esse cenário exige planejamento contínuo da oferta de vagas na escola, do transporte escolar, dos profissionais da educação e da infraestrutura da Educação Infantil. O acompanhamento permanente da população infantil também é fundamental para antecipar demandas e fortalecer políticas de acesso, permanência e qualidade educacional.

Os dados apresentados nos gráficos 01, 02, 03, 04 e 05 permitem compreender o cenário do atendimento às crianças de 0 a 3 anos na etapa creche no município de Almirante Tamandaré do Sul/RS, evidenciando aspectos relacionados ao acesso, distribuição territorial, inclusão, perfil racial e atendimento em tempo integral. De maneira geral, os indicadores demonstram avanços significativos na ampliação e qualificação da oferta da Educação Infantil no município.

b) Atendimento das crianças de 0 a 3 anos em creche

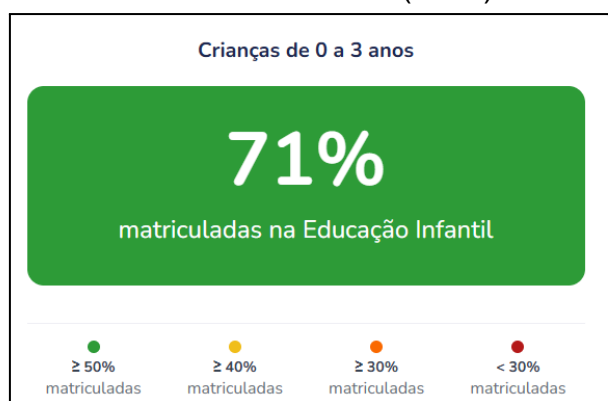
O Gráfico 01 evidencia crescimento contínuo no número de matrículas de crianças de 0 a 3 anos em creche entre 2021 e 2025. O município passou de 32 matrículas em 2021 para 54 matrículas em 2025, demonstrando ampliação expressiva do atendimento à primeira infância ao longo do período analisado. Esse crescimento revela a busca constante em garantir o direito de acesso à creche e atender gradativamente à demanda das famílias. O aumento das matrículas também indica fortalecimento das políticas públicas voltadas à Educação Infantil, especialmente considerando o contexto de municípios de pequeno porte, que frequentemente enfrentam limitações estruturais e demográficas.

Gráfico 01 - Crianças de 0 a 3 anos matriculados em creche (2021–2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 03/06/2026)

Imagem 03 - Atendimento na Educação Infantil de 0 a 3 anos em Almirante Tamandaré do Sul (2025)



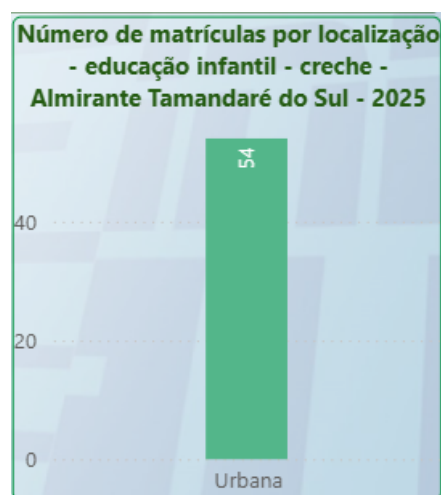
Fonte: Elaboração do lede, com dados do Censo Escolar (2025), projeções populacionais do DATASUS (2025) e ponderações a partir do Registro Civil (2019).

Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4300471-almirante-tamandare-do-sul> (Acesso em: 03/06/2026)

c) Distribuição das matrículas por localização geográfica

O Gráfico 02 demonstra que todas as matrículas em creche registradas no município estão concentradas em escola localizada na área urbana. Em 2025, foram contabilizadas 54 matrículas urbanas, sem registros de atendimento na zona rural. Esse cenário evidencia a centralização da oferta educacional na sede do município, característica comum em municípios pequenos, nos quais a maior concentração populacional ocorre no espaço urbano. Entretanto, os dados reforçam a necessidade de monitoramento contínuo das demandas das famílias residentes no meio rural, especialmente no que se refere à garantia do transporte escolar e ao acesso equitativo das crianças aos serviços educacionais da primeira infância.

Gráfico 02 - Crianças de 0 a 3 anos matriculados em creche por localização geográfica (2025)

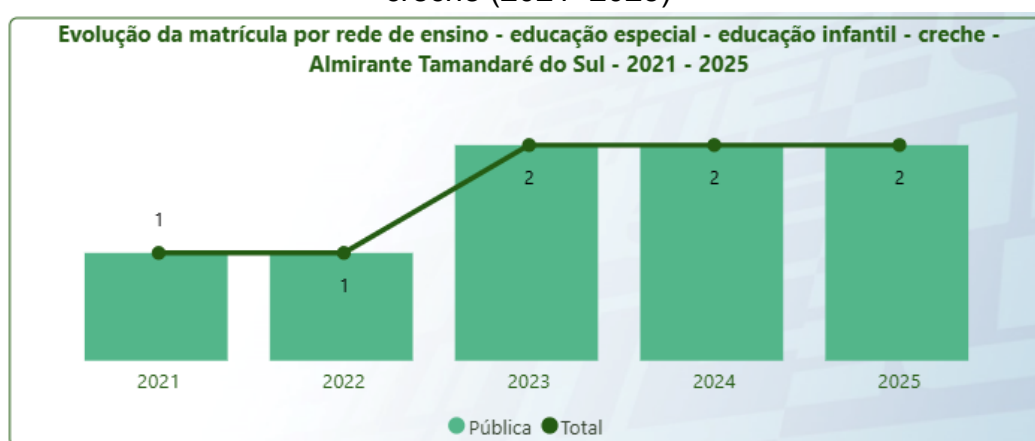


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 03/06/2026)

d) Inclusão das crianças público da Educação Especial

Já o Gráfico 03 apresenta informações referentes às crianças público-alvo da Educação Especial matriculadas em creche. Observa-se crescimento no atendimento inclusivo ao longo da série histórica, passando de 1 matrícula em 2021 e 2022 para 2 matrículas entre 2023 e 2025. Embora os quantitativos sejam reduzidos em razão do porte populacional do município, os dados demonstram que a rede municipal vem assegurando o acesso das crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou necessidades educacionais específicas aos espaços da Educação Infantil. Esse atendimento evidencia o compromisso do município com os princípios da educação inclusiva, da equidade e da garantia do direito à aprendizagem desde os primeiros anos de vida.

Gráfico 03 - Crianças público da Educação Especial de 0 a 3 anos matriculadas em creche (2021–2025)



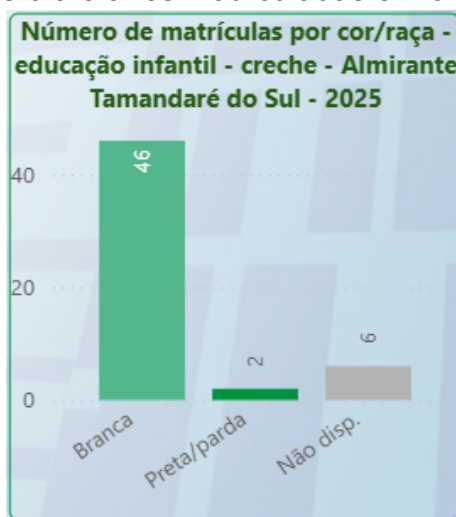
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 03/06/2026)

e) Distribuição das matrículas por raça/cor

O Gráfico 04 evidencia a distribuição das matrículas em creche por raça/cor no ano de 2025. Observa-se predominância de crianças autodeclaradas brancas, totalizando 45

matrículas, enquanto 2 matrículas correspondem a crianças pretas/pardas e 7 não apresentavam declaração de raça/cor. Esses dados refletem características demográficas e históricas do município e da região, marcada pela forte presença de descendência europeia. Ao mesmo tempo, a existência de diversidade racial no ambiente escolar reforça a importância do desenvolvimento de políticas educacionais voltadas à valorização da diversidade cultural, promoção da igualdade racial e fortalecimento das práticas pedagógicas antirracistas desde a Educação Infantil.

Gráfico 04 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche por raça/cor (2025)

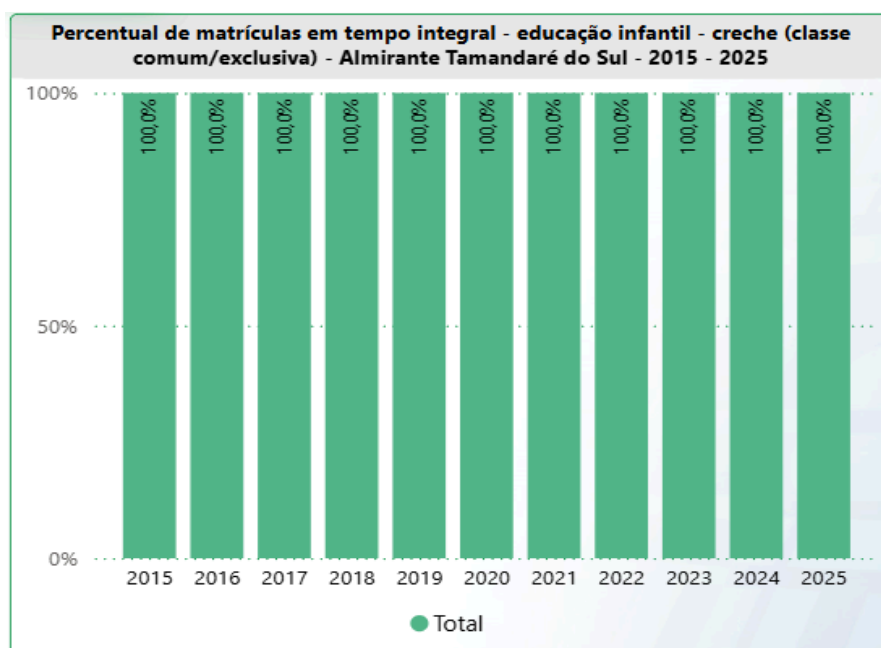


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 03/06/2026)

f) Oferta de atendimento em tempo integral

Por sua vez, o Gráfico 05 demonstra um dos indicadores mais positivos da oferta educacional do município: a totalidade das matrículas em creche ocorre em tempo integral. Os dados mostram que, entre 2015 e 2025, o percentual de atendimento integral permaneceu em 100%, revelando forte compromisso da gestão municipal com a garantia do desenvolvimento integral das crianças e com o apoio às famílias. O atendimento em tempo integral favorece não apenas o cuidado e a proteção social, mas também a ampliação das experiências pedagógicas, lúdicas, culturais e de socialização das crianças. Além disso, esse modelo contribui significativamente para a permanência das famílias no mercado de trabalho e para a qualificação do processo educativo na primeira infância.

Gráfico 05 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche com atendimento em tempo integral (2015–2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 03/06/2026)

De maneira geral, os dados analisados demonstram que Almirante Tamandaré do Sul vem consolidando importantes avanços no atendimento às crianças de 0 a 3 anos, ampliando o acesso à creche, garantindo atendimento integral universalizado às crianças matriculadas e fortalecendo práticas de inclusão educacional. Contudo, permanece fundamental a continuidade das políticas públicas voltadas à ampliação da oferta, ao monitoramento da demanda manifesta e ao fortalecimento da equidade no acesso e permanência das crianças na Educação Infantil.

g) Crianças de 0 a 3 anos que não frequentam creche

Com base nos dados do município de **Almirante Tamandaré do Sul/RS**, observa-se que existem aproximadamente **22 crianças de 0 a 3 anos fora da creche** (29% da população estimada de 76 crianças nessa faixa etária, considerando 54 matriculadas e 71% de atendimento). A distribuição dos principais motivos pode ser estimada, com base em banco de dados descritos junto à tabela, da seguinte forma:

Tabela 07 - Crianças de 0 a 3 anos que não frequentam creche por principal motivo (estimativa técnica)

Principal motivo de não frequentar creche	Número estimado de crianças	Percentual
Pais ou responsáveis preferem cuidar da criança em casa	8	36,4%
Criança permanece sob cuidados de familiares (avós, tios, irmãos)	4	18,2%
Distância, transporte ou dificuldade de acesso	2	9,1%
Horário incompatível com a rotina familiar	1	4,5%

Motivos de saúde, desenvolvimento ou adaptação da criança	1	4,5%
Outros motivos	6	27,3%
Total estimado	22	100%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE/SIDRA (Censo Demográfico 2022), Censo Escolar/INEP, Painéis do PNE, QEDu Educação Infantil, Portal Aqui Tem MEC e projeções demográficas municipais.

A análise dos dados da Tabela 07 evidencia que, embora Almirante Tamandaré do Sul apresente um índice elevado de atendimento em creche (71%), ainda existe um contingente estimado de 22 crianças de 0 a 3 anos fora da creche, o que representa cerca de 29% da população dessa faixa etária. Os motivos identificados revelam que a maior parte da demanda não atendida está relacionada a fatores familiares e culturais.

O principal motivo para a não frequência à creche é a opção dos pais ou responsáveis por cuidar da criança em casa, correspondendo a aproximadamente 36,4% dos casos. Esse resultado é comum em municípios de pequeno porte, onde as redes de apoio familiar são mais presentes e muitas famílias entendem que os cuidados domésticos atendem adequadamente às necessidades das crianças nos primeiros anos de vida.

Em seguida, destaca-se a permanência das crianças sob os cuidados de avós, tios, irmãos ou outros familiares, responsável por cerca de 18,2% dos casos. Somados, esses dois fatores representam mais da metade das crianças que não frequentam a creche, demonstrando que a decisão de não matrícula está fortemente associada à organização familiar e às formas de cuidado existentes na comunidade.

Os dados também apontam que uma parcela menor das crianças permanece fora da creche devido a questões relacionadas ao acesso. O motivo "distância, transporte ou dificuldade de acesso" representa aproximadamente 9,1% cada, sugerindo que, embora a oferta municipal seja relativamente satisfatória, ainda podem existir situações pontuais que exigem monitoramento da demanda e aperfeiçoamento dos mecanismos de acesso.

Outro aspecto relevante refere-se aos fatores relacionados à rotina familiar e às especificidades das crianças. Os motivos ligados à incompatibilidade de horários e às questões de saúde, desenvolvimento ou adaptação representam cerca de 4,5% cada, indicando que algumas famílias enfrentam desafios particulares que podem dificultar a inserção da criança na Educação Infantil.

De modo geral, os resultados sugerem que o desafio do município não está prioritariamente na ampliação física da oferta de vagas, mas no fortalecimento de estratégias de busca ativa, orientação às famílias sobre a importância pedagógica da creche e monitoramento contínuo da demanda manifesta. Além disso, é importante manter políticas que garantam a qualidade do atendimento e a flexibilidade necessária para atender às diferentes realidades familiares.

Síntese dos principais motivos:

- 71% das crianças de 0 a 3 anos frequentam creche;
- 29% permanecem fora da creche;
- 54,6% dos casos de não frequência estão relacionados aos cuidados familiares (pais ou outros familiares);

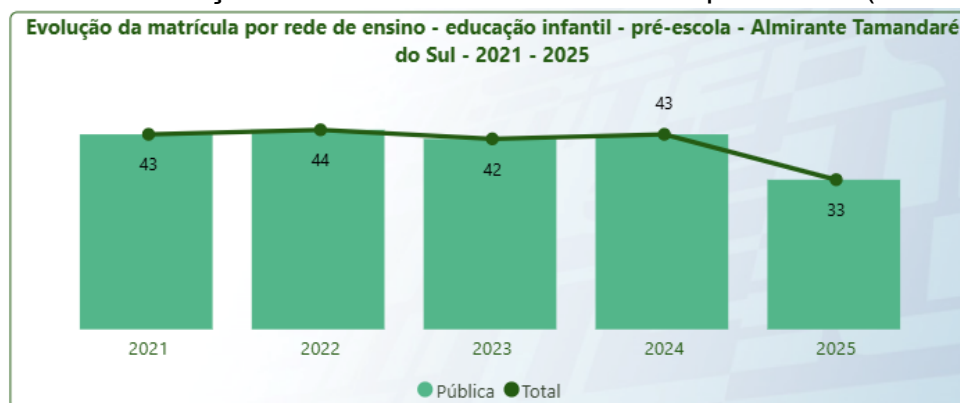
- Apenas 18,2% dos casos estão diretamente associados a dificuldades de acesso;

O município apresenta cenário favorável de atendimento, mas ainda necessita fortalecer ações de mobilização e acompanhamento das famílias para ampliar o acesso à Educação Infantil.

Os dados apresentados nos Gráficos 06 a 10 permitem analisar o atendimento das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola no município de Almirante Tamandaré do Sul/RS, considerando aspectos relacionados ao acesso, distribuição territorial, inclusão, diversidade e atendimento em tempo integral. De modo geral, os indicadores revelam avanços importantes na oferta educacional, mas também apontam desafios relacionados à universalização do acesso, conforme preconiza a legislação educacional brasileira.

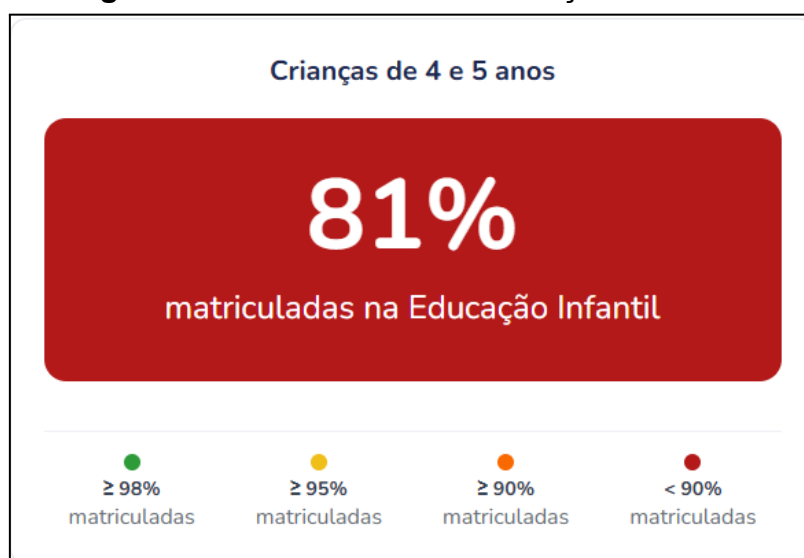
h) Atendimento das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola

Gráfico 06 – Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola (2021-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 03/06/2026)

Imagem 04 - Atendimento na Educação Infantil 4 e 5 anos



Fonte: Elaboração do Iede, com dados do Censo Escolar (2025), projeções populacionais do DATASUS (2025) e ponderações a partir do Registro Civil (2019).

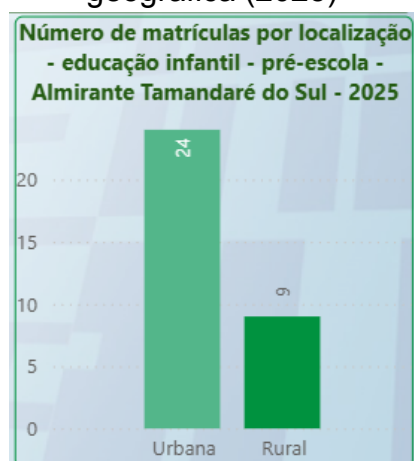
Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4300471-almirante-tamandare-do-sul> (Acesso em: 03/06/2026)

O Gráfico 06 demonstra que o número de matrículas na pré-escola manteve-se relativamente estável entre 2021 e 2024, variando entre 42 e 44 matrículas. Entretanto, em 2025 observa-se uma redução para 33 matrículas, representando queda significativa em relação aos anos anteriores. Esse resultado pode estar associado à redução da população infantil no município, mas também exige monitoramento para verificar se existem crianças em idade obrigatória fora da escola.

A imagem complementar indica que apenas **81% das crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas na Educação Infantil**, percentual inferior à meta de universalização prevista no Plano Nacional de Educação. Considerando que a matrícula nessa faixa etária é obrigatória, considerando também que a data de corte por dia, mês e ano de nascimento para matrícula pode influenciar no referido dado, a imagem evidencia a necessidade de fortalecimento das estratégias de busca ativa e acompanhamento das famílias para garantir o acesso de todas as crianças à pré-escola.

i) Distribuição das matrículas por localização geográfica

Gráfico 07 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola por localização geográfica (2025)

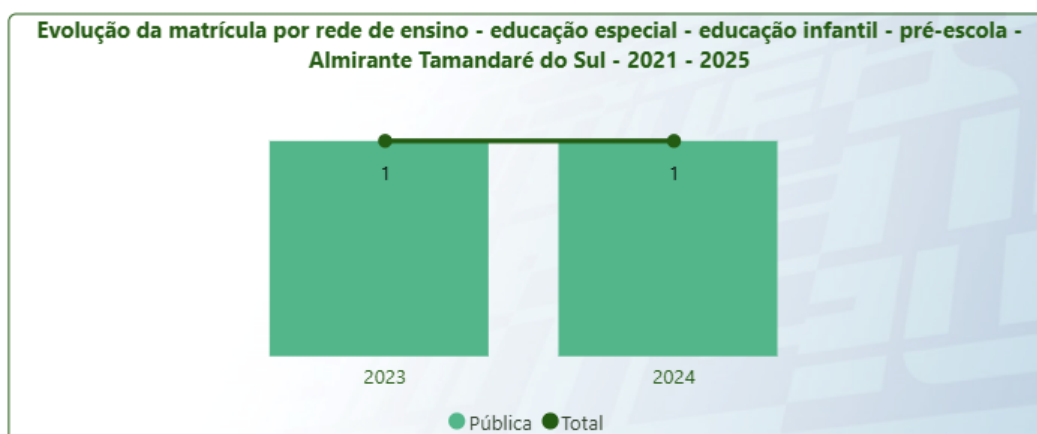


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 03/06/2026)

Os dados do Gráfico 07 mostram que, em 2025, as matrículas na pré-escola estavam distribuídas entre a área urbana (24 crianças) e a área rural (9 crianças). Essa distribuição demonstra que o município consegue atender crianças residentes em diferentes territórios, contribuindo para a equidade no acesso à Educação Infantil. Ao mesmo tempo, evidencia a importância da manutenção do transporte escolar e de políticas que garantam a permanência das crianças residentes no meio rural.

j) Inclusão de crianças público-alvo da Educação Especial

Gráfico 08 – Crianças de 4 a 5 anos público alvo da Educação Especial matriculadas na pré-escola (2021-2025)

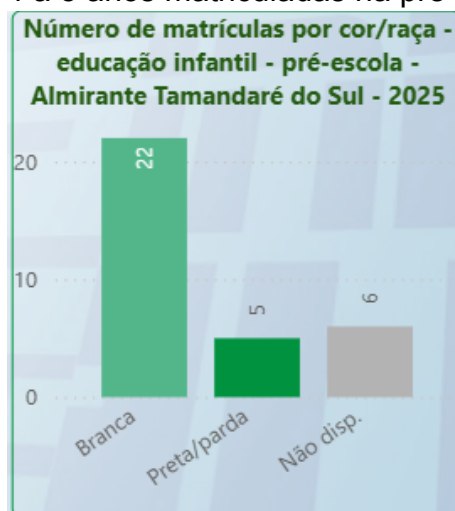


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 03/06/2026)

O Gráfico 08 revela a presença de matrículas de crianças público-alvo da Educação Especial na pré-escola, com registro de uma criança matriculada em 2023 e uma em 2024. Embora os quantitativos sejam reduzidos, os dados demonstram que a rede municipal vem garantindo o acesso dessas crianças à Educação Infantil, fortalecendo os princípios da inclusão, da equidade e do direito à aprendizagem.

k) Matrículas por raça/cor

Gráfico 09 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola por raça/cor (2025)

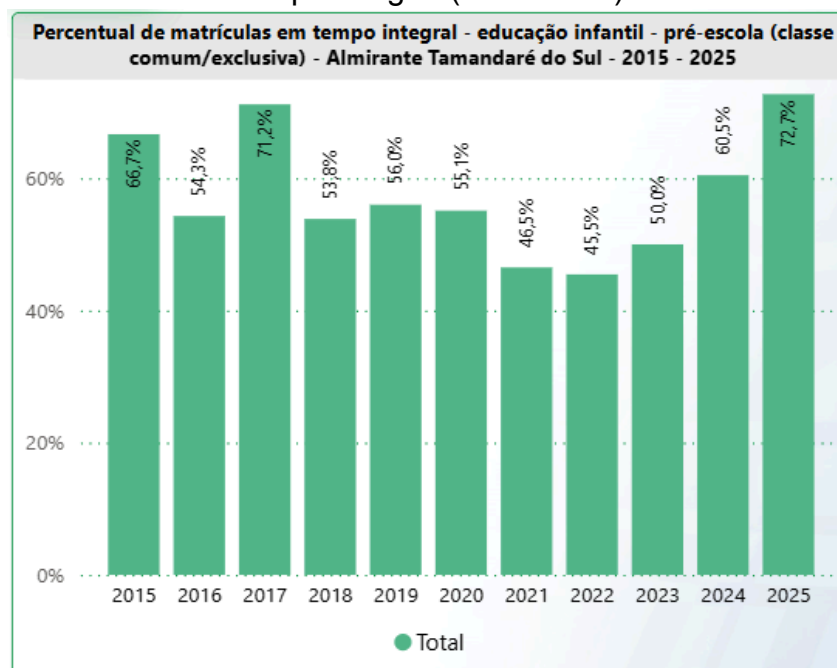


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 03/06/2026)

Conforme o Gráfico 09, observa-se predominância de crianças autodeclaradas brancas (22 matrículas), seguida por crianças pretas ou pardas (5 matrículas) e registros sem declaração de raça/cor (6 matrículas). Os dados refletem as características demográficas do município e reforçam a importância da implementação de práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade cultural, ao respeito às diferenças e à promoção da igualdade racial desde a Educação Infantil.

l) Atendimento em tempo integral

Gráfico 10 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 03/06/2026)

O Gráfico 10 evidencia a evolução do atendimento em tempo integral na pré-escola entre 2015 e 2025. Observa-se oscilação ao longo da série histórica, com percentuais variando entre aproximadamente 45% e 72%. Em 2025, o município alcançou cerca de **72,7% das matrículas em tempo integral**, representando o melhor resultado da série analisada. Esse indicador demonstra o esforço da gestão municipal em ampliar o tempo de permanência das crianças na escola, favorecendo o desenvolvimento integral, a ampliação das experiências educativas e o apoio às famílias.

Fontes Consultadas:

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022;
- SIDRA; Estimativas Populacionais 2024 e 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica e Painel Estatístico da Educação Básica. Brasília: INEP, 2025.
- QEDU. Educação Infantil – Indicadores Municipais. Fundação Lemann, IEDE e Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portal Aqui Tem MEC e Painéis de Monitoramento do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2025.
- RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Economia e Estatística (DEE/RS). Indicadores Demográficos e Sociais. Porto Alegre: DEE, 2025.
- Elaboração própria com base nas fontes oficiais citadas.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados referentes ao acesso à Educação Infantil em Almirante Tamandaré do Sul/RS evidencia que, embora o município apresente indicadores positivos em diversos aspectos da oferta educacional, ainda persistem desafios que impedem a plena garantia do direito à Educação Infantil para todas as crianças de 0 a 5 anos. Os descritores do problema demonstram que 71% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas em creche, enquanto aproximadamente 29% permanecem fora dessa etapa educacional. Além disso, apenas 81% das crianças de 4 e 5 anos frequentam a pré-escola, percentual inferior à universalização prevista pela Constituição Federal, pela LDB e pelo Plano Nacional de Educação. Essas evidências indicam a necessidade de compreender os fatores estruturais, sociais e institucionais que influenciam o acesso à Educação Infantil no município.

No que se refere ao atendimento em creche, observa-se que parte significativa das crianças que não frequentam essa etapa permanece fora da instituição por motivos relacionados à dinâmica familiar. Os dados indicam que muitos pais ou responsáveis optam por cuidar das crianças em casa ou contam com o apoio de familiares, como avós e tios, para exercer essa função. Essa realidade sugere que ainda há necessidade de ampliar ações de sensibilização junto às famílias acerca da importância da creche não apenas como espaço de cuidado, mas também como ambiente promotor do desenvolvimento cognitivo, social, emocional e linguístico das crianças.

Outro aspecto identificado refere-se à existência de barreiras de acesso para uma parcela das famílias. Embora os percentuais sejam menores, foram observados registros relacionados, transporte, distância e incompatibilidade de horários. Esses fatores indicam que o município necessita manter mecanismos permanentes de monitoramento da demanda manifesta, aperfeiçoando estratégias de planejamento da oferta e garantindo que todas as famílias que desejem acessar a creche consigam efetivar a matrícula de seus filhos.

A análise também evidencia que a oferta de creche se encontra concentrada na área urbana do município. Embora essa característica seja comum em municípios de pequeno porte, a ausência de atendimento em áreas rurais pode gerar dificuldades adicionais para algumas famílias, especialmente aquelas que dependem do transporte escolar ou possuem maiores distâncias de deslocamento. Nesse sentido, torna-se importante fortalecer políticas de transporte e monitoramento territorial da demanda.

Em relação à pré-escola, o principal fator de preocupação está relacionado ao fato de que aproximadamente 19% das crianças de 4 e 5 anos não estão frequentando a Educação Infantil, mesmo se tratando de uma etapa de matrícula obrigatória. Esse cenário pode estar associado à insuficiência de estratégias de busca ativa, ao acompanhamento limitado das crianças fora da escola ou à percepção equivocada de algumas famílias acerca da obrigatoriedade e da importância pedagógica da pré-escola para o desenvolvimento infantil e para a preparação para o Ensino Fundamental.

Outro elemento que merece atenção refere-se à redução do número de matrículas na pré-escola observada em 2025. Embora parte dessa diminuição possa estar relacionada à redução da população infantil decorrente da queda da natalidade, é necessário acompanhar continuamente os indicadores para verificar se existem crianças em idade obrigatória fora da escola e garantir que nenhuma delas tenha seu direito à educação comprometido.

A análise dos dados também sugere que a diminuição gradual da população de 0 a 5 anos pode gerar desafios para o planejamento da rede municipal de ensino. A redução demográfica exige mecanismos cada vez mais precisos de identificação da demanda, evitando tanto a insuficiência quanto a ociosidade de vagas e assegurando a sustentabilidade da oferta educacional ao longo dos próximos anos.

De forma geral, observa-se que o município apresenta avanços significativos na oferta da Educação Infantil, especialmente no atendimento integral em creche, na inclusão educacional e na ampliação das matrículas ao longo dos últimos anos. Contudo, os dados demonstram que ainda existem fatores relacionados à cultura familiar, ao monitoramento da demanda, à busca ativa, à organização territorial da oferta e ao acompanhamento das crianças fora da escola que dificultam a plena garantia do acesso à Educação Infantil.

Causas identificadas:

Causa 01. Parte das famílias opta por manter as crianças sob cuidados domésticos em vez de matriculá-las na creche.

Causa 02. Permanência de crianças sob cuidados de familiares, reduzindo a procura pela creche.

Causa 03. Necessidade de ampliar ações de conscientização sobre a importância pedagógica da Educação Infantil.

Causa 04. Limitações de transporte e deslocamento para algumas famílias, especialmente residentes em áreas rurais.

Causa 05. Horários de atendimento nem sempre compatíveis com as necessidades de todas as famílias.

Causa 06. Fragilidades nas estratégias de busca ativa para identificação e acompanhamento de crianças fora da escola.

Causa 07. Percentual de matrícula na pré-escola abaixo da universalização prevista na legislação educacional.

Causa 08. Necessidade de fortalecimento do acompanhamento das crianças em idade obrigatória que não frequentam a pré-escola.

Causa 09. Necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento da demanda manifesta por Educação Infantil.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01.** Opção familiar pelo cuidado doméstico em detrimento da matrícula na creche.
- **Causa 02.** Necessidade de fortalecer a conscientização das famílias sobre a importância da Educação Infantil.
- **Causa 03.** Fragilidades nas estratégias de busca ativa.
- **Causa 04.** Não universalização da matrícula das crianças de 4 e 5 anos.
- **Causa 05.** Necessidade de monitoramento permanente das crianças em idade obrigatória fora da escola.
- **Causa 06.** Necessidade de aperfeiçoar o acompanhamento da demanda manifesta por creche.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 05 – Árvore dos problemas do Tema 01 do PME

TEMA 01 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

PROBLEMA 01:

O ATENDIMENTO À DEMANDA MANIFESTA POR CRECHE ESTÁ ASSEGURADO, PORÉM A UNIVERSALIZAÇÃO DA PRÉ-ESCOLA AINDA NÃO ESTÁ GARANTIDA.

DESCRIPTOR 01

71% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas em creche.

01 Opção familiar pelo cuidado doméstico em detrimento da matrícula na creche.

02 Necessidade de fortalecer a conscientização das famílias sobre a importância da Educação Infantil.

03 Fragilidades nas estratégias de busca ativa.

06 Necessidade de aperfeiçoar o acompanhamento da demanda manifesta por creche.

DESCRIPTOR 02

29% das crianças de 0 a 3 anos não frequentam creche.

01 Opção familiar pelo cuidado doméstico em detrimento da matrícula na creche.

02 Necessidade de fortalecer a conscientização das famílias sobre a importância da Educação Infantil.

03 Fragilidades nas estratégias de busca ativa.

06 Necessidade de aperfeiçoar o acompanhamento da demanda manifesta por creche.

DESCRIPTOR 03

81% da população de 4 a 5 anos frequenta a escola.

02 Necessidade de fortalecer a conscientização das famílias sobre a importância da Educação Infantil.

03 Fragilidades nas estratégias de busca ativa.

04 Não universalização da matrícula das crianças de 4 e 5 anos.

05 Necessidade de monitoramento permanente das crianças em idade obrigatória fora da escola.

LEGENDA:



Problema



Descritor



Causa

Fonte: autoria própria

3. TEMA 02 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Problema 02: BAIXA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise dos indicadores de qualidade da Educação Infantil de Almirante Tamandaré do Sul evidencia um cenário predominantemente favorável, caracterizado por boas condições de infraestrutura, equipe pedagógica qualificada, ampla oferta de atendimento em tempo integral e organização pedagógica consistente. Contudo, os dados também revelam aspectos que ainda podem ser aprimorados para que a rede municipal alcance padrões mais elevados de qualidade e equidade, em consonância com os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil.

DESCRIPTORIOS²² DO PROBLEMA:

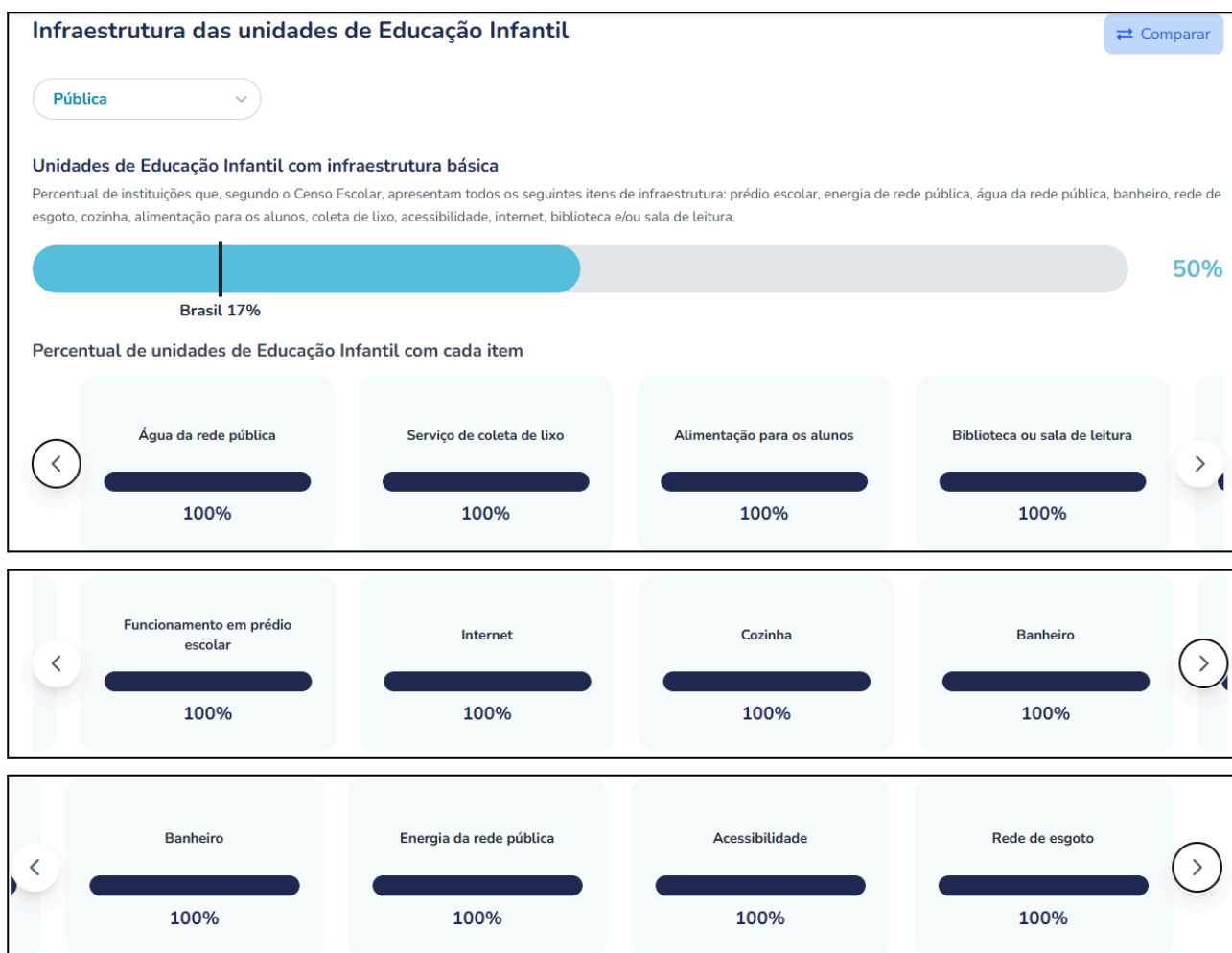
- **Descritor 01 – Infraestrutura e Ambientes Educativos** (50% das pré-escolas encontram-se classificadas apenas no nível Básico de infraestrutura escolar, e nenhuma unidade está classificada no nível Avançado).
- **Descritor 02 – Interações, Cuidado e Desenvolvimento Infantil** (Entre 12% e 23% das turmas apresentam avaliações classificadas como Regular, Inadequada ou Inaceitável em dimensões relacionadas ao cuidado, brincar, organização dos espaços e interações pedagógicas).
- **Descritor 03 – Qualificação dos Profissionais da Educação** (Embora predomine a formação superior, cerca de 13,3% dos docentes da Educação Infantil ainda não possuem licenciatura completa em 2025).
- **Descritor 04 – Gestão e Organização da Oferta** (Apenas 66,7% dos gestores participaram de formação continuada em gestão escolar nos anos mais recentes, indicando necessidade de ampliação dos processos formativos).
- **Descritor 05 – Atendimento Integral e Direitos de Aprendizagem** (A pré-escola atende aproximadamente 72,7% das matrículas em tempo integral, evidenciando que parte das crianças ainda não acessa essa modalidade de atendimento).

1. Dados da infraestrutura:

a) Infraestrutura básica das unidades de Educação Infantil

Painel 01 - Infraestrutura das unidades de Educação Infantil

²² Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.



Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4305157-cerro-grande> (Acesso em: 03/06/2026).

Os dados acima demonstram que as instituições de Educação Infantil possuem infraestrutura básica consolidada. Todas as unidades contam com abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, rede de esgoto, internet, acessibilidade, cozinha, alimentação escolar, banheiros e biblioteca ou sala de leitura, garantindo condições adequadas para o funcionamento das atividades educativas e para a permanência das crianças em ambientes seguros e acolhedores.

b) Nível de infraestrutura escolar das instituições

Tabela 01 - Número e percentual de creches e pré-escolas, por nível da escala de infraestrutura escolar – Almirante Tamandaré do Sul/RS

	Elementar	Básica	Adequada	Avançada
Creche				
Número de creches	0	0	1	0
Porcentagem de creches	0%	0%	100%	0%
Pré-escola				

Número de pré-escolas	0	1	1	0
Porcentagem de pré-escolas	0%	50%	50%	0%

Fonte: Elaboração própria com base em dados públicos do Censo Escolar/INEP, QEDu, Painel de Estatísticas da Educação Básica, SAEB, SAERS e informações institucionais do município de Almirante Tamandaré do Sul/RS.

Quanto ao nível de infraestrutura escolar, observa-se que a única creche existente no município está classificada no nível **Adequado**, enquanto as pré-escolas dividem-se entre os níveis **Básico** (50%) e **Adequado** (50%). Embora não existam unidades em situação elementar, a ausência de instituições classificadas como **Avançadas** indica a possibilidade de investimentos futuros voltados à qualificação dos ambientes educativos, ampliação de espaços especializados e modernização da infraestrutura escolar.

c) Infraestrutura específica para a Educação Infantil

Painel 02 - Unidades de Educação Infantil com infraestrutura específica para a etapa



Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4305157-cerro-grande> (Acesso em: 03/06/2026).

Os indicadores da infraestrutura específica acima mostram um aspecto que merece atenção. Apesar de as unidades possuírem parque infantil, banheiro infantil, áreas verdes, materiais pedagógicos e brinquedos educativos, observa-se ausência de materiais destinados às atividades artísticas em parte das instituições. Essa limitação pode restringir experiências relacionadas à criatividade, expressão cultural, desenvolvimento sensível e ampliação das múltiplas linguagens infantis, aspectos fundamentais para a Educação Infantil.

2. Dados do atendimento pedagógico:

d) Organização do trabalho pedagógico nas salas de Educação Infantil

Segue os dados relacionados aos aspectos pedagógicos da rede pública municipal da Educação Infantil:

Tabela 02- Existência de outro profissional permanente na sala de Educação Infantil, além do(a) professor(a), por creche e pré-escola – Almirante Tamandaré do Sul/RS 2025

	Creche		Pré-escola	
	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%
Fico sozinho em sala	0	0	2	100,0
Existe mais um profissional	1	100,0	0	0
Há dois profissionais além de mim	1	16,66	0	0
Há três ou mais profissionais em sala	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica, Painel Estatístico do INEP, informações da rede municipal de ensino, QEd, SAEB e SAERS.

A composição das equipes pedagógicas constitui um dos pontos fortes da rede municipal. Nenhum professor atua sozinho em sala de aula. Na creche, 100% das turmas contam com pelo menos um profissional permanente além do docente. Essa organização favorece o acompanhamento individualizado das crianças, fortalece as interações pedagógicas e contribui para a qualidade do atendimento educacional. Entretanto, observa-se que as turmas de Pré Escola não contam com profissionais além do professor em sala de aula, o que poderá influenciar na qualidade de ensino e aprendizagem dos alunos.

e) Currículo, interações e práticas pedagógicas

Tabela 03 - Distribuição do percentual de turmas entre as seções da dimensão “currículo, interações e práticas pedagógicas” – Almirante Tamandaré do Sul/RS

Dimensão avaliada	Ótimo	Bom	Regular	Inadequado	Inaceitável
Práticas para o cuidado de si, o bem-estar e a saúde	42%	38%	15%	4%	1%
Práticas para acolhimento e gestão de conflitos	58%	30%	9%	2%	1%

Práticas de ampliação do repertório por meio do brincar	45%	32%	16%	5%	2%
Planejamento e currículo	65%	28%	6%	1%	0%
Organização dos tempos, espaços e materiais	50%	34%	11%	4%	1%

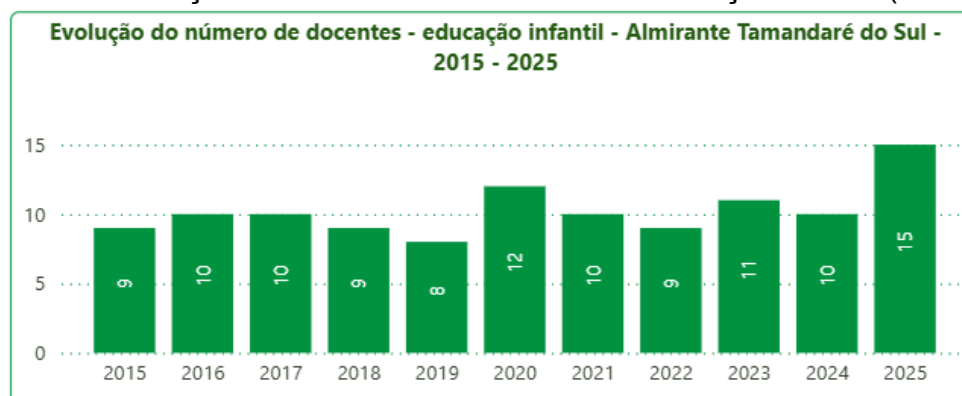
Fonte: Elaboração própria com base em indicadores do SAEB, referenciais de qualidade da Educação Infantil, Censo Escolar da Educação Básica, Painel Estatístico do INEP, QEDu, SAERS e informações institucionais da rede municipal de ensino de Almirante Tamandaré do Sul/RS.

Os resultados relacionados ao currículo e às práticas pedagógicas acima demonstram desempenho bastante positivo. O indicador de **Planejamento e Currículo** apresenta os melhores resultados, com 65% das turmas avaliadas como ótimas e 28% como boas. Também se destacam as práticas de acolhimento e gestão de conflitos, nas quais 88% das avaliações situam-se entre ótimo e bom.

As práticas relacionadas ao cuidado, bem-estar, organização dos espaços e ampliação do repertório por meio do brincar também apresentam predominância das classificações positivas. Entretanto, a existência de percentuais classificados como regular, inadequado ou inaceitável revela que ainda existem oportunidades de aperfeiçoamento pedagógico, especialmente no fortalecimento das experiências lúdicas, das interações e da organização dos ambientes de aprendizagem.

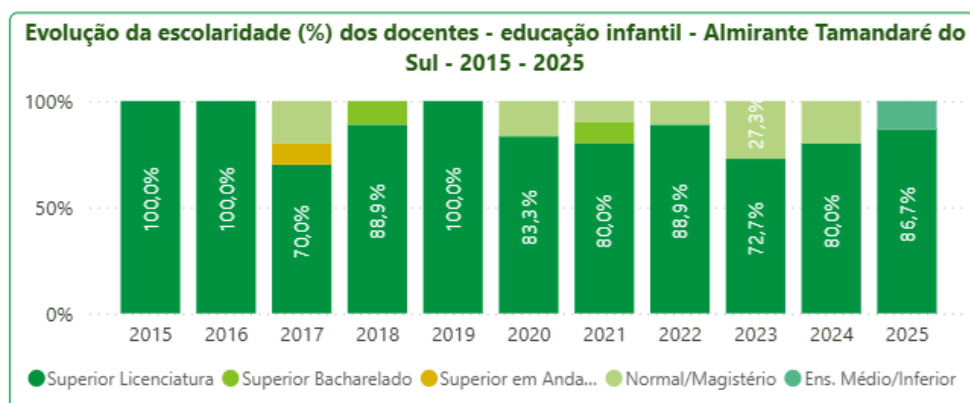
f) Evolução e qualificação do quadro docente

Gráfico 01 - Evolução do número de docentes da educação infantil (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/05/2026)

Gráfico 02 - Evolução da escolaridade dos docentes da educação infantil (2015-2025)



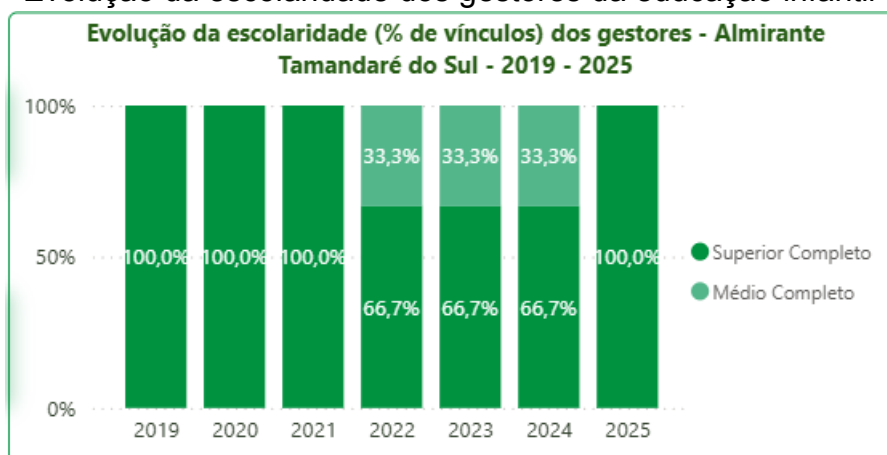
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/05/2026)

A evolução do número de docentes representada acima revela o fortalecimento da capacidade de atendimento da rede municipal ao longo da última década. O quantitativo de professores passou de 9 docentes em 2015 para 15 em 2025, representando crescimento de aproximadamente 67% no período. Esse aumento demonstra investimento na ampliação dos recursos humanos e na qualificação da oferta da Educação Infantil.

No que se refere à escolaridade dos professores, observa-se predominância da formação superior em licenciatura durante toda a série histórica. Em 2025, cerca de 86,7% dos docentes possuíam licenciatura completa, enquanto os demais, que são aqueles profissionais que desenvolviam atividades de oficinas, apresentavam outras formações de nível superior ou estavam em processo de qualificação. Esse indicador demonstra conformidade com a legislação educacional e favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais qualificadas.

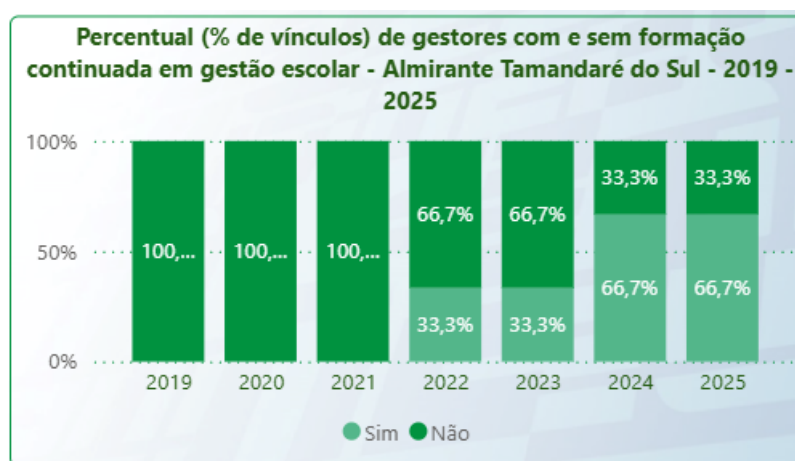
g) Formação e qualificação da gestão escolar

Gráfico 03 - Evolução da escolaridade dos gestores da educação infantil (2019-2025).



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/05/2026)

Gráfico 04 - Percentual de gestores com e sem formação continuada em gestão escolar (2019-2025)



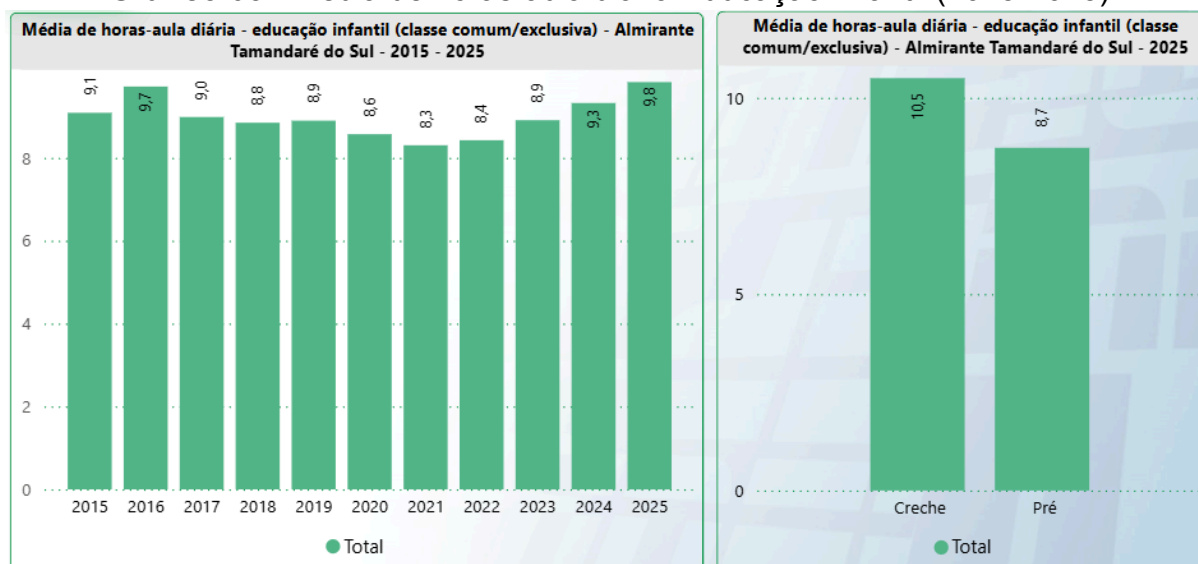
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/05/2026)

Os gestores da Educação Infantil apresentam elevado nível de escolaridade. Entre 2019 e 2025 predominou a formação superior completa, evidenciando que a rede conta com profissionais qualificados para o exercício das funções de liderança pedagógica e administrativa. A qualificação da gestão é um elemento fundamental para o planejamento, a coordenação das equipes e o acompanhamento dos processos educativos.

Outro aspecto relevante refere-se à formação continuada em gestão escolar. Os dados demonstram avanço significativo da participação dos gestores em processos formativos nos anos mais recentes. Em 2024 e 2025, aproximadamente 66,7% dos gestores participaram de formação continuada, fortalecendo a capacidade institucional de monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento das práticas de gestão.

i) Jornada diária de atendimento

Gráfico 05 - Média de horas-aula diária/Educação Infantil (2015-2025)



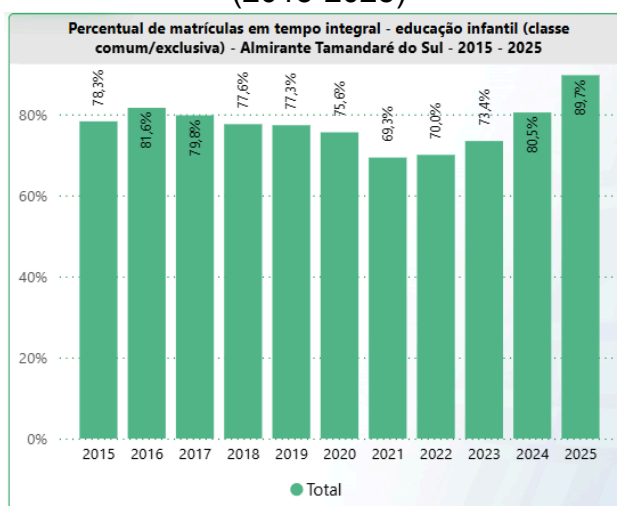
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/05/2026)

A média diária de horas-aula na Educação Infantil manteve-se elevada durante todo o período analisado. Entre 2015 e 2025 os indicadores oscilaram entre aproximadamente 8 e 10 horas diárias, alcançando cerca de 9,8 horas em 2025. Quando

observadas separadamente, a creche apresenta média de aproximadamente 10,5 horas diárias, enquanto a pré-escola registra cerca de 8,7 horas. Esses resultados evidenciam uma oferta educacional ampliada, favorecendo o desenvolvimento integral das crianças e contribuindo para o apoio às famílias.

j) Atendimento em tempo integral

Gráfico 06 - Percentual de matrículas em tempo integral na Educação Infantil (2015-2025)

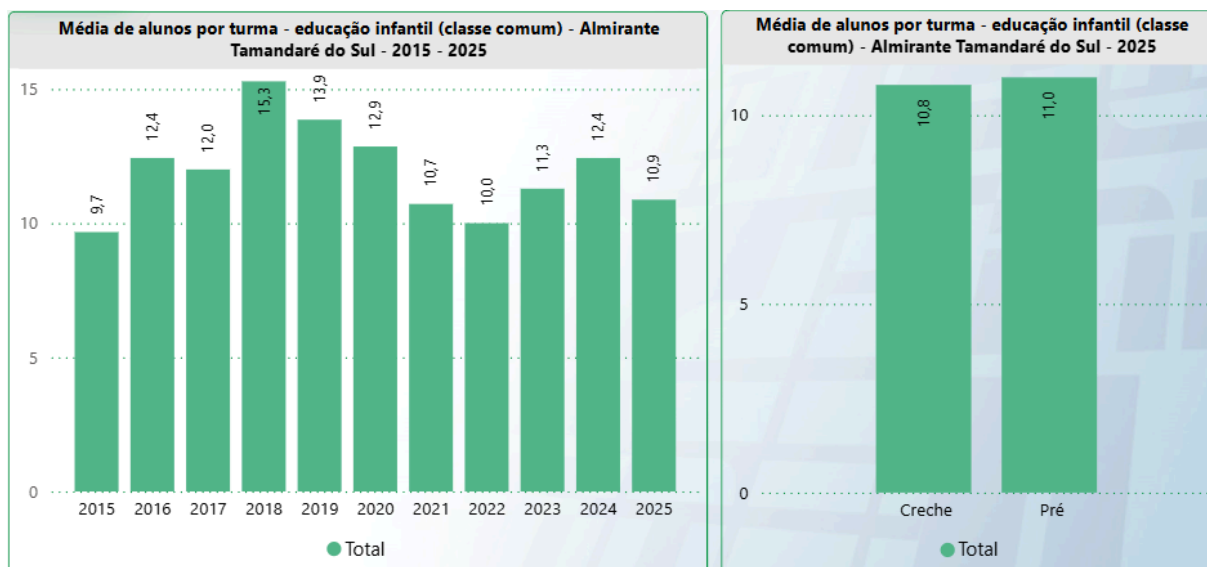


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/05/2026)

O município apresenta resultados bastante expressivos na oferta de tempo integral. Ao longo da série histórica, os percentuais mantiveram-se acima de 69%, alcançando aproximadamente 87,9% em 2025, o melhor resultado do período analisado. Esses indicadores demonstram forte compromisso da rede municipal com a ampliação do tempo de permanência das crianças na escola e com a garantia de experiências educativas mais abrangentes.

k) Tamanho das turmas

Gráfico 07 - Média de alunos por turma na Educação Infantil (2015-2025)



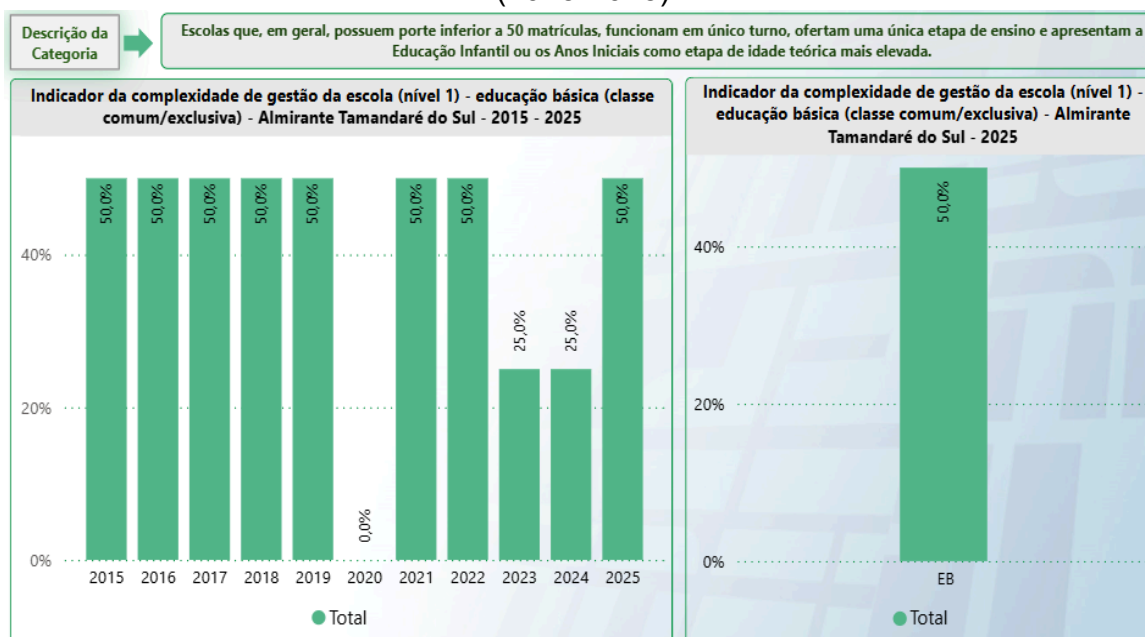
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/05/2026)

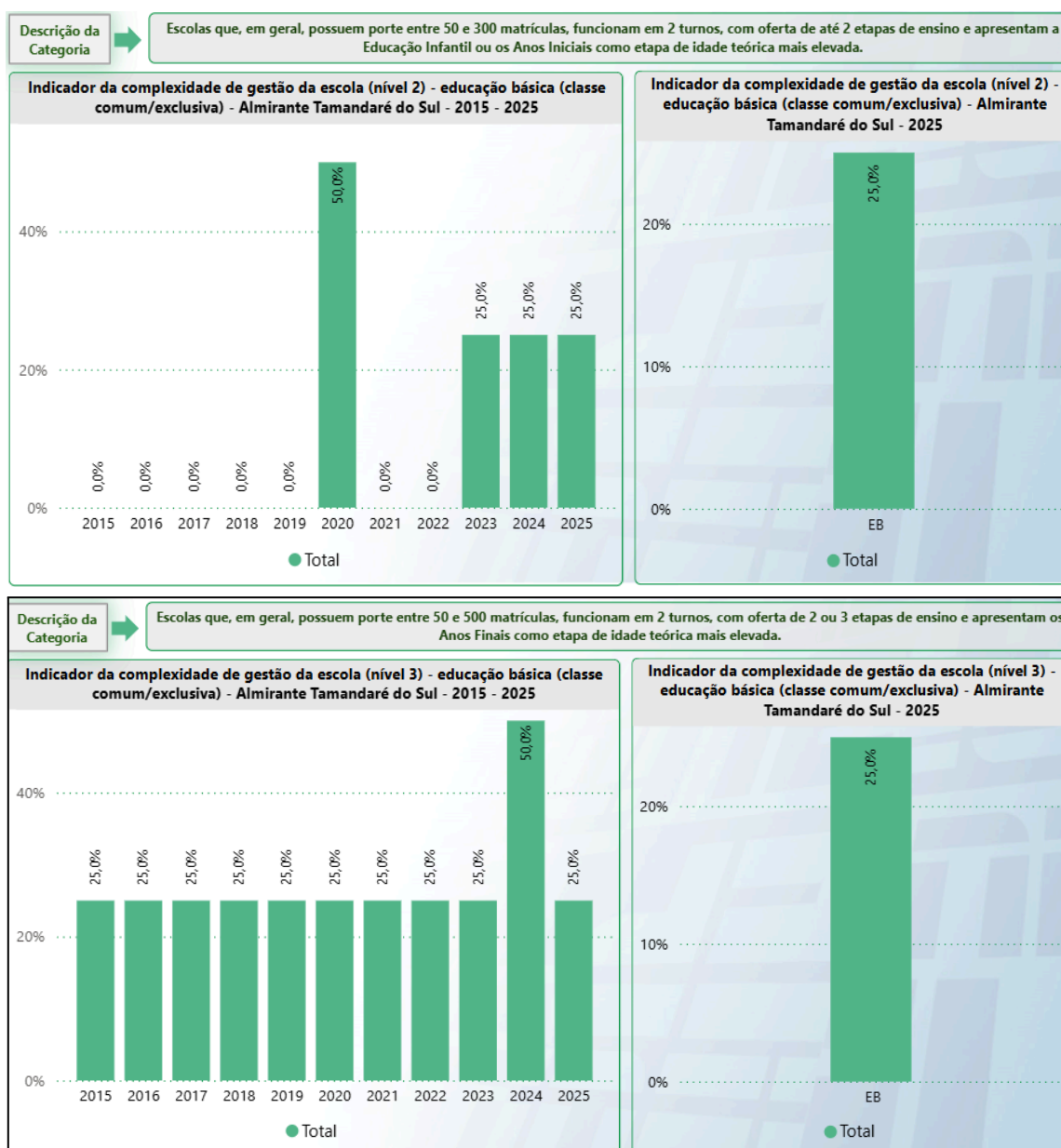
A média de alunos por turma apresenta comportamento relativamente estável ao longo da série histórica. Após atingir valores superiores a 15 alunos por turma em alguns anos, observa-se redução gradual, alcançando aproximadamente 10,9 alunos por turma em 2025. Na análise por etapa, a creche apresenta média de 10,8 crianças por turma e a pré-escola 11 alunos por turma.

Esses quantitativos são considerados adequados para a Educação Infantil, favorecendo a realização de práticas pedagógicas mais individualizadas, o fortalecimento dos vínculos afetivos e o acompanhamento mais próximo do desenvolvimento das crianças.

I) Complexidade de gestão da escola

Gráfico 08 - Indicador de complexidade de gestão da escola – rede municipal (2015-2025)





Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/05/2026)

Os indicadores de complexidade da gestão mostram predominância dos níveis 1, 2 e 3 ao longo da série histórica. Em 2025, aproximadamente 50% das escolas enquadram-se no nível 1; 25% no nível 2 e 25% no nível 3. Esse perfil é compatível com a realidade de municípios de pequeno porte, caracterizados por escolas com menor número de matrículas e estrutura administrativa menos complexa.

Essa condição tende a favorecer o acompanhamento pedagógico próximo, a comunicação entre gestores, professores e famílias, bem como a tomada de decisões mais ágil e contextualizada às necessidades da comunidade escolar.

De modo geral, os dados revelam que Almirante Tamandaré do Sul possui uma rede de Educação Infantil com indicadores favoráveis de qualidade. Destacam-se o crescimento do quadro docente, a elevada escolaridade dos profissionais, a qualificação da gestão escolar, a ampla oferta de atendimento em tempo integral, a carga horária ampliada e a manutenção de turmas com quantitativos adequados de crianças.

Os principais desafios identificados relacionam-se à continuidade dos processos de formação continuada para docentes e gestores, à manutenção dos elevados índices de

atendimento integral e ao aprimoramento permanente das práticas pedagógicas e dos processos de gestão. Esses aspectos são fundamentais para que o município continue avançando na garantia do direito à Educação Infantil com qualidade, equidade e foco no desenvolvimento integral das crianças.

Fontes Consultadas:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Censo Escolar da Educação Básica, Painel Estatístico do Censo Escolar e Novo Painel de Estatísticas da Educação Básica;
- QEdu Educação Infantil; Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB);
- Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS);
- Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI);
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Informações institucionais da Rede Municipal de Ensino de Almirante Tamandaré do Sul/RS.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos indicadores de qualidade da Educação Infantil de Almirante Tamandaré do Sul evidencia que o município apresenta condições gerais favoráveis de atendimento, especialmente em aspectos relacionados à infraestrutura básica, formação dos profissionais, organização das equipes pedagógicas, atendimento em tempo integral e qualificação da gestão escolar. Entretanto, a existência de alguns indicadores abaixo dos parâmetros mais elevados de qualidade demonstra que ainda persistem fatores que limitam o alcance de um padrão de excelência na oferta educacional.

No campo da infraestrutura e dos ambientes educativos, observa-se que, embora todas as instituições possuam condições básicas adequadas de funcionamento, metade das pré-escolas permanece classificada apenas no nível Básico de infraestrutura escolar e nenhuma unidade alcança o nível Avançado. Essa situação sugere a necessidade de investimentos contínuos na modernização dos espaços educativos, na ampliação de ambientes diversificados de aprendizagem e no fortalecimento das condições estruturais voltadas ao desenvolvimento integral das crianças.

Em relação aos recursos pedagógicos e às práticas educativas, os dados demonstram ausência de materiais específicos para atividades artísticas em parte das unidades de Educação Infantil. Essa limitação pode restringir experiências relacionadas à criatividade, à expressão corporal, à sensibilidade estética e ao desenvolvimento das múltiplas linguagens infantis, aspectos fundamentais previstos na BNCC e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

A análise das interações, do cuidado e do desenvolvimento infantil evidencia que, apesar da predominância de avaliações classificadas como ótimas e boas, ainda existem percentuais que variam entre 12% e 23% de turmas avaliadas como regulares, inadequadas ou inaceitáveis em dimensões relacionadas ao brincar, ao cuidado, ao acolhimento e à organização dos ambientes educativos. Esse resultado sugere a necessidade de aperfeiçoamento contínuo das práticas pedagógicas, das metodologias de trabalho e das experiências de aprendizagem oferecidas às crianças.

Outro aspecto relevante refere-se à qualificação dos profissionais da Educação Infantil. Embora a maioria dos docentes possua formação superior em licenciatura, cerca de 13,3% ainda não apresentam essa formação específica. Essa situação pode impactar a consolidação de práticas pedagógicas alinhadas às especificidades da primeira infância e reforça a importância de políticas de formação inicial e continuada voltadas aos profissionais da rede.

No âmbito da gestão e organização da oferta, os indicadores mostram que apenas 66,7% dos gestores participaram de formação continuada em gestão escolar nos anos mais recentes. Considerando o papel estratégico da liderança escolar na implementação das políticas educacionais, no acompanhamento pedagógico e na melhoria dos resultados institucionais, a ampliação dos processos formativos para gestores constitui um desafio importante para o município.

Os dados também demonstram que, embora o atendimento em tempo integral seja expressivo, especialmente na creche, aproximadamente 27,3% das matrículas da pré-escola ainda não ocorrem nessa modalidade. Isso evidencia a necessidade de ampliar gradativamente o acesso ao atendimento integral, fortalecendo as oportunidades de aprendizagem, convivência e desenvolvimento das crianças.

De forma geral, a análise permite concluir que os desafios identificados não estão relacionados à ausência de oferta ou a problemas estruturais graves, mas sim à necessidade de qualificar e aperfeiçoar dimensões específicas da política educacional. O município apresenta uma base sólida de atendimento, porém precisa avançar na melhoria da infraestrutura, no fortalecimento dos recursos pedagógicos, na ampliação da formação continuada e na qualificação permanente das práticas educativas para alcançar níveis mais elevados de qualidade e equidade na Educação Infantil. Causas identificadas:

Causa 01. Ausência de unidades classificadas no nível Avançado de infraestrutura escolar.

Causa 02. Metade das pré-escolas ainda apresenta classificação apenas no nível Básico de infraestrutura.

Causa 03. Necessidade de ampliação e diversificação dos recursos pedagógicos destinados às múltiplas linguagens infantis.

Causa 04. Existência de turmas com avaliações classificadas como regular, inadequada ou inaceitável em dimensões relacionadas ao cuidado, brincar e interações pedagógicas.

Causa 05. Necessidade de fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças.

Causa 06. Parte dos docentes ainda não possui formação superior em licenciatura específica para atuação na Educação Infantil.

Causa 07. Necessidade de ampliar as oportunidades de formação continuada para os profissionais da Educação Infantil.

Causa 08. Participação parcial dos gestores em processos de formação continuada em gestão escolar.

Causa 09. Parte das matrículas da pré-escola ainda não ocorre em tempo integral.

Causa 10. Necessidade de ampliação gradual das oportunidades de atendimento integral para todas as crianças da pré-escola.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01.** Metade das pré-escolas permanece classificada apenas no nível Básico de infraestrutura escolar.
- **Causa 02.** Existência de avaliações regulares, inadequadas e inaceitáveis em dimensões relacionadas ao brincar, cuidado e interações.
- **Causa 03.** Parte dos docentes ainda não possui licenciatura completa.
- **Causa 04.** Participação parcial dos gestores em formação continuada.
- **Causa 05.** Necessidade de ampliação do atendimento em tempo integral na pré-escola.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 - Árvore dos Problemas do Tema 02 do PME

TEMA 02 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

PROBLEMA 02: BAIXA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

DESCRIPTOR 01

Infraestrutura e Ambientes Educativos

50% das pré-escolas encontram-se classificadas apenas no nível Básico de infraestrutura escolar, e nenhuma unidade está classificada no nível Avançado.

DESCRIPTOR 02

Interações, Cuidado e Desenvolvimento Infantil

Entre 12% e 23% das turmas apresentam avaliações classificadas como Regular, Inadequada ou Inaceitável em dimensões relacionadas ao cuidado, brincar, organização dos espaços e interações pedagógicas.

DESCRIPTOR 03

Qualificação dos Profissionais da Educação

Embora predomine a formação superior, cerca de 13,3% dos docentes da Educação Infantil ainda não possuem licenciatura completa em 2025.

DESCRIPTOR 04

Gestão e Organização da Oferta

Apenas 66,7% dos gestores participaram de formação continuada em gestão escolar nos anos mais recentes, indicando necessidade de ampliação dos processos formativos.

DESCRIPTOR 05

Atendimento Integral e Direitos de Aprendizagem

A pré-escola atende aproximadamente 72,7% das matrículas em tempo integral, evidenciando que parte das crianças ainda não acessa essa modalidade de atendimento.

CAUSA 01

Metade das pré-escolas permanece classificada apenas no nível Básico de infraestrutura escolar.

CAUSA 02

Existência de avaliações regulares, inadequadas e inaceitáveis em dimensões relacionadas ao brincar, cuidado e interações.

CAUSA 03

Parte dos docentes (oficineiros) ainda não possui licenciatura completa.

CAUSA 04

Participação parcial dos gestores em formação continuada.

CAUSA 05

Necessidade de ampliação do atendimento em tempo integral na pré-escola.

LEGENDA:



Problema



Descritor



Causa

Fonte: Autoria própria

4. TEMA 03 - ALFABETIZAÇÃO

Problema 03: CRIANÇAS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL AINDA NÃO ESTÃO PLENAMENTE ALFABETIZADAS, COMPROMETENDO O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES NOS ANOS SUBSEQUENTES DE ESCOLARIZAÇÃO E A TRAJETÓRIA REGULAR.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

Com base no documento, a análise descritiva contempla indicadores complementares de alfabetização, aprendizagem e desempenho educacional, permitindo uma compreensão abrangente da situação do município de Almirante Tamandaré do Sul/RS em relação ao processo de alfabetização das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foram analisados dados do Indicador Criança Alfabetizada (ICA), da Avaliação de Fluência Leitora do Programa Alfabetiza Tchê, do Índice Municipal da Educação do Rio Grande do Sul (IMERS) e dos resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS), possibilitando identificar avanços, desafios e tendências relacionadas à consolidação das habilidades de leitura, escrita e matemática. A interpretação desses indicadores contribui para evidenciar os fatores que influenciam a aprendizagem dos estudantes, subsidiando a formulação de estratégias pedagógicas e de gestão voltadas à garantia da alfabetização na idade certa e à promoção da equidade educacional.

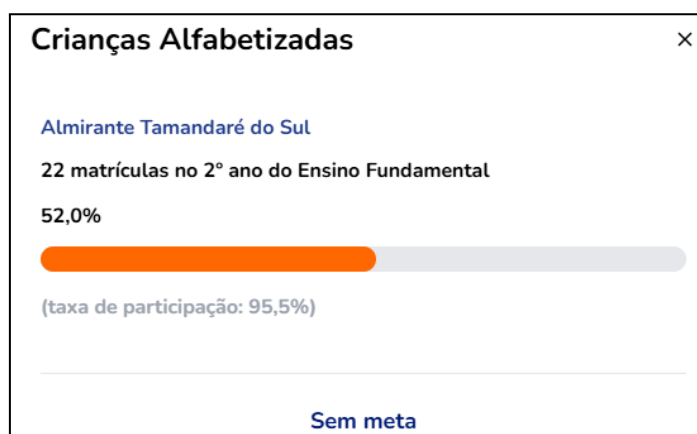
DESCRITORES³ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01:** Indicador Criança Alfabetizada em 52% em 2025.
- **Descritor 02:** Índice de Fluência Leitora (IFL) foi de 6 pontos em 2025.
- **Descritor 03:** o índice do IMERS apresentou pequena evolução de 67 pontos em 2023 para 70 pontos em 2024.
- **Descritor 04:** Na avaliação de Língua Portuguesa, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 620 pontos, com 95% de participação.
- **Descritor 05:** Na avaliação de Matemática, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 553 pontos, com 95% de participação.

a) Indicador Criança Alfabetizada – ICA

Imagem 01: Indicador Criança Alfabetizada – ICA (2025)

³ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.



Fonte:

<https://gedu.org.br/uf/43-rio-grande-do-sul/explore?aba=alfabetizacao&cidade=almirante-tamandare-do-sul>
(Acesso em: 04/06/2026)

O Indicador Criança Alfabetizada demonstra que o município de **Almirante Tamandaré do Sul/RS** alcançou **52,0% de crianças alfabetizadas** entre os estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental avaliados. O resultado foi obtido a partir de **22 matrículas**, com uma **taxa de participação de 95,5%**, percentual considerado elevado e suficiente para garantir a representatividade dos dados.

O desempenho indica que pouco mais da metade dos estudantes avaliados atingiu o padrão esperado de alfabetização para a etapa escolar. Embora o resultado seja superior ao observado em diversos municípios de pequeno porte, ainda evidencia que uma parcela significativa das crianças não consolidou plenamente as habilidades essenciais de leitura, escrita e compreensão textual ao final do ciclo de alfabetização.

Considerando que a alfabetização é a base para o desenvolvimento das demais aprendizagens escolares, o indicador revela avanços importantes, mas também aponta para a necessidade de fortalecer as estratégias pedagógicas voltadas à garantia do direito de aprender na idade adequada. O percentual alcançado demonstra que o município possui condições de promover resultados positivos, porém ainda enfrenta desafios para assegurar que todos os estudantes desenvolvam as competências previstas para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A taxa de participação de **95,5%** é um aspecto positivo, pois demonstra amplo envolvimento dos estudantes no processo avaliativo e permite que os resultados reflitam de forma confiável a realidade da rede municipal. Em municípios com quantitativo reduzido de matrículas, pequenas variações no desempenho individual dos estudantes podem gerar impactos significativos nos percentuais finais, exigindo análises cuidadosas e acompanhamento individualizado.

Principais aspectos evidenciados pelo indicador:

a) Pontos positivos:

- Percentual de alfabetização superior a 50%, indicando que a maioria dos estudantes atingiu o padrão esperado.
- Taxa de participação elevada (95,5%), garantindo confiabilidade aos resultados.
- Possibilidade de acompanhamento individualizado dos estudantes devido ao reduzido número de matrículas.

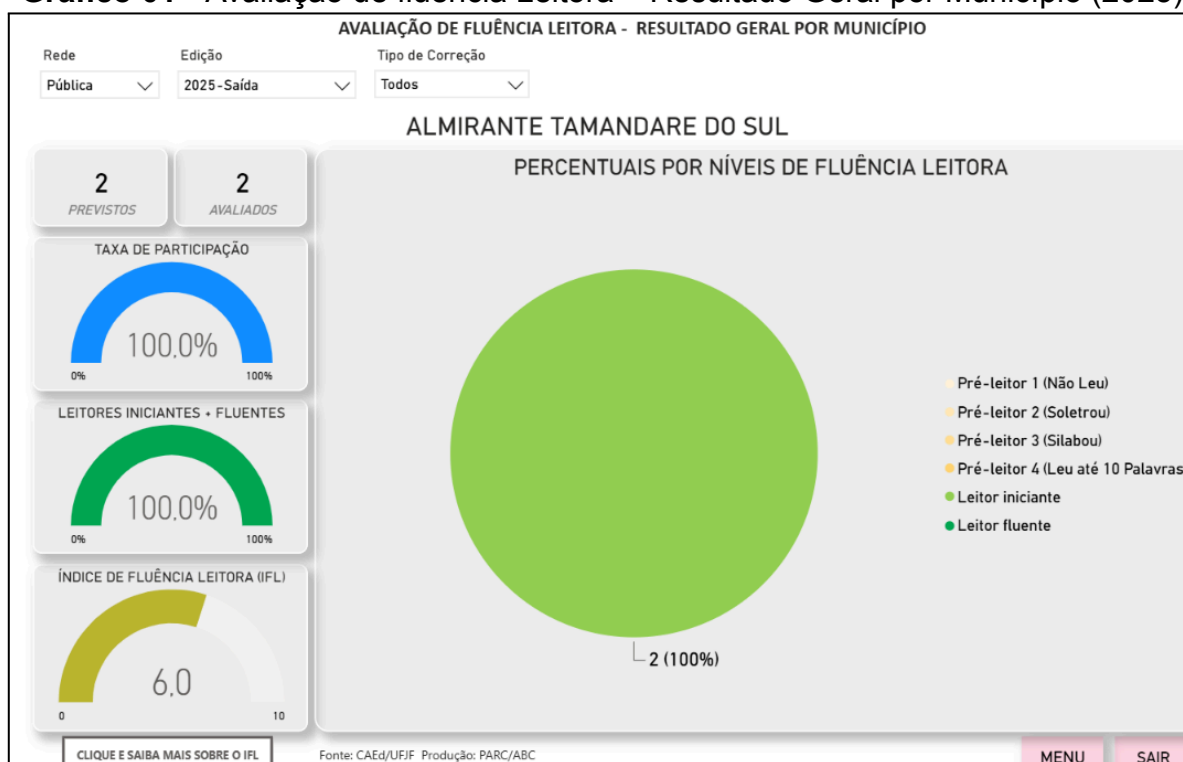
- Evidências de que parte significativa das crianças está consolidando as habilidades de leitura e escrita na idade adequada.

b) Aspectos de atenção:

- Cerca de metade dos estudantes ainda não alcançou o nível esperado de alfabetização.
- Necessidade de continuar fortalecendo ações de recomposição e intervenção pedagógica.
- Importância de ampliar práticas permanentes de leitura, escrita e oralidade.
- Necessidade de monitoramento contínuo dos estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem.

b) Fluência Leitora do Programa Estadual Alfabetiza Tchê

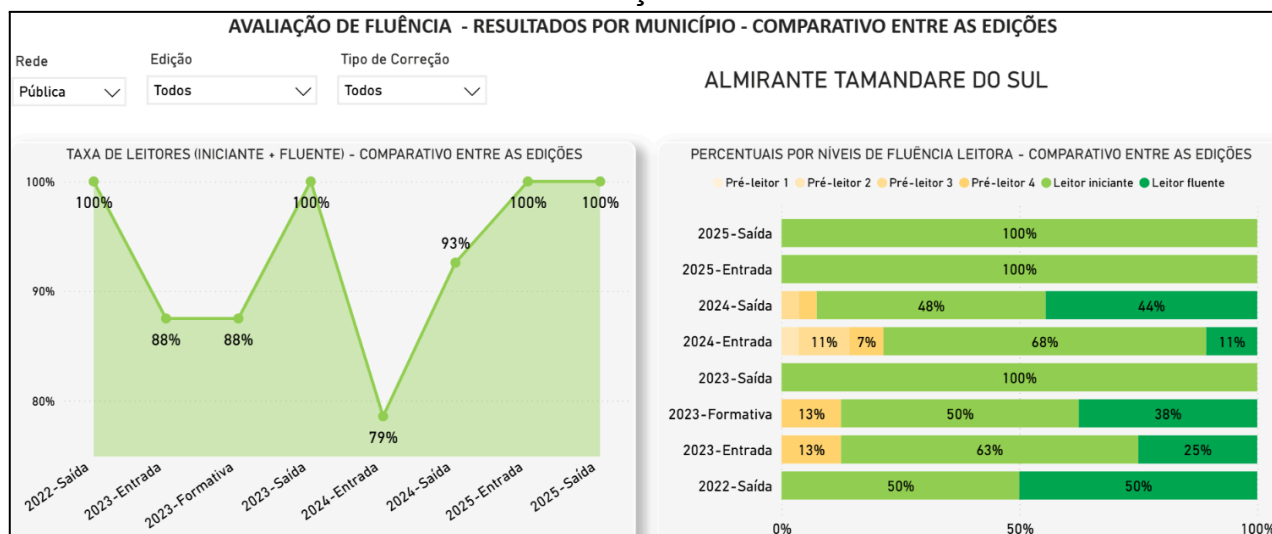
Gráfico 01 - Avaliação de fluência Leitora – Resultado Geral por Município (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com> (Acesso em: 04/06/2026)

O gráfico demonstra que **100% dos estudantes avaliados foram classificados no nível Leitor Fluente (L2)**, não havendo registros de estudantes nos níveis Pré-Leitor ou Leitor Iniciante. Além disso, a taxa de participação foi de **100%**, garantindo elevada confiabilidade aos resultados obtidos. Também se observa que **100% dos estudantes avaliados foram considerados leitores iniciantes ou fluentes**, indicando que todos os alunos alcançaram patamares adequados de desenvolvimento da leitura para a etapa avaliada. O Índice de Fluência Leitora (IFL) registrado foi de **6,0 pontos**. Esses resultados demonstram que o município conseguiu assegurar que todos os estudantes avaliados desenvolvessem competências mínimas de leitura, configurando um importante avanço para a política de alfabetização.

Gráfico 02 - Avaliação de fluência - Resultado por Município – Comparativo entre as edições

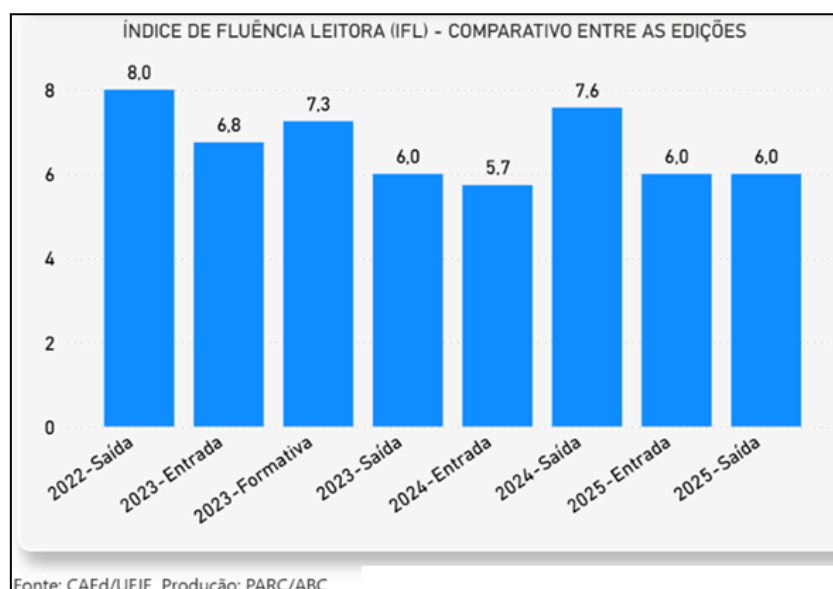


Fonte: <https://app.powerbi.com> (Acesso em: 04/06/2026)

A análise histórica evidencia que o município manteve elevados índices de estudantes leitores iniciantes e fluentes ao longo das diferentes edições da avaliação. Em 2023-Saída, o indicador atingiu 100%; em 2023-Entrada e 2023-Formativa houve redução para aproximadamente 88%; em 2024-Entrada ocorreu a menor taxa da série, com cerca de 79%; posteriormente houve recuperação para 93% na avaliação formativa e retorno a 100% na avaliação de saída de 2024. Em 2025, tanto a avaliação de entrada quanto a de saída mantiveram o percentual de 100%. Esses dados revelam a capacidade da rede em recuperar aprendizagens ao longo do ano letivo e consolidar os processos de alfabetização.

Ao observar a distribuição dos níveis de fluência, verifica-se que em algumas edições ainda existiam estudantes classificados como Pré-Leitores ou Leitores Iniciantes. Entretanto, em 2025, a totalidade dos estudantes passou a concentrar-se no nível Leitor Fluente, indicando evolução consistente do desempenho e fortalecimento das práticas de alfabetização desenvolvidas pela rede municipal.

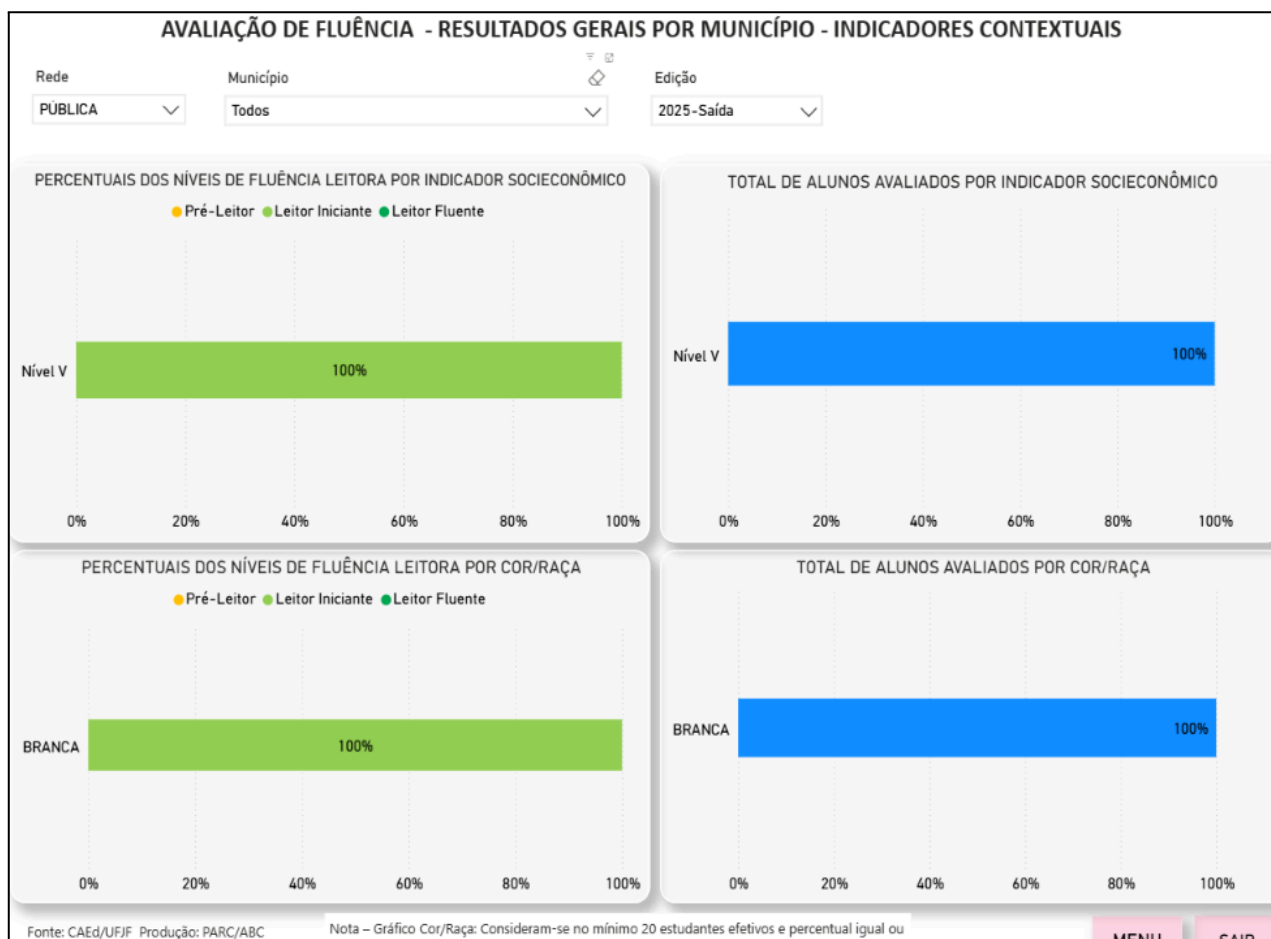
Gráfico 03 - Índice de fluência Leitora (IFL) – Comparativo entre as edições



Fonte: <https://app.powerbi.com> (Acesso em: 04/06/2026)

O Índice de Fluência Leitora apresentou oscilações ao longo do período analisado. Em 2023, o município registrou índices de 8,0 pontos na avaliação de saída, 6,8 na entrada e 7,3 na avaliação formativa. Em 2024, observou-se redução para 6,0 pontos na saída e 5,7 pontos na entrada, seguida de recuperação para 7,6 pontos na saída do mesmo ano. Em 2025, tanto a avaliação de entrada quanto a de saída registraram **6,0 pontos**. Embora o IFL atual seja inferior ao melhor resultado da série histórica, o indicador permanece em patamar satisfatório e deve ser analisado conjuntamente com o fato de que 100% dos estudantes foram classificados como leitores fluentes em 2025. Isso sugere que a rede conseguiu garantir a alfabetização dos estudantes, ainda que existam oportunidades de aperfeiçoamento para ampliar a velocidade, precisão e expressividade da leitura.

Gráfico 04 - Avaliação de fluência Leitora – Resultados Gerais por Município – indicadores contextuais (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com> (Acesso em: 04/06/2026)

Os indicadores contextuais demonstram que a totalidade dos estudantes avaliados pertence ao **Nível Socioeconômico V**, e que 100% dos alunos identificados no recorte analisado são classificados na categoria racial branca. Em ambos os grupos, 100% dos estudantes foram classificados como leitores fluentes. Os dados indicam que, dentro do contexto municipal, não foram identificadas disparidades de desempenho entre os estudantes avaliados.

Os resultados da Avaliação de Fluência Leitora do Programa Estadual Alfabetiza Tchê evidenciam um cenário bastante positivo para o município de Almirante Tamandaré do Sul/RS. Os indicadores demonstram elevados níveis de desempenho dos estudantes, manutenção da proficiência ao longo das diferentes edições da avaliação e universalização da participação dos alunos avaliados. Ainda que alguns indicadores apresentem oscilações pontuais entre as edições, o conjunto dos dados revela uma rede municipal com bons resultados no processo de alfabetização e desenvolvimento da leitura.

c) IMERS

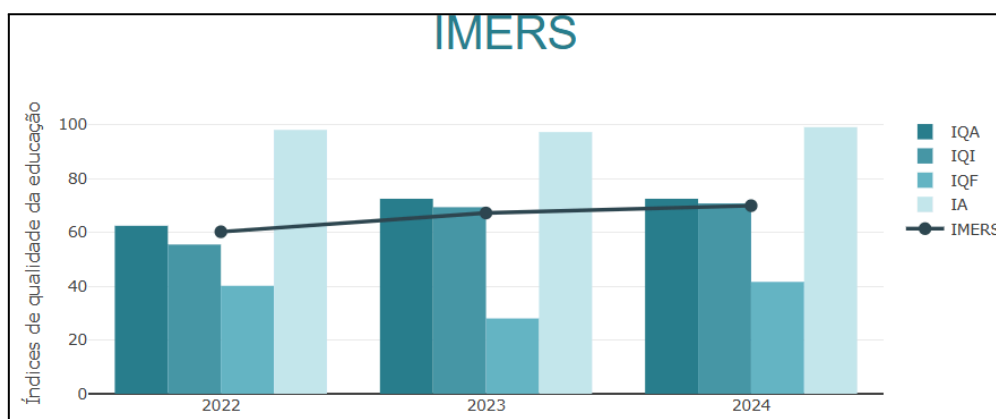
Gráfico 05 - Desempenho na avaliação do IMERS⁴ (2022 a 2024)

⁴ No contexto do **IMERS**, normalmente:

IQA avalia resultados educacionais e aprendizagem;

IQI avalia infraestrutura e condições de oferta;

IQF avalia qualificação e condições dos profissionais;



Fonte: <https://imersvis.dee.rs.gov.br/> (Acesso em: 04/06/2026)

Os resultados do IMERS demonstram uma trajetória de crescimento gradual da qualidade educacional do município entre 2022 e 2024, impulsionada principalmente pela melhoria dos indicadores de aprendizagem e infraestrutura. Apesar dos avanços observados, permanecem desafios importantes relacionados à formação dos profissionais e aos processos de gestão educacional.

O **Índice de Qualidade da Aprendizagem (IQA)** apresentou evolução significativa ao longo do período analisado. Em 2022 registrou aproximadamente **62 pontos**, avançando para cerca de **72 pontos em 2023** e mantendo resultado semelhante em **2024**. Esse crescimento sugere melhorias no desempenho dos estudantes e maior efetividade das ações pedagógicas desenvolvidas pela rede municipal.

O **Índice de Qualidade da Infraestrutura (IQI)** também apresentou evolução consistente. O indicador passou de aproximadamente **56 pontos em 2022** para **68 pontos em 2023** e alcançou cerca de **70 pontos em 2024**. Esse comportamento evidencia investimentos na qualificação dos espaços escolares, equipamentos e recursos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

O **Índice de Qualidade dos Fatores de Gestão e Formação (IQF)** permaneceu como o indicador de menor desempenho durante todo o período. Em 2022 apresentou aproximadamente **40 pontos**, reduziu para cerca de **28 pontos em 2023** e recuperou-se para aproximadamente **42 pontos em 2024**. Embora tenha havido melhora no último ano, os resultados indicam que a formação continuada dos profissionais da educação e o fortalecimento da gestão escolar ainda constituem desafios para o município.

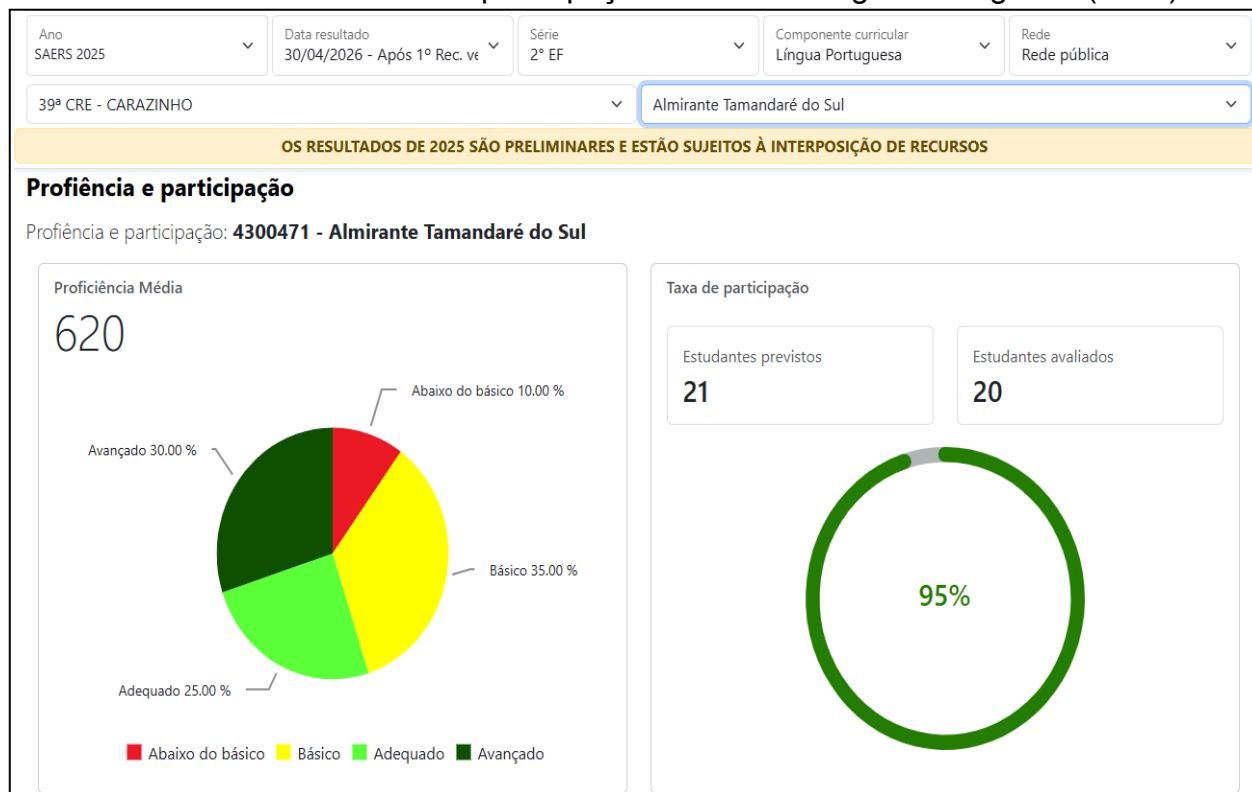
O **Índice de Atendimento (IA)** manteve desempenho muito elevado ao longo dos três anos, variando entre **97 e 99 pontos**. Esse resultado demonstra que o município consegue garantir amplo acesso à educação, atendendo praticamente toda a demanda da população em idade escolar.

Como consequência do comportamento dos indicadores que compõem o índice, o **IMERS** apresentou crescimento contínuo. O índice geral passou de aproximadamente **60 pontos em 2022** para **67 pontos em 2023**, alcançando cerca de **70 pontos em 2024**. Esse avanço reflete principalmente a melhora da aprendizagem e da infraestrutura, associadas à manutenção dos elevados níveis de atendimento educacional.

IA avalia acesso, atendimento e cobertura educacional;
IMERS sintetiza o desempenho geral do município.

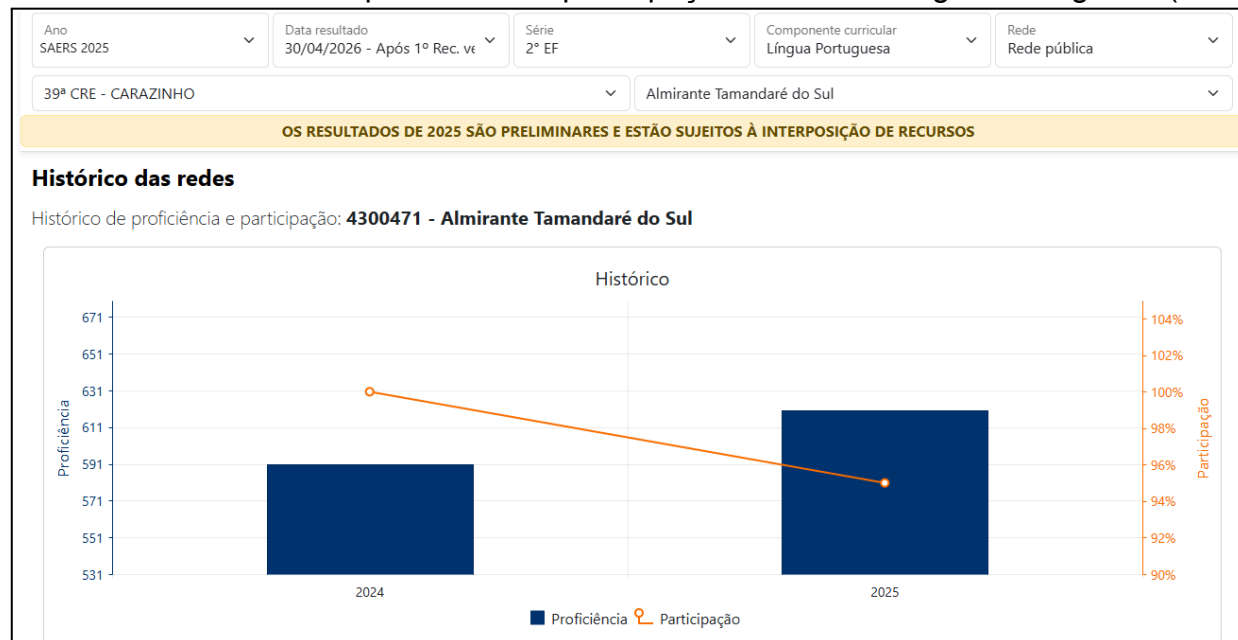
d) SAERS

Gráfico 06 - Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 07 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 08 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa (2025)

Ano
SAERS 2025

Data resultado
30/04/2026 - Após 1º Rec. ve

Série
2º EF

Componente curricular
Língua Portuguesa

Rede
Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO

Almirante Tamandaré do Sul

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Resultados detalhados de proficiência e habilidades

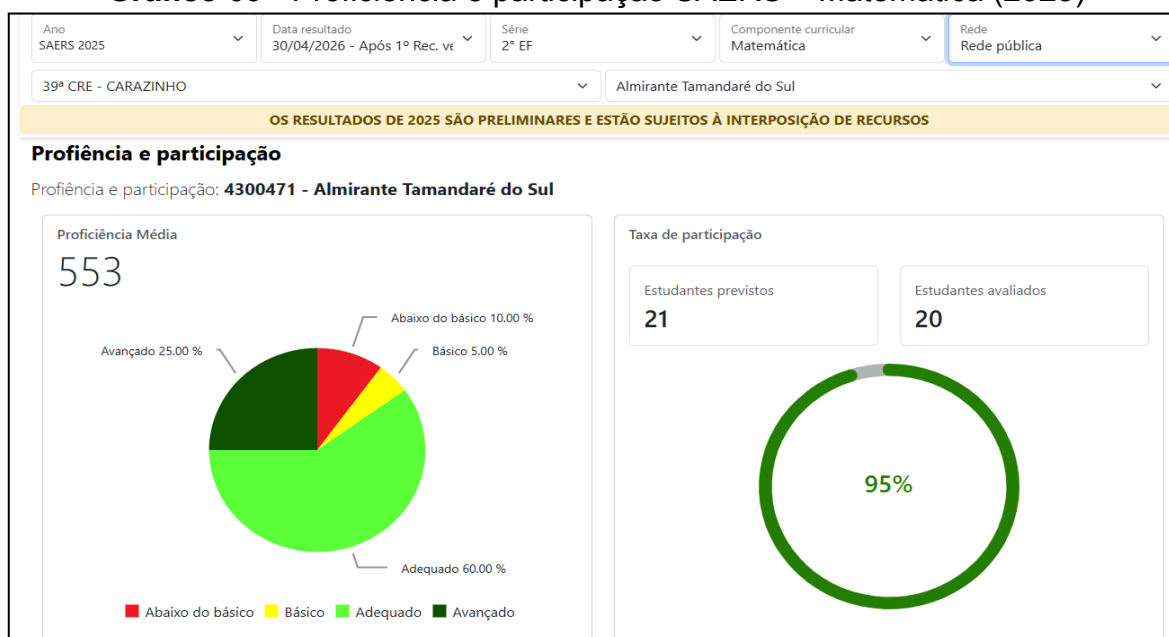
Visualizar detalhadamente os resultados

Município: 4300471 - Almirante Tamandaré do Sul

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶ EMEF BENTO GONCALVES	21	20	95.0 %	620	10.0 %	35.0 %	25.0 %	30.0 %	Turmas

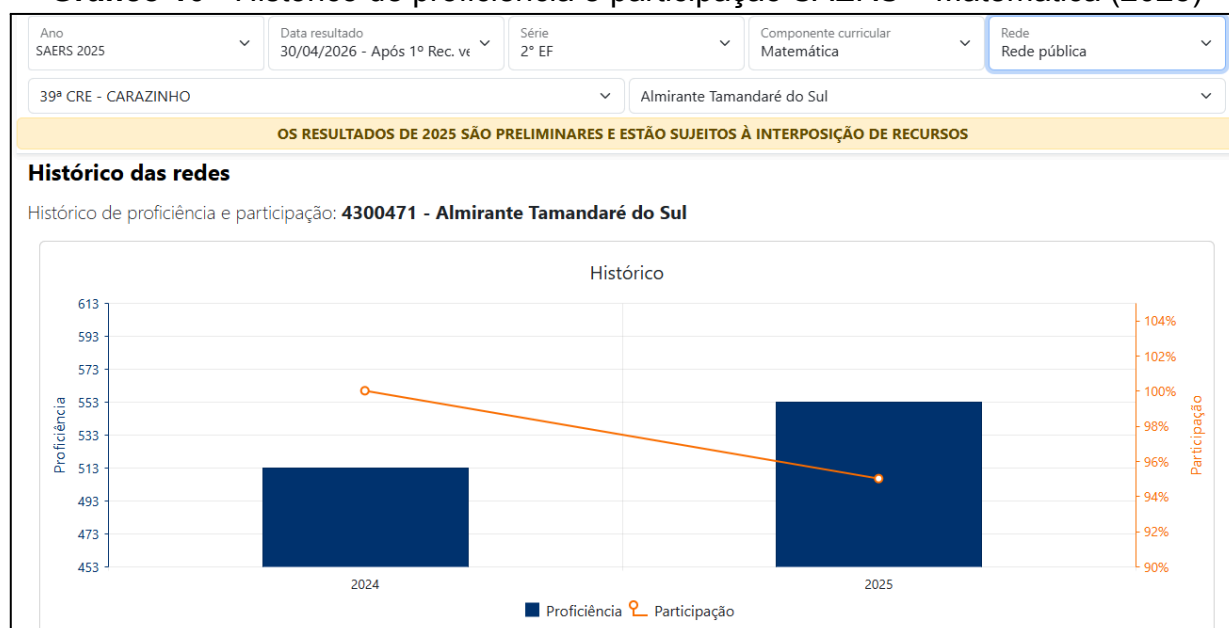
Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 09 - Proficiência e participação SAERS – Matemática (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 10 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 11 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Matemática (2025)

Ano
SAERS 2025

Data resultado
30/04/2026 - Após 1º Rec. vº

Série
2º EF

Componente curricular
Matemática

Rede
Rede pública

39º CRE - CARAZINHO

Almirante Tamandaré do Sul

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Resultados detalhados de proficiência e habilidades

Visualizar detalhadamente os resultados

Município: 4300471 - Almirante Tamandaré do Sul

	Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶	EMEF BENTO GONCALVES	21	20	95.0 %	553	10.0 %	5.0 %	60.0 %	25.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Os resultados do SAERS 2025 evidenciam um desempenho positivo dos estudantes de **Almirante Tamandaré do Sul/RS**, especialmente em **Matemática**, área em que a maioria dos alunos atingiu os níveis esperados de aprendizagem. Em **Língua Portuguesa**, embora os resultados também sejam satisfatórios, observa-se uma maior concentração de estudantes nos níveis Básico e Abaixo do Básico, indicando a necessidade de fortalecimento das ações voltadas à leitura e compreensão textual.

A avaliação foi realizada na **EMEF Bento Gonçalves**, com **21 estudantes previstos e 20 avaliados**, resultando em uma **taxa de participação de 95%** nas duas áreas avaliadas.

a) Língua Portuguesa:

Na avaliação de Língua Portuguesa, o município alcançou **proficiência média de 620 pontos**, apresentando evolução em relação a 2024, quando a média se situava em aproximadamente **590 pontos**. Esse crescimento demonstra avanços nas habilidades de leitura, interpretação e compreensão textual dos estudantes.

A distribuição dos estudantes por níveis de desempenho foi:

- **Abaixo do Básico:** 10%
- **Básico:** 35%
- **Adequado:** 25%
- **Avançado:** 30%

Os resultados mostram que **55% dos estudantes encontram-se nos níveis Adequado ou Avançado**, indicando que mais da metade dos alunos desenvolveu as habilidades esperadas para a etapa escolar. Merece destaque o percentual de **30% no nível Avançado**, evidenciando que uma parcela significativa dos estudantes apresenta desempenho acima das expectativas.

Entretanto, os **45% dos estudantes classificados nos níveis Básico ou Abaixo do Básico** indicam a necessidade de ampliar as estratégias de apoio pedagógico para garantir que todos os alunos consolidem plenamente as competências de leitura e escrita.

b) Matemática:

Em Matemática, os resultados foram ainda mais expressivos. O município alcançou **proficiência média de 553 pontos**, superando o resultado de 2024, que era próximo de **513 pontos**, evidenciando evolução significativa na aprendizagem em matemática.

A distribuição dos estudantes por níveis de desempenho foi:

- **Abaixo do Básico:** 10%

- **Básico:** 5%
- **Adequado:** 60%
- **Avançado:** 25%

Nesse componente curricular, **85% dos estudantes encontram-se nos níveis Adequado ou Avançado**, percentual bastante elevado e que demonstra sólida aprendizagem das habilidades matemáticas previstas para o 2º ano do Ensino Fundamental.

Além disso, apenas **15% dos estudantes permanecem nos níveis Básico ou Abaixo do Básico**, resultado que reforça a efetividade das práticas pedagógicas desenvolvidas na área.

Evolução Histórica: os gráficos históricos demonstram crescimento da proficiência média em ambas as áreas avaliadas:

a) Língua Portuguesa:

- 2024: aproximadamente 590 pontos
- 2025: 620 pontos

b) Matemática:

- 2024: aproximadamente 513 pontos
- 2025: 553 pontos

Os dados indicam que o município apresentou avanços consistentes entre os dois ciclos avaliativos, com destaque para a evolução em Matemática.

Síntese dos Resultados:

Pontos Fortes:

- Crescimento da proficiência média em Língua Portuguesa e Matemática.
- Participação elevada dos estudantes (95%).
- Excelente desempenho em Matemática.
- 85% dos estudantes nos níveis Adequado e Avançado em Matemática.
- Presença significativa de estudantes no nível Avançado em ambas as áreas.
- Evolução dos indicadores em relação ao ano anterior.

Aspectos de Atenção:

- Percentual ainda elevado de estudantes nos níveis Básico e Abaixo do Básico em Língua Portuguesa.
- Necessidade de fortalecer habilidades relacionadas à leitura, interpretação e compreensão textual.
- Importância de reduzir o contingente de estudantes com desempenho abaixo do esperado.
- Continuidade do acompanhamento pedagógico individualizado para os estudantes com maiores dificuldades.

Conclusão geral da análise dos dados:

Os resultados do Indicador Criança Alfabetizada (ICA) mostram que **Almirante Tamandaré do Sul apresenta um nível intermediário de alfabetização**, com avanços importantes, mas ainda distante da universalização do direito à alfabetização na idade certa. O percentual de 52,0% indica que o município já possui bases pedagógicas capazes de produzir resultados positivos, porém necessita intensificar ações voltadas à qualificação das práticas de alfabetização, ao acompanhamento individualizado dos estudantes, à formação continuada dos professores alfabetizadores e ao fortalecimento

da articulação entre Educação Infantil e Anos Iniciais. O investimento nessas estratégias poderá contribuir para elevar significativamente os índices de alfabetização e garantir melhores trajetórias escolares às crianças da rede municipal.

De forma geral, os resultados da Fluência Leitora demonstram que Almirante Tamandaré do Sul apresenta um desempenho bastante favorável no processo de alfabetização. A participação integral dos estudantes, a classificação de 100% dos avaliados como leitores fluentes e a manutenção de elevados percentuais de leitores iniciantes e fluentes ao longo das diferentes edições evidenciam a efetividade das ações pedagógicas desenvolvidas pela rede municipal. Como desafio, destaca-se a necessidade de continuar qualificando as práticas de leitura para elevar os índices de fluência e consolidar a aprendizagem dos estudantes nos anos subsequentes da escolarização, garantindo não apenas a alfabetização, mas também o desenvolvimento da compreensão leitora e da proficiência em linguagem.

Quanto ao IMERS, os dados revelam um município que apresenta **forte capacidade de atendimento educacional**, garantindo acesso praticamente universal à população escolar. Observa-se também uma trajetória positiva na **aprendizagem dos estudantes** e na **infraestrutura escolar**, fatores que contribuíram diretamente para o crescimento do IMERS entre 2022 e 2024.

Os resultados evidenciam que um dos desafios é a dimensão relacionada à **gestão e formação dos profissionais da educação**, representada pelo IQF, mas também levamos em consideração que existem outros fatores externos à escola que influenciam diretamente na aprendizagem, o ambiente familiar (apoio e diálogo), a situação econômica (renda e nutrição) e a saúde física e mental dos alunos. Assim, para consolidar os avanços já alcançados e elevar ainda mais a qualidade da educação municipal, recomenda-se priorizar ações voltadas à formação continuada dos docentes e gestores, ao acompanhamento pedagógico das aprendizagens, ao fortalecimento dos processos de gestão escolar e o fortalecimento da relação escola-família. Essas medidas tendem a produzir impactos positivos e sustentáveis nos indicadores educacionais e no desempenho global do município.

Os resultados do SAERS 2025 demonstram que **Almirante Tamandaré do Sul apresenta um desempenho educacional positivo e em processo de evolução**, especialmente na área de Matemática, onde a ampla maioria dos estudantes alcançou os níveis Adequado e Avançado de aprendizagem. Em Língua Portuguesa, embora os resultados também sejam favoráveis, observa-se a necessidade de ampliar as ações voltadas ao fortalecimento das competências leitoras e da compreensão textual.

De forma geral, o município evidencia capacidade de promover avanços significativos na aprendizagem dos estudantes. A continuidade dos investimentos em formação docente, acompanhamento pedagógico, uso dos resultados das avaliações externas e fortalecimento das práticas de leitura e escrita poderá contribuir para elevar ainda mais os níveis de proficiência e consolidar os avanços já alcançados pela rede municipal.

Fontes consultadas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – Painel de Indicadores da Alfabetização**. Brasília: MEC, 2026.

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Indicador Criança Alfabetizada**. Brasília: INEP, 2026.
- QEDU. **Indicadores Educacionais – Almirante Tamandaré do Sul/RS**. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/43-rio-grande-do-sul/explore?aba=alfabetizacao&cidade=a-almirante-tamandare-do-sul>. Acesso em: 04 jun. 2026.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Programa Alfabetiza Tchê – Painel de Fluência Leitora**. Porto Alegre: SEDUC/RS, 2026.
- RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Economia e Estatística. **Índice Municipal da Educação do Rio Grande do Sul (IMERS)**. Porto Alegre: DEE/RS, 2026. Disponível em: <https://imersvis.dee.rs.gov.br/>.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS)**. Porto Alegre: SEDUC/RS; Fundação VUNESP, 2026. Disponível em: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados>.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise integrada dos resultados do **Indicador Criança Alfabetizada (ICA)**, da **Fluência Leitora**, do **IMERS** e do **SAERS**, observa-se que Almirante Tamandaré do Sul apresenta avanços importantes no processo de alfabetização, porém ainda não alcançou os níveis considerados adequados para garantir a alfabetização de todas as crianças na idade certa. Embora o município registre excelentes resultados na Fluência Leitora e evolução nos indicadores de aprendizagem, o fato de apenas **52% das crianças do 2º ano estarem alfabetizadas** demonstra a existência de fatores que continuam limitando a consolidação plena das habilidades de leitura e escrita.

Causa 01. Quase metade dos estudantes ainda não alcança o padrão esperado de alfabetização: O principal desafio evidenciado pelo ICA é que 48% das crianças avaliadas ainda não atingiram o nível esperado de alfabetização ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Embora o município apresente desempenho superior a muitos municípios de porte semelhante, o indicador demonstra que o direito à alfabetização na idade adequada ainda não está universalizado.

Causa 02. Necessidade de fortalecimento das práticas pedagógicas de leitura, escrita e compreensão textual: Os resultados do SAERS mostram evolução em Língua Portuguesa, porém 45% dos estudantes permanecem nos níveis Básico ou Abaixo do Básico. Esse cenário sugere a necessidade de ampliar práticas sistemáticas de leitura, produção textual, oralidade e compreensão leitora, especialmente para os estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem.

Causa 03. Necessidade de intensificar ações de recomposição das aprendizagens: Os dados indicam que o município conseguiu promover avanços importantes após os impactos educacionais dos últimos anos, mas a existência de um contingente significativo de estudantes que ainda não alcançou o padrão esperado demonstra que as estratégias de recomposição precisam ser ampliadas e sistematizadas para atender todos os alunos que apresentam defasagens.

Causa 04. Diferença entre a fluência leitora e a consolidação da alfabetização: Embora 100% dos estudantes avaliados tenham sido classificados como leitores fluentes na Avaliação de Fluência Leitora, o ICA registra apenas 52% de crianças alfabetizadas. Essa diferença sugere que parte dos estudantes consegue realizar a leitura oral com

fluência, mas ainda apresenta dificuldades na compreensão textual, na escrita convencional e na utilização da leitura em situações mais complexas de aprendizagem.

Causa 05. Fragilidades nos processos de gestão pedagógica e formação continuada: O IMERS aponta que o Índice de Qualidade dos Fatores de Gestão e Formação (IQF) precisa melhorar. Mesmo apresentando recuperação em 2024, alcançou apenas cerca de 42 pontos, resultado significativamente inferior aos demais indicadores. Isso sugere a necessidade de fortalecer a formação continuada dos professores alfabetizadores, o acompanhamento pedagógico e os mecanismos de monitoramento das aprendizagens.

Causa 06. Maior qualificação do profissional no acompanhamento individualizado dos estudantes com dificuldades: O próprio documento destaca a importância do monitoramento contínuo e das intervenções pedagógicas direcionadas aos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem. Em redes pequenas, como a de Almirante Tamandaré do Sul, o acompanhamento individualizado pode produzir impactos significativos nos resultados da alfabetização.

Causa 07. Persistência de estudantes com desempenho abaixo do esperado em Língua Portuguesa: Enquanto a Matemática apresenta 85% dos estudantes nos níveis Adequado ou Avançado, em Língua Portuguesa esse percentual é de apenas 55%. Essa diferença evidencia que os maiores desafios da rede se concentram nas competências leitoras e linguísticas, especialmente interpretação, compreensão textual e produção escrita.

Causa 08. Necessidade de fortalecer a articulação entre Educação Infantil e Anos Iniciais: Os resultados sugerem que parte das dificuldades encontradas no ciclo de alfabetização pode estar relacionada à consolidação insuficiente das habilidades precursoras da leitura e escrita desenvolvidas na Educação Infantil. O fortalecimento da transição entre as etapas tende a favorecer a continuidade das aprendizagens e a redução das dificuldades futuras.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01.** Quase metade dos estudantes ainda não alcança o padrão esperado de alfabetização.
- **Causa 02.** Necessidade de fortalecimento das práticas pedagógicas de leitura, escrita e compreensão textual.
- **Causa 03.** Necessidade de intensificar ações de recomposição das aprendizagens.
- **Causa 04.** Diferença entre a fluência leitora e a consolidação efetiva da alfabetização.
- **Causa 05.** Fragilidades nos processos de gestão pedagógica e formação continuada.
- **Causa 06.** Maior qualificação do profissional no acompanhamento individualizado dos estudantes com dificuldades de aprendizagem.
- **Causa 07.** Persistência de estudantes com desempenho abaixo do esperado em Língua Portuguesa.
- **Causa 08.** Necessidade de fortalecimento da articulação entre Educação Infantil e Anos Iniciais.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 02 – Árvore dos problemas do Tema 03 do PME

TEMA 03 – ALFABETIZAÇÃO ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL



PROBLEMA 03:

CRIANÇAS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL AINDA NÃO ESTÃO PLENAMENTE ALFABETIZADAS, COMPROMETENDO O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES NOS ANOS SUBSEQUENTES DE ESCOLARIZAÇÃO E A TRAJETÓRIA REGULAR.

DO1



Indicador Criança Alfabetizada em 52% em 2025

CAUSAS RELACIONADAS

Causa 01.
Quase metade dos estudantes ainda não alcança o padrão esperado de alfabetização.

Causa 02.
Necessidade de fortalecimento das práticas pedagógicas de leitura, escrita e compreensão textual.

Causa 03.
Necessidade de intensificar ações de recomposição das aprendizagens.

Causa 04.
Diferença entre a fluência leitora e a consolidação efetiva da alfabetização.

Causa 05.
Fragilidades nos processos de gestão pedagógica e formação continuada. Anos Iniciais.

Causa 06.
Necessidade de acompanhamento individualizado dos estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Causa 08.
Necessidade de fortalecimento da articulação entre Anos Iniciais.

DO2



Índice de Fluência Leitora (IFL) foi de 6,0 pontos em 2025

CAUSAS RELACIONADAS

Causa 02.
Necessidade de fortalecimento das práticas pedagógicas de leitura, escrita e compreensão textual.

Causa 03.
Necessidade de intensificar ações de recomposição das aprendizagens.

Causa 04.
Diferença entre a fluência leitora e a consolidação efetiva da alfabetização.

Causa 06.
Necessidade de acompanhamento individualizado dos estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Causa 07.
Persistência de estudantes com desempenho abaixo do esperado em Língua Portuguesa.

Causa 08.
Necessidade de fortalecimento da articulação entre Educação Infantil e Anos Iniciais.

DO3



O índice do IMERS apresentou pequena evolução de 67 pontos em 2023 para 70 pontos em 2024

CAUSAS RELACIONADAS

Causa 03.
Necessidade de intensificar ações de recomposição das aprendizagens.

Causa 05.
Fragilidades nos processos de gestão pedagógica e formação continuada.

DO4



Na avaliação de Língua Portuguesa, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 620 pontos, com 95% de participação.

CAUSAS RELACIONADAS

Causa 01.
Quase metade dos estudantes ainda não alcança o padrão esperado de alfabetização.

Causa 02.
Necessidade de fortalecimento das práticas pedagógicas de leitura, escrita e compreensão textual.

Causa 03.
Necessidade de intensificar ações de recomposição das aprendizagens.

Causa 05.
Fragilidades nos processos de gestão pedagógica e formação continuada.

Causa 06.
Necessidade de acompanhamento individualizado dos estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Causa 07.
Persistência de estudantes com desempenho abaixo do esperado em Língua Portuguesa.

DO5



Na avaliação de Matemática, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 553 pontos, com 95% de participação.

CAUSAS RELACIONADAS

Causa 03.
Necessidade de intensificar ações de recomposição das aprendizagens.

Causa 05.
Fragilidades nos processos de gestão pedagógica e formação continuada.

Causa 06.
Necessidade de acompanhamento individualizado dos estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Fonte: autoria própria.

5. TEMA 04 - ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

Problema 04: GRANDE NÚMERO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS EM IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA POSSUEM TRAJETÓRIAS ESCOLARES IRREGULARES E NÃO CONCLUEM OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO NA IDADE ADEQUADA, ESPECIALMENTE AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

Para subsidiar a compreensão do Problema 04, relacionado às trajetórias escolares irregulares e à não conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na idade adequada, torna-se necessário analisar os indicadores educacionais que retratam as condições de acesso, permanência, progressão e conclusão escolar no município de Almirante Tamandaré do Sul. Embora o município apresente níveis elevados de escolarização e uma rede educacional relativamente estruturada, os dados evidenciam desafios que vão além do simples acesso à escola, envolvendo aspectos relacionados à aprendizagem, à continuidade dos estudos, à inclusão educacional e à redução das desigualdades que afetam principalmente estudantes em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, a análise dos descritores permite identificar avanços, potencialidades e fragilidades da rede de ensino, contribuindo para a compreensão dos fatores que influenciam a trajetória escolar dos estudantes e orientando a formulação de estratégias capazes de assegurar o direito à educação com qualidade, equidade e conclusão da Educação Básica na idade adequada.

DESCRITORES⁵ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01 - Fragilidades na aprendizagem e na trajetória escolar** (alfabetização, desempenho acadêmico, proficiência, aprendizagem adequada para cada etapa, progressão escolar, reprovação, distorção idade-série, abandono escolar e conclusão do Ensino Fundamental e Médio na idade adequada).
- **Descritor 02 – Redução das matrículas ao longo da Educação Básica** (permanência escolar, transição entre etapas de ensino, continuidade dos estudos, evasão escolar, abandono, migração de estudantes, fluxo escolar e conclusão da Educação Básica).
- **Descritor 03 – Desigualdades territoriais entre campo e cidade** (acesso à escola, transporte escolar, infraestrutura educacional, conectividade, oferta educacional, educação do campo, permanência escolar e equidade de oportunidades entre estudantes da zona rural e urbana).

⁵ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

- **Descritor 04 – Desafios de inclusão e equidade educacional** (Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado (AEE), acessibilidade, adaptações curriculares, tecnologias assistivas, equidade racial, atendimento às populações vulneráveis, inclusão escolar e garantia de aprendizagem para todos os estudantes).
- **Descritor 05 – Insuficiência de políticas de permanência e educação em tempo integral** (ampliação da jornada escolar, educação em tempo integral, proteção social, desenvolvimento integral, recomposição das aprendizagens, redução da evasão, fortalecimento do vínculo com a escola e apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade social).

1) Dados educacionais gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio

Tabela 01 - Dados Educacionais do município

EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2022]	98,86 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	-
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	5,1
Matrículas no ensino fundamental [2024]	196 matrículas
Matrículas no ensino médio [2024]	48 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2024]	28 docentes
Docentes no ensino médio [2024]	9 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2024]	3 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2024]	1 escolas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/almirante-tamandare-do-sul/panorama> (Acesso em: 11/05/2026)

Com base nos dados apresentados no documento, observa-se que o município de Almirante Tamandaré do Sul possui indicadores educacionais que revelam desafios relacionados ao acesso, à permanência e à conclusão da Educação Básica na idade adequada, especialmente quando analisados em conjunto com os resultados de alfabetização. O Indicador Criança Alfabetizada alcançou apenas 50% em 2025, evidenciando que metade dos estudantes ao final do 2º ano do Ensino Fundamental não desenvolveu plenamente as competências básicas de leitura e escrita esperadas para essa etapa. Essa situação constitui um importante fator de risco para a trajetória escolar, uma vez que dificuldades de alfabetização tendem a repercutir negativamente no desempenho acadêmico dos anos subsequentes, aumentando as possibilidades de reprovação, distorção idade-série e abandono escolar.

Os dados educacionais gerais demonstram uma taxa de escolarização de 98,86% da população de 6 a 14 anos, indicando que o acesso ao Ensino Fundamental está praticamente universalizado no município. Entretanto, a elevada taxa de acesso não garante, por si só, a aprendizagem adequada e a conclusão da escolaridade com sucesso. A existência de 196 matrículas no Ensino Fundamental e 48 matrículas no

Ensino Médio evidencia uma redução significativa do contingente de estudantes ao longo da trajetória escolar, aspecto que merece acompanhamento para verificar possíveis situações de evasão, migração escolar ou diminuição demográfica.

Outro aspecto relevante refere-se ao IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental, que atingiu 5,1 em 2023. Embora represente um resultado compatível com médias observadas em muitos municípios brasileiros, o indicador sugere a necessidade de fortalecer estratégias voltadas à aprendizagem e à permanência escolar, especialmente considerando as fragilidades identificadas na alfabetização. A ausência de informação referente ao IDEB dos anos iniciais no documento também limita uma análise mais aprofundada da evolução do desempenho dos estudantes ao longo da escolarização.

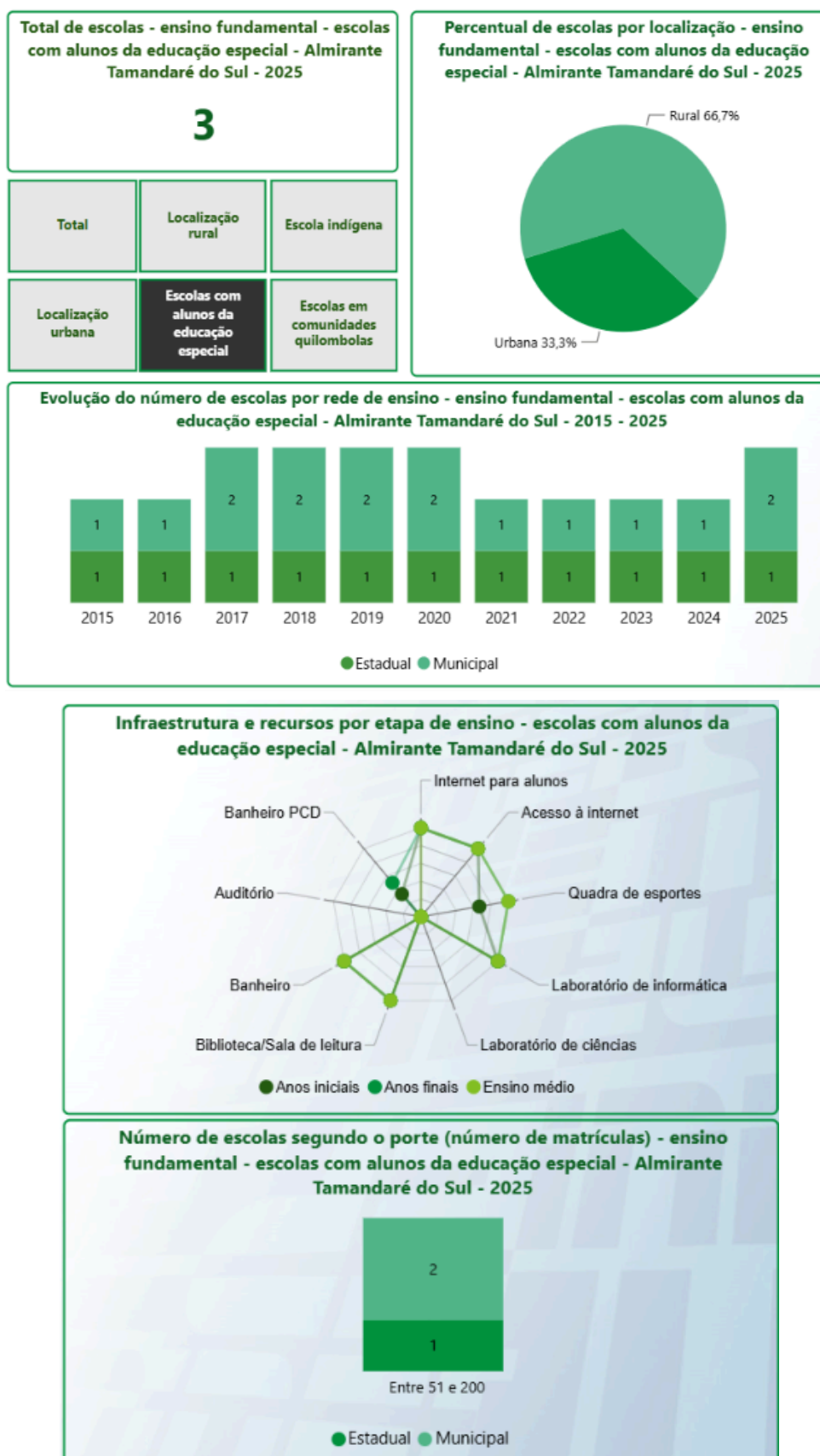
Em relação à estrutura da rede educacional, o município conta com três estabelecimentos de Ensino Fundamental e uma escola de Ensino Médio, 28 docentes atuando no Ensino Fundamental e 9 docentes no Ensino Médio. Esses números indicam uma rede relativamente pequena, característica comum dos municípios de pequeno porte, o que pode favorecer o acompanhamento individualizado dos estudantes. Entretanto, também exige investimentos contínuos em formação docente, gestão pedagógica e monitoramento das aprendizagens para garantir que todos os estudantes avancem com sucesso ao longo da escolaridade.

De forma geral, os dados apontam que o principal desafio do município não está no acesso à escola, mas na garantia da aprendizagem e da trajetória escolar regular. O baixo percentual de crianças alfabetizadas sinaliza a necessidade de fortalecer políticas de alfabetização, acompanhamento pedagógico, recuperação das aprendizagens e apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, visando assegurar que crianças, adolescentes e jovens concluam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na idade adequada e com os conhecimentos necessários para a continuidade de seus estudos e para o exercício pleno da cidadania.

2) Ensino Fundamental

a) Quanto às escolas do Ensino Fundamental

Painel 01 – Total de escolas de ensino fundamental (2025)

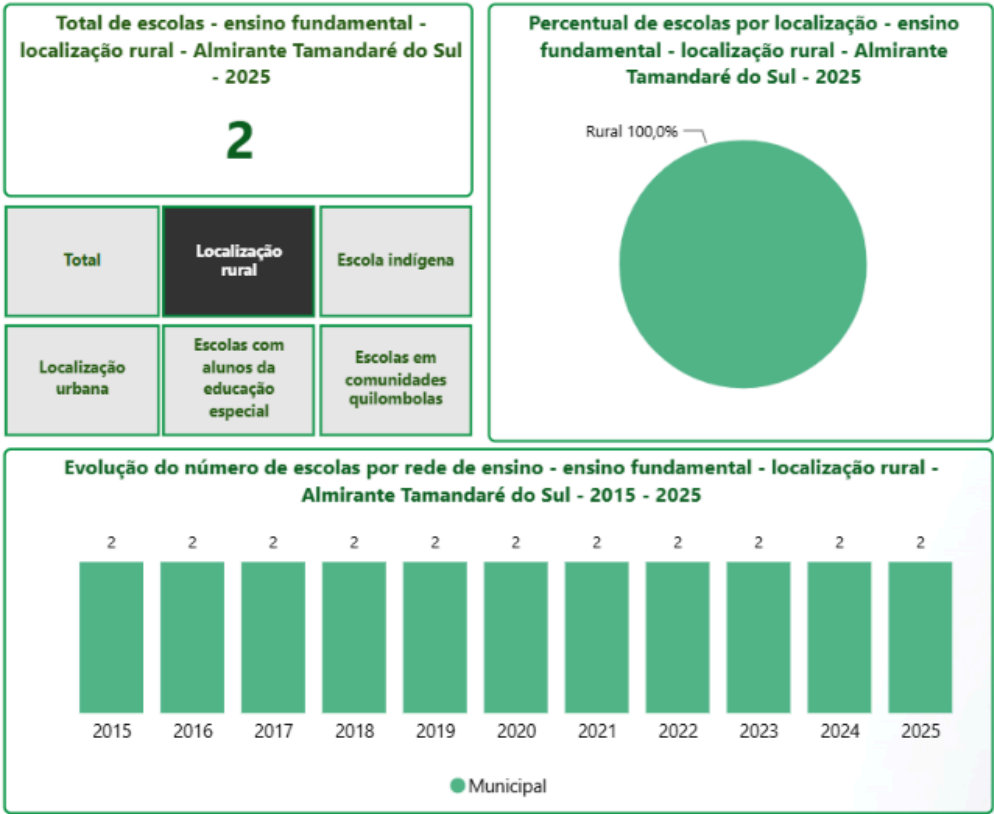


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados indicam que Almirante Tamandaré do Sul possui, em 2025, **3 escolas de Ensino Fundamental**, sendo **2 escolas localizadas na zona rural** e **1 escola na zona urbana**. Essa configuração revela uma rede pequena e territorialmente marcada pela

presença rural, pois a maior parte das unidades está situada no campo. Esse aspecto exige atenção específica da gestão municipal quanto à manutenção das escolas rurais, transporte escolar, infraestrutura, conectividade e garantia de condições equivalentes de aprendizagem entre os estudantes do campo e da cidade.

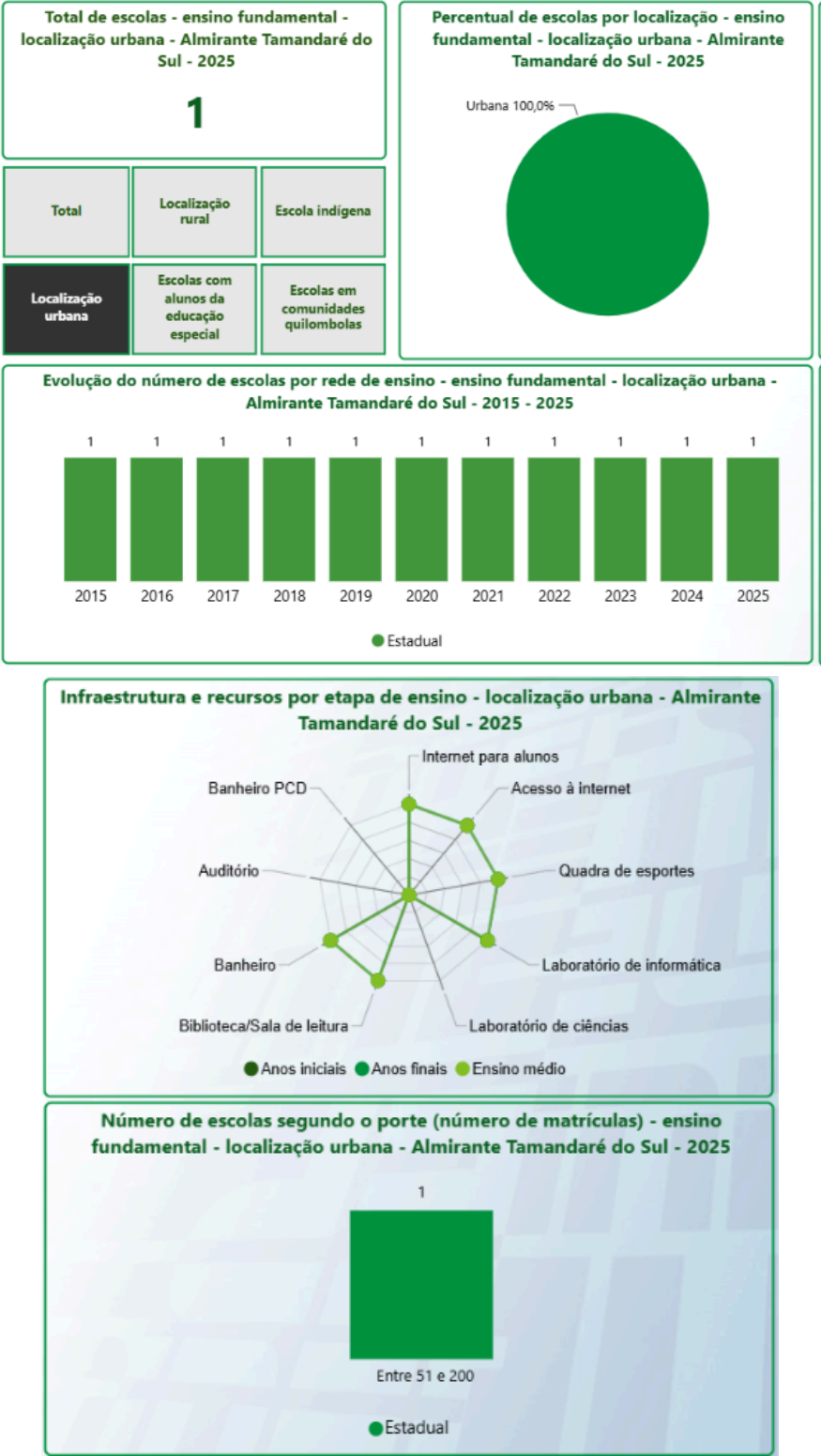
Painel 02 – Total de escolas do ensino fundamental com localização zona rural (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A análise separada por localização mostra que as **2 escolas rurais** permanecem estáveis ao longo da série histórica de 2015 a 2025, sem redução do número de unidades. Esse dado é positivo, pois indica preservação da oferta educacional no território rural. No entanto, também impõe o desafio de assegurar que essas escolas tenham recursos pedagógicos, espaços adequados, internet, biblioteca/sala de leitura, quadra ou espaços para práticas corporais, acessibilidade e atendimento pedagógico qualificado.

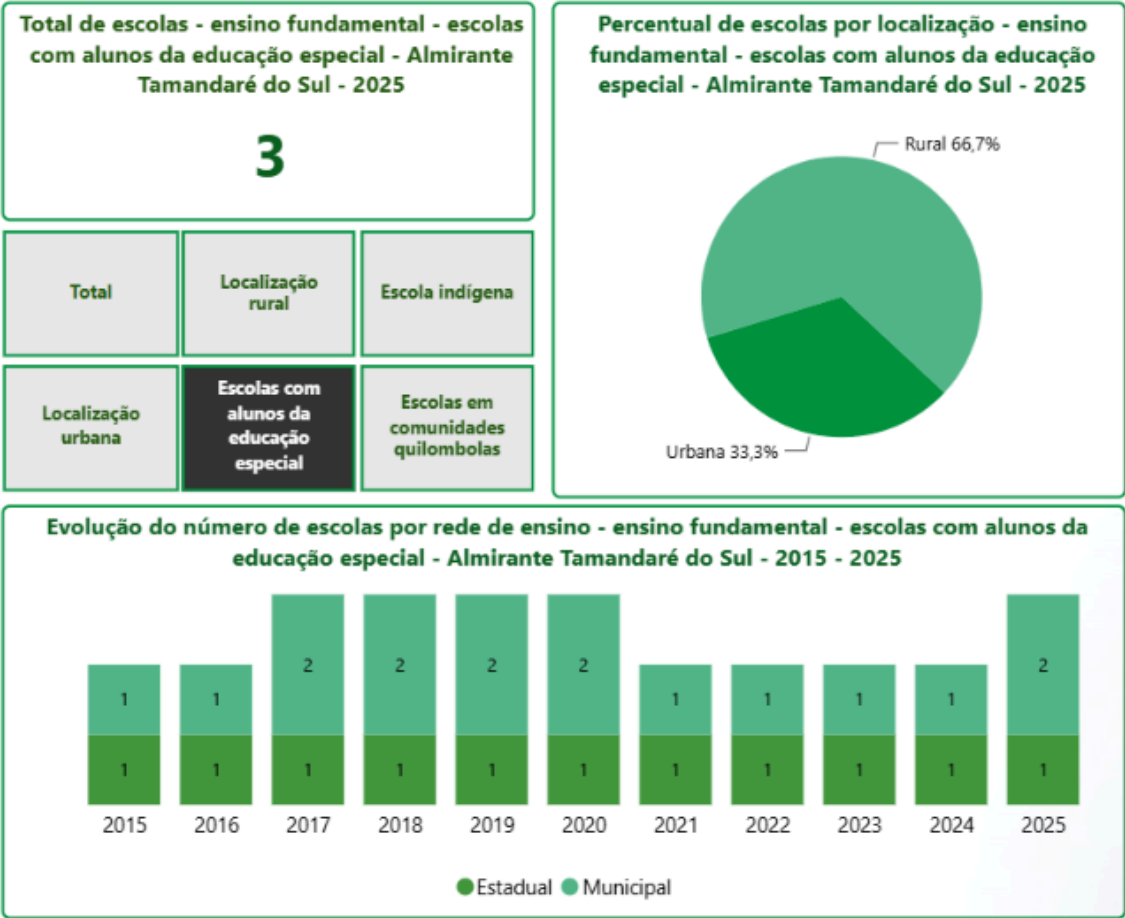
Painel 03 - Total de escolas do ensino fundamental com localização urbana (2025)

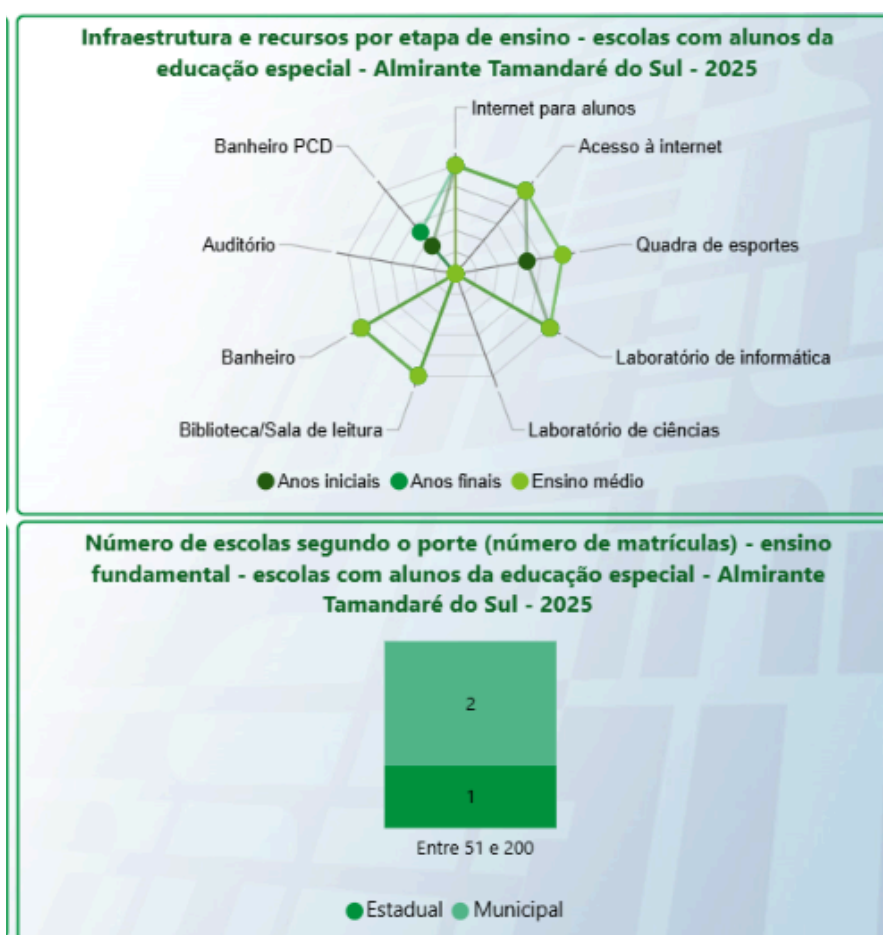


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Na zona urbana, o município conta com **1 escola de Ensino Fundamental**, também com estabilidade no período analisado. Essa unidade urbana concentra parte importante da oferta e, conforme os painéis, pertence à rede estadual. Assim, o atendimento do Ensino Fundamental no município depende de articulação entre rede municipal e rede estadual, especialmente para garantir continuidade da trajetória escolar, planejamento pedagógico integrado e acompanhamento dos estudantes em risco de reprovação, abandono ou defasagem idade-série.

Painel 04 – Total de escolas do ensino fundamental com alunos da educação especial (2025)





Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O documento também evidencia que, em 2025, as **3 escolas do Ensino Fundamental possuem alunos da Educação Especial**. Esse dado é muito significativo, pois demonstra que a inclusão está presente em toda a rede escolar do município de Almirante Tamandaré do Sul, tanto nas unidades rurais quanto na urbana. Porém, a presença de estudantes público-alvo da Educação Especial em todas as escolas exige políticas consistentes de acessibilidade, formação continuada dos professores, apoio pedagógico especializado, adaptação curricular, tecnologias assistivas e fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado.

A distribuição das escolas com estudantes da Educação Especial também mostra que **66,7% estão na zona rural e 33,3% na zona urbana**. Isso reforça que a política de inclusão precisa contemplar de forma prioritária as escolas do campo, garantindo que a localização geográfica não se torne um fator de desigualdade no acesso ao atendimento especializado.

Outro ponto importante é que os painéis de infraestrutura e recursos indicam diferenças e possíveis fragilidades entre etapas e unidades, envolvendo itens como internet para alunos e acesso à internet, quadra de esportes, laboratório de informática, laboratório de ciências, biblioteca/sala de leitura, banheiros, banheiros PCD e auditório. Esses elementos são fundamentais para assegurar não apenas o acesso à escola, mas a permanência com qualidade e a aprendizagem efetiva.

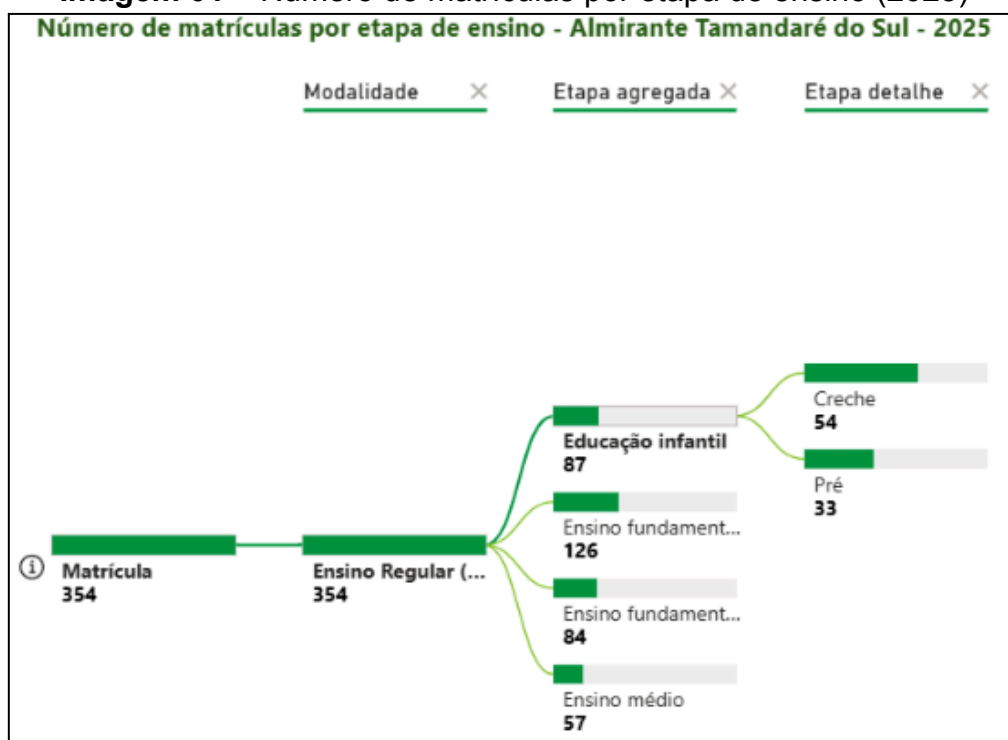
Portanto, a análise dos dados demonstra que Almirante Tamandaré do Sul apresenta uma rede de Ensino Fundamental estável e com oferta territorialmente distribuída, especialmente no meio rural. O principal desafio não está apenas em manter

as escolas em funcionamento, mas em garantir equidade de condições entre campo e cidade, fortalecer a inclusão dos estudantes da Educação Especial e assegurar infraestrutura adequada para que todos os alunos tenham trajetória escolar regular, com permanência, aprendizagem e conclusão na idade adequada.

b) Matrículas do Ensino Fundamental anos iniciais e finais

Os dados apresentados permitem compreender aspectos importantes do acesso, da permanência e da trajetória escolar dos estudantes do Ensino Fundamental no município de Almirante Tamandaré do Sul. A análise das matrículas evidencia uma rede educacional relativamente estável, característica de municípios de pequeno porte, mas que também enfrenta desafios relacionados à dinâmica demográfica, à distribuição territorial dos estudantes e à garantia da continuidade dos estudos ao longo da Educação Básica.

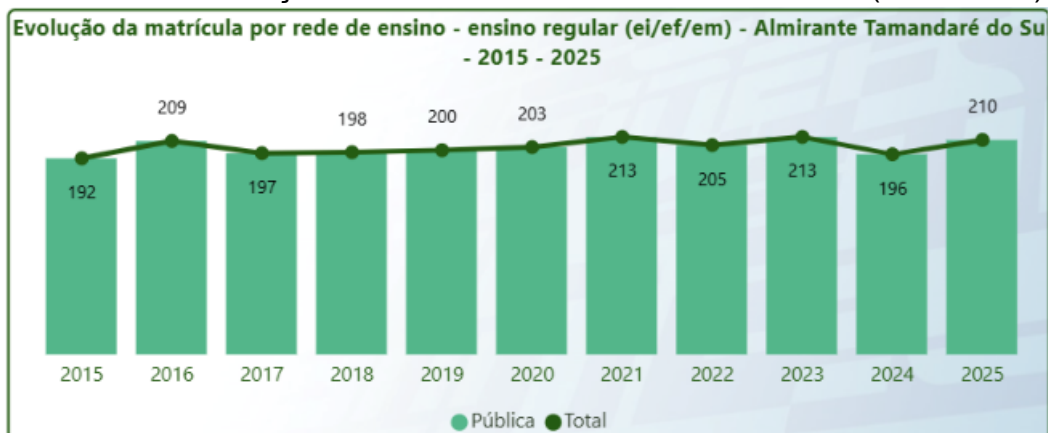
Imagem 01 – Número de matrículas por etapa de ensino (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A distribuição das matrículas por etapa de ensino demonstra que, em 2025, o município possuía **354 matrículas na educação básica regular**, das quais **210 estavam concentradas no Ensino Fundamental**, sendo **126 matrículas nos anos iniciais** e **84 matrículas nos anos finais**. Essa redução de aproximadamente 33% entre os anos iniciais e finais constitui um dado relevante para a análise da trajetória escolar, pois pode refletir fatores como diminuição do contingente populacional nas faixas etárias mais elevadas, migração de estudantes para outros municípios, mudanças demográficas ou mesmo dificuldades de permanência e progressão escolar ao longo do percurso educacional.

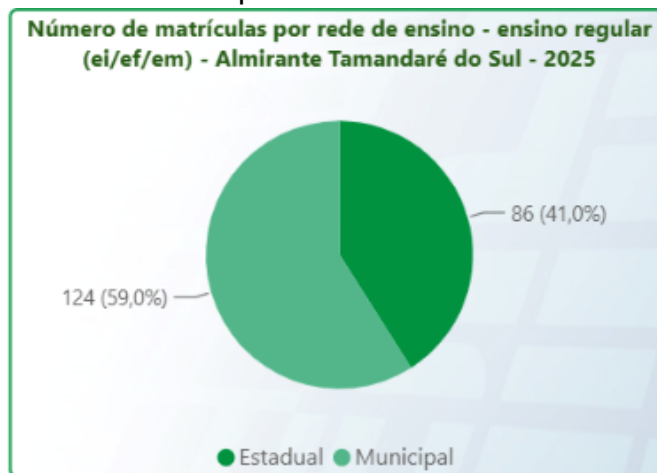
Gráfico 01 - Evolução da matrícula do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A série histórica das matrículas do Ensino Fundamental entre 2015 e 2025 revela relativa estabilidade, oscilando entre **192 e 213 estudantes**, com registro de **210 matrículas em 2025**. Esse comportamento demonstra que o município conseguiu manter a oferta educacional e preservar sua capacidade de atendimento ao longo da última década. Entretanto, a ausência de crescimento significativo também sugere os efeitos da redução das taxas de natalidade observadas em grande parte dos municípios gaúchos, fenômeno que tende a impactar diretamente a demanda futura por vagas escolares.

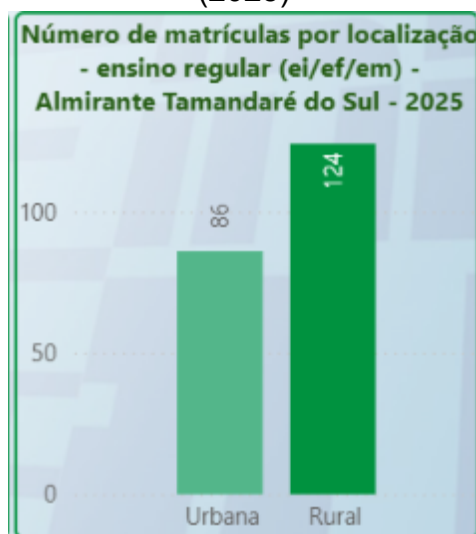
Gráfico 02 – Número de matrículas por rede de ensino do Ensino Fundamental (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Outro aspecto importante refere-se à distribuição das matrículas por rede de ensino. Em 2025, **124 estudantes (59%) estavam matriculados na rede municipal**, enquanto **86 estudantes (41%) frequentavam a rede estadual**. Essa configuração evidencia que a rede municipal exerce papel predominante na garantia do direito à educação obrigatória, especialmente nos anos iniciais, ao mesmo tempo em que demonstra a necessidade de articulação permanente entre município e estado para assegurar a continuidade da trajetória escolar dos estudantes, especialmente durante a transição entre etapas e redes de ensino.

Gráfico 03 - Evolução de matrículas no Ensino Fundamental por localização geográfica (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A análise territorial das matrículas revela uma característica marcante do município: a predominância da população escolar residente ou atendida na zona rural. Dos 210 estudantes matriculados no Ensino Fundamental em 2025, **124 encontravam-se em escolas rurais e 86 em escolas urbanas**, indicando que aproximadamente **59% das matrículas estão concentradas no meio rural**. Esse dado demonstra a relevância das políticas de educação do campo para o município, exigindo investimentos permanentes em transporte escolar, conectividade, infraestrutura, formação docente e garantia de condições adequadas de aprendizagem para os estudantes que vivem em áreas mais distantes dos centros urbanos.

Sob a perspectiva da equidade educacional, a forte presença de matrículas rurais também evidencia a necessidade de monitoramento constante das condições de acesso e permanência desses estudantes. A literatura educacional demonstra que populações rurais frequentemente enfrentam desafios adicionais relacionados ao deslocamento diário, menor acesso a atividades complementares, dificuldades de conectividade e menor oferta de serviços especializados. Portanto, a manutenção de matrículas expressivas no campo representa um aspecto positivo da política educacional municipal, mas exige estratégias contínuas para evitar desigualdades de oportunidades educacionais.

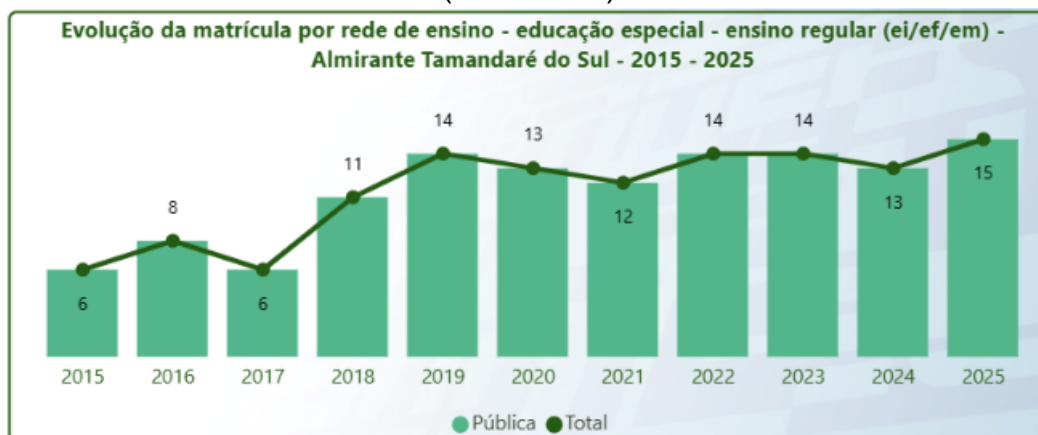
Ao relacionar esses dados com o problema analisado — trajetórias escolares irregulares e conclusão da escolaridade fora da idade adequada — observa-se que o município apresenta bons indicadores de acesso ao Ensino Fundamental, mas ainda necessita fortalecer mecanismos de acompanhamento da permanência e do sucesso escolar. A diferença entre o quantitativo de matrículas nos anos iniciais e finais sugere a importância de aprofundar a investigação sobre os fatores que influenciam a progressão escolar, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade social e residentes na zona rural.

c) Matrículas da Educação Especial no Ensino Fundamental

A análise dos indicadores apresentados evidencia avanços importantes na inclusão escolar, na ampliação das oportunidades educacionais e na garantia da permanência dos

estudantes no Ensino Fundamental de Almirante Tamandaré do Sul. Entretanto, os dados também revelam desafios relacionados à equidade, à universalização das políticas de tempo integral e ao fortalecimento das trajetórias escolares ao longo de toda a etapa de ensino.

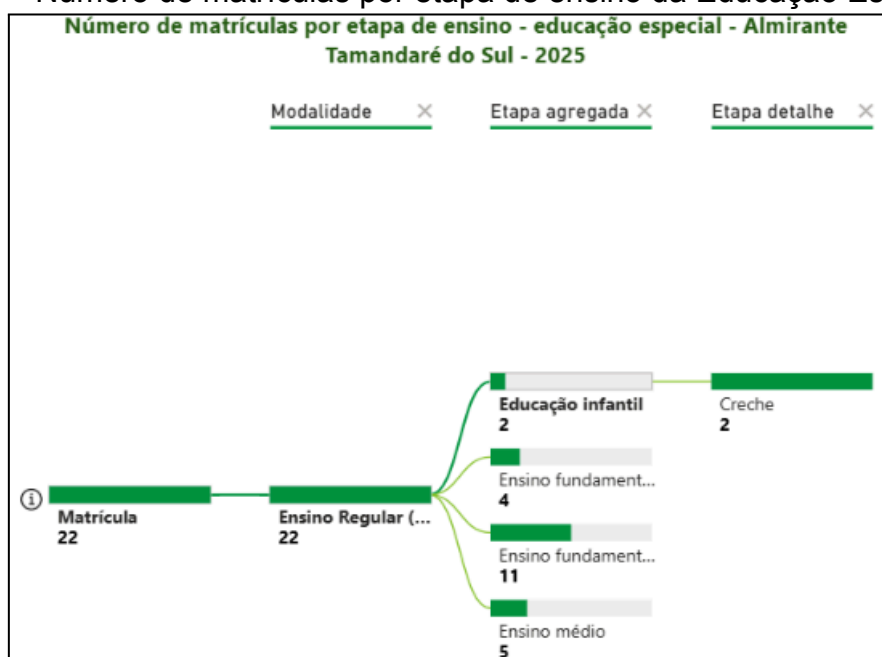
Gráfico 04 - Evolução da matrícula na Educação Especial no Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

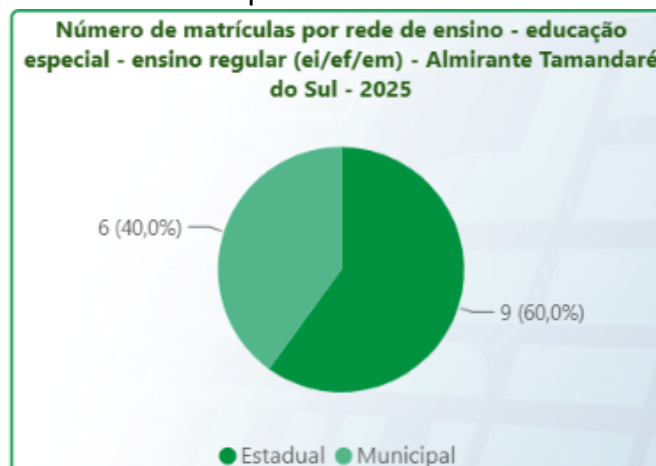
A evolução das matrículas da Educação Especial demonstra um crescimento consistente ao longo da última década. Em 2015, o município registrava apenas **6 matrículas**, número que alcançou **15 matrículas em 2025**, representando um aumento de aproximadamente **150%** no período analisado. Esse crescimento pode ser interpretado como resultado do fortalecimento das políticas de inclusão, da ampliação dos processos de identificação dos estudantes público-alvo da Educação Especial e da maior conscientização das famílias quanto ao direito à escolarização inclusiva.

Imagem 02 – Número de matrículas por etapa de ensino da Educação Especial (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 05 – Número de matrículas por rede de ensino da Educação Especial (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

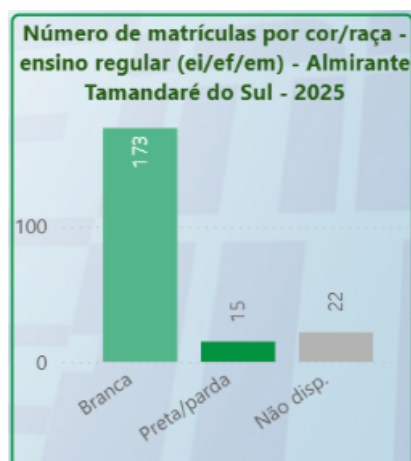
O aumento das matrículas também revela que a rede municipal e estadual vem assumindo progressivamente o compromisso de garantir o acesso desses estudantes às classes comuns do ensino regular. Contudo, a ampliação do acesso exige investimentos permanentes em acessibilidade física, tecnologias assistivas, formação continuada dos profissionais da educação, adaptações curriculares e fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), de modo que a inclusão não se restrinja à matrícula, mas se traduza em efetivas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

A distribuição das matrículas da Educação Especial por etapa de ensino em 2025 mostra **22 estudantes matriculados**, dos quais **15 estão concentrados no Ensino Fundamental**, representando cerca de 68% do total. Esse dado confirma que o Ensino Fundamental constitui a principal etapa de atendimento da Educação Especial no município e, portanto, deve ser prioridade nas políticas de acompanhamento pedagógico, apoio especializado e garantia da permanência escolar.

Quando analisada a distribuição por rede de ensino, observa-se que **60% das matrículas da Educação Especial estão na rede estadual e 40% na rede municipal**. Essa configuração evidencia a necessidade de articulação permanente entre as duas redes para assegurar continuidade no atendimento, compartilhamento de estratégias pedagógicas e construção de trajetórias escolares inclusivas que acompanhem os estudantes ao longo de toda a Educação Básica.

d) Matrículas por cor/raça no Ensino Fundamental

Gráfico 06 - Matrícula por raça/cor do Ensino Fundamental (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

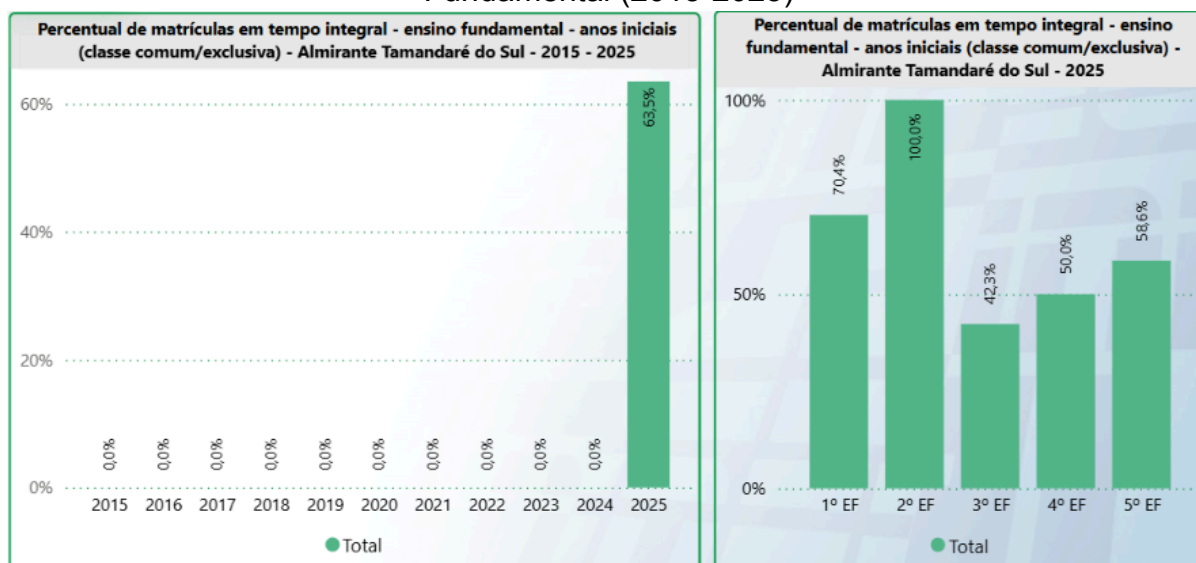
A composição racial das matrículas do Ensino Fundamental demonstra predominância de estudantes autodeclarados brancos, com **173 matrículas**, enquanto os estudantes pretos e pardos totalizam **15 matrículas**. Além disso, chama atenção a existência de **22 matrículas sem informação declarada de raça/cor**, quantitativo superior ao número de estudantes pretos e pardos registrados.

Embora a composição populacional do município explique parte dessa predominância, a existência de registros incompletos limita a capacidade de monitorar possíveis desigualdades educacionais entre grupos raciais. A ausência dessas informações dificulta a elaboração de diagnósticos precisos sobre acesso, permanência, desempenho escolar, reprovação, abandono e conclusão dos estudos entre diferentes segmentos populacionais.

Nesse contexto, recomenda-se o fortalecimento dos mecanismos de coleta e atualização dos dados censitários escolares, garantindo maior confiabilidade das informações e possibilitando o desenvolvimento de políticas educacionais alinhadas aos princípios da equidade e da justiça social.

e) Matrículas em Tempo Integral no Ensino Fundamental

Gráfico 07 - Evolução da matrícula em tempo integral nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2015-2025)



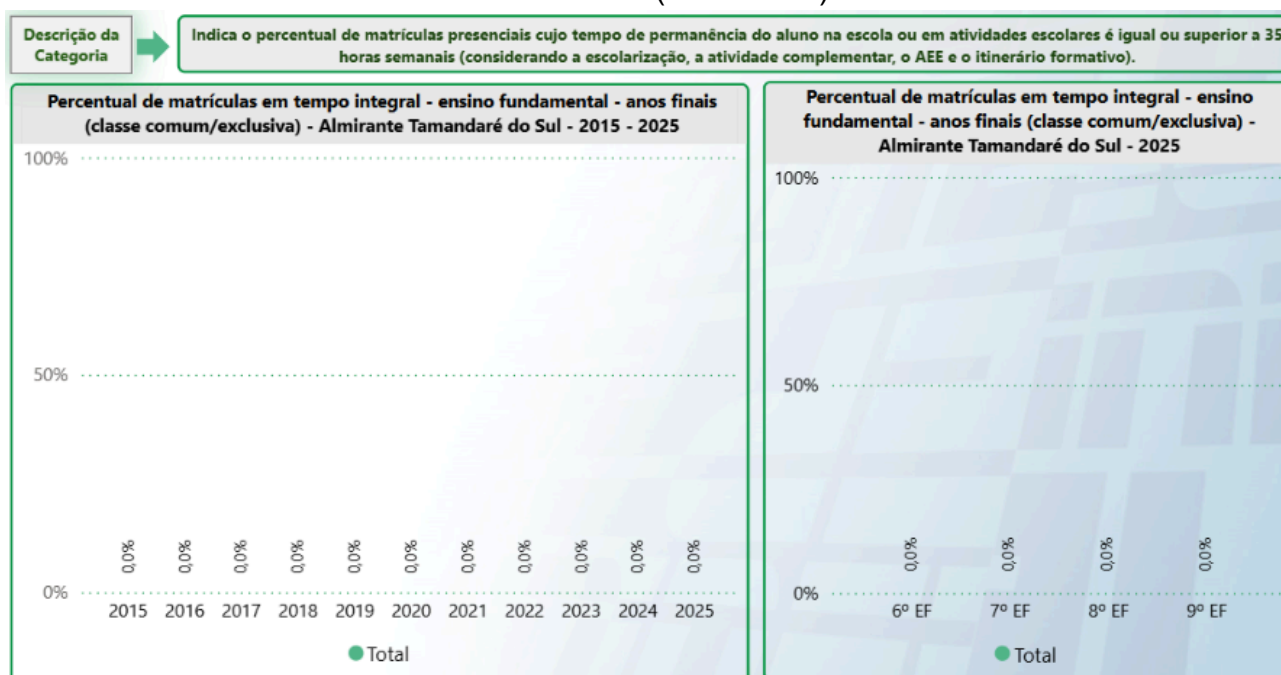
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de tempo integral revelam um dos aspectos mais positivos da análise. Enquanto entre 2015 e 2024 praticamente não havia matrículas nessa jornada ampliada, em 2025 o município alcança aproximadamente **64% de matrículas em tempo integral nos anos iniciais do Ensino Fundamental**, levando em consideração matrículas da rede municipal e estadual, representando uma expansão expressiva da oferta.

A distribuição por ano escolar demonstra forte cobertura nos primeiros anos da escolarização, com destaque para o **2º ano**, que atinge praticamente a universalização da oferta em tempo integral, além de percentuais elevados no 1º e 5º anos. Esse resultado possui elevada relevância estratégica, especialmente quando relacionado aos desafios de alfabetização e recomposição das aprendizagens observados em outros indicadores municipais.

A educação em tempo integral amplia o tempo pedagógico, favorece o desenvolvimento integral dos estudantes e contribui para reduzir desigualdades de aprendizagem. Além disso, fortalece o vínculo dos alunos com a escola, amplia oportunidades culturais, esportivas e científicas e oferece importante proteção social para crianças em situação de vulnerabilidade.

Gráfico 08 - Evolução da matrícula em tempo integral nos anos finais do Ensino Fundamental (2015-2025)

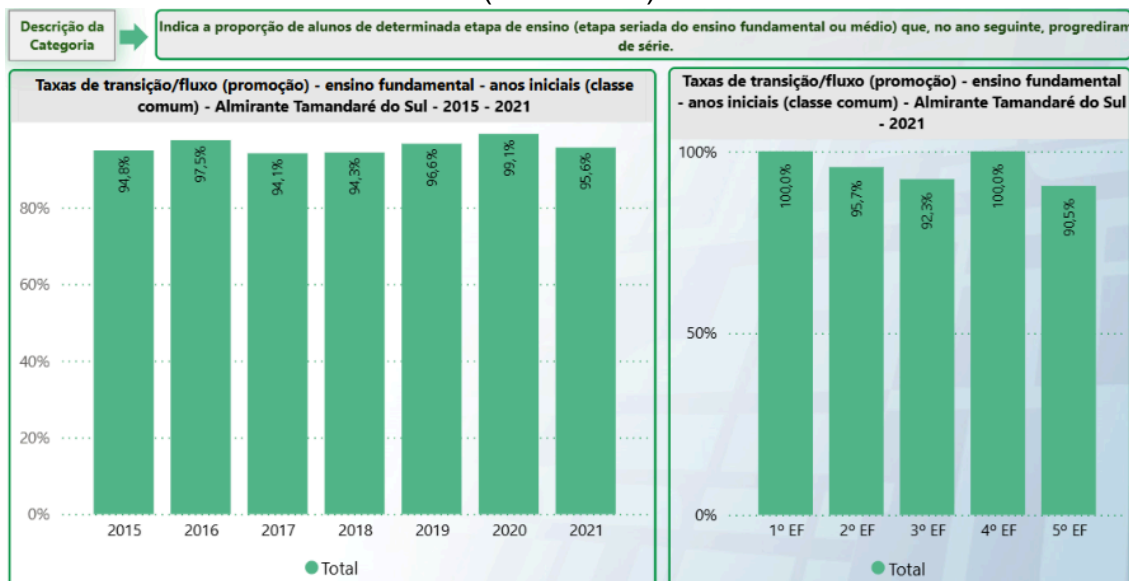


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Entretanto, observa-se uma importante fragilidade: nos **anos finais do Ensino Fundamental o percentual de matrículas em tempo integral permanece zerado**. Atualmente em Almirante Tamandaré do Sul existe uma implementação gradativa do ensino em tempo integral nos Anos Finais do Ensino Fundamental, buscando, gradualmente, englobar toda a educação básica em tempo integral na rede municipal de ensino.

f) Taxa de transição nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental

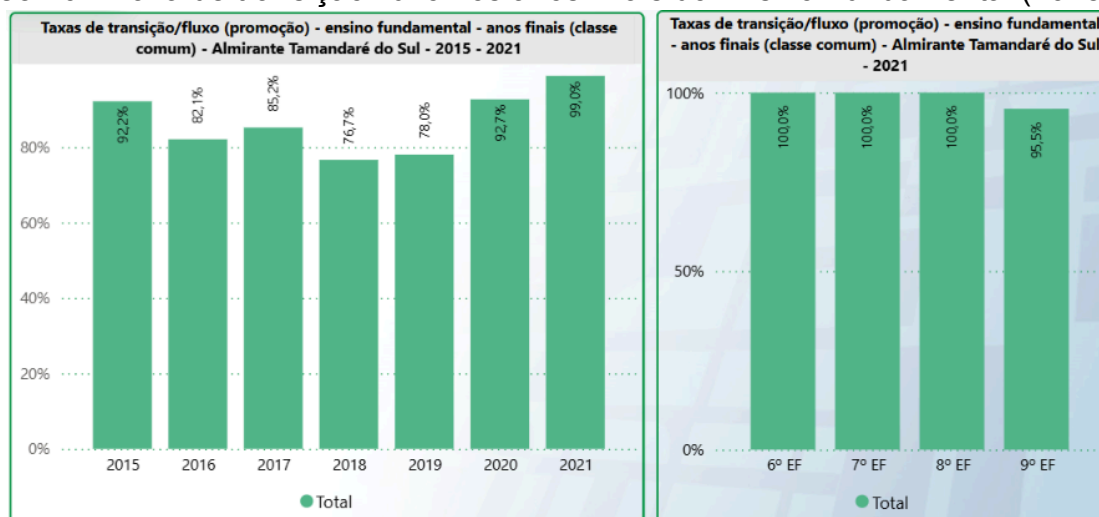
Gráfico 09 - Taxa de transição/fluxo nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2015-2021)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de fluxo escolar revelam resultados positivos para a maior parte das etapas do Ensino Fundamental. Nos anos iniciais, as taxas de promoção entre 2015 e 2021 mantiveram-se predominantemente acima de 90%, demonstrando que a maioria dos estudantes consegue avançar regularmente entre os anos escolares. Em 2021, o 1º e o 4º ano atingiram taxas de promoção de 100%, enquanto os demais anos permaneceram próximos desse patamar.

Gráfico 10 – Taxa de transição/fluxo nos anos finais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Nos anos finais, observa-se comportamento semelhante. Embora alguns anos tenham apresentado oscilações ao longo da série histórica, os índices mais recentes indicam recuperação significativa. Em 2021, o 6º, 7º e 8º anos registraram taxas de promoção de 100%, enquanto o 9º ano alcançou aproximadamente 94,5%. Esses

resultados demonstram que a maioria dos estudantes conclui cada etapa com sucesso, reduzindo os riscos de retenção e distorção idade-série.

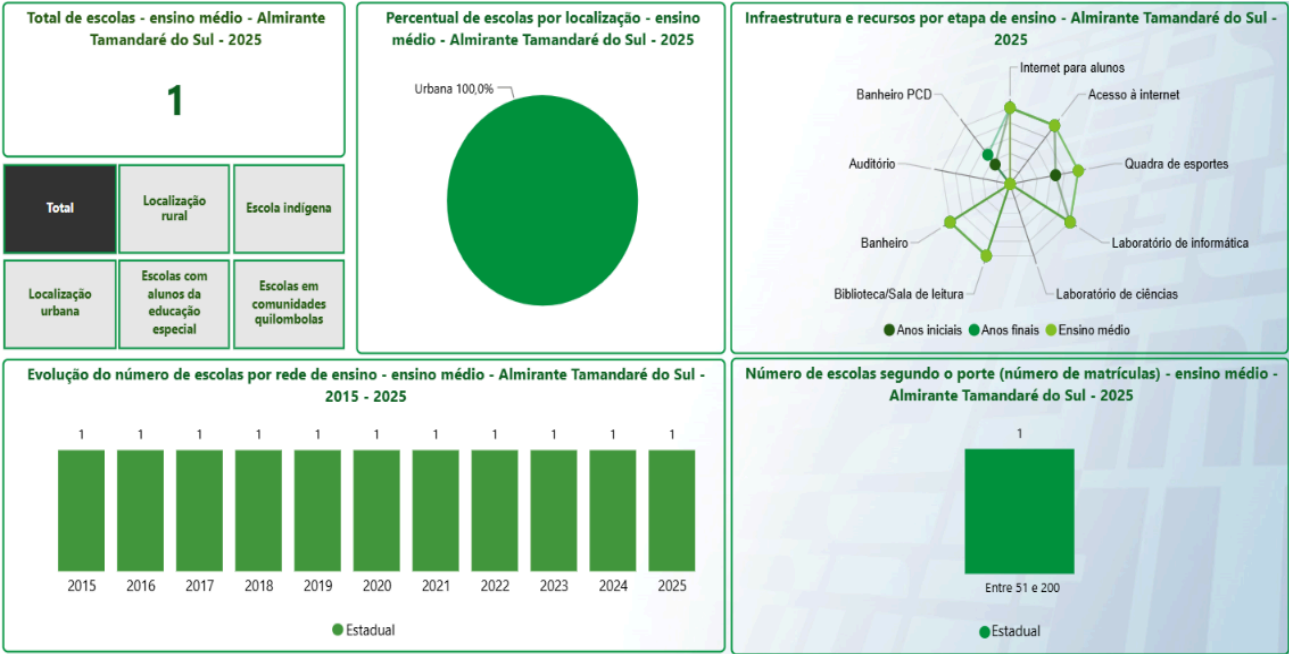
Todavia, a diferença observada entre os anos iniciais e finais em relação ao tempo integral e a redução das matrículas ao longo da trajetória escolar sugerem a necessidade de monitoramento contínuo dos estudantes, especialmente durante as transições entre etapas. Mesmo diante de taxas elevadas de promoção, é fundamental assegurar que o avanço escolar esteja acompanhado de aprendizagem efetiva e não apenas da progressão formal entre os anos de escolaridade.

Os dados demonstram que Almirante Tamandaré do Sul apresenta avanços significativos na inclusão escolar, no fortalecimento da Educação Especial, na ampliação da educação em tempo integral nos anos iniciais e na manutenção de elevadas taxas de promoção escolar. Entretanto, persistem desafios relacionados à equidade educacional, ao aperfeiçoamento dos registros de raça/cor, à ampliação da educação integral para os anos finais e ao fortalecimento das estratégias de acompanhamento dos estudantes ao longo de toda a trajetória escolar. Assim, embora os indicadores revelem uma rede educacional estruturada e com bons níveis de permanência, a consolidação de trajetórias escolares regulares e da conclusão da Educação Básica na idade adequada dependerá da continuidade dos investimentos em inclusão, equidade e qualidade da aprendizagem.

3) Ensino Médio

a) Quanto às escolas do Ensino Médio

Painel 05 – Total de escolas do Ensino Médio (2025)

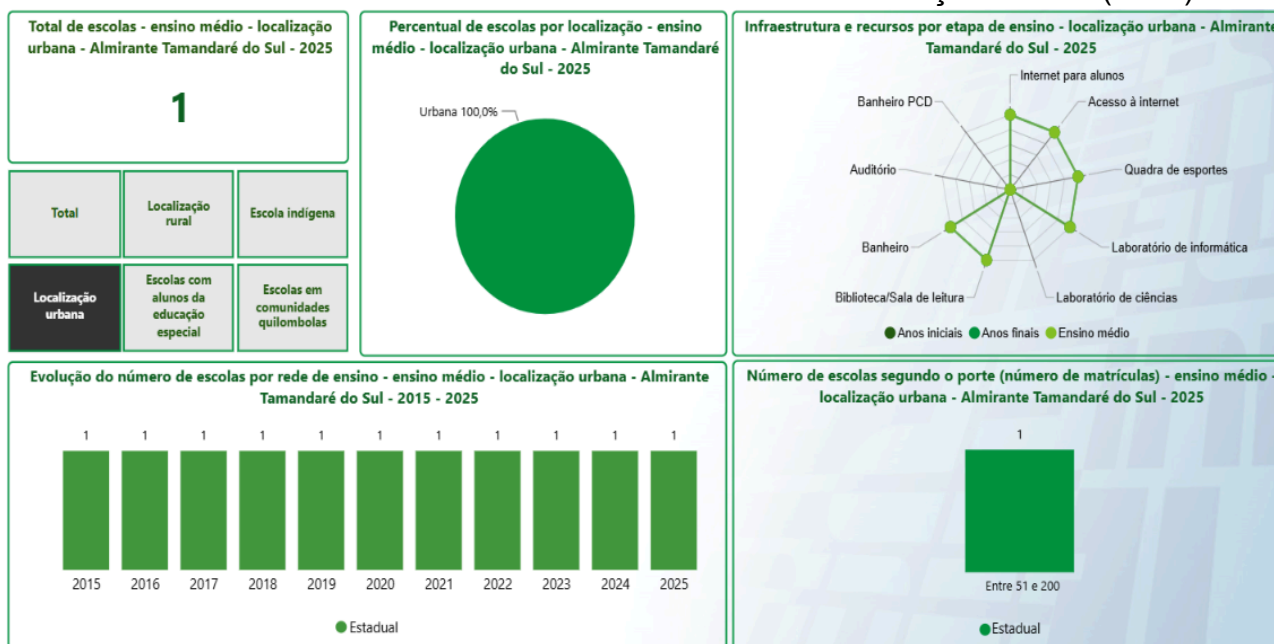


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A análise dos dados referentes à oferta do Ensino Médio em Almirante Tamandaré do Sul revela uma estrutura educacional altamente concentrada, característica de municípios de pequeno porte, mas que demanda atenção permanente para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da Educação Básica na idade adequada. Os indicadores evidenciam que a oferta do Ensino Médio está organizada em uma única

unidade escolar, vinculada à rede estadual de ensino, responsável por atender todos os estudantes desta etapa no município.

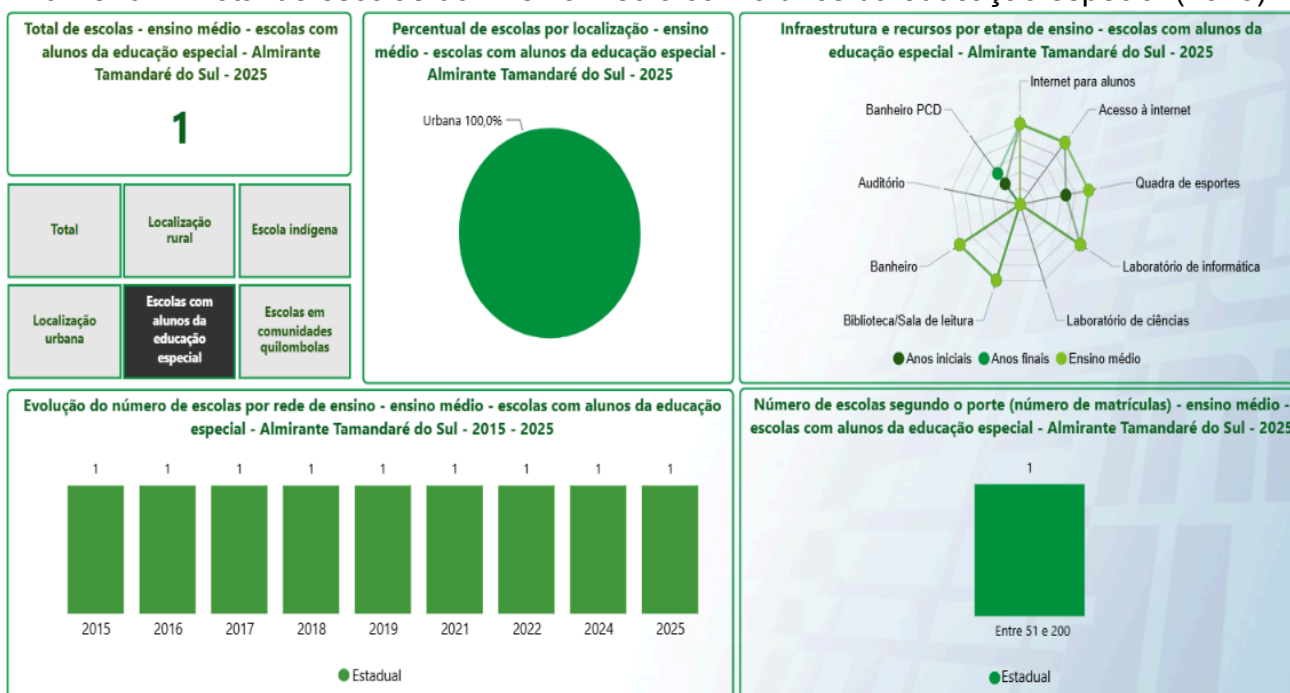
Painel 06 – Total de escolas do Ensino Médio com localização urbana (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Em 2025, o município conta com **apenas uma escola de Ensino Médio**, localizada integralmente na zona urbana. A manutenção dessa configuração ao longo de toda a série histórica de 2015 a 2025 demonstra estabilidade da oferta educacional, sem fechamento ou ampliação de unidades.

Painel 07 – Total de escolas do Ensino Médio com alunos da educação especial (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Outro aspecto relevante refere-se à inclusão educacional. Os dados demonstram que a única escola de Ensino Médio do município atende estudantes da Educação Especial, mantendo essa condição ao longo de toda a série histórica analisada. Isso evidencia o compromisso da rede estadual com a escolarização inclusiva e com a garantia do direito à educação para os estudantes público-alvo da Educação Especial. Entretanto, a simples existência da matrícula não assegura a efetividade da inclusão. Torna-se fundamental avaliar continuamente a disponibilidade de Atendimento Educacional Especializado, profissionais de apoio, acessibilidade arquitetônica, tecnologias assistivas e adaptações curriculares que permitam a participação plena desses estudantes no processo educativo.

A análise dos painéis de infraestrutura indica a presença de recursos importantes para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, como acesso à internet, laboratórios, biblioteca ou sala de leitura e espaços para práticas esportivas. Contudo, os próprios gráficos sugerem diferenças entre os recursos disponíveis nas diferentes etapas da Educação Básica, o que reforça a necessidade de monitoramento permanente das condições de oferta. No contexto do Novo Ensino Médio e das demandas contemporâneas de formação, a qualidade da infraestrutura escolar assume papel estratégico para a permanência dos estudantes e para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas.

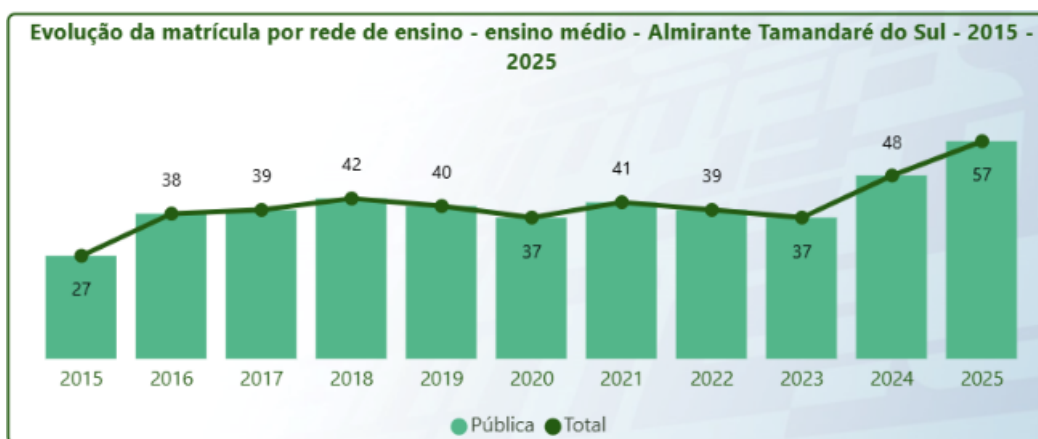
A estabilidade da oferta escolar observada entre 2015 e 2025 também revela que o município conseguiu preservar a estrutura necessária para garantir a continuidade dos estudos dos jovens. Entretanto, a manutenção de uma única escola torna indispensável o fortalecimento das políticas de gestão, acompanhamento pedagógico e articulação entre as redes municipal e estadual. Isso é especialmente importante para assegurar transições adequadas entre os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, etapa historicamente marcada por maiores índices de evasão e abandono em todo o país.

Sob a perspectiva do problema analisado — trajetórias escolares irregulares e não conclusão da escolaridade na idade adequada — os dados permitem concluir que o principal desafio do município não está necessariamente na oferta de vagas, mas na garantia de condições para que todos os estudantes ingressem, permaneçam e concluam o Ensino Médio com sucesso. A concentração da oferta em uma única escola urbana exige atenção especial aos estudantes oriundos das comunidades rurais e àqueles que enfrentam situações de vulnerabilidade social, econômica ou educacional.

Assim, embora Almirante Tamandaré do Sul apresente uma estrutura de Ensino Médio estável e capaz de atender à demanda local, o fortalecimento das estratégias de permanência escolar, da inclusão educacional, do transporte escolar e da qualidade da infraestrutura constitui elemento essencial para assegurar que os jovens concluam essa etapa da Educação Básica na idade adequada, com aprendizagem significativa e condições efetivas de prosseguimento dos estudos ou inserção qualificada no mundo do trabalho.

b) Matrículas no Ensino Médio de Almirante Tamandaré do Sul

Gráfico 11 - Evolução da matrícula do Ensino Médio (2015-2025)

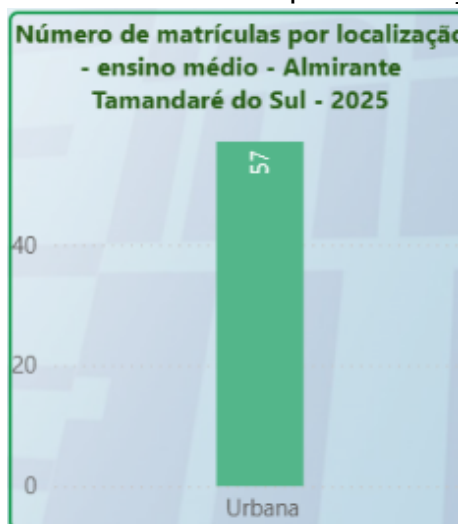


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados do Ensino Médio evidenciam que Almirante Tamandaré do Sul apresenta uma trajetória positiva na manutenção dos estudantes nessa etapa da Educação Básica. Entre 2015 e 2025, o número de matrículas passou de **27 para 57 estudantes**, representando crescimento superior a 100% no período. Esse resultado sugere avanços na permanência escolar e na transição dos estudantes oriundos do Ensino Fundamental, indicando maior capacidade do sistema educacional de garantir a continuidade dos estudos.

Apesar desse crescimento, o quantitativo de matrículas ainda é relativamente pequeno, característica comum de municípios de pequeno porte. Nessa realidade, qualquer situação de evasão, abandono ou retenção pode impactar significativamente os indicadores educacionais, tornando fundamental o acompanhamento contínuo da frequência e do desempenho dos estudantes.

Gráfico 12 – Matrícula do Ensino Médio por localização geográfica (2025)



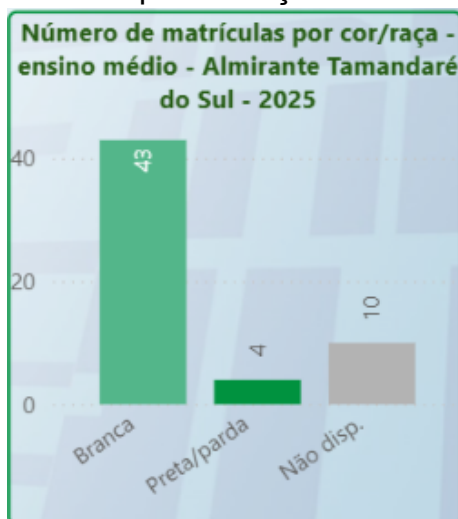
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Outro aspecto relevante é que **100% das matrículas do Ensino Médio estão concentradas em escola localizada na área urbana**, uma vez que o município possui apenas uma escola estadual que oferta essa etapa de ensino. Essa situação exige atenção especial aos estudantes residentes na zona rural, que dependem do transporte escolar para acessar a escola e podem enfrentar maiores dificuldades de permanência e participação nas atividades educacionais.

De forma geral, os dados demonstram que o município conseguiu ampliar o acesso e manter a oferta do Ensino Médio, porém ainda necessita fortalecer políticas de permanência escolar, acompanhamento pedagógico e apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade. Essas ações são essenciais para assegurar trajetórias escolares regulares e garantir que os jovens concluam a Educação Básica na idade adequada, com melhores perspectivas de continuidade dos estudos e inserção social e profissional.

c) Matrículas por cor/raça no Ensino Médio

Gráfico 13 - Matrícula por cor/raça do Ensino Médio (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

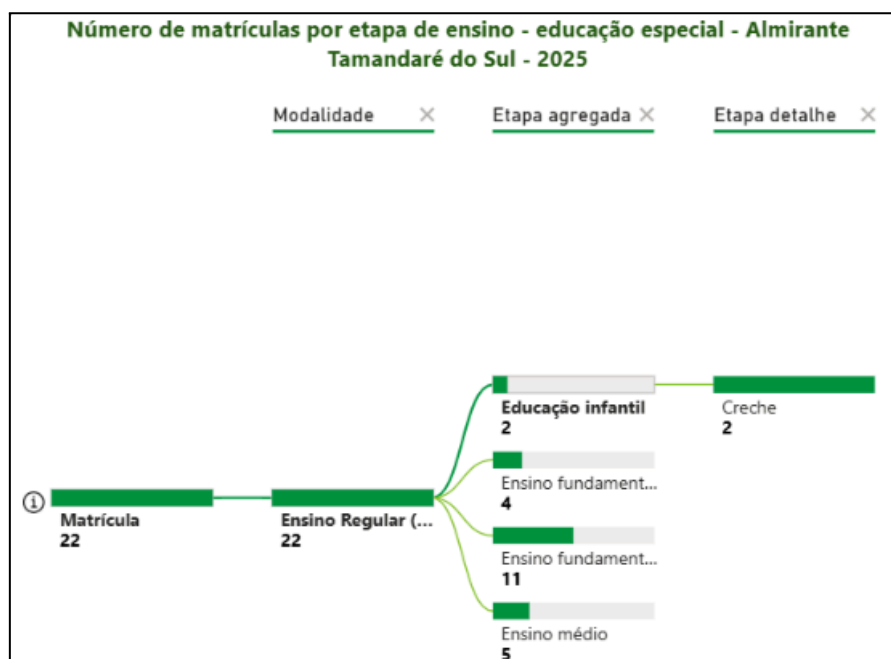
Os dados do Ensino Médio de Almirante Tamandaré do Sul, em 2025, indicam predominância de estudantes declarados **brancos**, com **43 matrículas**. Os estudantes **pretos/pardos** somam **4 matrículas**, enquanto **10 estudantes aparecem sem declaração de cor/raça**. Esse último dado merece atenção, pois o número de matrículas sem informação é mais que o dobro do total de estudantes pretos/pardos registrados.

A predominância de estudantes brancos pode refletir a composição demográfica local, mas a presença de registros “não declarados” limita a leitura mais precisa das desigualdades educacionais. Sem a informação racial completa, torna-se mais difícil identificar se determinados grupos enfrentam maiores riscos de reprovação, abandono, defasagem idade-série ou não conclusão do Ensino Médio na idade adequada.

Assim, para qualificar o diagnóstico, é importante que o município e a escola fortaleçam a coleta e atualização dos dados de cor/raça no Censo Escolar, com orientação adequada às famílias e aos estudantes. Essas informações são essenciais para planejar políticas de equidade, busca ativa, permanência escolar e acompanhamento das trajetórias dos jovens, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade social.

d) Matrículas na Educação Especial no Ensino Médio

Imagem 03 - Evolução da matrícula na Educação Especial do Ensino Médio (2015-2025)

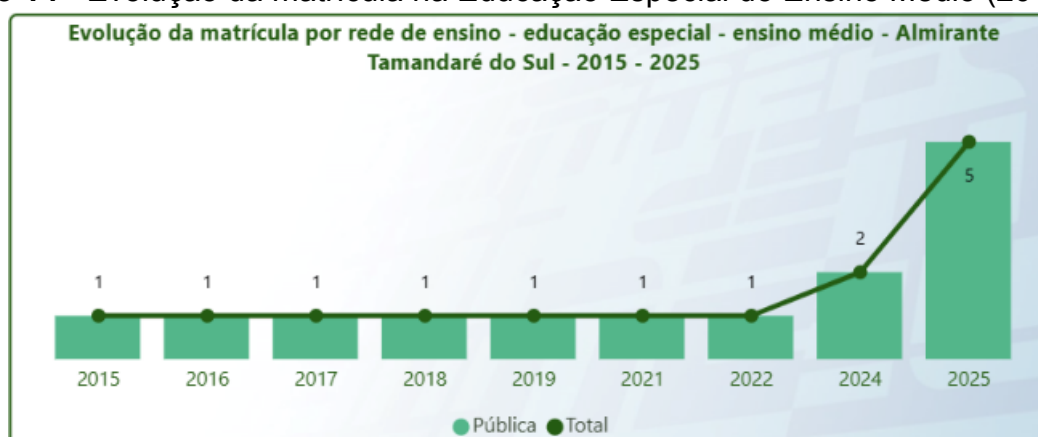


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados indicam que, em 2025, Almirante Tamandaré do Sul registrou **22 matrículas na Educação Especial na Educação Básica**, sendo **5 matrículas no Ensino Médio**. Esse número representa uma participação importante dessa etapa no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial e demonstra que a inclusão também se estende à fase final da escolarização básica.

A evolução histórica mostra que, entre 2015 e 2022, o município manteve **1 matrícula anual** da Educação Especial no Ensino Médio. Em 2024, esse número subiu para **2 matrículas** e, em 2025, chegou a **5 matrículas**, revelando crescimento expressivo nos anos mais recentes. Esse aumento pode indicar maior permanência dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação no percurso escolar, bem como melhoria na identificação e no registro desses estudantes.

Gráfico 14 - Evolução da matrícula na Educação Especial do Ensino Médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

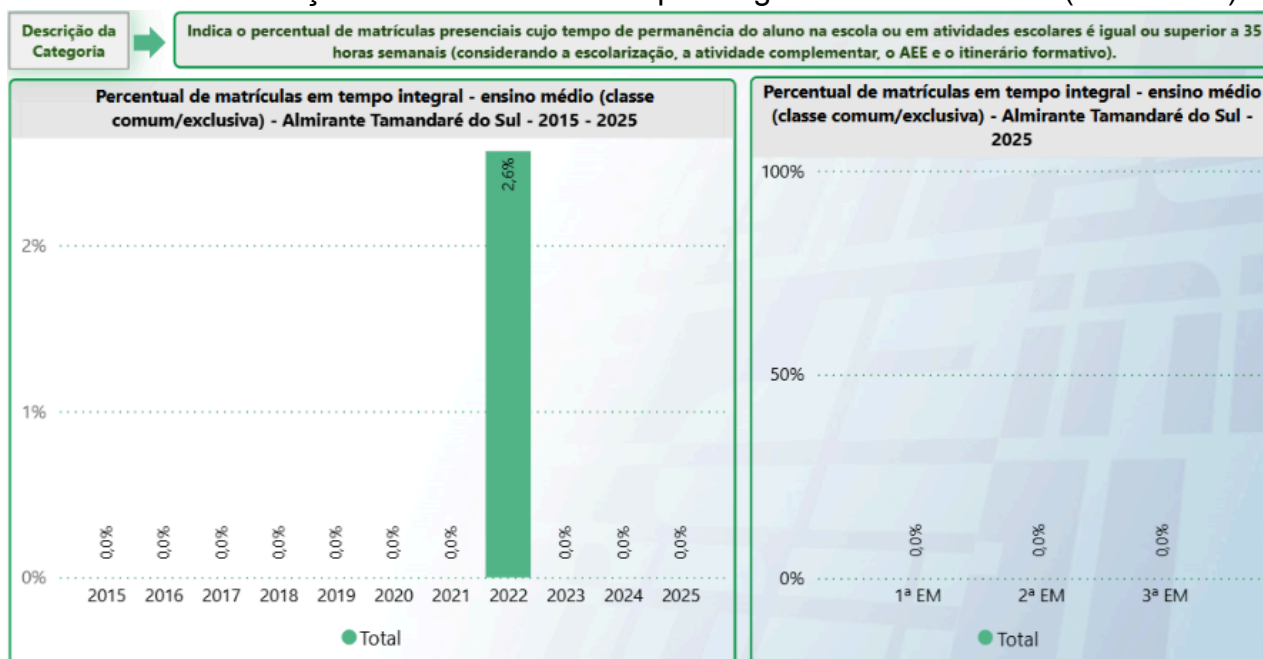
Apesar do avanço, o crescimento das matrículas impõe novos desafios à escola e à rede estadual, responsável pela oferta do Ensino Médio no município. É necessário

garantir não apenas a matrícula, mas condições efetivas de permanência e aprendizagem, com acessibilidade, Atendimento Educacional Especializado, adaptações curriculares, tecnologias assistivas, formação dos professores e apoio pedagógico adequado.

Assim, os dados revelam um cenário positivo de ampliação da inclusão no Ensino Médio, mas também reforçam a necessidade de planejamento específico para assegurar que esses estudantes concluam a Educação Básica na idade adequada, com aprendizagem, participação e continuidade de suas trajetórias educacionais.

e) Matrículas em tempo integral no Ensino Médio

Gráfico 15 - Evolução da matrícula em tempo integral do Ensino Médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados demonstram que a oferta de **tempo integral no Ensino Médio** em Almirante Tamandaré do Sul é praticamente inexistente ao longo da série histórica de 2015 a 2025. O gráfico indica que apenas em **2022** houve registro de matrículas em tempo integral, alcançando **2,6%**, sinalizando o desenvolvimento de atividades complementares no turno inverso, enquanto nos demais anos o percentual permaneceu em **0%**. Em 2025, não há matrículas em tempo integral no Ensino Médio.

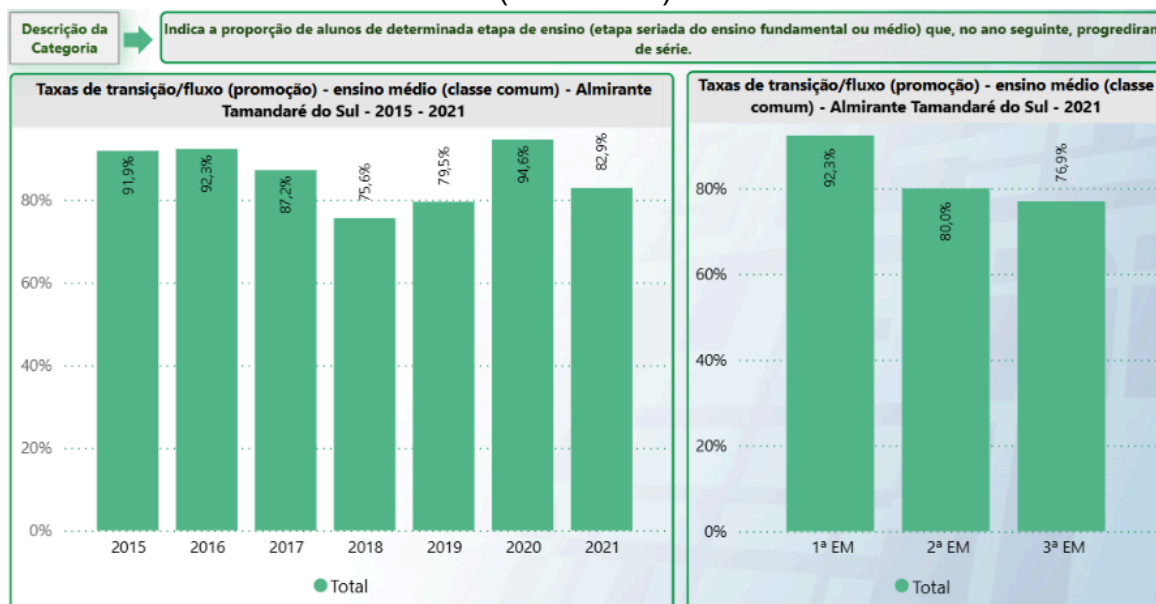
Esse resultado revela uma fragilidade importante na ampliação da jornada escolar para os jovens dessa etapa. Considerando que o Ensino Médio é um período marcado por maiores riscos de evasão, abandono, defasagem idade-série e ingresso precoce no mundo do trabalho, a ausência de tempo integral limita as possibilidades de fortalecimento da permanência escolar e de ampliação das oportunidades formativas.

A inexistência de matrículas em tempo integral em 2025 também contrasta com a importância estratégica dessa política para a recomposição das aprendizagens, o desenvolvimento de projetos de vida, a formação científica, cultural, tecnológica e profissional dos estudantes. Em um município com apenas uma escola de Ensino Médio,

a ampliação progressiva da jornada poderia favorecer maior vínculo dos jovens com a escola e contribuir para a conclusão da Educação Básica na idade adequada.

f) Taxa de transição/fluxo no Ensino Médio

Gráfico 16 – Taxa de transição/fluxo no Ensino Médio de Almirante Tamandaré do Sul (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de transição e fluxo escolar do Ensino Médio demonstram que Almirante Tamandaré do Sul apresenta resultados relativamente positivos na promoção dos estudantes entre as séries, embora ainda existam desafios importantes para garantir trajetórias escolares plenamente regulares. Entre 2015 e 2021, as taxas de promoção oscilaram entre aproximadamente **75% e 94%**, evidenciando que a maior parte dos estudantes conseguiu avançar de ano, mas também revelando a existência de retenções e possíveis situações de abandono escolar em determinados períodos.

A análise da série histórica mostra que os melhores resultados ocorreram em 2015, 2016 e 2020, quando as taxas ficaram próximas ou acima de 90%. Em contrapartida, 2018 e 2019 registraram os menores índices da série, indicando momentos de maior fragilidade no fluxo escolar. Essas oscilações sugerem que fatores pedagógicos, sociais e econômicos podem influenciar significativamente a permanência e o sucesso dos estudantes nessa etapa da Educação Básica.

A distribuição das taxas por série, em 2021, evidencia diferenças importantes ao longo do percurso formativo. O **1º ano do Ensino Médio apresentou taxa de promoção de aproximadamente 92%**, enquanto o **2º ano registrou cerca de 80%**, configurando-se como a etapa de maior vulnerabilidade. Já o **3º ano alcançou aproximadamente 79%**, indicando que parte dos estudantes enfrenta dificuldades para concluir a etapa final da Educação Básica sem interrupções ou retenções.

Esses resultados reforçam uma realidade observada nacionalmente: o Ensino Médio concentra maiores riscos de reprovação, abandono e distorção idade-série quando comparado às etapas anteriores. No caso de Almirante Tamandaré do Sul, os dados

sugerem que o principal desafio não está no acesso às vagas, mas na garantia da permanência e da conclusão escolar com sucesso, especialmente no 2º e no 3º ano.

Fontes Consultadas:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Cidades e Estados. Disponível em: [IBGE Cidades – Almirante Tamandaré do Sul/RS](#)
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: [INEP](#)
- Painel de Indicadores Educacionais do Rio Grande do Sul (Power BI). Disponível em: Painel de Indicadores Educacionais – Power BI RS
- Censo Escolar da Educação Básica – INEP/MEC. Disponível em: Censo Escolar da Educação Básica

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise de todos os dados apresentados no documento, as possíveis causas do Problema 04 em Almirante Tamandaré do Sul estão relacionadas principalmente às fragilidades da aprendizagem, às desigualdades territoriais, aos desafios da inclusão educacional e à insuficiência de estratégias de permanência ao longo da Educação Básica. As causas abaixo representam fatores que podem estar contribuindo para trajetórias escolares irregulares e para a não conclusão do Ensino Fundamental e Médio na idade adequada.

C01. Baixos níveis de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental: relaciona-se ao fato de apenas 50% das crianças estarem alfabetizadas em 2025, comprometendo a aprendizagem nas etapas posteriores e aumentando os riscos de reprovação, distorção idade-série e abandono escolar.

C02. Necessidade de fortalecimento das estratégias de acompanhamento e recuperação das aprendizagens: os dados indicam a necessidade de ampliar ações de monitoramento pedagógico, intervenções precoces e recomposição das aprendizagens para estudantes com dificuldades acadêmicas.

C03. Fragilidades na infraestrutura e nos recursos educacionais de algumas unidades escolares: os painéis apontam diferenças em recursos como internet, biblioteca, laboratórios, quadras esportivas, acessibilidade e espaços pedagógicos, fatores que podem influenciar a qualidade da aprendizagem e da permanência escolar.

C04. Necessidade de fortalecimento da inclusão educacional e do Atendimento Educacional Especializado: o crescimento das matrículas da Educação Especial exige ampliação do AEE, formação continuada dos profissionais, adaptações curriculares, acessibilidade e tecnologias assistivas para garantir trajetórias escolares regulares aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

C05. Insuficiência da oferta de educação em tempo integral nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio: embora o município tenha ampliado significativamente o tempo integral nos anos iniciais, essa oferta é inexistente nos anos finais e no Ensino Médio, reduzindo oportunidades de proteção social, reforço das aprendizagens e fortalecimento do vínculo dos adolescentes com a escola.

C06. Limitações no monitoramento das desigualdades educacionais: a existência de matrículas sem declaração de raça/cor e a necessidade de acompanhamento mais sistemático dos grupos vulneráveis dificultam a identificação de

desigualdades e a implementação de políticas focalizadas de permanência e sucesso escolar.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01** – Baixos níveis de alfabetização nos anos iniciais
- **Causa 02** - Fragilidades no acompanhamento e recuperação das aprendizagens.
- **Causa 03** - Fragilidades de infraestrutura e recursos educacionais.
- **Causa 04** - Necessidade de fortalecimento da inclusão e do AEE.
- **Causa 05** - Ausência de tempo integral nos anos finais e no Ensino Médio.
- **Causa 06** - Limitações no monitoramento das desigualdades educacionais.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 04 – Árvore dos problemas do Tema 04 do PME

TEMA 04 - ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

PROBLEMA 04:

GRANDE NÚMERO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS EM IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA POSSUEM TRAJETÓRIAS ESCOLARES IRREGULARES E NÃO CONCLUEM OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO NA IDADE ADEQUADA, NÚMERO QUE SE TORNA MAIOR ENTRE AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

DESCRIPTOR 01

Fragilidades na aprendizagem e na trajetória escolar

(alfabetização, desempenho acadêmico, proficiência, aprendizagem adequada para cada etapa, progressão escolar, reprovação, distorção idade-série, abandono escolar e conclusão do Ensino Fundamental e Médio na idade adequada).

DESCRIPTOR 02

Redução das matrículas ao longo da Educação Básica

(permanência escolar, transição entre etapas de ensino, continuidade dos estudos, evasão escolar, abandono, migração de estudantes, fluxo escolar e conclusão da Educação Básica).

DESCRIPTOR 03

Desigualdades territoriais entre campo e cidade

(acesso à escola, transporte escolar, infraestrutura educacional, conectividade, oferta educacional, educação do campo, permanência escolar e equidade de oportunidades entre estudantes da zona rural e urbana).

DESCRIPTOR 04

Desafios de inclusão e equidade educacional

(Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado (AEE), acessibilidade, adaptações curriculares, tecnologias assistivas, equidade racial, atendimento às populações vulneráveis, inclusão escolar e garantia de aprendizagem para todos os estudantes).

DESCRIPTOR 05

Insuficiência de políticas de permanência e educação em tempo integral

(ampliação da jornada escolar, educação em tempo integral, proteção social, desenvolvimento integral, recomposição das aprendizagens, redução da evasão, fortalecimento do vínculo com a escola e apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade social).

CAUSA 01

Baixos níveis de alfabetização nos anos iniciais.

CAUSA 02

Fragilidades no acompanhamento e recuperação das aprendizagens.

CAUSA 03

Fragilidades de infraestrutura e recursos educacionais.

CAUSA 03

Fragilidades de infraestrutura e recursos educacionais.

CAUSA 02

Fragilidades no acompanhamento e recuperação das aprendizagens.

CAUSA 02

Fragilidades no acompanhamento e recuperação das aprendizagens.

CAUSA 05

Ausência de tempo integral nos anos finais e no Ensino Médio.

CAUSA 06

Limitações no monitoramento das desigualdades educacionais.

CAUSA 04

Necessidade de fortalecimento da inclusão e do AEE.

CAUSA 05

Ausência de tempo integral nos anos finais e no Ensino Médio.

CAUSA 06

Limitações no monitoramento das desigualdades educacionais.

CAUSA 06

Limitações no monitoramento das desigualdades educacionais.

CAUSA 06

Limitações no monitoramento das desigualdades educacionais.

LEGENDA:



Problema



Descritor



Causa

Fonte: autoria própria.

6. TEMA 05 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

Problema 05: ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO AINDA NÃO ALCANÇAM NÍVEIS ADEQUADOS DE APRENDIZAGEM PARA O RESPECTIVO ANO DE ESCOLARIDADE, COMPROMETENDO A QUALIDADE E A EQUIDADE DA EDUCAÇÃO, BEM COMO A PERMANÊNCIA, A TRAJETÓRIA ESCOLAR E A CONTINUIDADE DOS ESTUDOS.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

Para compreender o Problema 05, é necessário analisar os indicadores que expressam a qualidade da aprendizagem ao longo da Educação Básica em Almirante Tamandaré do Sul. A aprendizagem adequada não se limita ao acesso e à permanência dos estudantes na escola, mas envolve a efetiva apropriação das competências e habilidades previstas para cada etapa de ensino. Nesse contexto, os dados de alfabetização, fluência leitora, avaliações externas, rendimento escolar e indicadores educacionais permitem identificar avanços e fragilidades que impactam o desenvolvimento dos estudantes. A análise dos descritores evidencia que, embora o município apresente resultados positivos em alguns aspectos da trajetória escolar, persistem desafios relacionados à consolidação das aprendizagens, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática, bem como à garantia da equidade educacional para estudantes em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, os indicadores apresentados constituem evidências fundamentais para compreender a dimensão do problema e subsidiar o planejamento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação e à redução das desigualdades educacionais.

DESCRITORES⁶ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01:** Infraestrutura das escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio incompleta e insuficiente.
- **Descritor 02:** IDEB dos anos finais do ensino fundamental em 2023 foi de 5.1 enquanto a meta era de 5.5.
- **Descritor 03:** Em 2025 apenas 57,1% dos gestores escolares tinham formação continuada em gestão escolar.
- **Descritor 04:** Em 2025 84,8% dos docentes tinha formação em nível superior licenciatura no Ensino Fundamental.
- **Descritor 05:** Na avaliação do SAERS 2025 em Língua Portuguesa no 5º ano, o município alcançou proficiência média de 216 pontos, com 93% de participação.
- **Descritor 06:** Na avaliação do SAERS 2025 em Matemática no 5º ano, a proficiência média foi de 227 pontos, também com 93% de participação.

⁶ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

- ❑ **Descritor 07:** Na avaliação do SAERS 2025, os estudantes do 9º ano alcançaram proficiência média de 272 pontos em Língua Portuguesa, com 100% de participação dos estudantes previstos.
- ❑ **Descritor 08:** No SAERS 2025, em Matemática, a proficiência média dos estudantes do 9º alcançou 294 pontos, também com 100% de participação.
- ❑ **Descritor 09:** O município ainda registra aproximadamente 10% dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental em situação de atraso escolar em 2025.
- ❑ **Descritor 10:** A participação dos estudantes concluintes do ensino médio no Enem foi apenas de 50% em 2019.
- ❑ **Descritor 11:** No ensino médio, aproximadamente 24% dos estudantes encontram-se em atraso escolar (distorção idade-série).
- ❑ **Descritor 12:** Na avaliação do SAERS 2025, os estudantes do 3º ano do Ensino Médio alcançaram proficiência média de 278 pontos em Língua Portuguesa, com 89% de participação.
- ❑ **Descritor 13:** Na avaliação do SAERS 2025, os estudantes do 3º ano do Ensino Médio alcançaram proficiência média de 274 pontos em Matemática, com 89% de participação.

1) Dados comuns do Ensino Fundamental e Médio quanto a infraestrutura

a) Infraestrutura das escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio

Painel 01 – Infraestrutura e recursos das escolas de Almirante Tamandaré do Sul (2025)

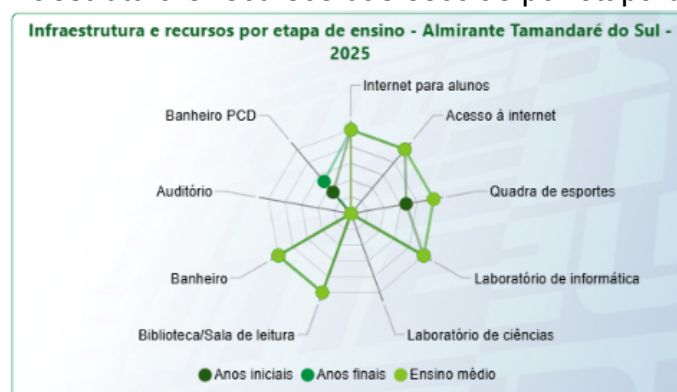


A primeira evidência apresentada refere-se às **condições de infraestrutura e recursos das escolas** do município, aspecto diretamente relacionado à qualidade da aprendizagem. Os dados indicam que o município possui avanços importantes em alguns itens básicos: **100% das escolas contam com alimentação fornecida, TV, biblioteca, água tratada, energia elétrica, coleta periódica de lixo e banda larga**. Esses elementos revelam que há uma base mínima de funcionamento escolar assegurada, o que contribui para a permanência dos estudantes e para a organização do trabalho pedagógico.

Entretanto, aparecem fragilidades relevantes. Apenas **25% das escolas possuem acessibilidade**, o que aponta um obstáculo significativo à inclusão de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida. Também chama atenção o fato de **0% das escolas possuírem laboratório de ciências**, recurso importante para o ensino investigativo, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e **50% possuem esgoto ligado à rede pública**, já os outros 50% indicam as escolas rurais que possuem fossa séptica para destinação do esgoto. Além disso, somente **50% das escolas têm quadra de esportes** indicando necessidade de melhorar as condições físicas das unidades escolares.

Outro ponto importante é o **laboratório de informática**, presente em **75% das escolas**. Embora seja um dado positivo, ainda não representa universalização. Considerando as exigências atuais da aprendizagem, da BNCC Computação e do uso pedagógico das tecnologias, a ausência desse recurso em parte da rede pode limitar práticas inovadoras, pesquisas orientadas, produção digital e desenvolvimento de competências tecnológicas. Levamos em consideração que a escola que não possui laboratório de informática é a EMEI Cantinho da Criança, a mesma possui ChromeBooks para utilização dos alunos nas atividades pedagógicas.

Gráfico 01 – Infraestrutura e recursos das escolas por etapa de ensino (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Assim, a análise permite afirmar que o município apresenta uma **estrutura escolar parcialmente consolidada**, mas ainda marcada por lacunas que podem comprometer a equidade e a qualidade da aprendizagem. As principais fragilidades concentram-se em **acessibilidade, laboratórios de ciências, espaços esportivos, universalização dos recursos tecnológicos**. Esses elementos devem ser tratados como prioridades no

planejamento educacional, pois podem influenciar as condições de ensino, a inclusão e o desempenho dos estudantes.

Em síntese, Almirante Tamandaré do Sul demonstra avanços em serviços essenciais, mas ainda precisa fortalecer a infraestrutura pedagógica e inclusiva das escolas. Para enfrentar o problema da aprendizagem insuficiente, não basta observar apenas resultados de desempenho: é necessário considerar também as condições concretas em que o ensino acontece. A melhoria da aprendizagem passa pela garantia de ambientes acessíveis, equipados, seguros, conectados e pedagogicamente adequados para todos os estudantes.

2) Dados comuns do Ensino Fundamental e Médio quanto a área pedagógica

O problema da aprendizagem insuficiente deve ser analisado não apenas pelos resultados dos estudantes, mas também pelas condições pedagógicas, de gestão e de organização escolar que sustentam o processo educativo.

a) IDEB

Painel 02 – IDEB dos anos finais ensino fundamental (2023)



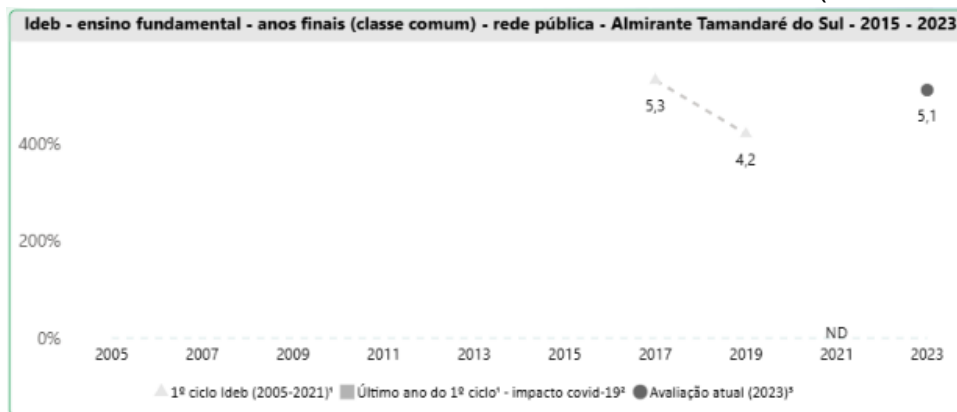
Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 02 – IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2023)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 03 – IDEB dos anos finais do ensino fundamental (2015-2023)



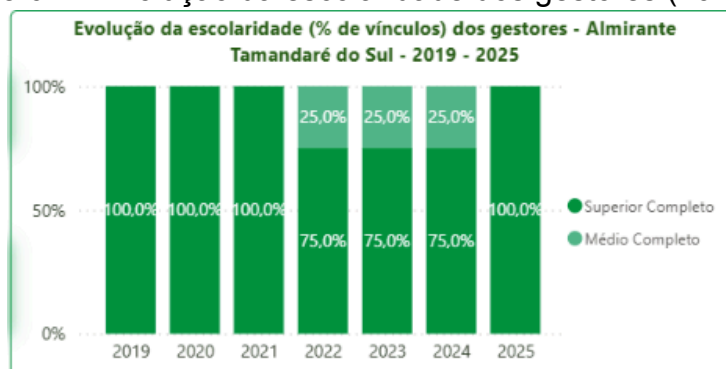
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

No **IDEB de 2023**, o município apresenta resultado de **5,1 nos anos finais do Ensino Fundamental**, composto por desempenho médio de **5,5 em Matemática**, **5,69 em Língua Portuguesa** e **taxa de aprovação de 0,92**. Esse dado revela que, embora haja uma aprovação relativamente elevada, o desempenho acadêmico ainda exige atenção, pois a aprendizagem demonstrada nas avaliações padronizadas pode não acompanhar plenamente a progressão esperada dos estudantes.

A série histórica dos anos finais indica oscilação: o IDEB era **5,3 em 2017**, caiu para **4,2 em 2019**, não teve registro em 2021 e chegou a **5,1 em 2023**. Essa recuperação é positiva, mas ainda demonstra instabilidade nos resultados, sinalizando que o município precisa consolidar políticas pedagógicas contínuas, especialmente nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática.

b) Dados dos gestores do Ensino Fundamental e Ensino Médio

Gráfico 04 – Evolução da escolaridade dos gestores (2019-2025)



Fonte:

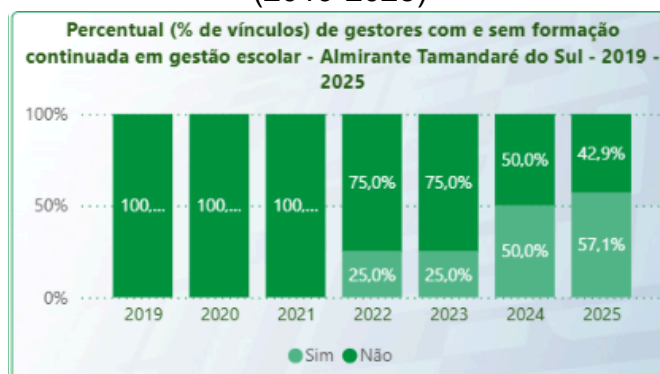
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2VhNDBjNDk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>

(Acesso em: 07/06/2026)

Em relação à gestão escolar, os dados mostram avanços importantes. Em **2025**, **100% dos gestores possuem Ensino Superior completo**, enquanto em 2022, 2023 e 2024 ainda havia 25% com apenas Ensino Médio completo. Esse avanço fortalece a capacidade técnica da gestão, favorecendo o planejamento pedagógico, o acompanhamento das aprendizagens e a organização das ações escolares. Levamos em consideração que nos anos de 2022, 2023 e 2024, mesmo que o dado nos informe que

25,0% dos gestores possuíam apenas o Médio Completo, todos os gestores possuíam minimamente Superior Completo.

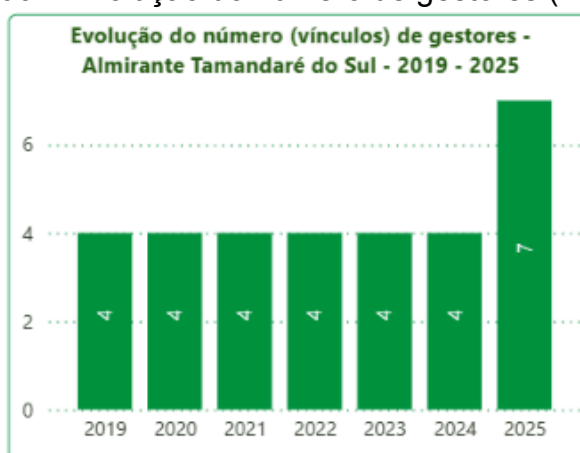
Gráfico 05 – Percentual de gestores com e sem formação continuada em gestão escolar (2019-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Outro dado relevante refere-se à **formação continuada em gestão escolar**. Entre 2019 e 2021, 100% dos gestores apareciam sem formação continuada. Em 2022 e 2023, apenas 25% possuíam formação; em 2024, o percentual chegou a 50%; e, em 2025, alcançou **57,1%**. Apesar do avanço, ainda há **42,9% dos gestores sem formação continuada**, o que indica necessidade de continuar ampliando ações formativas específicas para gestão pedagógica, liderança educacional, uso de indicadores e acompanhamento da aprendizagem.

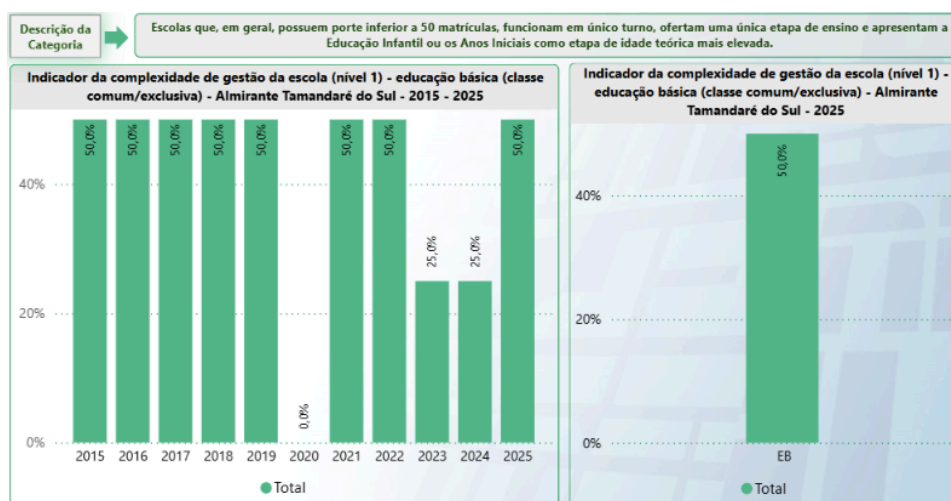
Gráfico 06 – Evolução do número de gestores (2019-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

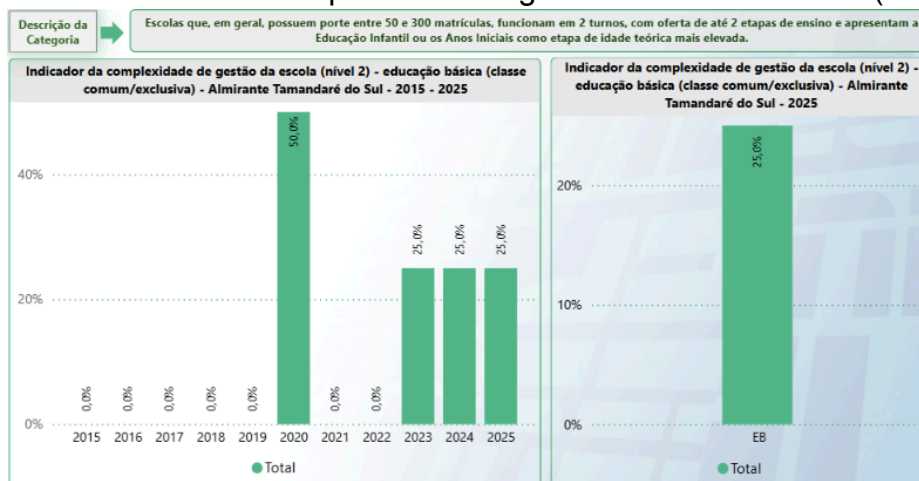
O número de gestores também se ampliou em 2025, passando de **4 vínculos entre 2019 e 2024 para 7 vínculos em 2025**. Esse crescimento pode representar reorganização administrativa ou ampliação da estrutura de gestão, mas também exige atenção para garantir alinhamento entre as equipes, clareza de funções e continuidade das práticas pedagógicas. Levamos em consideração que no ano de 2025 as 4 escolas localizadas no município de Almirante Tamandaré do Sul possuíam 4 diretores e 4 vice-diretores, e não como consta no gráfico analisado.

Gráfico 07 – Indicador da complexidade de gestão da escola/nível 1 (2015-2025)



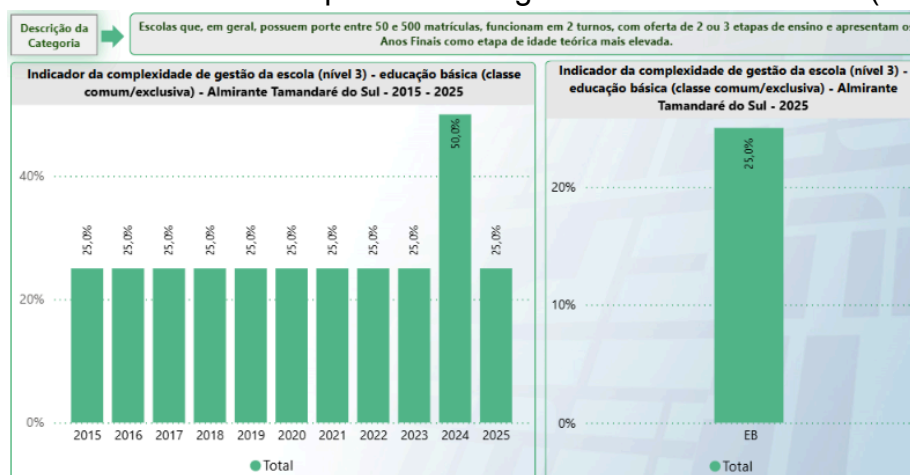
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 08 – Indicador da complexidade de gestão da escola/nível 2 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 09 – Indicador da complexidade de gestão da escola/nível 3 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Quanto à **complexidade da gestão escolar**, os dados indicam predominância de escolas em níveis mais baixos de complexidade. Em 2025, aparecem escolas no **nível 1**, **nível 2** e **nível 3**, o que sugere uma rede com diferentes tamanhos, etapas ofertadas e desafios administrativos. Mesmo quando a complexidade não é elevada, ela exige

capacidade de planejamento, acompanhamento e articulação entre etapas, principalmente porque o problema analisado envolve Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Assim, a análise aponta que Almirante Tamandaré do Sul possui avanços relevantes na qualificação formal dos gestores e sinais de recuperação no IDEB dos anos finais. Contudo, permanecem desafios ligados aos avanços nos resultados de aprendizagem, à ampliação de formação continuada da gestão escolar e à consolidação de práticas pedagógicas sistemáticas. O município precisa fortalecer o uso dos indicadores educacionais para orientar intervenções, acompanhar estudantes com defasagens e garantir que a aprovação esteja acompanhada de aprendizagem efetiva.

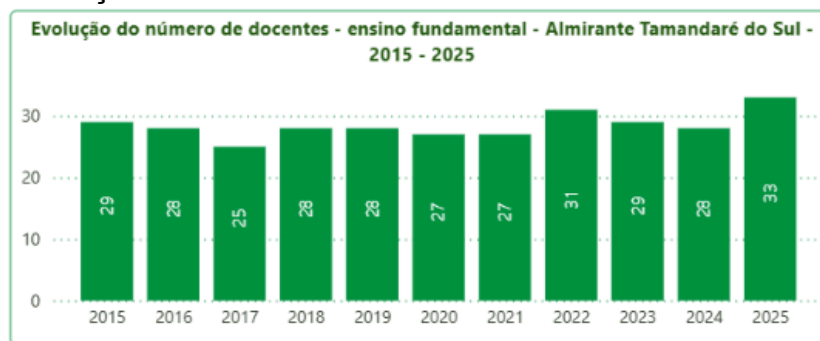
Em síntese, os dados revelam que a aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio depende de uma ação articulada entre gestão qualificada, planejamento pedagógico, formação continuada e monitoramento permanente dos resultados, levamos em consideração também que existem outros fatores externos à escola que influenciam diretamente na aprendizagem, o ambiente familiar (apoio e diálogo), a situação econômica (renda e nutrição) e a saúde física e mental. Em Almirante Tamandaré do Sul, há base institucional para avançar, mas ainda é necessário transformar os indicadores em estratégias concretas de melhoria da aprendizagem.

3) Ensino Fundamental anos iniciais e finais quanto a área pedagógica

Analisando especialmente os **dados docentes do Ensino Fundamental**. Esses dados são fundamentais porque a qualidade da aprendizagem está diretamente relacionada à composição, formação, estabilidade e condições de trabalho dos professores.

a) Dados dos docentes do Ensino Fundamental

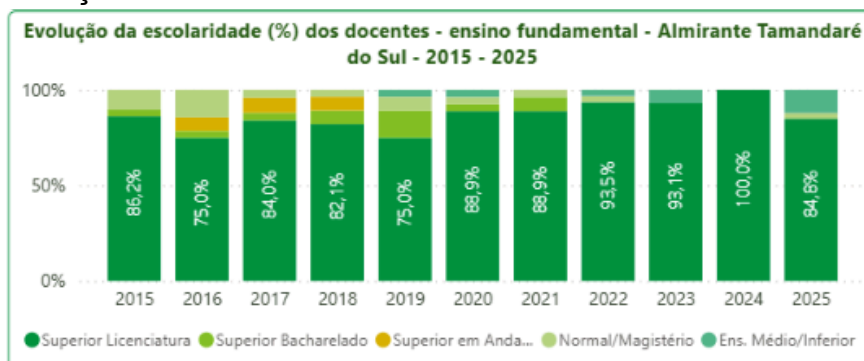
Gráfico 10 – Evolução do número de docentes do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Entre 2015 e 2025, o número de docentes do Ensino Fundamental apresentou variações moderadas, passando de **29 professores em 2015** para **33 em 2025**. Houve queda em 2017, com **25 docentes**, e crescimento mais expressivo em 2022 e 2025. Esse movimento indica uma rede relativamente estável, mas com oscilações que podem impactar a continuidade pedagógica, especialmente quando há substituições, ampliação de vínculos ou reorganização das etapas.

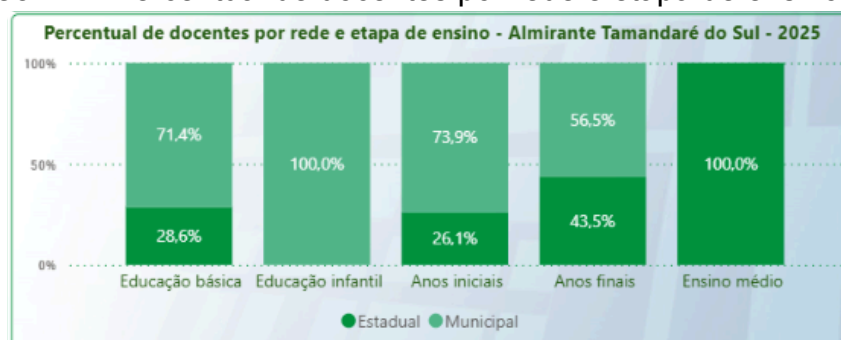
Gráfico 11 – Evolução da escolaridade dos docentes do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A escolaridade docente apresenta um dado positivo: a maior parte dos professores possui **formação superior/licenciatura**. Em 2024, o município chegou a **100% dos docentes com superior licenciatura**, e em 2025 manteve percentual elevado, com **84,8%** nessa condição, enquanto os demais, que são aqueles profissionais que desenvolviam atividades de oficinas, apresentavam outras formações e/ou estavam em processo de qualificação.

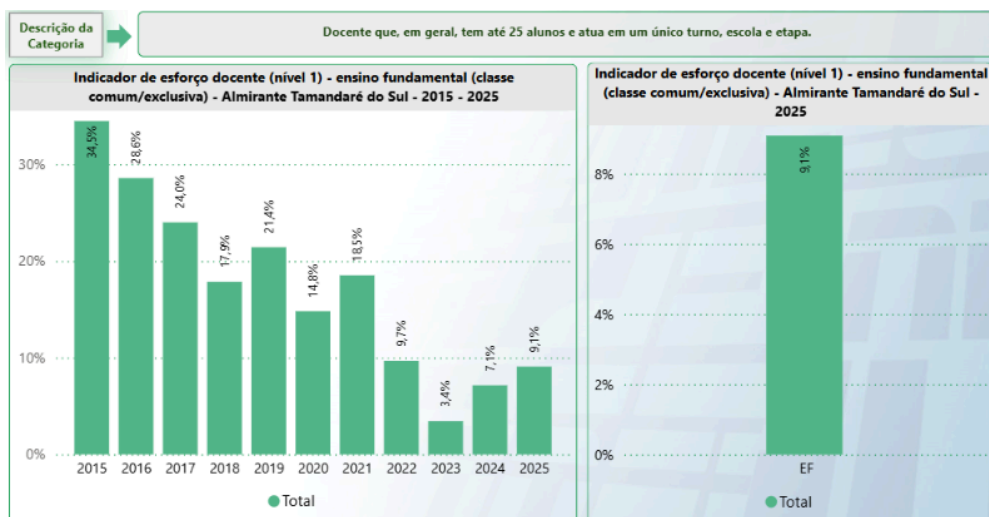
Gráfico 12 – Percentual de docentes por rede e etapa de ensino (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

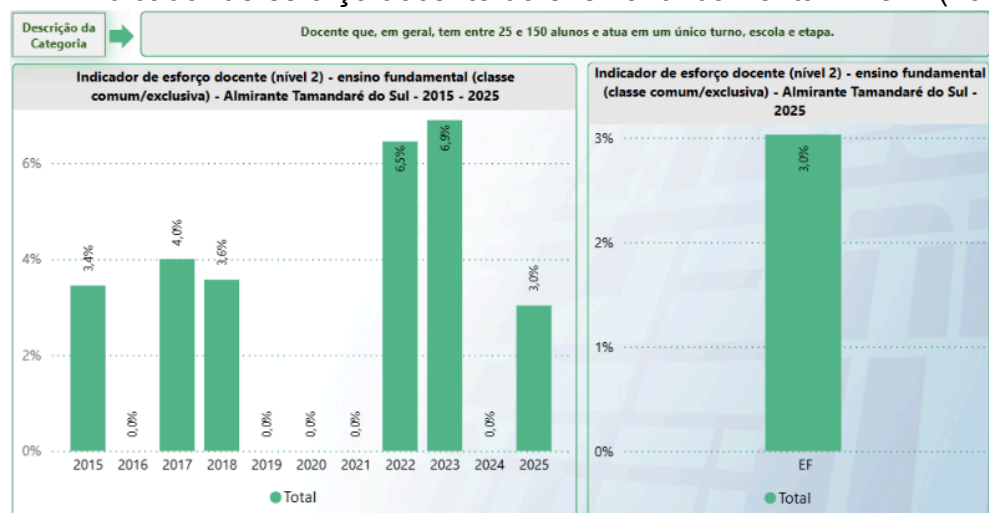
O gráfico de distribuição por rede e etapa de ensino mostra que, em 2025, nos **anos iniciais**, há predominância de docentes da rede municipal, enquanto nos **anos finais** há maior participação da rede estadual. Já o **Ensino Médio aparece 100% sob responsabilidade estadual**. Esse dado é importante porque evidencia a necessidade de articulação entre redes, especialmente para garantir continuidade curricular, transição entre etapas e acompanhamento da trajetória dos estudantes.

Gráfico 13 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 1 (2015-2025)



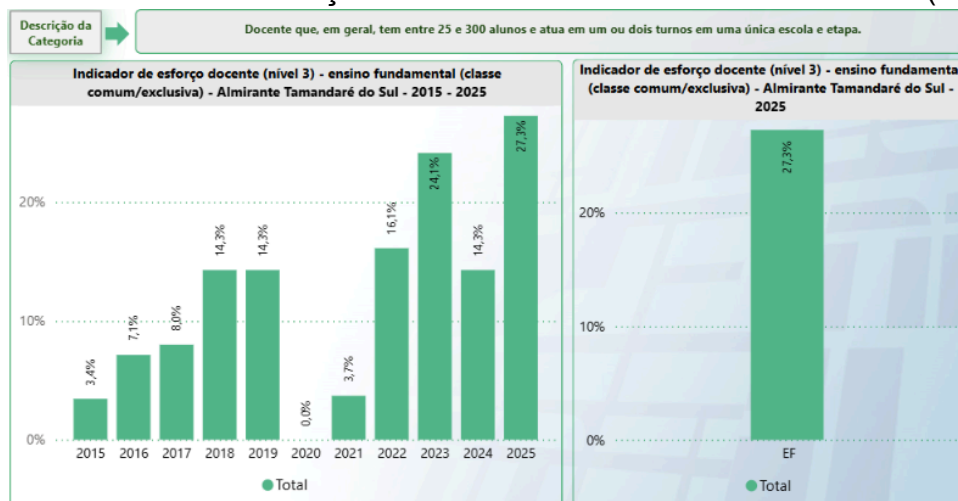
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 14 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 2 (2015-2025)



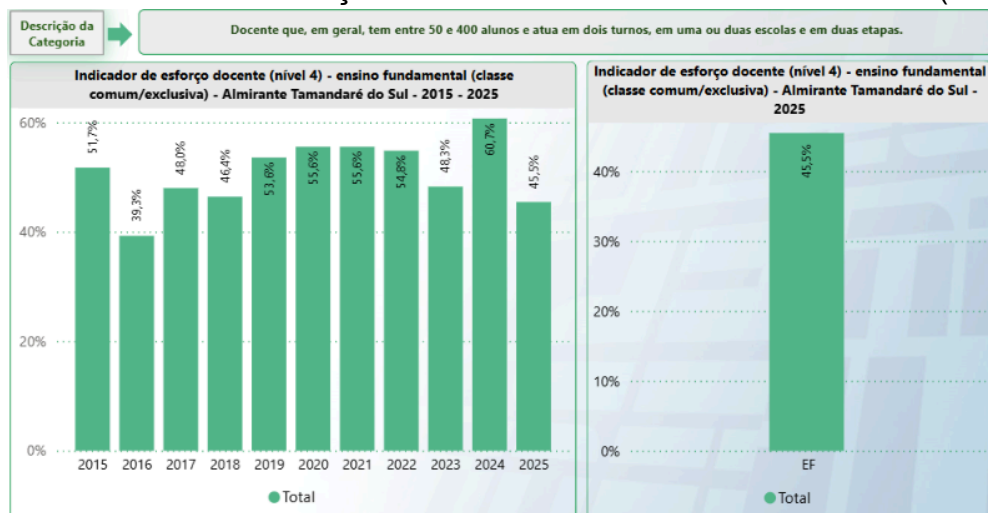
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 15 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 3 (2015-2025)



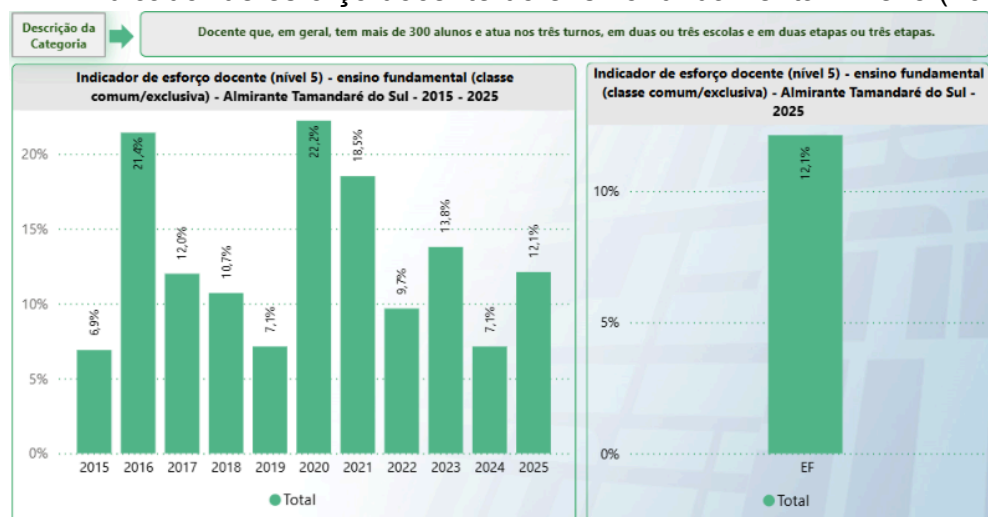
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 16 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 4 (2015-2025)



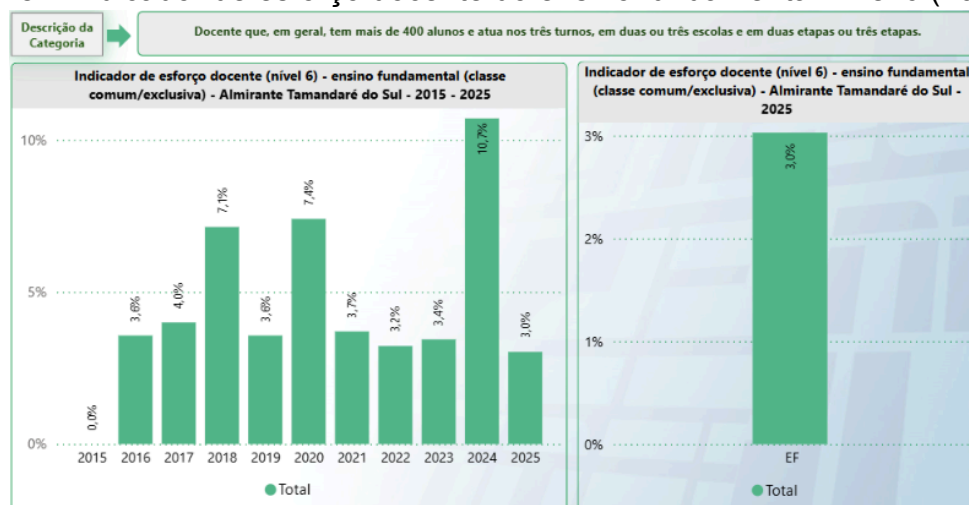
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 17 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 5 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 18 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 6 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Quanto ao **esforço docente**, os dados revelam uma realidade que merece análise cuidadosa. Em 2025, há docentes distribuídos em diferentes níveis de esforço. O nível 4 concentra um percentual significativo, em torno de **45,5%**, indicando professores que, em geral, atuam com maior carga de turmas, estudantes, turnos ou etapas. Também aparecem docentes nos níveis 5 e 6, ainda que em menor percentual, o que sinaliza situações de maior sobrecarga.

Esse cenário é relevante porque o esforço docente elevado pode comprometer o tempo disponível para planejamento, acompanhamento individualizado, recuperação das aprendizagens, atendimento às dificuldades dos estudantes e participação em formação continuada, mas também seu tempo de lazer, tempo familiar e para realizar outras atividades que não vinculadas à educação. Em um contexto no qual o problema central é a aprendizagem insuficiente, a organização do trabalho docente precisa ser vista como dimensão estratégica.

A presença de docentes nos níveis mais baixos de esforço também é positiva, pois indica que parte do corpo docente atua em condições potencialmente mais favoráveis.

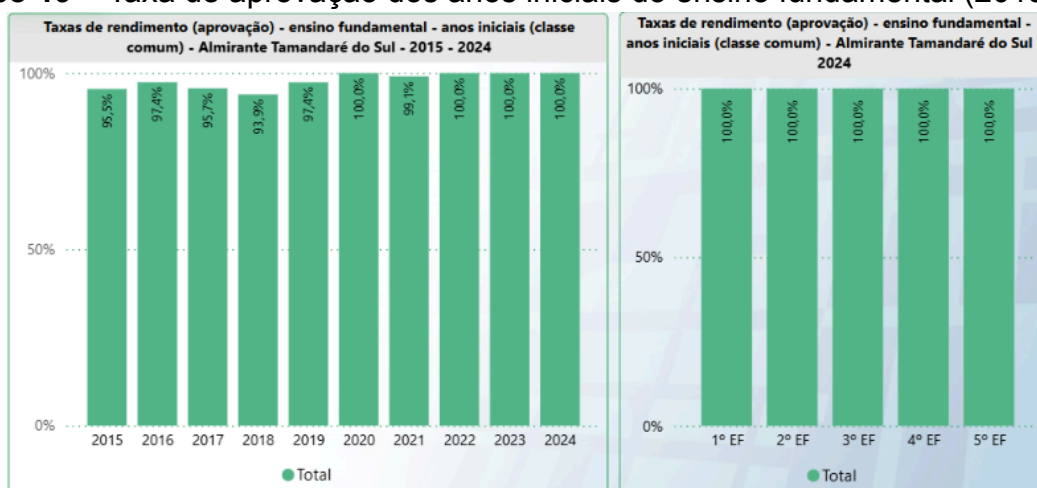
Em síntese, Almirante Tamandaré do Sul apresenta aspectos favoráveis, como número docente relativamente estável e predominância de professores com formação superior/licenciatura. Porém, persistem desafios relacionados à manutenção da formação adequada, à articulação entre rede municipal e estadual e ao esforço docente elevado em parte do Ensino Fundamental. Para enfrentar a aprendizagem insuficiente, é necessário fortalecer políticas de valorização profissional, formação continuada, planejamento coletivo, acompanhamento pedagógico e organização equilibrada da jornada docente.

4) Ensino Fundamental – Anos iniciais indicadores pedagógicos

O documento analisa os **anos iniciais do Ensino Fundamental**, com foco nos indicadores pedagógicos, rendimento escolar, distorção idade-série, organização das turmas, formação docente e resultados do SAERS. Os dados mostram que o município apresenta bons indicadores de fluxo escolar, mas ainda enfrenta desafios importantes relacionados à consolidação da aprendizagem.

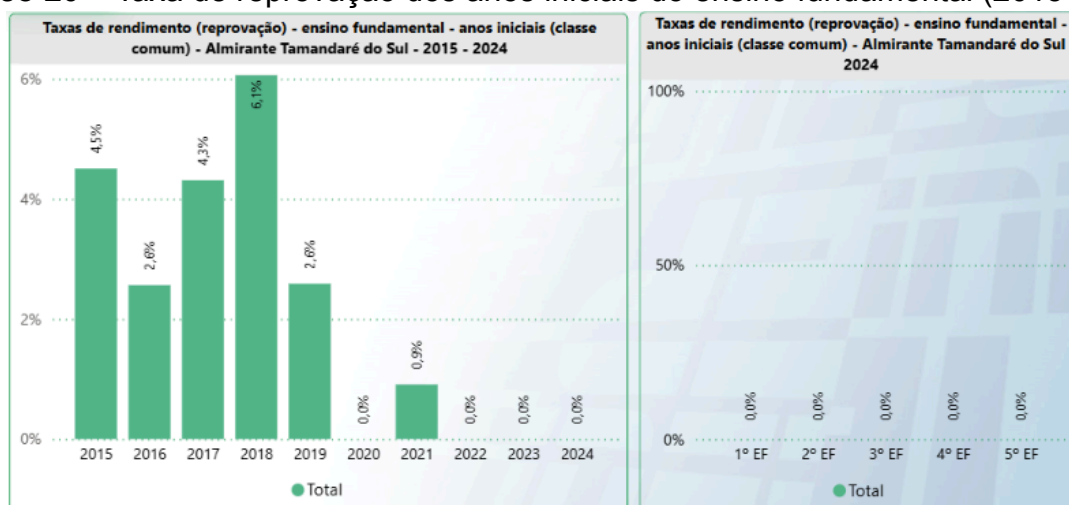
a) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes do Ensino Fundamental anos iniciais

Gráfico 19 – Taxa de aprovação dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2024)



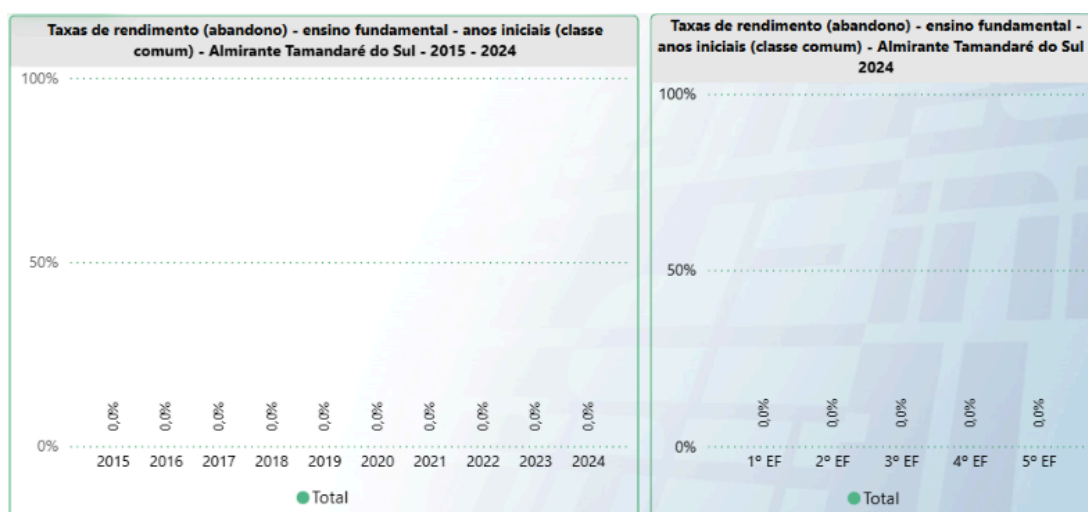
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 20 – Taxa de reprovação dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2024)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 21 – Taxa de abandono dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2024)

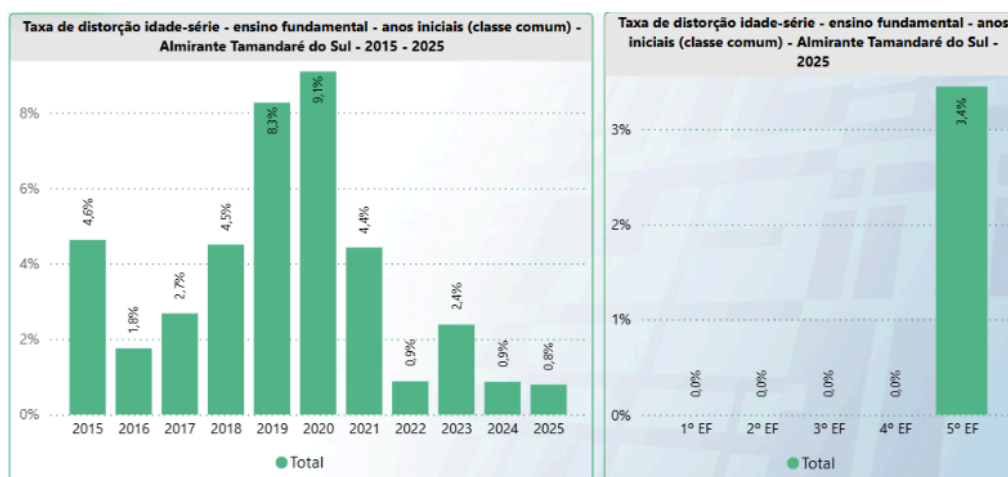


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Nos anos iniciais, a **taxa de aprovação** manteve-se muito elevada entre 2015 e 2024, chegando a **100% em 2024 em todos os anos do 1º ao 5º ano**. A **reprovação** aparece zerada em 2024, e a **taxa de abandono** também se mantém em **0%**. Esses resultados indicam forte permanência dos estudantes na escola e trajetória escolar regular nessa etapa.

Entretanto, a análise da aprendizagem exige cautela: aprovação elevada e abandono inexistente não significam, necessariamente, domínio adequado das habilidades esperadas. Por isso, os dados do SAERS são fundamentais para verificar se a progressão escolar está acompanhada de aprendizagem efetiva.

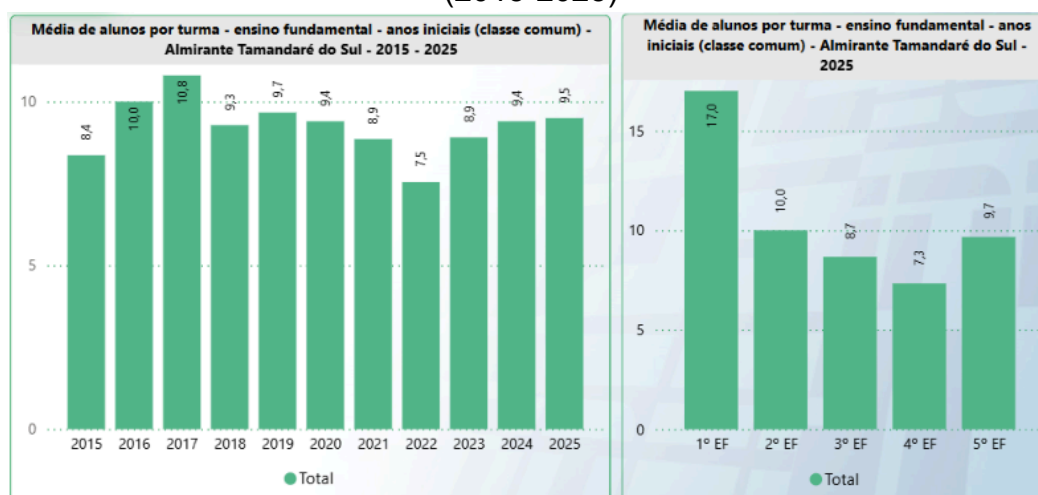
Gráfico 22 – Taxa de distorção idade-série dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **distorção idade-série** apresenta melhora significativa ao longo da série histórica. Depois de alcançar percentuais mais altos em 2019 e 2020, o indicador caiu e, em 2025, aparece concentrado no **5º ano**, com cerca de **3,4%**. Esse dado demonstra avanço no fluxo escolar, mas também sinaliza que ainda há estudantes chegando ao final dos anos iniciais com atraso, exigindo acompanhamento pedagógico específico.

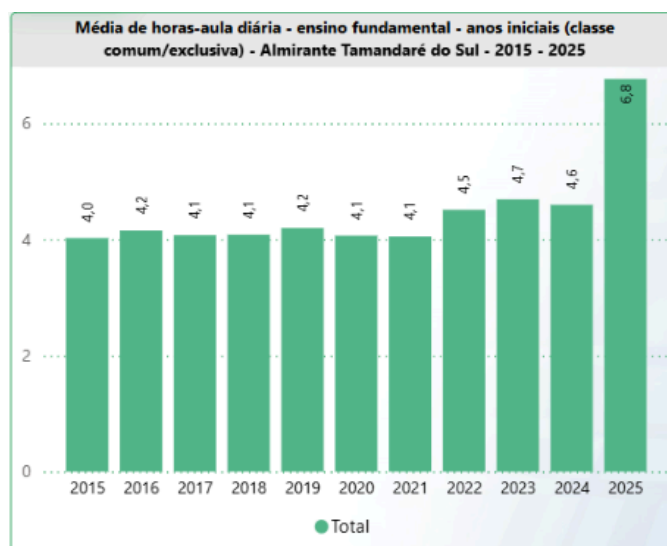
Gráfico 23 – Média de alunos por turma dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **média de estudantes por turma** é baixa, o que pode ser uma vantagem pedagógica. Em 2025, as turmas variam aproximadamente entre **7,3 e 17 estudantes**, dependendo do ano escolar. Turmas menores favorecem intervenções mais individualizadas, acompanhamento próximo, recuperação paralela e práticas pedagógicas diferenciadas.

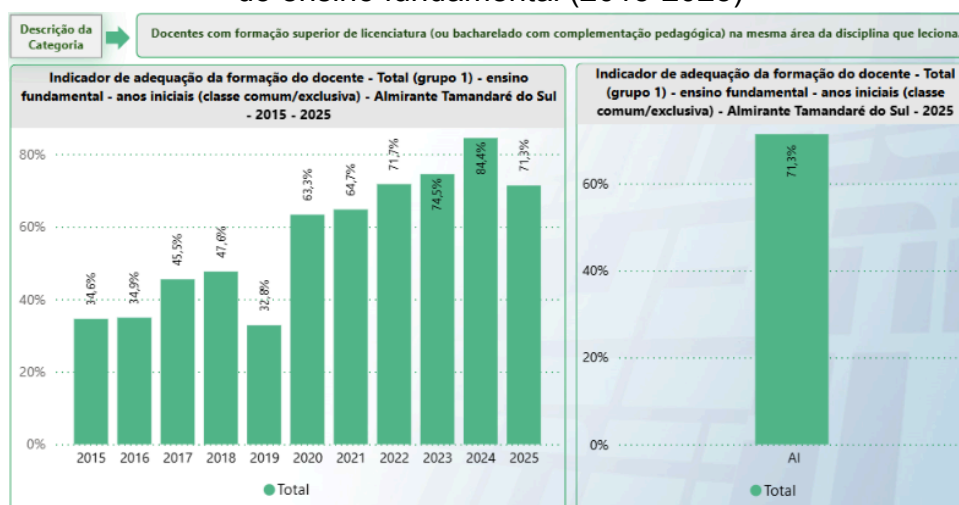
Gráfico 24 – Média de horas-aula diária dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

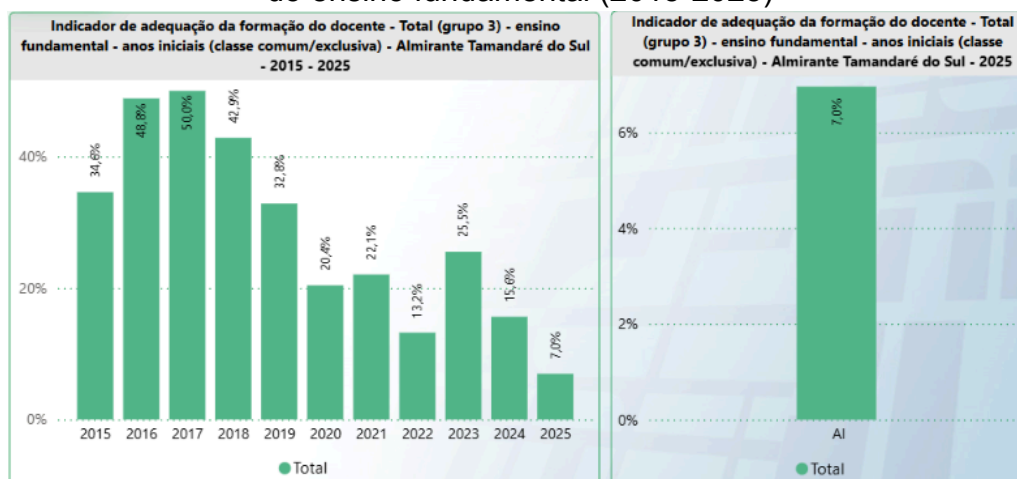
A **média de horas-aula diária** teve crescimento em 2025, chegando a aproximadamente **6,8 horas**. Esse aumento do tempo escolar, vinculado à implementação gradual do ensino integral em tempo integral no município, pode contribuir para a aprendizagem, desde que esteja associado a planejamento pedagógico qualificado, recomposição de aprendizagens, leitura, escrita, resolução de problemas e uso intencional do tempo.

Gráfico 25 – Indicador de adequação da formação do docente/grupo 01 dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



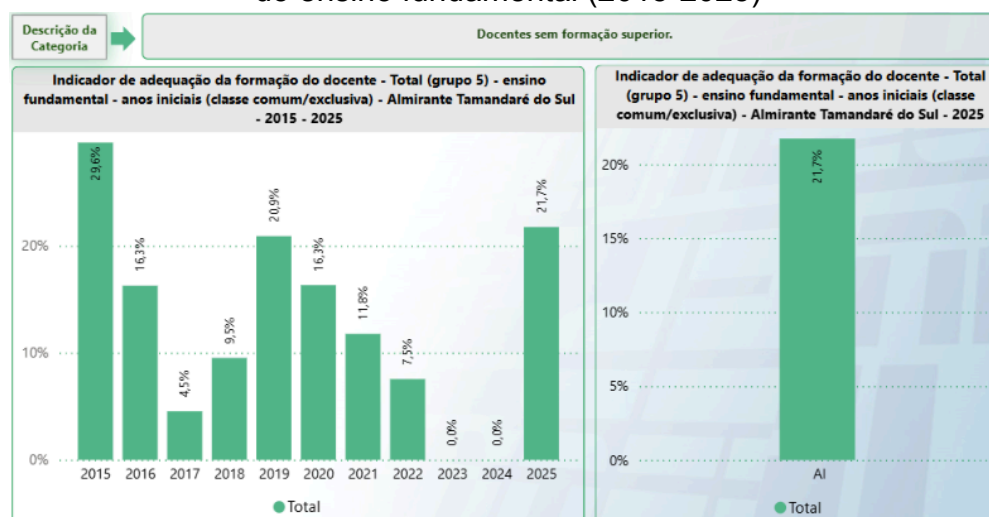
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 26 – Indicador de adequação da formação do docente/grupo 03 dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 27 – Indicador de adequação da formação do docente/grupo 05 dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)

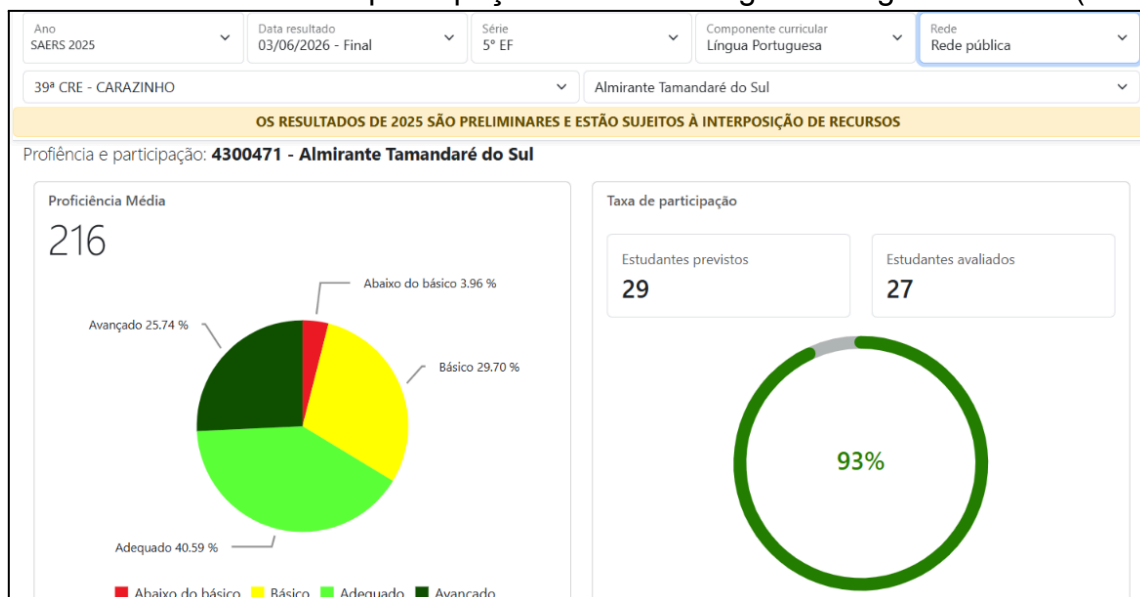


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Quanto à **adequação da formação docente**, o município apresenta avanço importante no grupo 1, que corresponde aos docentes com formação superior de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na mesma área da disciplina que lecionam. Em 2025, esse grupo representa cerca de **71%**. Ao mesmo tempo, ainda aparecem docentes em grupos menos adequados, inclusive o grupo 5, com aproximadamente **21,7%** em 2025, indicando presença de profissionais sem formação superior para a área de atuação. Esse é um ponto sensível, pois a adequação da formação docente tem relação direta com a qualidade do ensino e com os resultados de aprendizagem.

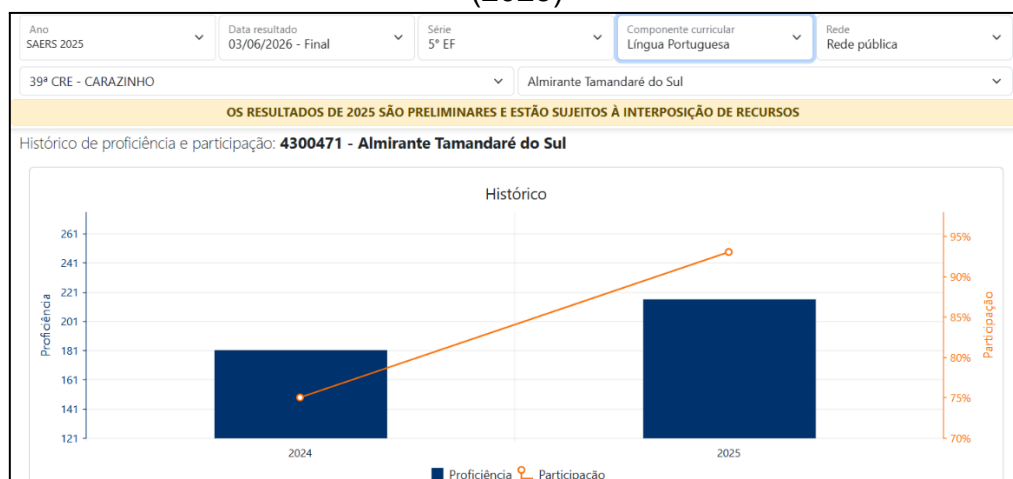
b) Avaliação SAERS

Painel 03 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 04 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 05 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/5º ano (2025)

Ano: SAERS 2025 | Data resultado: 03/06/2026 - Final | Série: 5º EF | Componente curricular: Língua Portuguesa | Rede: Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO | Almirante Tamandaré do Sul

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

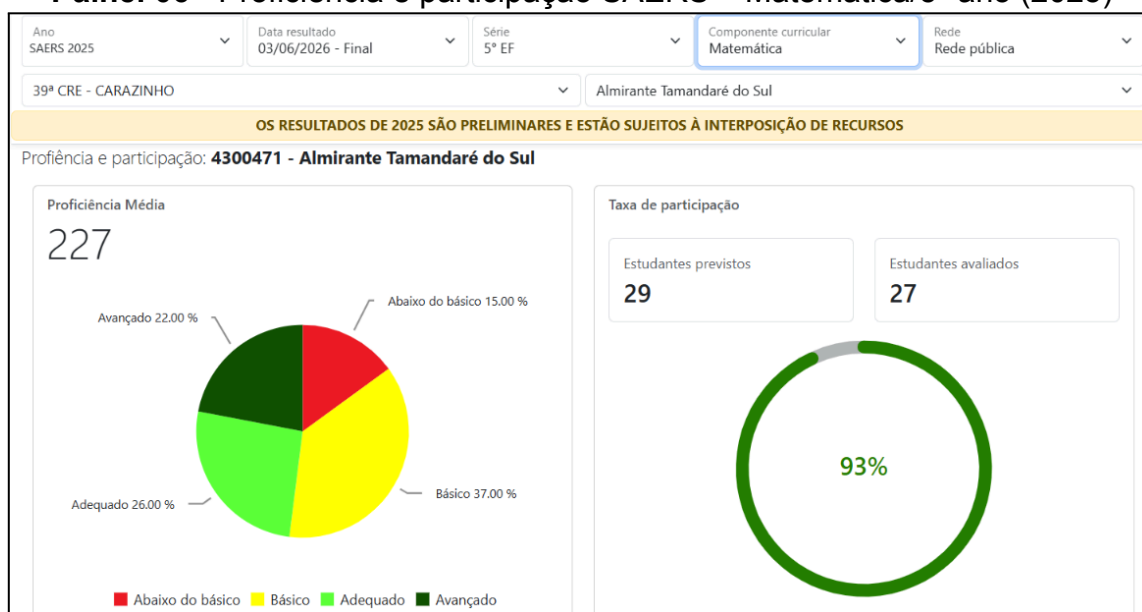
Município: **4300471 - Almirante Tamandaré do Sul**

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶ EMEF BENTO GONCALVES	7	7	100.0 %	192	14.0 %	29.0 %	57.0 %	0.0 %	Turmas
▶ EMEF RAIMUNDO NEDEL	10	10	100.0 %	233	0.0 %	30.0 %	30.0 %	40.0 %	Turmas
▶ Esc Est Ens Med Almirante Tamandaré	12	10	83.0 %	215	0.0 %	30.0 %	40.0 %	30.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

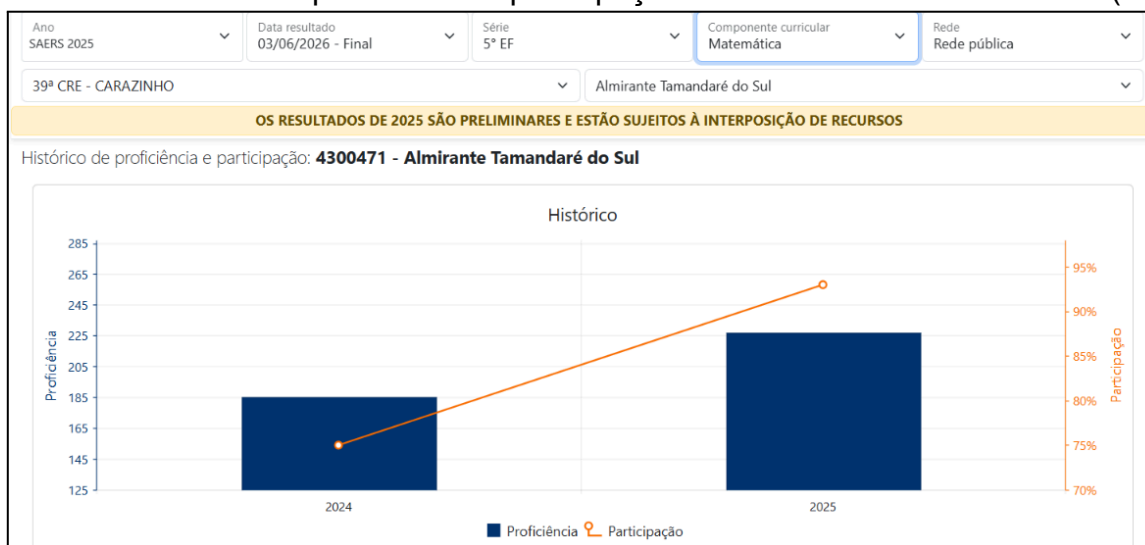
Na avaliação do **SAERS 2025 em Língua Portuguesa no 5º ano**, o município alcançou **proficiência média de 216 pontos**, com **93% de participação**: 29 estudantes previstos e 27 avaliados. A distribuição dos estudantes mostra **3,9% abaixo do básico**, **29,7% no básico**, **40,5% no adequado** e **25,9% no avançado**. O resultado é positivo porque a maioria está nos níveis adequado ou avançado, mas ainda há aproximadamente um terço dos estudantes nos níveis abaixo do adequado, o que exige ações de reforço em leitura, interpretação, produção textual e consolidação das habilidades previstas para o 5º ano.

Painel 06 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 07 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 08 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/5º ano (2025)

Ano
SAERS 2025

Data resultado
03/06/2026 - Final

Série
5º EF

Componente curricular
Matemática

Rede
Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO

Almirante Tamandaré do Sul

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: 4300471 - Almirante Tamandaré do Sul

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶ EMEF BENTO GONCALVES	7	7	100.0 %	223	14.0 %	43.0 %	14.0 %	29.0 %	Turmas
▶ EMEF RAIMUNDO NEDEL	10	10	100.0 %	231	20.0 %	30.0 %	30.0 %	20.0 %	Turmas
▶ Esc Est Ens Med Almirante Tamandaré	12	10	83.0 %	227	10.0 %	40.0 %	30.0 %	20.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Em **Matemática no SAERS 2025**, a proficiência média foi de **227 pontos**, também com **93% de participação**. A distribuição evidencia **15,8% abaixo do básico**, **37% no básico**, **26,3% no adequado** e **21% no avançado**. Esse resultado demanda maior atenção do que Língua Portuguesa, pois mais da metade dos estudantes está abaixo do nível adequado. Isso indica fragilidades em habilidades matemáticas essenciais, como resolução de problemas, operações, raciocínio lógico, grandezas e medidas, geometria e leitura de informações.

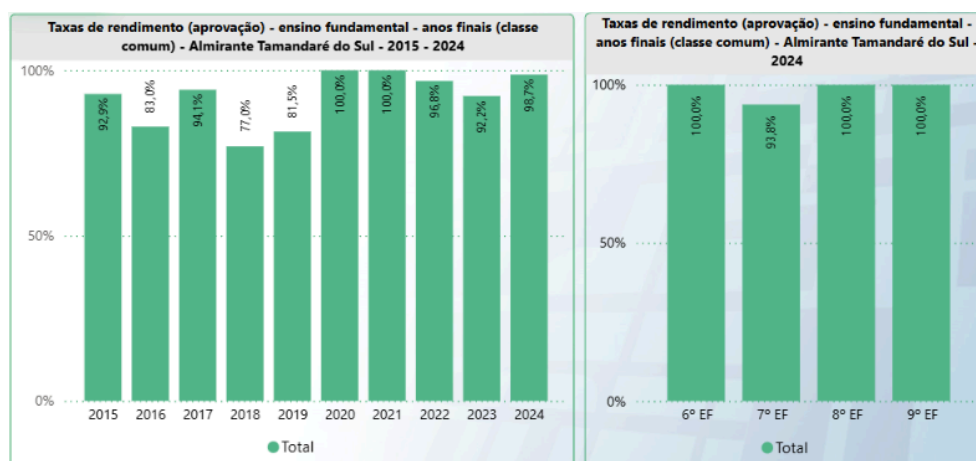
Em síntese, Almirante Tamandaré do Sul apresenta bons indicadores de fluxo nos anos iniciais: alta aprovação, abandono zerado, baixa distorção idade-série, turmas pequenas e ampliação da jornada escolar. Contudo, os resultados do SAERS revelam que ainda há distância entre permanência/progressão e aprendizagem efetiva, especialmente em Matemática. O município precisa fortalecer a formação docente, o acompanhamento sistemático das habilidades, a recomposição das aprendizagens e o uso pedagógico dos resultados das avaliações externas, bem como outros fatores externos à escola que influenciam diretamente na aprendizagem, tais como o ambiente familiar, a situação econômica e a saúde física e mental.

5) Ensino Fundamental - Anos finais indicadores pedagógicos

O conjunto de indicadores dos **anos finais do Ensino Fundamental** evidencia uma realidade educacional marcada por avanços importantes no fluxo escolar e nos resultados de aprendizagem, mas também por desafios relacionados à distorção idade-série e à consolidação das competências esperadas ao final da etapa. Os dados permitem compreender não apenas o desempenho dos estudantes, mas também aspectos estruturais e pedagógicos que influenciam diretamente a qualidade da aprendizagem.

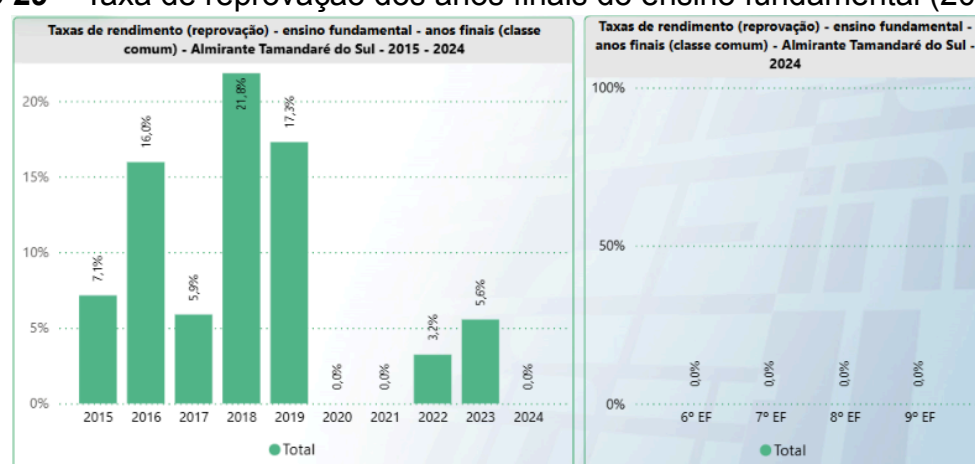
a) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental

Gráfico 28 – Taxa de aprovação dos anos finais do ensino fundamental (2015-2024)



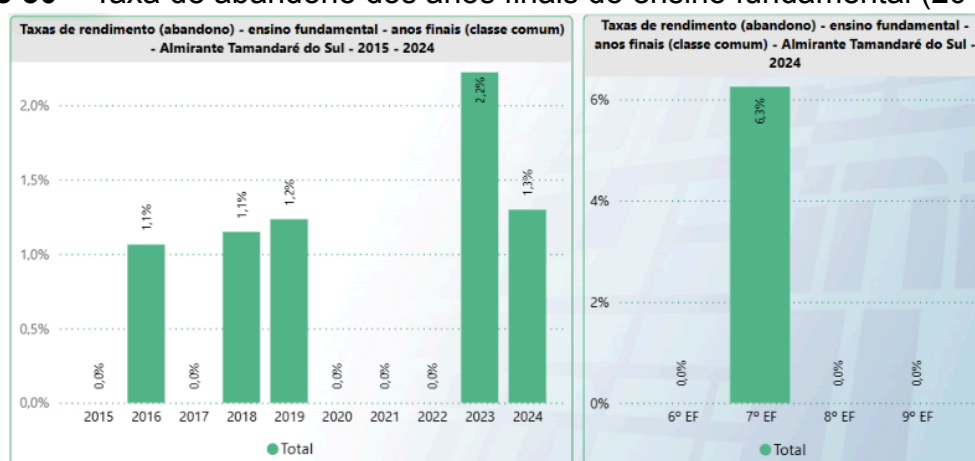
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 29 – Taxa de reprovação dos anos finais do ensino fundamental (2015-2024)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 30 – Taxa de abandono dos anos finais do ensino fundamental (2015-2024)



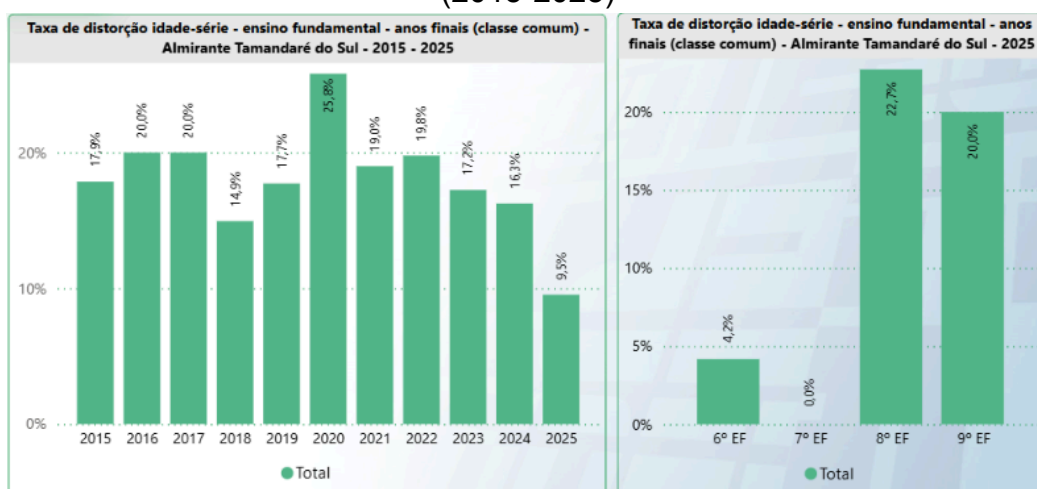
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A análise das taxas de rendimento demonstra que o município apresenta um quadro favorável quanto à permanência e progressão escolar. A **taxa de aprovação** manteve-se elevada ao longo da série histórica e alcançou aproximadamente **98% em 2024**, com percentuais próximos ou superiores a 95% em todas as séries dos anos finais. Esse resultado revela uma trajetória escolar regular e uma capacidade da rede em garantir a permanência dos estudantes.

As **taxas de reprovação**, que chegaram a superar 20% em alguns anos da série histórica, apresentaram redução significativa, alcançando cerca de **2% em 2024**. Essa diminuição demonstra avanços nas estratégias de acompanhamento pedagógico, recuperação das aprendizagens e apoio aos estudantes com dificuldades. Contudo, a redução da reprovação precisa estar associada à efetiva aprendizagem, para evitar processos de progressão escolar sem domínio adequado das competências previstas para a etapa.

O **abandono escolar** permanece baixo ao longo dos anos, embora tenha apresentado oscilações. Em 2024 o indicador permaneceu em torno de **1,3%**, valor relativamente reduzido, mas que merece atenção, pois nos anos finais do Ensino Fundamental começam a surgir fatores de risco associados à evasão, como desmotivação, dificuldades de aprendizagem, vulnerabilidade social e transição para o mundo do trabalho.

Gráfico 31 – Taxa de distorção idade-série dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)

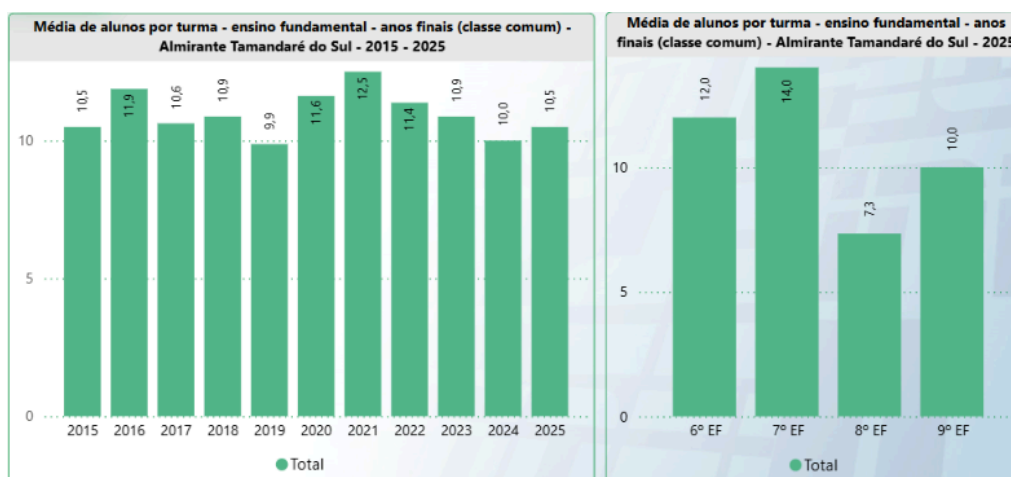


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O indicador de **distorção idade-série** constitui um dos principais desafios identificados. Embora tenha ocorrido redução nos últimos anos, o município ainda registra aproximadamente **10% dos estudantes dos anos finais em situação de atraso escolar em 2025**. A análise por série mostra concentração especialmente no **8º e 9º anos**, onde os percentuais ultrapassam 20%.

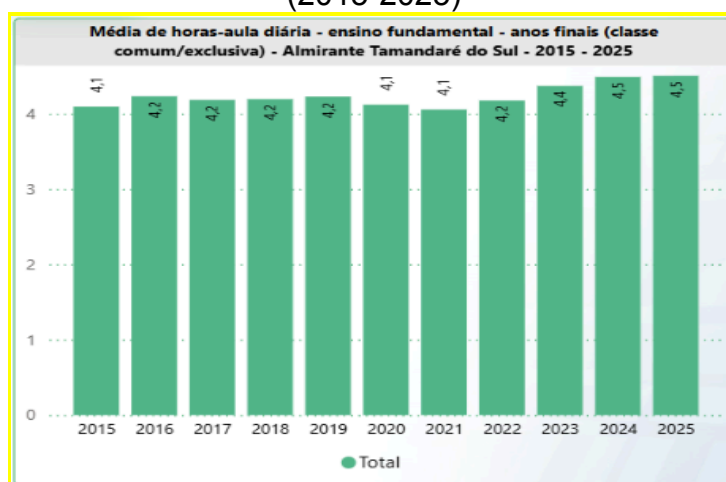
Esse dado é relevante porque a distorção idade-série costuma estar associada a dificuldades acumuladas de aprendizagem, histórico de reprovações, desengajamento escolar e maior risco de abandono. A presença de estudantes em atraso justamente nas séries finais indica a necessidade de estratégias de recomposição das aprendizagens e acompanhamento individualizado para evitar que esses estudantes ingressem no Ensino Médio já em situação de vulnerabilidade educacional.

Gráfico 32 – Média de alunos por turma dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 33 – Média de horas-aula diária dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)

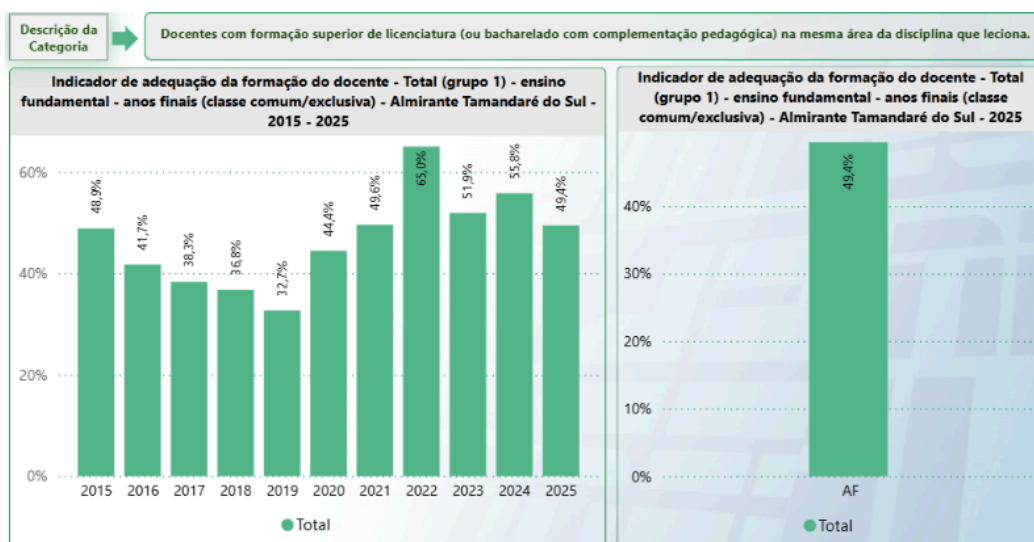


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A média de estudantes por turma situa-se entre **10 e 12 estudantes**, apresentando quantitativos reduzidos quando comparados a médias estaduais e nacionais. Em 2025, observa-se aproximadamente **12 estudantes no 6º ano, 14 no 7º ano, 7 no 8º ano e 10 no 9º ano**.

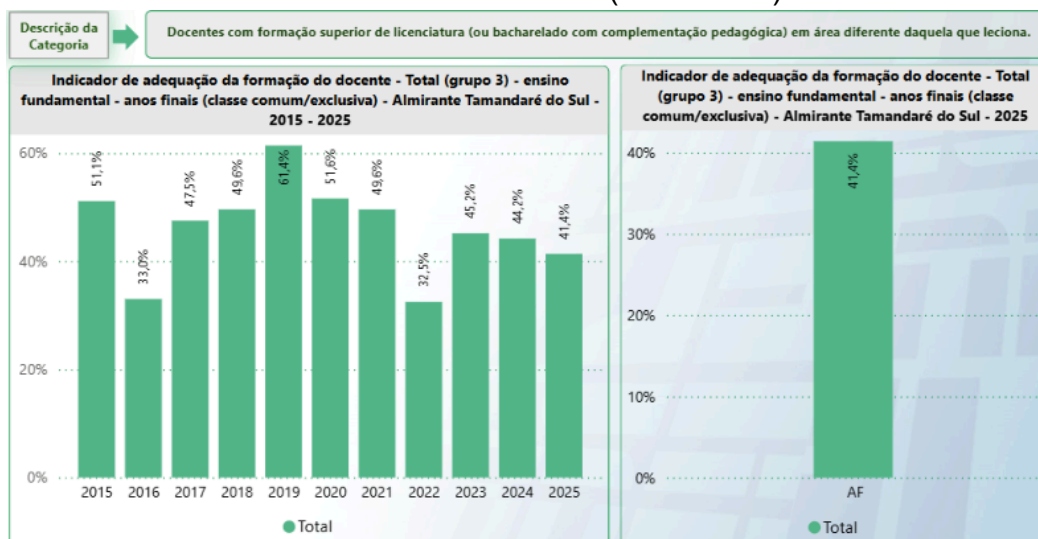
Turmas menores representam uma condição potencialmente favorável à aprendizagem, pois possibilitam maior acompanhamento individual, intervenções pedagógicas mais precisas e fortalecimento do vínculo entre professores e estudantes. Entretanto, os resultados de desempenho demonstram que a simples redução do número de estudantes por turma não garante, por si só, a melhoria da aprendizagem, exigindo práticas pedagógicas consistentes e acompanhamento contínuo.

Gráfico 34 – Indicador de adequação da formação do docente/grupo 01 dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

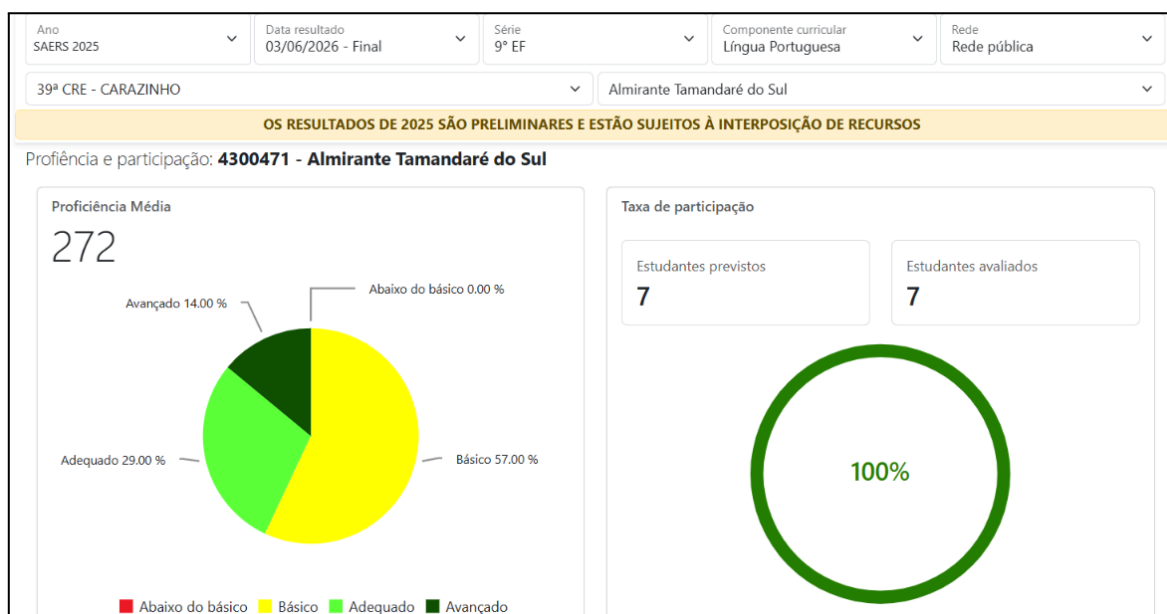
Gráfico 35 – Indicador de adequação da formação do docente/grupo 03 dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

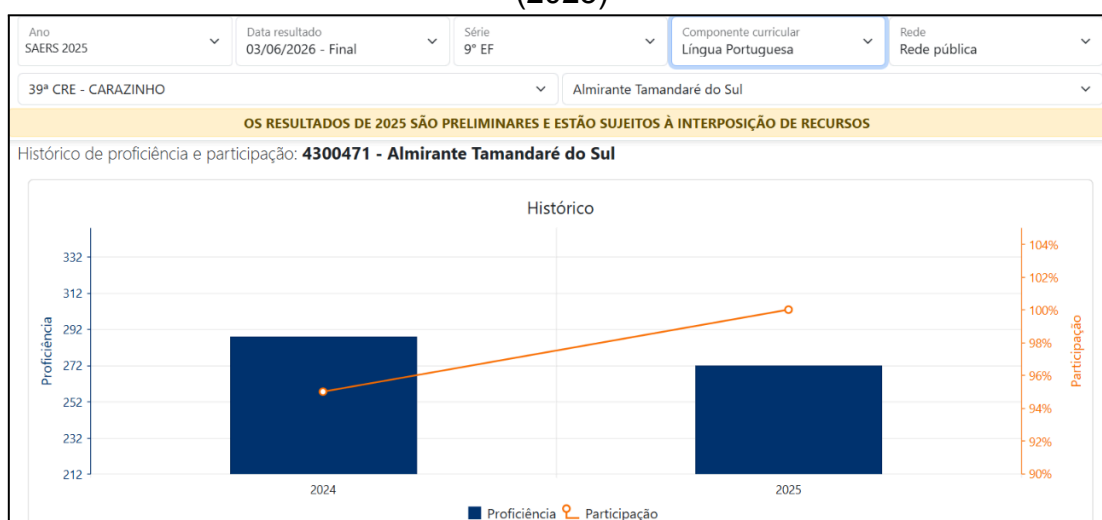
b) Avaliação SAERS

Painel 09 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 10 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 11 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/9º ano (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 9º EF Componente curricular Língua Portuguesa Rede Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO Almirante Tamarandé do Sul

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: **4300471 - Almirante Tamarandé do Sul**

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Almirante Tamarandé	7	7	100.0 %	272	0.0 %	57.0 %	29.0 %	14.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

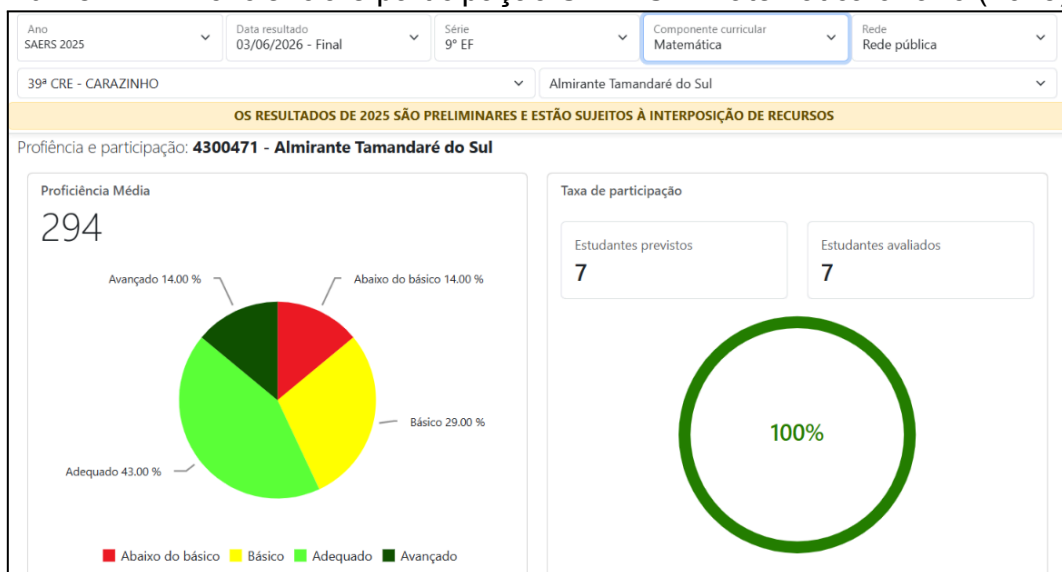
Na avaliação do **SAERS 2025**, os estudantes do **9º ano** alcançaram **proficiência média de 272 pontos em Língua Portuguesa**, com **100% de participação** dos estudantes previstos. Esse resultado demonstra forte compromisso da rede com a avaliação externa e garante maior confiabilidade na interpretação dos dados.

A distribuição dos estudantes por níveis de desempenho mostra que:

- 0% encontram-se abaixo do básico;
- 57% estão no nível básico;
- 29% encontram-se no nível adequado;
- 14% atingem o nível avançado.

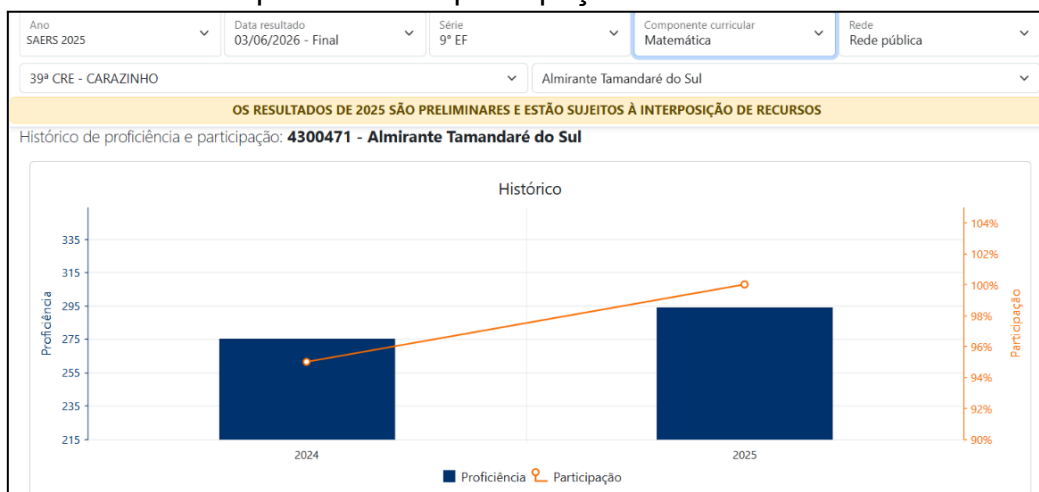
Embora seja positivo não haver estudantes abaixo do básico, o fato de mais da metade dos estudantes permanecer no nível básico indica que muitos concluem os anos finais sem domínio pleno das habilidades de leitura, interpretação, análise textual e argumentação esperadas para a etapa.

Painel 12 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 13 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 14 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/9º ano (2025)

Ano
SAERS 2025

Data resultado
03/06/2026 - Final

Série
9º EF

Componente curricular
Matemática

Rede
Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO

Almirante Tamandaré do Sul

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: 4300471 - Almirante Tamandaré do Sul

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶ Esc Est Ens Med Almirante Tamandaré	7	7	100.0 %	294	14.0 %	29.0 %	43.0 %	14.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Em Matemática, os resultados apresentam desempenho superior ao observado em Língua Portuguesa. A proficiência média alcançou **294 pontos**, também com **100% de participação**.

A distribuição dos estudantes evidencia:

- 14% abaixo do básico;
- 29% no básico;
- 43% no adequado;
- 14% no avançado.

Os resultados indicam que a maioria dos estudantes se encontra nos níveis adequados ou avançados, demonstrando maior consolidação das habilidades matemáticas quando comparadas às habilidades de leitura e interpretação. Contudo, a existência de estudantes abaixo do básico evidencia a necessidade de intervenções específicas voltadas à resolução de problemas, raciocínio lógico e consolidação de conceitos fundamentais.

Considerações Analíticas:

Os dados dos anos finais do Ensino Fundamental mostram que Almirante Tamandaré do Sul possui indicadores positivos de fluxo escolar, com altas taxas de aprovação, baixa evasão e participação integral nas avaliações externas. Além disso, as turmas reduzidas e a estabilidade da rede criam condições favoráveis para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Por outro lado, permanecem desafios relacionados à distorção idade-série, e à elevação dos níveis de aprendizagem, especialmente em Língua Portuguesa. Os resultados do SAERS demonstram que parcela significativa dos estudantes ainda permanece no nível básico de desempenho, indicando a necessidade de fortalecer práticas de recomposição das aprendizagens, monitoramento pedagógico, formação continuada dos professores e reforço no turno inverso e individualizado em português e matemática.

De forma geral, o município apresenta uma base educacional consistente e condições favoráveis para avançar, mas o enfrentamento do problema da aprendizagem exige foco na qualidade das aprendizagens efetivamente construídas, e não apenas nos indicadores de fluxo escolar. A consolidação de estratégias pedagógicas orientadas por evidências poderá contribuir para elevar o número de estudantes nos níveis adequado e avançado, reduzindo desigualdades e fortalecendo a trajetória escolar dos adolescentes.

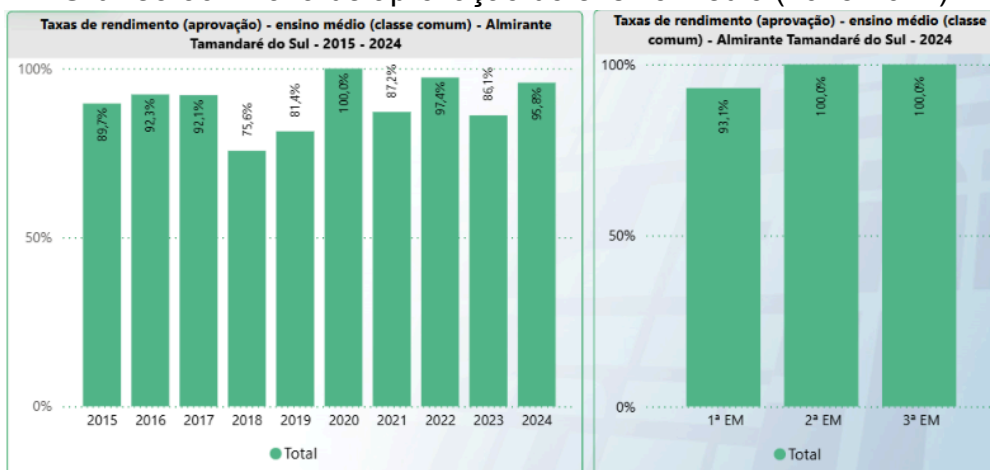
6) Ensino Médio – Dados sobre a área pedagógica

A análise dos indicadores do **Ensino Médio de Almirante Tamandaré do Sul** revela uma realidade marcada por avanços na permanência escolar, qualificação docente

e desempenho em Língua Portuguesa, mas também por desafios significativos relacionados à distorção idade-série, à aprendizagem em Matemática e à conclusão da etapa com níveis adequados de proficiência. Os dados permitem compreender que, embora o município apresente condições estruturais favoráveis para o desenvolvimento educacional, ainda persistem obstáculos para assegurar que todos os estudantes concluam o Ensino Médio com as competências esperadas.

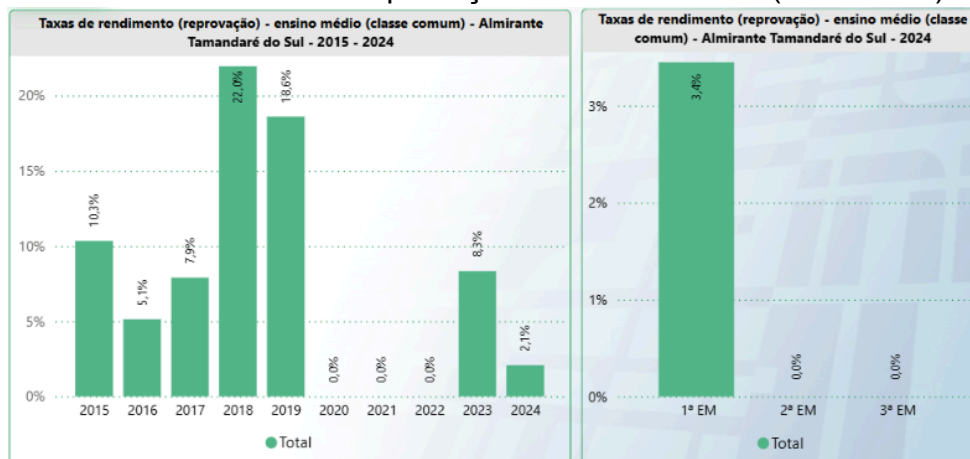
a) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes do Ensino Médio

Gráfico 36 – Taxa de aprovação do ensino médio (2015-2024)



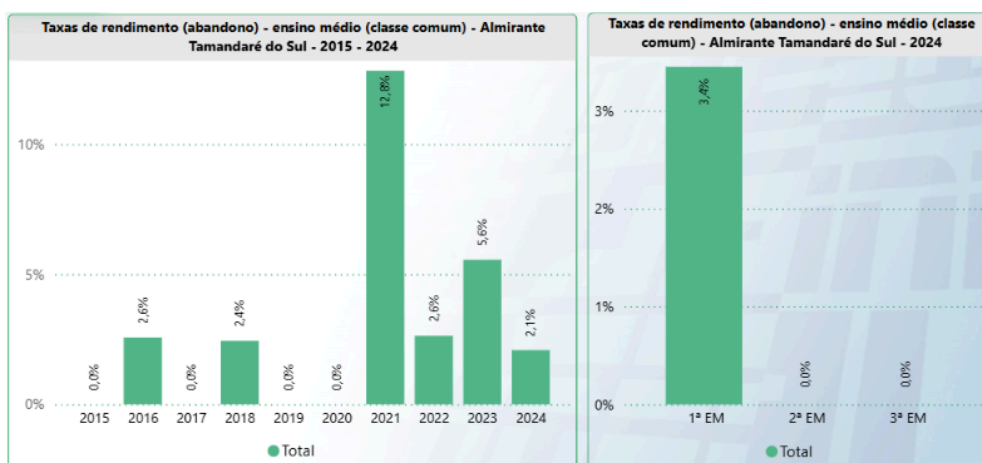
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 37 – Taxa de reprovação do ensino médio (2015-2024)



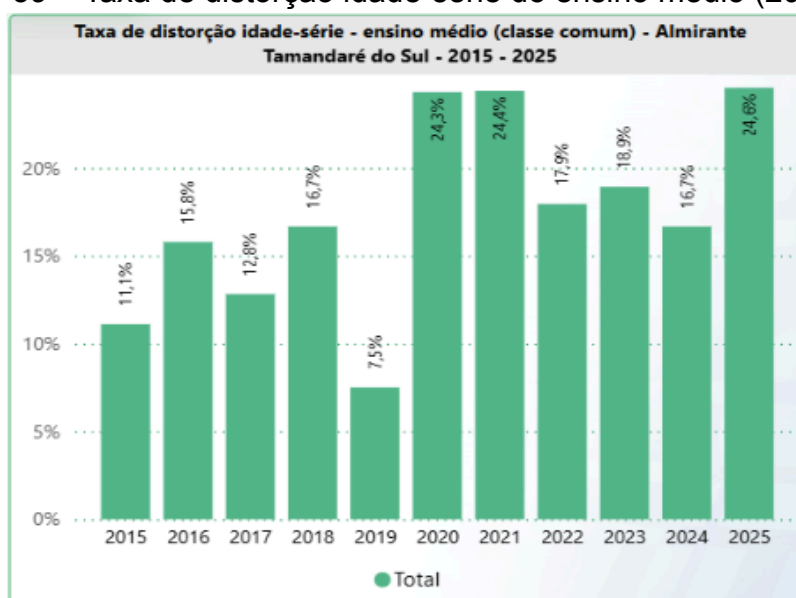
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 38 – Taxa de abandono do ensino médio (2015-2024)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 39 – Taxa de distorção idade-série do ensino médio (2015-2025)

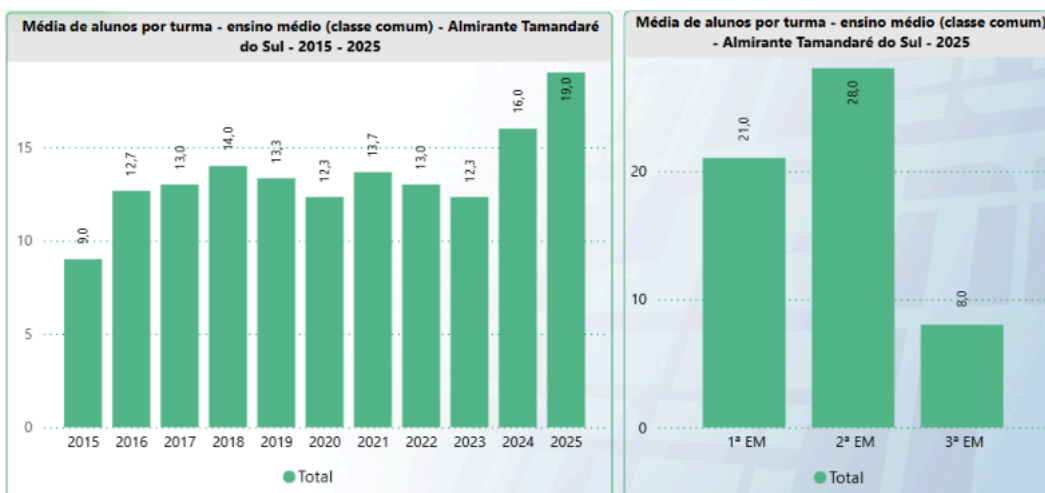


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de rendimento escolar demonstram uma trajetória relativamente positiva. A **taxa de aprovação** manteve-se elevada ao longo da série histórica, alcançando aproximadamente **95% em 2024**, evidenciando capacidade da escola em promover a permanência e a progressão dos estudantes. Em contrapartida, as taxas de reprovação, que chegaram a ultrapassar 20% em alguns anos, foram reduzidas para cerca de **4% em 2024**, sinalizando melhorias nos mecanismos de acompanhamento pedagógico e recuperação das aprendizagens.

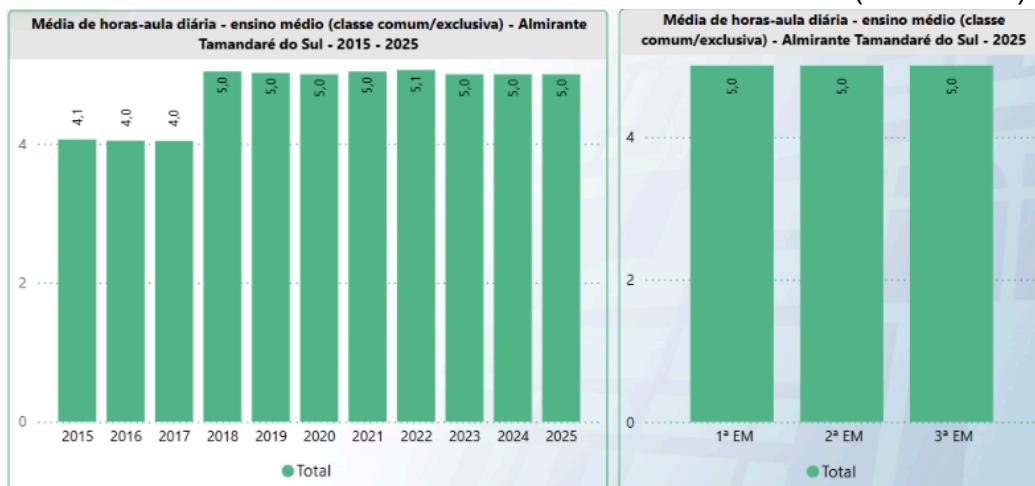
O **abandono escolar**, embora relativamente baixo, ainda representa um ponto de atenção. Em alguns anos da série histórica foram observados percentuais superiores a 10%, indicando que determinados grupos de estudantes encontram dificuldades para concluir essa etapa da Educação Básica. Em 2024, o indicador apresentou redução, mas sua persistência demonstra que fatores socioeconômicos, expectativas em relação ao trabalho e dificuldades de aprendizagem continuam impactando a permanência escolar.

Gráfico 40 – Média de estudantes por turma do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 41 – Média de horas-aula diária do ensino médio (2015-2025)



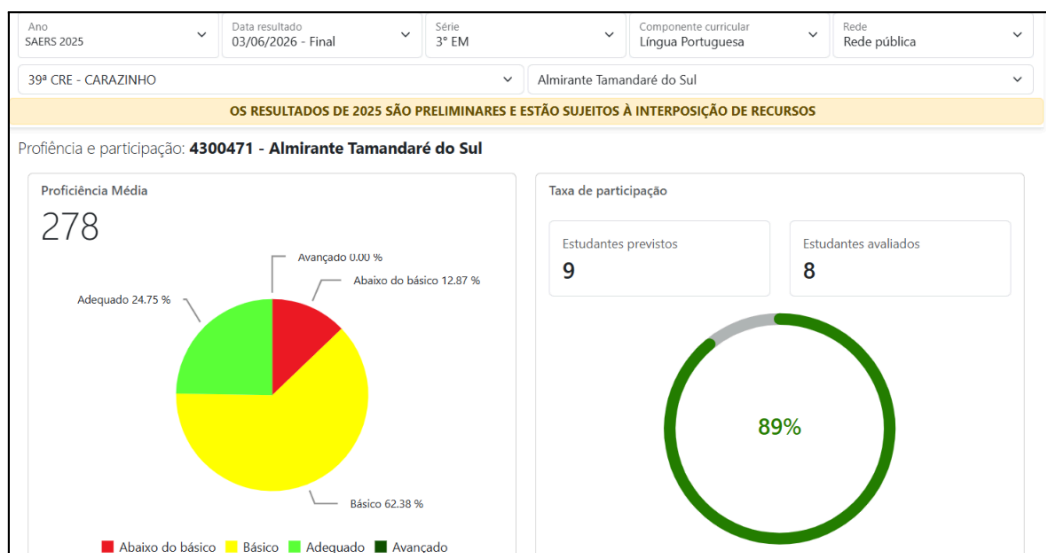
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A média de alunos por turma apresenta crescimento ao longo da série histórica, alcançando aproximadamente **18 estudantes por turma em 2025**. Entretanto, há diferenças entre as séries: o **2º ano possui cerca de 28 estudantes**, enquanto o **3º ano apresenta aproximadamente 8 estudantes**.

A média de **horas-aula diária** permanece relativamente estável, próxima de **5 horas por dia**, valor compatível com a oferta regular do Ensino Médio. Contudo, os dados sugerem potencial para ampliação do tempo pedagógico por meio de atividades complementares, reforço escolar e estratégias de educação integral que contribuam para a consolidação das aprendizagens.

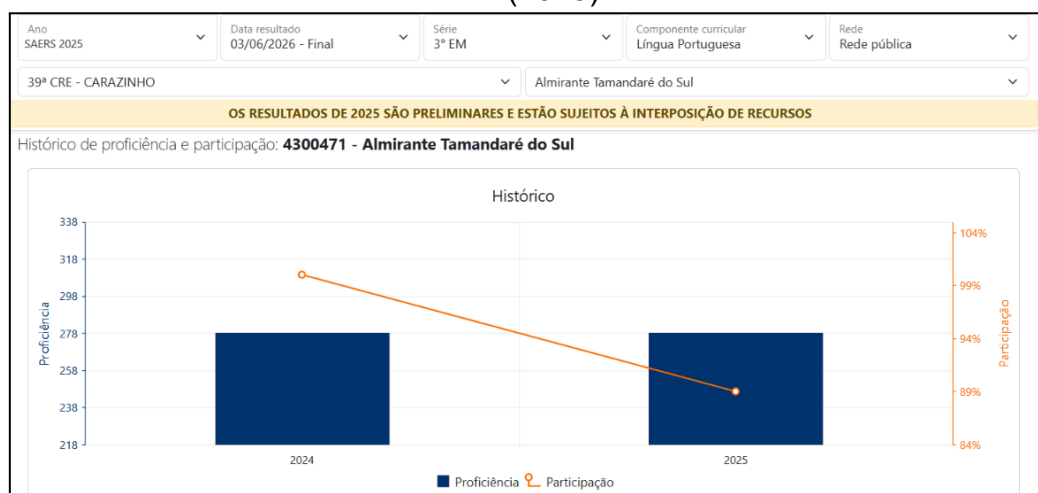
b) Avaliação SAERS

Painel 15 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 16 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 17 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 3º EM Componente curricular Língua Portuguesa Rede Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO Almirante Tamandaré do Sul

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: **4300471 - Almirante Tamandaré do Sul**

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Almirante Tamandaré	9	8	89,0 %	278	13,0 %	63,0 %	25,0 %	0,0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

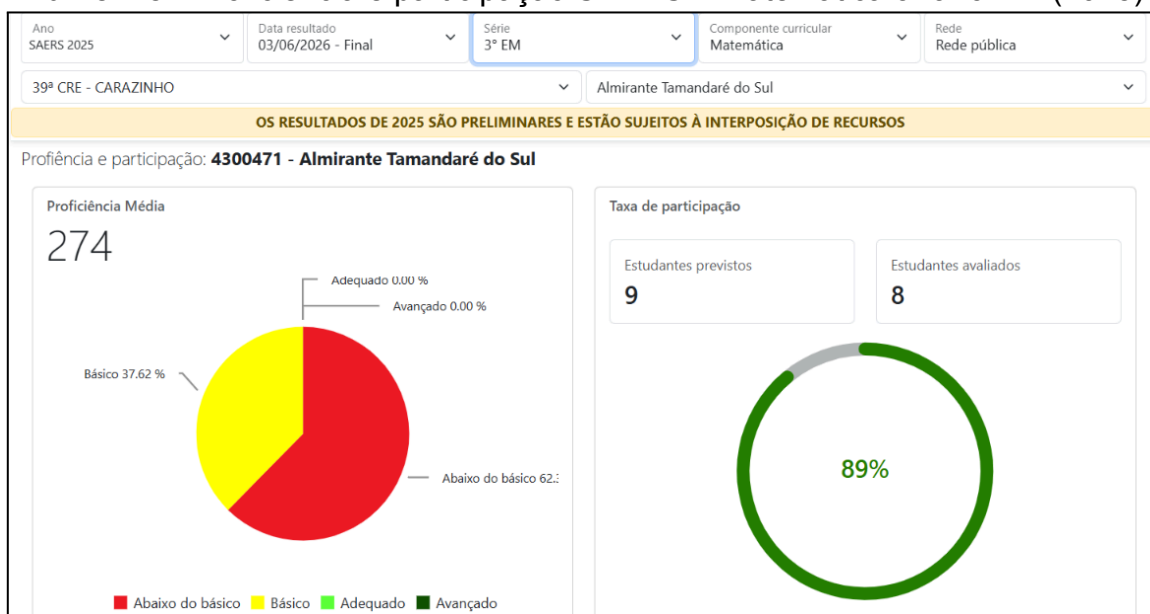
Na avaliação do **SAERS 2025**, os estudantes do **3º ano do Ensino Médio** alcançaram **proficiência média de 278 pontos em Língua Portuguesa**, com **89% de participação** (8 dos 9 estudantes previstos).

A distribuição dos estudantes por níveis de desempenho demonstra que:

- 13% estão abaixo do básico;
- 63% encontram-se no nível básico;
- 25% alcançaram o nível adequado;
- 0% atingiram o nível avançado.

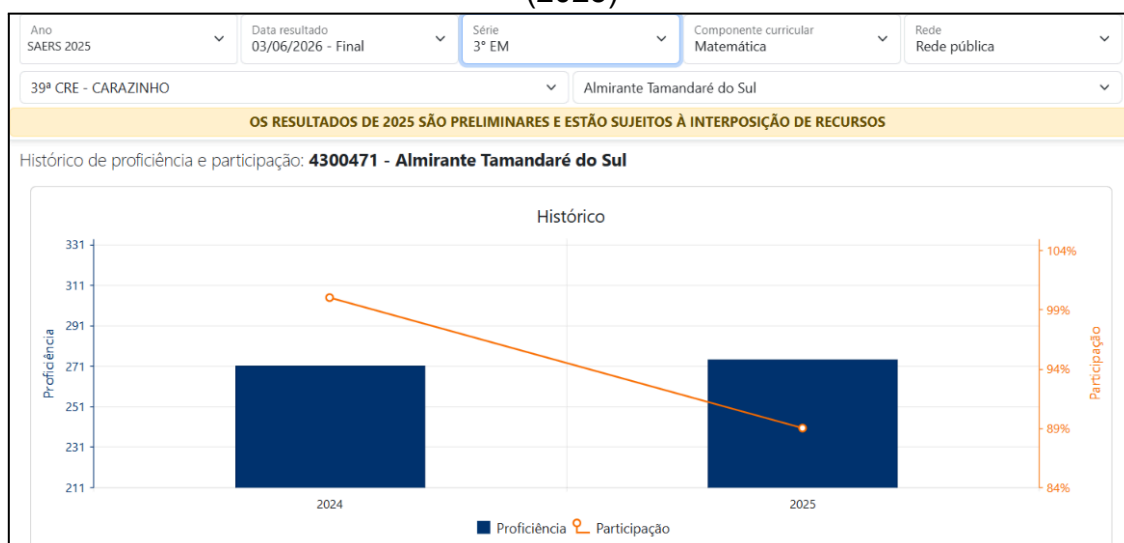
Os resultados revelam que a maioria dos estudantes conclui o Ensino Médio sem alcançar níveis elevados de proficiência leitora. Embora exista parcela significativa no nível básico, poucos estudantes atingem o nível adequado e nenhum alcança o nível avançado, indicando necessidade de fortalecer práticas relacionadas à leitura crítica, interpretação, argumentação e produção textual.

Painel 18 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 19 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 20 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/3º ano EM (2025)

Ano

SAERS 2025

Data resultado

03/06/2026 - Final

Série

3º EM

Componente curricular

Matemática

Rede

Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO

Almirante Tamandaré do Sul

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: 4300471 - Almirante Tamandaré do Sul

	Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶	Esc Est Ens Med Almirante Tamandaré	9	8	89.0 %	274	63.0 %	38.0 %	0.0 %	0.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

A situação é mais preocupante em Matemática. A proficiência média foi de **274 pontos**, inferior à observada em Língua Portuguesa. A distribuição dos estudantes evidencia:

- 63% abaixo do básico;
- 38% no nível básico;
- 0% no nível adequado;
- 0% no nível avançado.

Esse resultado revela um quadro de forte fragilidade na aprendizagem matemática. A ausência de estudantes nos níveis adequado e avançado demonstra que as competências relacionadas à resolução de problemas, raciocínio lógico, álgebra, geometria e interpretação matemática não estão sendo plenamente consolidadas ao final da Educação Básica.

c) ENEM

Painel 21 - ENEM

ESC EST ENS MED ALMIRANTE TAMANDARE					513pts
50% taxa de participação (22 alunos participantes)					média geral, exceto redação
Classificação NSE 5					
Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação	
486pts	492pts	503pts	570pts	543pts	
Entenda os critérios avaliados nas disciplinas. →					
					Fonte: Enem 2019, Inep.

Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul/enem> (acesso em: 02/06/2026)

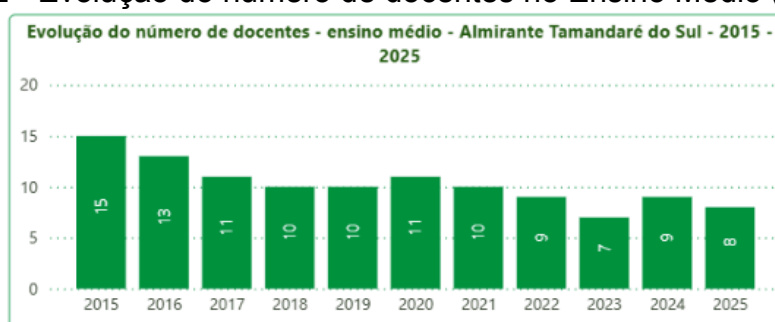
Os resultados do ENEM reforçam essa interpretação. A escola estadual do município apresentou média geral de **513 pontos**, com destaque para:

- Matemática: 570 pontos;
- Redação: 543 pontos;
- Linguagens e Códigos: 503 pontos;
- Ciências da Natureza: 492 pontos;
- Ciências Humanas: 486 pontos.

Embora os resultados sejam razoáveis para uma rede de pequeno porte, ainda indicam espaço significativo para crescimento, especialmente nas áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza. A participação de apenas 50% dos concluintes também sugere necessidade de fortalecer políticas de incentivo à realização do exame como estratégia de acesso ao ensino superior.

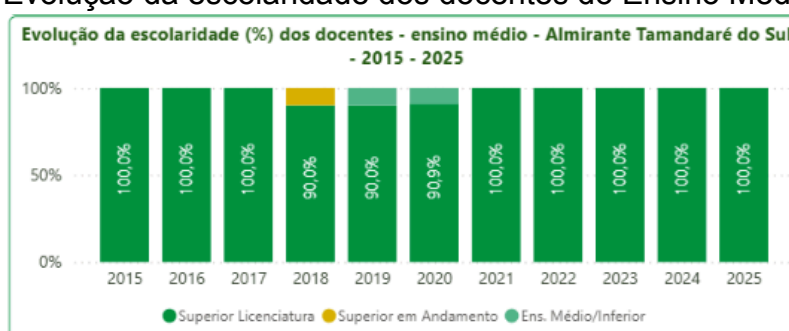
d) Dados dos docentes do Ensino Médio

Gráfico 42 - Evolução do número de docentes no Ensino Médio (2015-2025)



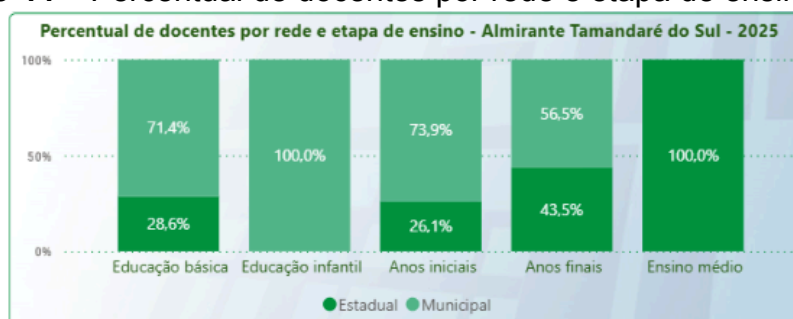
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 43 – Evolução da escolaridade dos docentes do Ensino Médio (2015-2025)



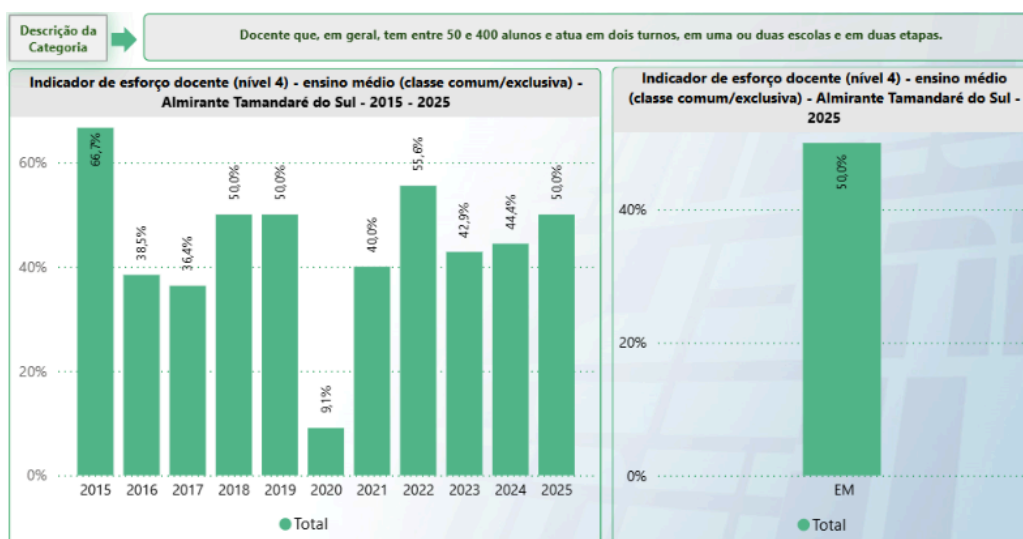
Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10056> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 44 – Percentual de docentes por rede e etapa de ensino (2025)



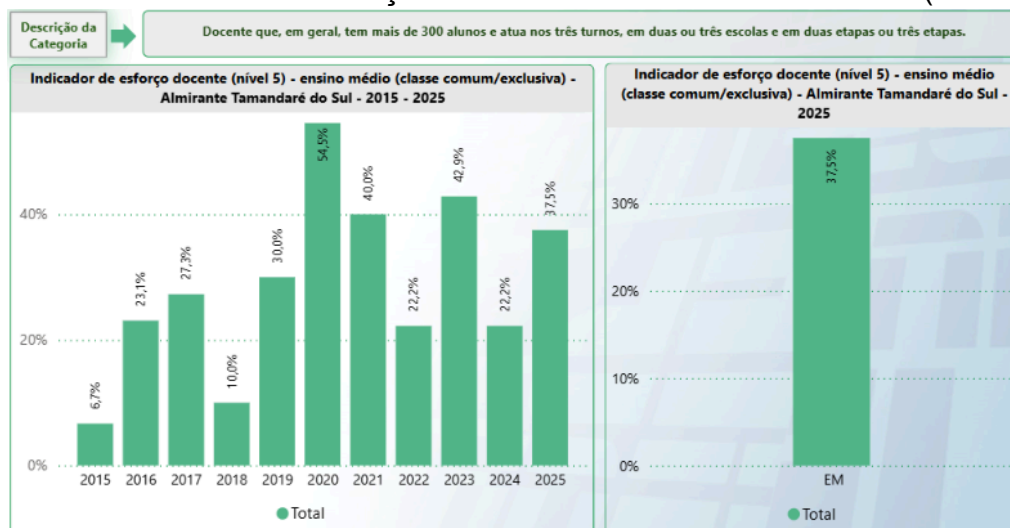
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 45 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 04 (2015-2025)



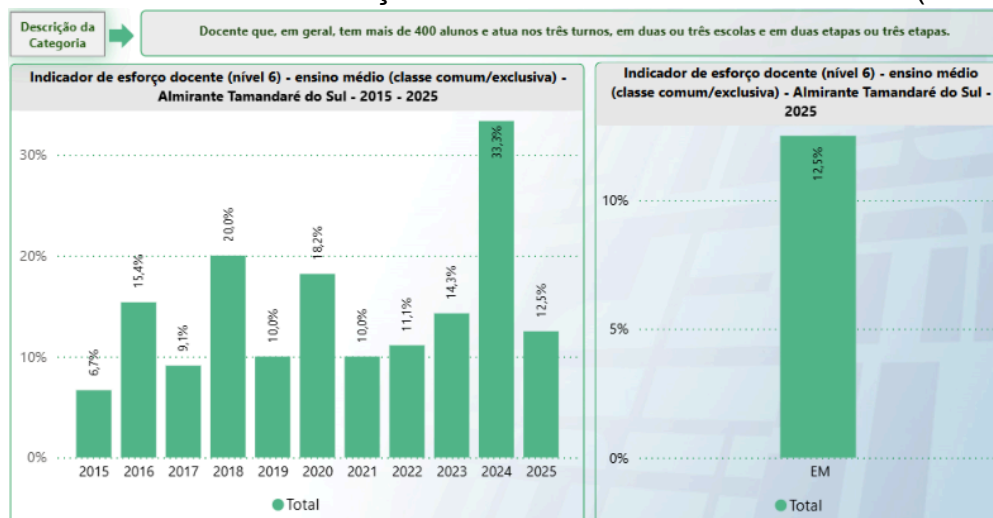
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 46 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 05 (2015-2025)



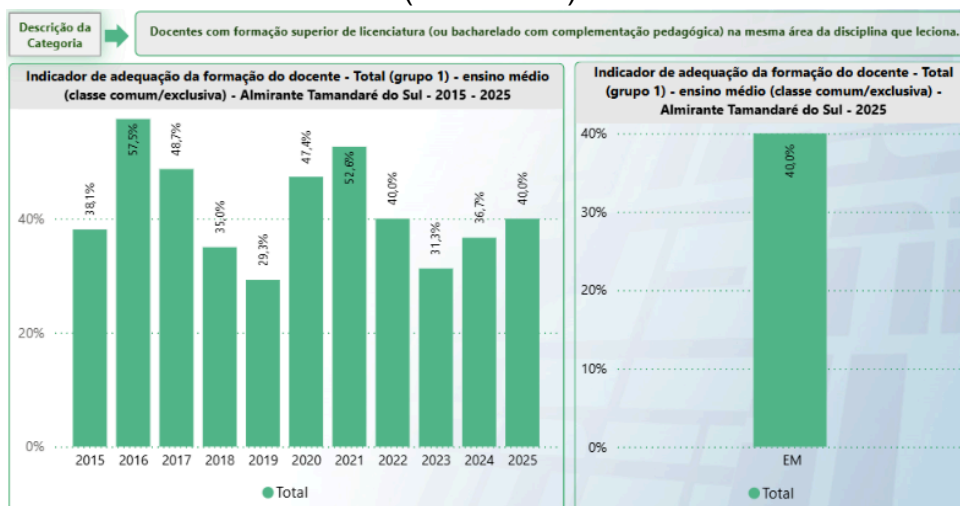
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 47 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 06 (2015-2025)



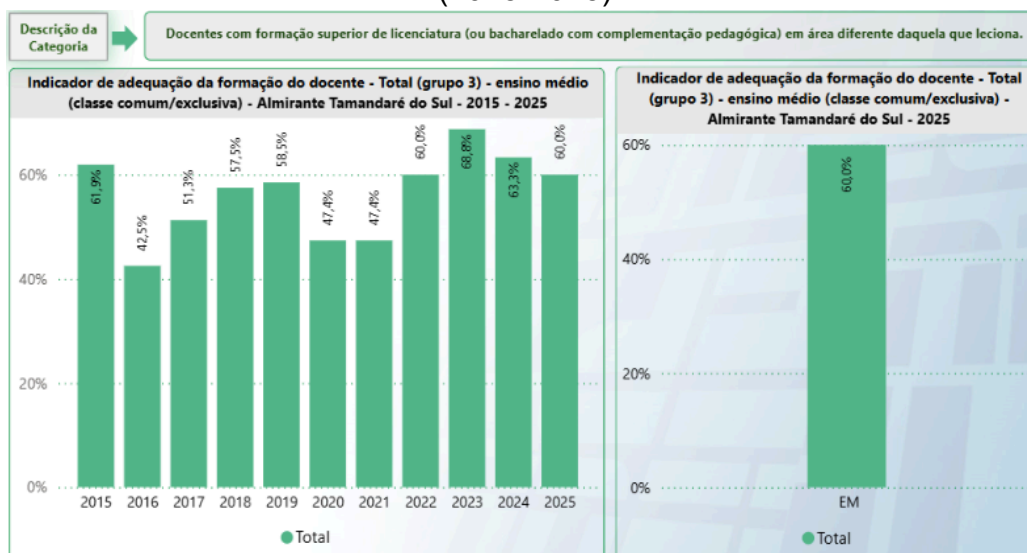
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 48 – Indicador de adequação da formação docente do ensino médio/grupo 01 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 49 – Indicador de adequação da formação docente do ensino médio/grupo 03 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O município apresenta um quadro positivo quanto à escolaridade dos professores do Ensino Médio. Em praticamente toda a série histórica, **100% dos docentes possuem formação superior**, demonstrando elevado nível de qualificação formal.

Por outro lado, o número de docentes diminuiu ao longo do período analisado, passando de aproximadamente **15 professores em 2015 para 8 em 2025**. Essa redução pode estar relacionada ou à reorganização da oferta dinâmica de itinerários formativos, mas exige atenção para evitar sobrecarga docente e limitação da diversidade de componentes curriculares ofertados.

Os indicadores de esforço docente mostram concentração nos níveis intermediários e elevados, indicando que parte dos professores atua em múltiplas turmas, etapas e escolas. Embora não represente situação extrema, essa condição pode reduzir o tempo disponível para planejamento, acompanhamento individualizado e desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, mas também seu tempo de lazer, tempo familiar e para realizar outras atividades que não vinculadas à educação.

- **Síntese Analítica**

Os dados revelam que Almirante Tamandaré do Sul possui um Ensino Médio com **boas condições de permanência escolar, elevada qualificação docente e resultados razoáveis em Língua Portuguesa**, mas enfrenta desafios importantes relacionados à **distorção idade-série, à aprendizagem matemática e à elevação dos níveis de proficiência ao final da Educação Básica**.

O principal desafio não está apenas em garantir que os estudantes permaneçam na escola, mas em assegurar que concluam essa etapa com domínio efetivo das competências necessárias para a continuidade dos estudos, inserção no mundo do trabalho e exercício pleno da cidadania. Para isso, será fundamental investir em estratégias de recomposição das aprendizagens, fortalecimento da transição entre Ensino Fundamental e Ensino Médio, acompanhamento dos estudantes em atraso escolar, ampliação das oportunidades formativas e qualificação contínua das práticas pedagógicas orientadas pelos resultados das avaliações externas.

Fontes Consultadas

- **QEdu**
 - Disponível em: [QEdu](#)
- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**
 - Disponível em: [INEP](#)
- **Painel Power BI da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul**
 - Disponível em: Painel de Indicadores Educacionais RS
- **SAERS – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul**
 - Disponível em: SAERS
- **ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio**
 - Disponível em: ENEM/INEP
- **Censo Escolar da Educação Básica**
 - Disponível em: Censo Escolar INEP

B) ANÁLISE CAUSAL

Após a análise dos descritores, tabelas e indicadores apresentados no documento, é possível identificar um conjunto de causas estruturais, pedagógicas e de gestão que ajudam a explicar por que parte dos estudantes de Almirante Tamandaré do Sul ainda não alcança os níveis adequados de aprendizagem esperados para sua etapa de ensino. Embora o município apresente avanços importantes em fluxo escolar, aprovação e permanência, os resultados de desempenho revelam desafios que exigem atenção.

Possíveis causas do Problema 05

C01 – Infraestrutura pedagógica incompleta e desigual entre as escolas:

- Apenas 25% das escolas possuem acessibilidade.
- Nenhuma escola possui laboratório de Ciências.
- Apenas 50% possuem quadra esportiva.
- Existem diferenças de infraestrutura entre etapas da Educação Básica, comprometendo a equidade das oportunidades de aprendizagem.

C02 – Fragilidades na consolidação das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática

- O IDEB 2023 dos anos finais (5,1) ficou abaixo da meta projetada (5,5).
- As proficiências do SAERS indicam que muitos estudantes ainda não atingem os níveis esperados para suas séries.
- Há oscilação histórica dos resultados educacionais, evidenciando dificuldades na consolidação das aprendizagens ao longo do tempo.

C03 – Necessidade de ampliar a formação continuada dos gestores escolares

- Parte dos gestores ainda necessita de formação específica em liderança pedagógica.

C04 – Formação docente nem sempre adequada à área de atuação

- Persistem fragilidades na adequação da formação docente à área de atuação, evidenciadas pela redução, em 2025, do percentual de professores com formação adequada, considerando os docentes das aulas de oficinas, e pela presença, nos anos iniciais, de profissionais com formação considerada inadequada para as disciplinas ministradas.
- Essa situação pode impactar o planejamento, as metodologias e os processos avaliativos.

C05 – Elevado esforço docente e sobrecarga de trabalho

- Parte significativa dos professores encontra-se nos níveis 4, 5 e 6 de esforço docente.
- A sobrecarga reduz o tempo disponível para planejamento, recuperação paralela, atendimento individualizado e participação em formações continuadas.

C06 – Necessidade de fortalecimento do acompanhamento pedagógico das aprendizagens

- O próprio documento destaca a necessidade de ampliar o uso de indicadores educacionais para orientar intervenções.
- Há estudantes com defasagens que demandam monitoramento sistemático e estratégias de recomposição das aprendizagens.

- A elevada aprovação nem sempre está acompanhada de aprendizagem efetiva.

C07 – Persistência da distorção idade-série

- Cerca de 10% dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental apresentam atraso escolar.
- Esses estudantes costumam apresentar maiores dificuldades de aprendizagem e maior risco de abandono.

C08 – Participação reduzida dos estudantes em avaliações e oportunidades de continuidade dos estudos

- Apenas 50% dos concluintes do Ensino Médio participaram do ENEM.
- O indicador pode revelar limitações nas expectativas acadêmicas, orientação educacional e projetos de vida dos estudantes.

C09 – Desigualdades educacionais associadas às condições socioeconômicas e à inclusão

- Há necessidade de ampliar a acessibilidade nas escolas para garantir o acesso dos estudantes com deficiência.
- O problema analisado aponta a persistência de desigualdades que afetam estudantes em situação de vulnerabilidade social.
- A equidade ainda constitui desafio para garantir que todos aprendam em níveis adequados.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01.** Infraestrutura pedagógica e inclusiva insuficiente.
- **Causa 02.** Fragilidades nas aprendizagens de Língua Portuguesa e Matemática.
- **Causa 03.** Necessidade de ampliar a Formação continuada dos gestores escolares.
- **Causa 04.** Formação docente nem sempre adequada à área de atuação.
- **Causa 05.** Sobrecarga e elevado esforço docente.
- **Causa 06.** Fragilidades no monitoramento e recuperação das aprendizagens.
- **Causa 07.** Persistência da distorção idade-série.
- **Causa 08.** Baixa participação dos concluintes do Ensino Médio em avaliações e processos de continuidade dos estudos.
- **Causa 09.** Desigualdades educacionais relacionadas à vulnerabilidade social e à inclusão.

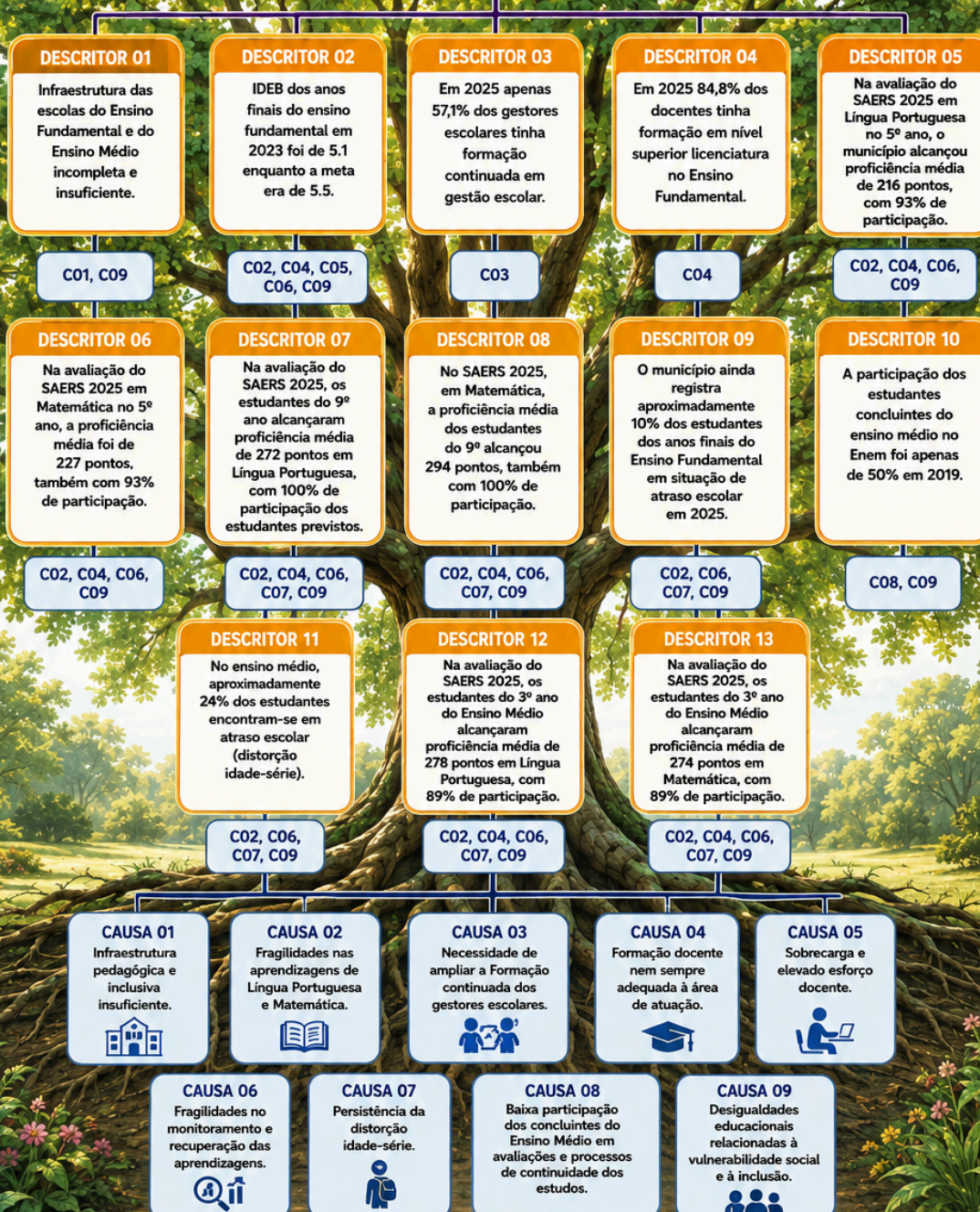
C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 05 do PME

TEMA 05 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

PROBLEMA 05:

ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO AINDA NÃO ALCANÇAM NÍVEIS ADEQUADOS DE APRENDIZAGEM PARA O RESPECTIVO ANO DE ESCOLARIDADE, COMPROMETENDO A QUALIDADE E A EQUIDADE DA EDUCAÇÃO, BEM COMO A PERMANÊNCIA, A TRAJETÓRIA ESCOLAR E A CONTINUIDADE DOS ESTUDOS.



LEGENDA:

Problema Descritor Causa

Fonte: autoria própria.

7. TEMA 06 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Problema 06: A REDE PÚBLICA DE ENSINO, NÃO OFERECE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL PARA ALGUMAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação Integral em Tempo Integral constitui uma estratégia fundamental para a promoção da qualidade da educação, ao ampliar os tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem dos estudantes, favorecendo seu desenvolvimento cognitivo, social, cultural, físico e emocional. Nesse contexto, a análise dos indicadores de Almirante Tamandaré do Sul busca compreender como essa política está distribuída ao longo das diferentes etapas da Educação Básica, identificando avanços, lacunas e desafios relacionados à ampliação da jornada escolar. A partir dos dados do Censo Escolar, é possível verificar em quais etapas a oferta de tempo integral está consolidada e em quais ainda se apresenta insuficiente ou inexistente, permitindo avaliar o grau de continuidade da política educacional e seus impactos na garantia do direito à educação integral para crianças, adolescentes e jovens do município.

DESCRITORES⁷ DO PROBLEMA:

- ❑ **Descritor 01:** Oferta de 100% das matrículas da etapa creche na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.
- ❑ **Descritor 02:** 72,7% das matrículas da etapa pré-escola na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.
- ❑ **Descritor 03:** 63,5% das matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.
- ❑ **Descritor 04:** 0% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.
- ❑ **Descritor 05:** 0% das matrículas do ensino médio tinham atendimento em tempo integral em 2025.

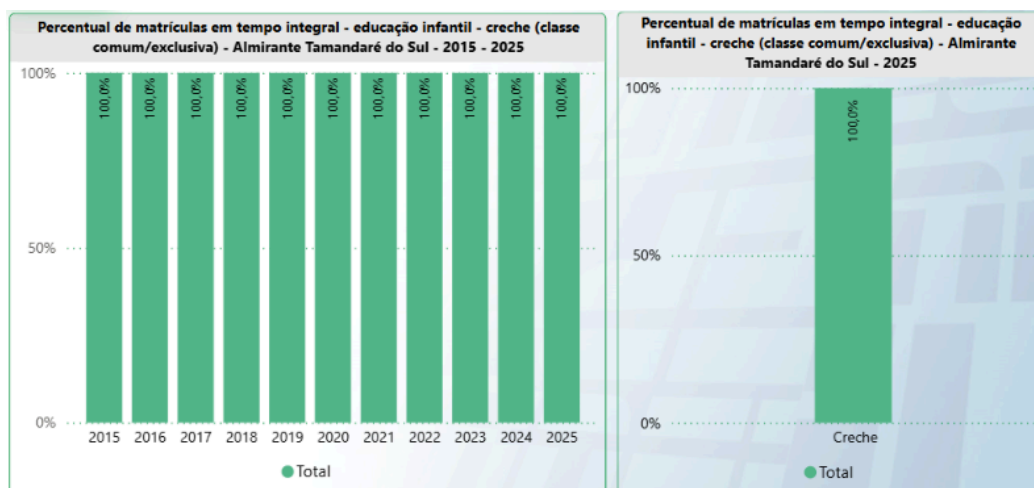
A) ANÁLISE DESCRITIVA

1) A educação integral em tempo integral na Educação Infantil

a) Atendimento educação integral em tempo integral na etapa creche

Gráfico 01 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche com atendimento em tempo integral (2015–2025)

⁷ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

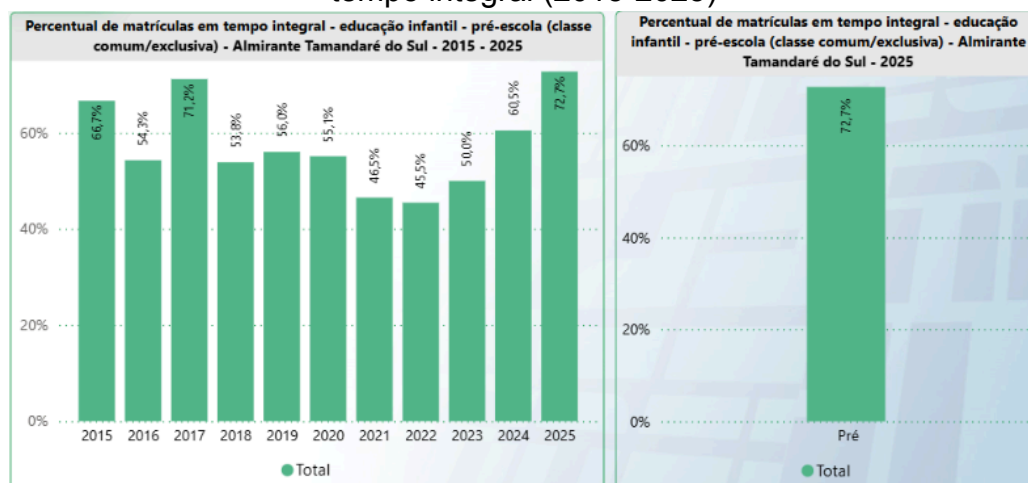


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Os dados indicam que a oferta de matrículas na etapa da Educação Infantil Creche em tempo integral em Almirante Tamandaré do Sul é de 100%.

b) Atendimento educação integral em tempo integral na etapa pré-escola

Gráfico 02 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A análise dos dados revela que o município apresenta uma oferta desigual de **Educação Integral em Tempo Integral** entre as etapas da Educação Básica. Na Educação Infantil, o atendimento é mais consolidado: em 2025, **100% das matrículas da creche** estavam em tempo integral e **72,7% das matrículas da pré-escola** também contavam com essa organização. Esses dados indicam uma política mais avançada para as crianças pequenas, especialmente na creche, garantindo maior tempo de permanência, cuidado, alimentação, convivência e desenvolvimento integral.

Nos **anos iniciais do Ensino Fundamental**, o município também apresenta um resultado relevante, com **63,5% das matrículas em tempo integral em 2025**, conforme podemos analisar nos dados presentes no próximo segmento. Esse percentual demonstra que há uma base já estruturada para ampliação da jornada escolar, principalmente nos primeiros anos do percurso escolar. No entanto, ainda há parte dos estudantes sem

acesso a essa experiência, o que exige planejamento para ampliar a oferta com qualidade, evitando que o tempo integral seja apenas aumento de carga horária, sem fortalecimento pedagógico, cultural, esportivo e socioemocional.

O principal ponto crítico está nos **anos finais do Ensino Fundamental** e no **Ensino Médio**, onde o atendimento em tempo integral foi de **0% em 2025**, conforme podemos analisar nos dados presentes no próximo segmento. Isso evidencia uma ruptura na trajetória dos estudantes: enquanto a Educação Infantil e os anos iniciais já contam com oferta significativa, os adolescentes e jovens não têm acesso à mesma política. Essa ausência limita as possibilidades de recomposição das aprendizagens, acompanhamento pedagógico, fortalecimento do vínculo com a escola, desenvolvimento de projetos de vida e prevenção da evasão escolar.

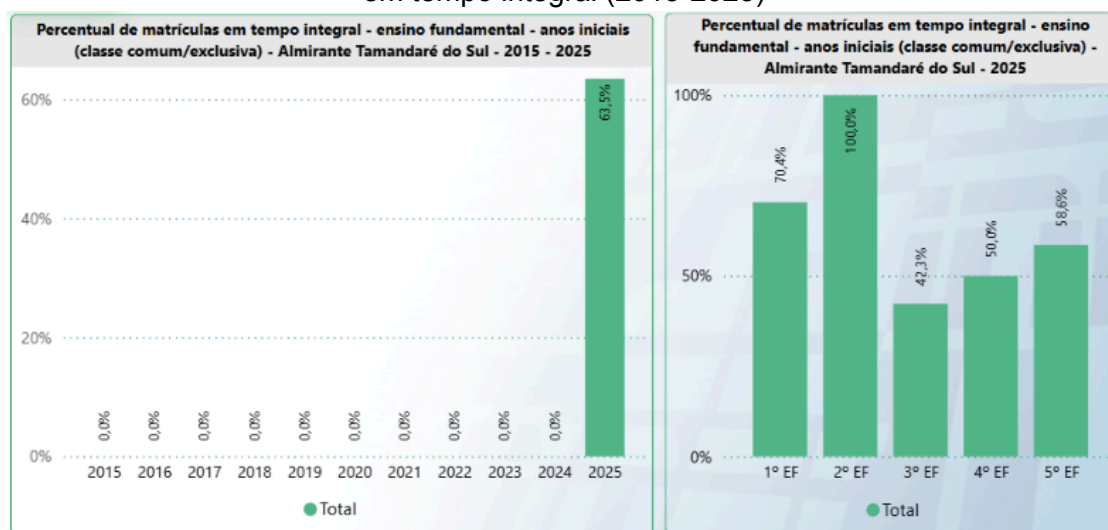
Dessa forma, o problema central do município não é a inexistência total da Educação Integral em Tempo Integral, mas sua **distribuição desigual entre as etapas**. Almirante Tamandaré do Sul possui avanços importantes na creche, na pré-escola e nos anos iniciais, mas precisa enfrentar o desafio de expandir essa política para os anos finais e para o Ensino Médio, etapas em que os estudantes costumam apresentar maiores riscos de desmotivação, defasagens de aprendizagem e abandono.

Conclui-se que o município deve priorizar uma estratégia gradual de ampliação do tempo integral, articulando infraestrutura, transporte escolar, alimentação, recursos humanos, currículo integrado e parcerias intersetoriais. A expansão precisa garantir qualidade, equidade e continuidade da trajetória escolar, para que a Educação Integral se torne uma política estruturante em toda a Educação Básica.

2) A educação integral em tempo integral no Ensino Fundamental

a) Atendimento educação integral em tempo integral nos anos iniciais

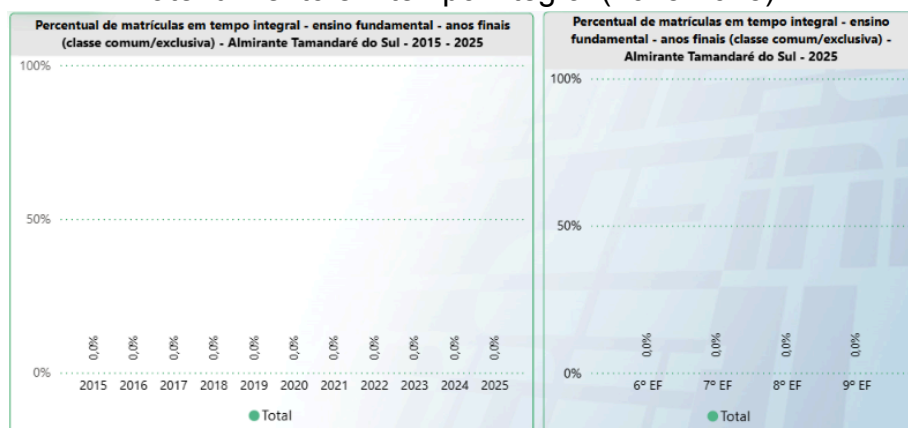
Gráfico 03 - Estudantes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

b) Atendimento educação integral em tempo integral nos anos finais

Gráfico 04 - Estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

O arquivo apresenta dados referentes ao **Tema 06 – Educação Integral em Tempo Integral**, com foco no atendimento dos estudantes do **Ensino Fundamental** em Almirante Tamandaré do Sul. O problema indicado é que a rede pública de ensino **não oferece experiência de Educação Integral em Tempo Integral para algumas etapas da Educação Básica**.

Nos **anos iniciais do Ensino Fundamental**, o gráfico demonstra que o município alcançou **63,5% de matrículas em tempo integral em 2025**. Esse dado representa um avanço importante, pois indica que mais da metade dos estudantes dessa etapa já tem acesso à jornada ampliada. No entanto, o mesmo indicador também revela que uma parcela significativa dos alunos dos anos iniciais ainda permanece fora do atendimento em tempo integral, o que aponta para a necessidade de ampliação da oferta.

A análise histórica do gráfico de 2015 a 2025 mostra que o atendimento em tempo integral nos anos iniciais não aparece ao longo de todo o período, concentrando-se no ano de 2025. Isso sugere que a política de ampliação da jornada nessa etapa é recente. Portanto, o desafio não é apenas ampliar a cobertura, mas também garantir estabilidade e continuidade da oferta ao longo dos anos.

Nos **anos finais do Ensino Fundamental**, a situação é mais crítica. O gráfico apresenta **0% de matrículas em tempo integral em 2025**, evidenciando ausência de atendimento nessa etapa. Além disso, a série histórica de 2015 a 2025 também não demonstra oferta, indicando que a inexistência do tempo integral nos anos finais não é um fato isolado, mas uma condição persistente no período analisado.

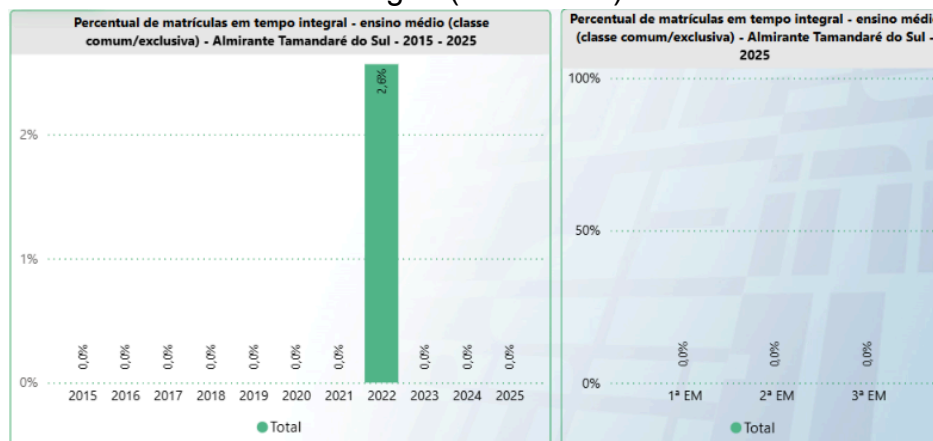
Dessa forma, os dados revelam uma desigualdade interna no próprio Ensino Fundamental: enquanto os anos iniciais apresentam cobertura parcial de tempo integral, os anos finais não contam com essa experiência educativa. Essa ruptura compromete a continuidade da política de Educação Integral, pois os estudantes que avançam para os anos finais deixam de ter acesso à jornada ampliada.

Conclui-se que Almirante Tamandaré do Sul apresenta um avanço relevante nos anos iniciais, mas ainda possui uma lacuna estrutural nos anos finais do Ensino Fundamental. O principal desafio é ampliar e consolidar a Educação Integral em Tempo

Integral, garantindo que a oferta não fique restrita apenas a uma parte da etapa, mas alcance progressivamente todos os estudantes do Ensino Fundamental.

3) A educação integral em tempo integral no Ensino Médio

Gráfico 05 - Estudantes matriculados no ensino médio com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Os dados apresentados para o Ensino Médio evidenciam uma das principais fragilidades da política de Educação Integral em Tempo Integral no município de Almirante Tamandaré do Sul. O gráfico demonstra que, em **2025, nenhuma matrícula do Ensino Médio estava vinculada ao atendimento em tempo integral**, indicando ausência completa dessa oferta para os jovens matriculados nessa etapa da Educação Básica. As informações de **2,6% de estudantes matriculados em tempo integral no ano de 2022** sinaliza o desenvolvimento de atividades complementares no turno inverso.

A análise da série histórica apresentada no gráfico revela que essa situação não é recente. Entre **2015 e 2025**, não houve consolidação de uma política contínua de educação integral para o Ensino Médio. Observa-se apenas um registro pontual de atendimento em um dos anos da série histórica, sem continuidade nos anos subsequentes, o que demonstra que a experiência de tempo integral não chegou a se estruturar como uma política permanente para os estudantes dessa etapa.

Esse cenário indica que os jovens de Almirante Tamandaré do Sul concluem sua trajetória escolar sem acesso às oportunidades proporcionadas pela ampliação da jornada escolar, como atividades complementares de aprofundamento curricular, projetos de vida, iniciação científica, práticas culturais, esportivas e ações voltadas ao desenvolvimento das competências socioemocionais, embora tenham estas atividades complementares inseridas no ensino médio regular.

Os dados também evidenciam uma descontinuidade na política de Educação Integral ao longo da Educação Básica. Enquanto etapas anteriores apresentam percentuais de atendimento em tempo integral, o Ensino Médio não dispõe dessa ampliação de jornada, interrompendo a possibilidade de continuidade da formação integral dos estudantes.

Portanto, a análise do indicador demonstra que o maior desafio do município é articular ações junto ao Estado no âmbito do Ensino Médio consiste na criação e

expansão de oportunidades de Educação Integral em Tempo Integral para os estudantes dessa etapa. Os dados revelam uma lacuna significativa na oferta educacional, evidenciando a necessidade de planejamento e articulação institucional para que a política de educação integral alcance também os jovens, garantindo maior continuidade entre as diferentes etapas da Educação Básica e ampliando as oportunidades de desenvolvimento educacional.

Conclusão – Educação Integral em Tempo Integral em Almirante Tamandaré do Sul/RS:

A análise dos dados demonstra que Almirante Tamandaré do Sul possui avanços importantes na implementação da Educação Integral em Tempo Integral, especialmente na Educação Infantil e, em menor medida, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A universalização do atendimento em tempo integral na creche (100%), o elevado percentual de atendimento na pré-escola (72,7%) e a presença da oferta para 63,5% dos estudantes dos anos iniciais evidenciam que o município já dispõe de experiências consolidadas e de capacidade institucional para desenvolver políticas de ampliação da jornada escolar.

Entretanto, os dados também revelam uma significativa descontinuidade da política ao longo da trajetória educacional. A inexistência de matrículas em tempo integral nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio demonstra que os estudantes perdem o acesso a essa experiência justamente nas etapas em que aumentam os desafios relacionados à aprendizagem, à permanência escolar, à construção dos projetos de vida e à preparação para a continuidade dos estudos e para o mundo do trabalho.

Dessa forma, conclui-se que o principal desafio do município não está na criação da Educação Integral em Tempo Integral, mas na sua ampliação e continuidade ao longo de toda a Educação Básica. O fortalecimento dessa política exigirá planejamento gradual, investimentos em infraestrutura, recursos humanos, organização curricular e articulação entre as diferentes etapas de ensino, de modo a assegurar que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades ampliadas de aprendizagem, convivência, cultura, esporte e desenvolvimento humano. Somente com essa expansão será possível transformar a Educação Integral em uma estratégia efetiva de promoção da qualidade, da equidade e da permanência escolar em Almirante Tamandaré do Sul.

Fontes Consultadas:

- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).**
 - **Censo Escolar da Educação Básica.**
 - Base oficial de dados educacionais utilizada para obtenção das matrículas em tempo integral nas diferentes etapas da Educação Básica.
- **Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica – INEP/MEC.**
 - Indicadores de atendimento em Educação Integral em Tempo Integral para as etapas de Creche, Pré-escola, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- **Ministério da Educação (MEC).**

- Documentos orientadores da Política Nacional de Educação Integral e das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) relacionadas à ampliação da educação em tempo integral.
- **Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE).**
 - Meta 6: Oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) estudantes da Educação Básica.
- **Lei nº 14.640/2023.**
 - Institui o Programa Escola em Tempo Integral, destinado à ampliação de matrículas em jornada ampliada nas redes públicas de ensino.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados evidencia que Almirante Tamandaré do Sul apresenta resultados positivos na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com atendimento em tempo integral de 100% das matrículas da creche, 72,7% da pré-escola e 63,5% dos anos iniciais. Entretanto, observa-se uma ruptura significativa da política educacional nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, etapas em que não há nenhuma matrícula em tempo integral. O próprio documento destaca que a principal fragilidade não está na criação da política, mas na sua continuidade ao longo da trajetória escolar.

Os dados também demonstram que a ausência de atendimento em tempo integral nos anos finais e no Ensino Médio não é um fenômeno recente, mas uma condição persistente ao longo da série histórica analisada, indicando que a experiência de educação integral ainda não se consolidou como política permanente para adolescentes e jovens. Possíveis causas identificadas:

1. Ausência de planejamento de continuidade entre as etapas da Educação Básica: os dados revelam que a oferta está concentrada na Educação Infantil e nos anos iniciais, sem continuidade para as etapas seguintes, evidenciando fragilidades no planejamento da expansão gradual da política educacional.

2. Concentração histórica dos investimentos nas etapas iniciais: no município houve a estruturação de experiências exitosas na creche, pré-escola e anos iniciais, mas vem buscando ampliar essas experiências nos anos finais e Ensino Médio:

3. Infraestrutura insuficiente para ampliação da jornada escolar: a ampliação do tempo integral exige espaços adequados para atividades culturais, esportivas, científicas e pedagógicas. O próprio documento aponta a necessidade de investimentos em infraestrutura para expansão da política.

4. Limitações de recursos humanos: a oferta de tempo integral demanda ampliação do quadro de profissionais, monitores, educadores e equipes de apoio, aspecto citado como requisito para expansão da política.

5. Fragilidade da articulação entre as etapas de ensino: o documento destaca uma descontinuidade da política ao longo da Educação Básica, mas vem sendo buscado ampliar essas experiências entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

6. Baixa oferta de atividades voltadas aos adolescentes e jovens: a inexistência de tempo integral no Ensino Médio limita oportunidades de projetos de vida,

atividades culturais, esportivas, científicas e socioemocionais, embora tenham estas atividades complementares inseridas no ensino médio regular

7. Necessidade de fortalecimento das parcerias intersetoriais: a expansão da educação integral requer integração com cultura, esporte, assistência social e saúde, ampliando os espaços e oportunidades formativas para os estudantes.

8. Necessidade de ampliar recursos financeiros para expansão da política: a ampliação para novas etapas exige investimentos permanentes em infraestrutura, alimentação escolar, transporte, recursos pedagógicos e pessoal.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01.** Necessidade de planejamento estratégico para continuidade da Educação Integral entre as etapas da Educação Básica.
- **Causa 02.** Concentração histórica da oferta de tempo integral na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- **Causa 03.** Necessidade de uma política municipal consolidada e permanente de Educação Integral em Tempo Integral para toda a Educação Básica.
- **Causa 04.** Infraestrutura física insuficiente para expansão da jornada escolar nos anos finais e no Ensino Médio.
- **Causa 05.** Necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos para sustentar a ampliação da política de Educação Integral.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 06 do PME

TEMA 06 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

PROBLEMA 06:

A REDE PÚBLICA DE ENSINO, NÃO OFERECE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL PARA ALGUMAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.



LEGENDA:

Problema
 Descritor
 Causa

Fonte: autoria própria.

8. TEMA 07 - CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL

Problema 07: NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET), COM VISTAS AO FORTALECIMENTO DO USO PEDAGÓGICO E AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA DIGITAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise dos indicadores de conectividade, educação para as tecnologias e cidadania digital evidencia que o município de Almirante Tamandaré do Sul possui avanços significativos na infraestrutura básica de acesso à internet, uma vez que todas as escolas da rede contam com conexão à internet e banda larga. Contudo, os dados também revelam desafios importantes relacionados à qualidade e à democratização desse acesso para fins pedagógicos. A existência de laboratório de informática em apenas parte das escolas, a insuficiência e distribuição desigual dos equipamentos tecnológicos e as limitações no acesso dos estudantes aos recursos digitais demonstram que a conectividade disponível ainda não se converte plenamente em oportunidades equitativas de aprendizagem. Nesse contexto, o problema não se restringe à disponibilidade da internet, mas envolve a necessidade de ampliar as condições para o uso pedagógico das tecnologias digitais, fortalecendo o desenvolvimento de competências relacionadas à cultura digital, ao pensamento crítico, à segurança na rede e ao exercício da cidadania digital por todos os estudantes da Educação Básica.

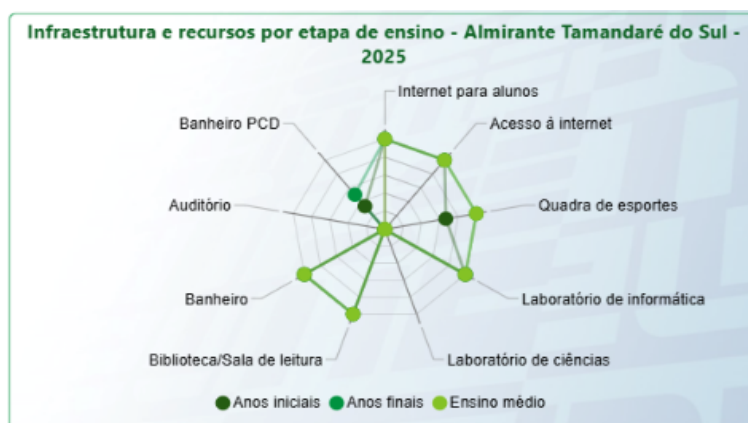
DESCRITORES⁸ DO PROBLEMA:

- ☐ **Descritor 01:** 100% das escolas com acesso à internet em 2025.
- ☐ **Descritor 02:** 75% das escolas com laboratório de informática em 2025.
- ☐ **Descritor 03:** Equipamentos tecnológicos em número insuficiente para uso pedagógico com os estudantes.

1) Dados quanto a conectividade e existência de equipamentos tecnológicos

Gráfico 01 – Infraestrutura quanto a internet para alunos e acesso à internet na educação básica (2025)

⁸ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Painel 01 – Infraestrutura quanto a energia elétrica e internet na educação infantil (2025)



Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul> (Acesso em: 16/06/2026)

Painel 02 – Infraestrutura quanto a energia elétrica, laboratório de informática e banda larga nas escolas do município (2025)



Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul> (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 01 - Tecnologia nas escolas

Tecnologia	%	Nº de escolas
Internet	100%	4
Banda Larga	100%	4

Fonte: Tabela elaborada com dados do <https://qedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul> (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 02 – Equipamentos tecnológicos nas escolas

ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL					
EQUIPAMENTO	ESC EST ENS MED ALMIRANTE TAMANDARÉ	EMEI CANTINHO DA CRIANÇA	EMEF BENTO GONÇALVES	EMEF RAIMUNDO NEDEL	%
COMPUTADOR	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
COPIADORA	Não	Não	Não	Não	0%
IMPRESSORA	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
SCANNER	Não	Não	Não	Sim	25%
EQUIPAMENTO DE SOM	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
TV	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
LOUSA DIGITAL	Não	Não	Não	Não	0%
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
DESKTOP ALUNO	Sim	Não	Sim	Sim	75%

COMPUTADOR PORTÁTIL ALUNO	Sim	Não	Sim	Sim	75%
TABLET ALUNO	Não	Sim	Sim	Não	50%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 03 – Quantidade de equipamentos tecnológicos nas escolas

ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL				
EQUIPAMENTO	ESC EST ENS MED ALMIRANTE TAMANDARÉ	EMEI CANTINHO DA CRIANÇA	EMEF BENTO GONÇALVES	EMEF RAIMUNDO NEDEL
	QUANTIDADE			
EQUIPAMENTO DE SOM	2	2	2	1
TV	5	5	3	9
LOUSA DIGITAL	0	0	0	0
EQUIPAMENTO MULTIMÍDIA	5	1	1	2
DESKTOP ALUNO	18	0	12	15
COMPUTADOR PORTÁTIL ALUNO	60	0	1	2
TABLET ALUNO	0	1	2	0

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 04 – Disponibilidade da internet nas escolas

ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL					
DISPONIBILIDADE DE INTERNET	ESC EST ENS MED ALMIRANTE TAMANDARÉ	EMEI CANTINHO DA CRIANÇA	EMEF BENTO GONÇALVES	EMEF RAIMUNDO NEDEL	%
INTERNET	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET ALUNOS	Sim	Não	Sim	Sim	75%
INTERNET ADMINISTRATIVO	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET APRENDIZAGEM	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET COMUNIDADE	Não	Não	Não	Não	0%
ACESSO INTERNET COMPUTADOR	Sim	Não	Sim	Sim	75%
ACESSO INTERNET DISPOSITIVOS PESSOAIS	Não	Não	Não	Sim	25%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Embora o município apresente bons indicadores de infraestrutura básica, os dados revelam que ainda existem desigualdades no acesso dos estudantes aos equipamentos e à internet para fins pedagógicos.

a) Acesso à internet e banda larga

O município apresenta um dado bastante positivo: 100% das escolas possuem acesso à internet e 100% contam com banda larga, totalizando quatro escolas atendidas. Esse indicador demonstra que a infraestrutura mínima de conectividade está presente em toda a rede escolar, o que representa uma condição essencial para o uso pedagógico das tecnologias digitais.

Entretanto, o acesso à internet por si só não garante qualidade pedagógica. Para que a conectividade contribua efetivamente com a aprendizagem, é necessário que ela esteja disponível para os estudantes, integrada ao planejamento docente e acompanhada de equipamentos suficientes. Nesse sentido, o problema não é a ausência de internet nas escolas, mas a limitação do seu uso qualificado, contínuo e acessível a todos.

b) Laboratório de informática

O arquivo aponta que 75% das escolas possuem laboratório de informática em 2025. Isso significa que uma das quatro escolas, a EMEI Cantinho da Criança, não conta com esse espaço.

c) Equipamentos tecnológicos

A análise das tabelas demonstra que os equipamentos tecnológicos existem, mas estão distribuídos de forma desigual e, em alguns casos, são insuficientes para uso pedagógico com os estudantes, levando em consideração as informações lançadas até a data do Censo Escolar. Computador, impressora, impressora multifuncional, equipamento de som, TV e equipamento multimídia estão presentes em 100% das escolas; porém, copiadora e lousa digital não existem em nenhuma unidade, scanner aparece em apenas 25%, tablets em 50%, e desktops e computadores portáteis para alunos em 75% das escolas.

d) Internet para estudantes e uso pedagógico

Embora 100% das escolas tenham internet, apenas 75% possuem internet para alunos e 75% têm acesso à internet por computador, levando em consideração que a EMEI Cantinho da Criança não possui laboratório de informática mas passou a ter ChromeBook para utilização pelos alunos quando das atividades pedagógicas. Além disso, o acesso à internet por dispositivos pessoais aparece em apenas 25% das escolas, e nenhuma escola oferece internet para a comunidade.

e) Cidadania digital e uso pedagógico das tecnologias

O problema apresentado no documento não se limita à infraestrutura. Ele também envolve o desenvolvimento de capacidades para o exercício da cidadania digital. Isso significa que a escola precisa formar estudantes capazes de usar a tecnologia de forma crítica, ética, segura, criativa e responsável.

A insuficiência de equipamentos e a limitação do acesso direto dos estudantes reduzem as possibilidades de trabalhar temas como segurança na internet, combate à desinformação, respeito nas redes, proteção de dados, comunicação responsável, autoria digital e uso consciente das tecnologias.

Síntese geral:

Em síntese, Almirante Tamandaré do Sul apresenta avanços importantes na infraestrutura digital, com 100% das escolas conectadas à internet e à banda larga.

Contudo, a análise revela que a conectividade ainda não se traduz plenamente em acesso qualificado para os estudantes. Persistem desafios relacionados à insuficiência e desigualdade na distribuição de equipamentos e limitação da internet para alunos. Assim, o principal desafio do município é transformar a conectividade existente em uma política efetiva de inclusão digital, aprendizagem tecnológica e cidadania digital para todos os estudantes da Educação Básica.

Fontes Consultadas:

- **Censo Escolar da Educação Básica 2025 – INEP/MEC**
 - Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025 utilizados para levantamento dos equipamentos tecnológicos, disponibilidade de internet e infraestrutura das escolas.
- **Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica**
 - Utilizado para análise da infraestrutura relacionada ao acesso à internet, laboratórios e recursos tecnológicos das escolas da Educação Básica.
- **QEdu – Indicadores Educacionais do Município de Almirante Tamandaré do Sul**
 - Dados sobre infraestrutura escolar, energia elétrica, internet, laboratório de informática e banda larga.
 - Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul>
- **Painéis de Infraestrutura Escolar – QEdu/Censo Escolar 2025**
 - Painel de infraestrutura da Educação Infantil.
 - Painel de infraestrutura do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 - Indicadores de internet, laboratório de informática, biblioteca, acessibilidade, energia elétrica e banda larga.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise integral dos dados do Tema 07, observa-se que o principal desafio de Almirante Tamandaré do Sul não está na existência da infraestrutura básica de conectividade, uma vez que 100% das escolas possuem acesso à internet e banda larga. O problema está relacionado à qualidade e às condições efetivas para utilização pedagógica das tecnologias digitais pelos estudantes. Os dados revelam desigualdades na disponibilidade de equipamentos e fragilidades na estrutura necessária para o desenvolvimento pleno da cidadania digital.

Causa 01: Distribuição desigual dos equipamentos tecnológicos entre as escolas: embora existam equipamentos tecnológicos na rede, sua distribuição é bastante desigual. Enquanto uma escola possui 60 computadores portáteis para estudantes, outras possuem apenas um, dois ou nenhum equipamento semelhante, gerando diferenças significativas nas oportunidades de aprendizagem digital.

Causa 02: Quantidade insuficiente de equipamentos para uso pedagógico dos estudantes: os equipamentos tecnológicos existentes não são suficientes para

atender adequadamente às demandas pedagógicas dos alunos, levando em consideração os dados lançados até a data do Censo Escolar.

Causa 03: Ausência de laboratório de informática em parte da rede: apenas 75% das escolas possuem laboratório de informática, o que significa que uma em cada quatro escolas não dispõe desse espaço, levando em consideração os espaços físicos destinados aos computadores e os dados lançados até a data do Censo Escolar.

Causa 04: Limitação do acesso dos estudantes à internet escolar: apesar de todas as escolas possuírem internet, apenas 75% disponibilizam acesso aos estudantes, levando em consideração o acesso dos alunos ao laboratório de informática.

Causa 05: Desigualdade no acesso aos computadores para estudantes: os dados mostram que apenas 75% das escolas possuem desktops para alunos e computadores portáteis para uso estudantil, levando em consideração os dados lançados até a data do Censo Escolar.

Causa 06: Baixa disponibilidade de tablets educacionais: apenas metade das escolas possui tablets para estudantes, limitando o uso de metodologias inovadoras, recursos interativos e estratégias pedagógicas apoiadas em dispositivos móveis.

Causa 07: Fragilidades na integração pedagógica das tecnologias digitais: o documento destaca que a simples existência de internet não garante aprendizagem, sendo necessário que os recursos tecnológicos estejam articulados ao planejamento docente e às práticas pedagógicas.

Causa 08: Limitações no desenvolvimento sistemático da cidadania digital: a insuficiência de equipamentos e o acesso restrito às tecnologias reduzem as oportunidades de trabalhar competências relacionadas à segurança digital, combate à desinformação, proteção de dados, ética nas redes e uso responsável das tecnologias.

Causa 09: Limitações de investimento para atualização e ampliação da infraestrutura tecnológica: a inexistência de determinados equipamentos e as desigualdades observadas entre as escolas sugerem necessidade de investimentos contínuos para renovação, ampliação e manutenção da infraestrutura digital.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01:** Equipamentos tecnológicos insuficientes para atender todos os estudantes, levando em consideração os dados lançados até a data do Censo Escolar;
- **Causa 02:** Ausência de laboratório de informática em parte da rede, levando em consideração os dados lançados até a data do Censo Escolar;
- **Causa 03:** Limitação do acesso dos estudantes à internet escolar, levando em consideração os espaços físicos destinados aos computadores e os dados lançados até a data do Censo Escolar;
- **Causa 04:** Acesso desigual a computadores e tablets;
- **Causa 05:** Fragilidades na integração pedagógica das tecnologias digitais;
- **Causa 06:** Limitações no desenvolvimento da cidadania digital;
- **Causa 07:** Ausência de estratégias mais amplas de inclusão digital;
- **Causa 08:** Necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura tecnológica;
- **Causa 09:** Dificuldade de transformar conectividade em aprendizagem digital efetiva.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 07 do PME

TEMA 07 - CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL

PROBLEMA 07:

NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET), COM VISTAS AO FORTALECIMENTO DO USO PEDAGÓGICO E AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA DIGITAL.

DESCRIPTOR 01

100% das escolas com acesso à internet em 2025.

CAUSA 03

Limitação do acesso dos estudantes à internet escolar, levando em consideração os espaços físicos destinados aos computadores e os dados lançados até a data do Censo Escolar

CAUSA 05

Fragilidades na integração pedagógica das tecnologias digitais.

CAUSA 06

Limitações no desenvolvimento da cidadania digital.

CAUSA 09

Dificuldade de transformar conectividade em aprendizagem digital efetiva.

DESCRIPTOR 02

75% das escolas com laboratório de informática em 2025.

CAUSA 02

Ausência de laboratório de informática em parte da rede, levando em consideração os dados lançados até a data do Censo Escolar

CAUSA 07

Ausência de estratégias mais amplas de inclusão digital.

CAUSA 08

Necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura tecnológica.

DESCRIPTOR 03

Equipamentos tecnológicos em número insuficiente para uso pedagógico com os estudantes.

CAUSA 01

Equipamentos tecnológicos insuficientes para atender todos os estudantes, levando em consideração os dados lançados até a data do Censo Escolar

CAUSA 04

Acesso desigual a computadores e tablets.

CAUSA 05

Fragilidades na integração pedagógica das tecnologias digitais.

CAUSA 07

Ausência de estratégias mais amplas de inclusão digital.

CAUSA 08

Necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura tecnológica.

CAUSA 09

Dificuldade de transformar conectividade em aprendizagem digital efetiva.

LEGENDA:



Problema



Descriptor



Causa

Fonte: autoria própria.

9. TEMA 08 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO

Problema 08: ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO DESENVOLVEM PLENAMENTE CONHECIMENTOS, VALORES E PRÁTICAS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E AO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, COMPROMETENDO A FORMAÇÃO CIDADÃ E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise qualificada dos dados do Tema 08 – Sustentabilidade Socioambiental na Educação, referente ao município de Almirante Tamandaré do Sul/RS, evidencia um cenário de avanços significativos na promoção da sustentabilidade ambiental no contexto educacional. Os indicadores demonstram que todas as escolas desenvolvem projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental, revelando condições favoráveis para a implementação de práticas educativas voltadas à formação cidadã e ao cuidado com o meio ambiente. Entretanto, persistem desafios relacionados à consolidação da sustentabilidade como política educacional permanente, refletidos no desempenho intermediário do município no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades e na ausência de protocolos institucionais de adaptação e resiliência para eventos climáticos extremos. Esse conjunto de evidências demonstra a necessidade de fortalecer a integração entre gestão educacional, infraestrutura, educação ambiental e educação climática, ampliando a capacidade das escolas de preparar os estudantes para compreender e enfrentar os desafios ambientais contemporâneos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais sustentável e resiliente.

DESCRIPTORIOS⁹ DO PROBLEMA:

- ❑ **Descritor 01:** Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades é de 57,39 pontos em 2025.
- ❑ **Descritor 02:** 0% das escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos em 2025.
- ❑ **Descritor 03:** 100% dos estabelecimentos de ensino tem todas as salas climatizadas.
- ❑ **Descritor 04:** 100% dos estabelecimentos de ensino desenvolvem projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental na educação.

1) Dados oficiais:

A análise qualificada dos dados do **Tema 08 – Sustentabilidade Socioambiental na Educação** evidencia que o município de **Almirante Tamandaré do Sul** possui alguns avanços estruturais importantes, especialmente no conforto térmico das escolas, mas ainda apresenta desafios na consolidação de políticas educacionais voltadas à sustentabilidade, à adaptação climática e à formação cidadã ambiental.

a) Sobre o Desenvolvimento Sustentável das Cidades

⁹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Painel 01 - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil



Fonte: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/4300471/> (Acesso em: 21/06/2026)

O município de Almirante Tamandaré do Sul apresenta pontuação geral de **57,39 em 100** no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, com classificação **505º no Brasil** e nível de desenvolvimento sustentável considerado **médio**. Esse resultado indica que o município já possui avanços em algumas dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas ainda não alcança desempenho elevado. Para a educação, esse dado é relevante porque demonstra que a sustentabilidade precisa ser tratada de forma mais integrada ao currículo, às práticas escolares e à gestão pública, fortalecendo a formação dos estudantes para compreenderem os problemas ambientais, climáticos e sociais do território.

b) Sobre protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos

Painel 02 - Escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos



Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/insumos> (Acesso em: 21/06/2026)

O painel apresenta ausência de resultado geral identificado para a rede municipal, o que sugere fragilidade no registro ou na implementação de protocolos escolares específicos para situações de eventos climáticos extremos. Esse dado é preocupante, pois o enfrentamento das mudanças climáticas exige que as escolas tenham planos de prevenção, rotas de segurança, orientações para enchentes, temporais, ondas de calor, estiagens e outros riscos ambientais. A inexistência ou baixa visibilidade desses protocolos pode comprometer a capacidade das unidades escolares de proteger estudantes e profissionais, além de limitar o trabalho pedagógico sobre adaptação climática e resiliência comunitária.

c) Sobre conforto térmico

O município busca assegurar que todos os estabelecimentos de ensino tenham estrutura física e instalações que atendam a padrões de conforto térmico.

Tabela 01 – Salas usadas x salas climatizadas

ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL		
Escola	Qt salas utilizadas	Qt salas utilizadas climatizadas
ESC EST ENS MED ALMIRANTE TAMANDARE	5	5
EMEI CANTINHO DA CRIANCA	9	9
EMEF BENTO GONCALVES	6	6
EMEF RAIMUNDO NEDEL	11	11

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 21/06/2026)

Os dados sobre conforto térmico são bastante positivos. Todas as salas utilizadas nas escolas informadas aparecem como climatizadas: a Escola Estadual de Ensino Médio

Almirante Tamandaré possui **5 salas usadas e 5 climatizadas**; a EMEI Cantinho da Criança, **9 de 9**; a EMEF Bento Gonçalves, **6 de 6**; e a EMEF Raimundo Nedel, **11 de 11**. Isso indica que o município apresenta boa condição estrutural para garantir ambientes mais adequados ao processo de ensino e aprendizagem, especialmente diante do aumento de temperaturas e da necessidade de adaptação às mudanças climáticas. Contudo, o conforto térmico, embora essencial, não substitui a necessidade de práticas pedagógicas sistemáticas de educação ambiental, gestão sustentável dos espaços escolares e protocolos de segurança climática.

2) Dados municipais:

a) Programas de sustentabilidade socioambiental na educação desenvolvidos nas escolas do território:

Tabela 02 – Programas ou projetos de sustentabilidade socioambiental nas escolas

Nome da Escola	Nome do projeto	Ano de realização	Turmas envolvidas	Outras informações
EMEI CANTINHO DA CRIANÇA	Horta na Escola	2026	Turmas do Jardim	Plantio de temperos, verduras e legumes. As crianças regam, observam o crescimento e colhem os alimentos.
	Reciclando e Brincando	2026	Turmas dos Prés	Confecção de brinquedos e instrumentos musicais com materiais recicláveis. Conversa sobre a separação do lixo.
	Jardim dos Pequenos	2026	Todas as turmas da Educação Infantil	Plantio de flores e mudas de árvores. Observação de borboletas, abelhas e outros insetos.
	Cada Gota Conta	2026	Turmas do pré 1 e 2	Atividades sobre economia de água. Experiências simples mostrando a importância da água para a vida.
	Amigos da Natureza	2026	Todas as turmas da Educação Infantil	Observação de pássaros, folhas e árvores da escola. Passeios pelo pátio para explorar a natureza
	Escola Limpa, Planeta Feliz	2026	Pré 1 e 2	Mutirão para cuidar dos espaços da escola. Incentivo ao descarte correto dos resíduos.
	Contação de Histórias Ambientais	2026	Todas as turmas da Educação Infantil	Livros e histórias sobre preservação da natureza. Desenhos, dramatizações e músicas relacionadas ao tema.
	"Resiliência e Produtividade: Interação entre plantas nativas e a busca por Sustentabilidade Econômica e Ambiental em pequenos espaços!"	2026	Todas as turmas da Educação Infantil	Explicação, documentários sobre como coletar e fazer a semeadura "Plantio" da semente, seus cuidados para nascer e se desenvolver. Foi realizada coleta de sementes do Pinheiro Brasileiro atrás da escola com as crianças, direção e técnica responsável pelo desenvolvimento do projeto. Plantio das sementes, irrigação e cuidados com as mesmas.
	Mostra de trabalhos sobre Sustentabilidade, meio ambiente, alimentação saudável	2026	Todas as turmas da Educação Infantil	Ao final, a escola organizou uma mostra de trabalhos sobre Sustentabilidade, meio ambiente, alimentação saudável com exposição dos trabalhos, brinquedos reciclados, distribuição de mudas e visita das famílias.

ESC EST ENS MED ALMIR ANTE TAMA NDAR E	Mil Mudas, Mil Sonhos em: Reflorestamento Urbano do Município de Almirante Tamandaré do Sul	2026	Todas as turmas da escola	O Projeto Mil Mudas, Mil Sonhos em: Reflorestamento Urbano do município de Almirante Tamandaré do Sul é um projeto escolar desenvolvido por educandos da rede municipal aliados a rede Estadual, com apoio da prefeitura de Almirante Tamandaré do Sul, sendo este coordenado pela professora Karla Kolling. O projeto em questão está sendo realizado de forma prática e teórica, onde os alunos fizeram pesquisas teóricas e práticas sobre o assunto, verificaram a quantidade de ruas e terrenos para o plantio, assim como o contato com os responsáveis da prefeitura para criar uma parceria. O reflorestamento ocorrerá nas calçadas, conforme normativas e diretrizes municipais pré-estabelecidas por árvores de sombra, já as áreas verdes serão reflorestadas por frutas nativas
	Empreender, Comunicar e Transformar	2024	Anos iniciais do ensino fundamental	Desenvolver no aluno, habilidades e competências dentro da área do Empreender, Comunicar e Transformar. Neste contexto, buscar sensibilizar o estudante a respeito do empreendedorismo e da carreira empreendedora e transformadora, tornando ele um ser com atitudes e comportamentos que venham trazer o propósito de identificar e explorar oportunidades, assim como, ser promotor e aplicador de projetos inovadores. Buscando ainda, desenvolver um ser capacitado a trabalhar em equipe, onde o mesmo se proponha a buscar um crescimento pessoal, assim como, contribuir positivamente para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e fraterna.
	GERADOR DE ENERGIA EÓLICA	2025		Este projeto tem como objetivo informar e apresentar um pouco mais de conhecimento sobre a energia eólica no mundo, e abordar um pouco sobre a importância dela, para que serve, e qual seu intuito principal. A pesquisa surgiu a partir de conversas e ideias entre o grupo, após assistir vídeos, entre outros. Encontrando motivação nos problemas ambientais sociais, pois o mundo vem sofrendo muito com a era da poluição que está afetando o planeta como um todo. O trabalho busca criar uma maquete que tem de ideia inicial uma casa, poste de luz e um gerador de energia eólica, para isso busca-se estudar um pouco mais sobre o assunto e se aprofundar mais para que se tenha o entendimento suficiente para esta ideia, espera-se que este trabalho tenha um grande impacto na hora de apresentar para o público presente, bem como que as pessoas possam entender um pouco mais sobre este tipo de gerador de energia, e reconhecer que a energia eólica é muito mais importante do que se pode imaginar. A metodologia envolve pesquisas de ideias sobre este assunto e a realização de alguns experimentos para que seja um trabalho bem apresentado e também conta com ajuda de uma professora de física que vai auxiliar na realização deste projeto, para que ocorra tudo de forma cuidadosa.

	Mãos na terra, corações na natureza Biofertilizante: uma missão ao alcance das mãos	2024	4º e 5ª anos iniciais do ensino fundamental	O projeto visa o desenvolvimento de conscientização em relação a atitudes sustentáveis para cuidados e preservação de recursos naturais. Partindo desta temática, pensou-se na horta escolar como oportunidade de realizar ações na escola. Pesquisou-se uma receita de biofertilizante que pode ser produzido a partir de materiais orgânicos descartados da merenda escolar e também das famílias, os quais junto de outras matérias orgânicas, produzem um chorume após a decomposição das mesmas. Este é o biofertilizante, que utilizado nas folhas e caules das plantas, nutrem-nas de forma biológica, livrando estes alimentos de agrotóxicos e produtos químicos, proporcionando uma alimentação mais saudável no ambiente escolar e nas famílias.
EMEF BENT O GONCALVES	Jardinagem e consciência ambiental	2026	Todas as turmas da escola	Estudo de Plantas Ornamentais, sendo estas de longa permanência, onde além de embelezar a escola se tem o intuito da sustentabilidade, pois não necessita de replantio por estações, trazendo economia e subsistência nos jardins.
	Mil Mudar, Mil Sonhos em: Reflorestamento Urbano do Município de Almirante Tamandaré do Sul	2026	Todas as turmas da escola	O Projeto Mil Mudar, Mil Sonhos em: Reflorestamento Urbano do município de Almirante Tamandaré do Sul é um projeto escolar desenvolvido por educandos da rede municipal aliados a rede Estadual, com apoio da prefeitura de Almirante Tamandaré do Sul, sendo este coordenado pela professora Karla Kolling. O projeto em questão está sendo realizado de forma prática e teórica, onde os alunos fizeram pesquisas teóricas e práticas sobre o assunto, verificaram a quantidade de ruas e terrenos para o plantio, assim como o contato com os responsáveis da prefeitura para criar uma parceria. O reflorestamento ocorrerá nas calçadas, conforme normativas e diretrizes municipais pré-estabelecidas por árvores de sombra, já as áreas verdes serão reflorestadas por frutas nativas
	"Horta Escolar"	2025 e 2026	Todas as turmas da escola	Criação de um manual de produção de hortaliças, trabalhando por partes, sendo desde a criação, adubação e manutenção de um canteiro sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos. O plantio e cuidados com a semente, desenvolvimento da planta e cuidados até o momento da colheita. Alunos desenvolveram o conteúdo do manual na teoria e prática.
EMEF RAIMUNDO NEDEL	Mil Mudar, Mil Sonhos em: Reflorestamento Urbano do Município de Almirante Tamandaré do Sul	2026	Todas as turmas da escola	O Projeto Mil Mudar, Mil Sonhos em: Reflorestamento Urbano do município de Almirante Tamandaré do Sul é um projeto escolar desenvolvido por educandos da rede municipal aliados a rede Estadual, com apoio da prefeitura de Almirante Tamandaré do Sul, sendo este coordenado pela professora Karla Kolling. O projeto em questão está sendo realizado de forma prática e teórica, onde os alunos fizeram pesquisas teóricas e práticas sobre o assunto, verificaram a quantidade de ruas e terrenos para o plantio, assim como o contato com os responsáveis da prefeitura para criar uma parceria. O reflorestamento ocorrerá nas calçadas, conforme normativas e diretrizes municipais pré-estabelecidas por árvores de sombra, já as áreas verdes serão reflorestadas por frutas nativas

	Horta Escolar & Sustentabilidade	2026	Todas as turmas da escola	Produção de hortaliças, frutas e demais culturas relacionadas a alimentação escolar. Os alunos, semeiam, plantam e cuidam do desenvolvimento das hortaliças e demais culturas, para que essas se desenvolvem sem o uso de agrotóxicos, trazendo uma alimentação saudável e de maneira orgânica.
ESCOLAS MUNICIPAIS	Programa Recicle Bem, Faça o Bem	2025 e 2026	Todas as turmas das escolas municipais	O Programa Recicle Bem, Faça o Bem é um programa de reciclagem correta destinado às instituições educacionais de ensino, fornecendo o Ciclo Completo da Cadeia da Reciclagem. Visa conscientizar e estimular a reciclagem e separação correta do lixo gerando uma espécie de “troca”: embalagens recicláveis por brindes totalmente sustentáveis.

Fonte: Elaboração Própria

A análise da Tabela 02 evidencia que 100% dos estabelecimentos de ensino de Almirante Tamandaré do Sul desenvolvem projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental, contemplando todas as etapas da Educação Básica e demonstrando que a educação ambiental está incorporada às práticas pedagógicas da rede municipal e estadual. As iniciativas abrangem temas como reflorestamento urbano, hortas escolares, reciclagem, economia de água, preservação da biodiversidade, energias renováveis, compostagem, empreendedorismo sustentável e alimentação saudável, promovendo experiências práticas que favorecem a construção de conhecimentos, valores e atitudes voltados à sustentabilidade e ao cuidado com o meio ambiente.

Na **EMEI Cantinho da Criança**, observa-se uma diversidade de projetos voltados à Educação Infantil, como Horta na Escola, Reciclando e Brincando, Jardim dos Pequenos, Cada Gota Conta, Amigos da Natureza, Escola Limpa, Planeta Feliz, Contação de Histórias Ambientais, Resiliência e Produtividade: Interação entre Plantas Nativas e a Busca por Sustentabilidade Econômica e Ambiental em Pequenos Espaços e a Mostra de Trabalhos sobre Sustentabilidade, Meio Ambiente e Alimentação Saudável. As atividades integram experiências de plantio, reciclagem, economia de recursos naturais, observação da fauna e flora, produção de mudas e participação das famílias, proporcionando vivências significativas desde a primeira infância.

Na **Escola Estadual de Ensino Médio Almirante Tamandaré**, destacam-se projetos de maior abrangência, como Mil Mudas, Mil Sonhos – Reflorestamento Urbano, desenvolvido em parceria com o poder público municipal, além dos projetos Empreender, Comunicar e Transformar, Gerador de Energia Eólica e Mãos na Terra, Corações na Natureza – Biofertilizante: uma missão ao alcance das mãos. Essas iniciativas articulam pesquisa científica, educação ambiental, inovação, empreendedorismo, energias renováveis e práticas sustentáveis, fortalecendo o protagonismo estudantil e a relação entre conhecimento científico e transformação social.

Na **EMEF Bento Gonçalves**, os projetos Mil Mudas, Mil Sonhos, Jardinagem e Consciência Ambiental e Horta Escolar reforçam o compromisso com a recuperação ambiental, o cultivo sustentável de alimentos e a valorização dos espaços escolares como ambientes educativos. Da mesma forma, a **EMEF Raimundo Nedel** desenvolve projetos voltados ao reflorestamento urbano e à Horta Escolar & Sustentabilidade, envolvendo os estudantes na produção orgânica de alimentos destinados à alimentação escolar e estimulando práticas relacionadas ao consumo consciente e à segurança alimentar.

De forma geral, os dados demonstram que **Almirante Tamandaré do Sul** possui uma rede de ensino fortemente comprometida com a promoção da sustentabilidade socioambiental, desenvolvendo projetos permanentes, diversificados e articulados entre escolas municipais, escola estadual e administração pública. As iniciativas favorecem o protagonismo dos estudantes, a integração entre teoria e prática e a aproximação da escola com os desafios ambientais do território. Entretanto, considerando os demais indicadores do diagnóstico, especialmente a inexistência de protocolos de adaptação e resiliência para eventos climáticos extremos, torna-se necessário fortalecer a integração entre os projetos de educação ambiental, a educação climática, a gestão de riscos e as políticas públicas de proteção ambiental, consolidando uma política educacional ainda mais abrangente para o desenvolvimento sustentável do município.

Fontes Consultadas:

- **Instituto Cidades Sustentáveis.** *Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR).* Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 21 jun. 2026. (Fonte utilizada para o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.)
- **Ministério da Educação (MEC).** *Novo PAR – Painel de Insumos da Educação Básica: Escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos.* Disponível em: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/insumos>. Acesso em: 21 jun. 2026. (Fonte utilizada para o indicador de protocolos de adaptação e resiliência climática.)
- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** *Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025.* Brasília: INEP, 2026. (Fonte utilizada para o levantamento das salas utilizadas e climatizadas nas escolas.)
- **Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré do Sul/RS.** *Levantamento dos programas e projetos de sustentabilidade socioambiental desenvolvidos pelas instituições de ensino da rede municipal e estadual, 2026.* (Fonte utilizada para a elaboração da Tabela 02.)

B) ANÁLISE CAUSAL

Após analisar integralmente o documento do Tema 08 – Sustentabilidade Socioambiental na Educação do município de Almirante Tamandaré do Sul/RS, observa-se que o problema público não está relacionado à inexistência de projetos de educação ambiental ou à infraestrutura física das escolas. Ao contrário, a rede apresenta avanços importantes, como a climatização de todas as salas utilizadas e o desenvolvimento de projetos socioambientais em todas as instituições de ensino. Entretanto, os dados evidenciam que ainda existem fragilidades relacionadas à institucionalização da educação climática, à gestão de riscos e à integração das políticas públicas de sustentabilidade, fatores que limitam o desenvolvimento pleno de conhecimentos, valores e práticas ambientais pelos estudantes.

Com base nas evidências do diagnóstico, as causas críticas mais consistentes são:

Causa 01 – Sustentabilidade socioambiental ainda não plenamente institucionalizada no currículo e na gestão educacional: embora todas as escolas desenvolvam projetos de sustentabilidade, o diagnóstico indica que ainda é necessário consolidar a temática como eixo permanente do currículo, do Projeto Político-Pedagógico e da gestão escolar, garantindo continuidade, integração e avaliação sistemática das ações desenvolvidas.

Causa 02 – Ausência de protocolos institucionais de adaptação e resiliência para eventos climáticos extremos: o documento aponta que a rede não apresenta protocolos formais de adaptação climática, representando uma das principais fragilidades identificadas. Essa ausência limita a preparação das escolas para responder a eventos extremos e dificulta a construção de uma cultura institucional de prevenção e resiliência.

Causa 03 – Necessidade de ampliar a formação continuada dos profissionais da educação em educação ambiental e mudanças climáticas: apesar da existência de diversos projetos de sustentabilidade, não há evidências de uma política permanente de formação docente voltada especificamente à educação climática, à Agenda 2030, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à adaptação às mudanças climáticas, o que pode limitar o aprofundamento pedagógico dessas temáticas.

Causa 04 – Desenvolvimento sustentável municipal em nível intermediário: o município apresenta 57,39 pontos no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, classificado como nível médio. Esse indicador demonstra avanços, mas evidencia que ainda existem desafios territoriais que repercutem nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à educação ambiental.

Causa 05 – Necessidade de fortalecer a integração entre educação ambiental, educação climática e gestão escolar: os projetos desenvolvidos possuem forte enfoque em preservação ambiental, reflorestamento, hortas escolares, reciclagem e alimentação saudável. Entretanto, o diagnóstico demonstra a necessidade de fortalecer a articulação dessas iniciativas com a gestão escolar, o planejamento institucional e estratégias específicas de adaptação às mudanças climáticas.

Causa 06 – Necessidade de fortalecer a articulação entre educação, meio ambiente, Defesa Civil e demais políticas públicas: a inexistência de protocolos de adaptação climática indica a necessidade de ampliar a cooperação entre a Secretaria de Educação, a Defesa Civil, os órgãos ambientais e outras instituições, promovendo ações integradas de prevenção, mitigação e resposta aos riscos climáticos.

Causa 07 – Necessidade de ampliar o monitoramento e a avaliação dos impactos dos projetos de sustentabilidade: o município desenvolve um conjunto expressivo de iniciativas ambientais, porém o documento não apresenta indicadores que permitam avaliar de forma sistemática seus resultados sobre a aprendizagem, a mudança de atitudes ou o desenvolvimento de competências socioambientais dos estudantes.

Causa 08 – Educação climática ainda pouco estruturada como componente permanente das práticas pedagógicas: os projetos concentram-se predominantemente em preservação ambiental, reflorestamento, hortas, reciclagem, energias renováveis e alimentação saudável. Apesar da relevância dessas ações, ainda é necessário ampliar conteúdos relacionados às mudanças climáticas, adaptação, mitigação, gestão de riscos, justiça climática e resiliência, fortalecendo a formação integral dos estudantes frente aos desafios ambientais contemporâneos.

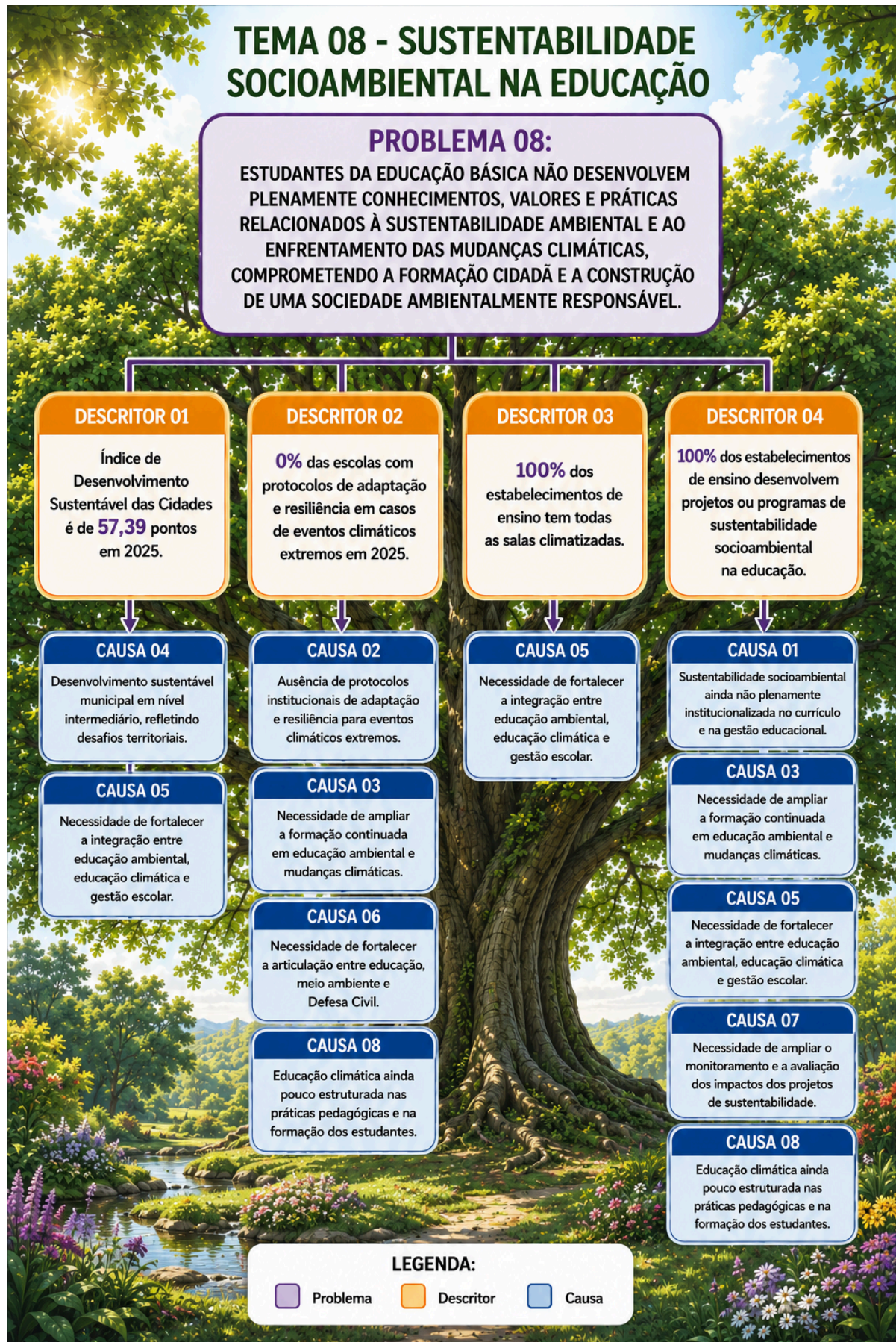
Embora Almirante Tamandaré do Sul apresente infraestrutura adequada e uma rede escolar amplamente envolvida em projetos de sustentabilidade, ainda há necessidade de transformar essas iniciativas em uma política educacional integrada, articulada à educação climática, à gestão de riscos e ao monitoramento de resultados, assegurando que os estudantes desenvolvam plenamente as competências previstas para a sustentabilidade socioambiental.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01** - Sustentabilidade socioambiental ainda não plenamente institucionalizada no currículo e na gestão educacional.
- **Causa 02** - Ausência de protocolos institucionais de adaptação e resiliência para eventos climáticos extremos.
- **Causa 03** - Necessidade de ampliar a formação continuada em educação ambiental e mudanças climáticas.
- **Causa 04** - Desenvolvimento sustentável municipal em nível intermediário, refletindo desafios territoriais.
- **Causa 05** - Necessidade de fortalecer a integração entre educação ambiental, educação climática e gestão escolar.
- **Causa 06** - Necessidade de fortalecer a articulação entre educação, meio ambiente e Defesa Civil.
- **Causa 07** - Necessidade de ampliar o monitoramento e a avaliação dos impactos dos projetos de sustentabilidade.
- **Causa 08** - Educação climática ainda pouco estruturada nas práticas pedagógicas e na formação dos estudantes.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 08 do PME



Fonte: autoria própria.

10. TEMA 09 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Problema 09: O ACESSO, A QUALIDADE DA OFERTA E A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO AINDA DEMANDAM AVANÇOS EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 09 tem por objetivo avaliar as condições de acesso, qualidade da oferta e permanência dos estudantes nas modalidades da Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola no município de Almirante Tamandaré do Sul. Para isso, foram analisados indicadores relacionados à institucionalização da Educação para as Relações Étnico-Raciais, à formação dos profissionais da educação, à presença de escolas indígenas e quilombolas, à oferta da Educação do Campo, ao quantitativo de matrículas na zona rural e às condições de infraestrutura das escolas localizadas no campo. A análise também considera aspectos referentes à acessibilidade, recursos pedagógicos, tecnologia, serviços essenciais e espaços educativos das instituições rurais, permitindo identificar tanto os avanços alcançados quanto às limitações que ainda interferem na garantia do direito à educação com equidade para as populações do campo e para a valorização da diversidade étnico-racial. Dessa forma, o conjunto dos indicadores oferece subsídios para compreender os principais desafios enfrentados por Almirante Tamandaré do Sul na promoção de uma educação contextualizada, inclusiva e socialmente referenciada, em consonância com a legislação educacional vigente e com os princípios da equidade e da justiça social.

DESCRITORES¹⁰ DO PROBLEMA:

- ❑ **Descritor 01:** Baixo nível de institucionalização da Educação para as Relações Étnico-Raciais, registrando índice geral de 24,1 pontos.
- ❑ **Descritor 02:** 0% de educação indígena no município em 2025.
- ❑ **Descritor 03:** 0% das escolas localizadas em comunidades quilombolas em 2025.
- ❑ **Descritor 04:** 133 matrículas em escolas localizadas na zona rural.

1) Dados gerais do município na PNEERQ

Painel 01 – Atendimento em creche e em pré-escola, por raça/cor (CADÚNICO-2025)

¹⁰ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Diagnóstico para compreensão de desigualdades raciais



Almirante Tamandaré do Sul (RS)



DADOS DO CADÚNICO - 2025

ATENDIMENTO EM CRECHE E EM PRÉ-ESCOLA, POR RAÇA/COR (CADÚNICO)



Como ler os dados?

Veja se há diferenças consideráveis entre os grupos de raça/cor dos estudantes. Desigualdades de acesso educacional desde a primeira infância podem estar na raiz das desigualdades de aprendizagem ao longo da trajetória educacional.



São identificados pelo **Cadastro Único** os estudantes cujas famílias são consideradas de baixa renda.

Fonte: CadÚnico (02/2025). Dados tratados por MEC/SEGAPE e MEC/SECADI.

Nota: Creche corresponde à faixa etária de 0 a 3 anos e pré-escola, à faixa etária de 4 a 6 anos. Foram consideradas como estudantes as crianças que frequentavam escola ou creche em rede pública. Crianças sem declaração de raça/cor foram excluídas do cálculo; Possíveis divergências entre os valores apresentados nos gráficos desta página se devem pela consideração de bases de dados e metodologias de coleta distintas (CadÚnico e Censo Escolar).

Fonte:

https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4300471_Almirante_Tamandare_do_Sul_RS.pdf

A análise dos dados evidencia que o atendimento à Educação Infantil apresenta diferenças entre os grupos raciais identificados no Cadastro Único. No atendimento em creche, observa-se que 22,2% das crianças brancas são atendidas, enquanto não há registro de atendimento para crianças pretas (0%), já na pré-escola, o atendimento alcança 57,1% das crianças brancas e 25% das crianças pretas, revelando que a universalização dessa etapa ainda ocorre de forma desigual entre os diferentes grupos raciais, os dados indicam que, embora possam estar relacionados ao reduzido número de crianças pretas no município, demanda acompanhamento permanente.

Sob a perspectiva da equidade, os resultados reforçam a necessidade de intensificar ações de busca ativa, planejamento da oferta de vagas e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade. A Educação Infantil representa uma etapa decisiva para o desenvolvimento integral das crianças, e diferenças no acesso podem repercutir ao longo de toda a trajetória escolar. O uso sistemático das informações do CadÚnico constitui importante instrumento para orientar políticas públicas que promovam igualdade de oportunidades desde os primeiros anos de vida.

Painel 02 – Distribuição de matrículas por raça/cor e por escolas quilombolas

DADOS DO CENSO ESCOLAR - 2025

DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS POR RAÇA/COR E POR ESCOLAS QUILOMBOLAS



Fonte: Inep, Censo Escolar (2025). Dados tratados por MEC/SEGAPE e MEC/SECADI.

Nota: Consideram-se matrículas da rede municipal em escolas em funcionamento. A categoria Quilombola reúne matrículas em escolas quilombolas e não se sobrepõe às categorias de raça/cor.

Fonte:

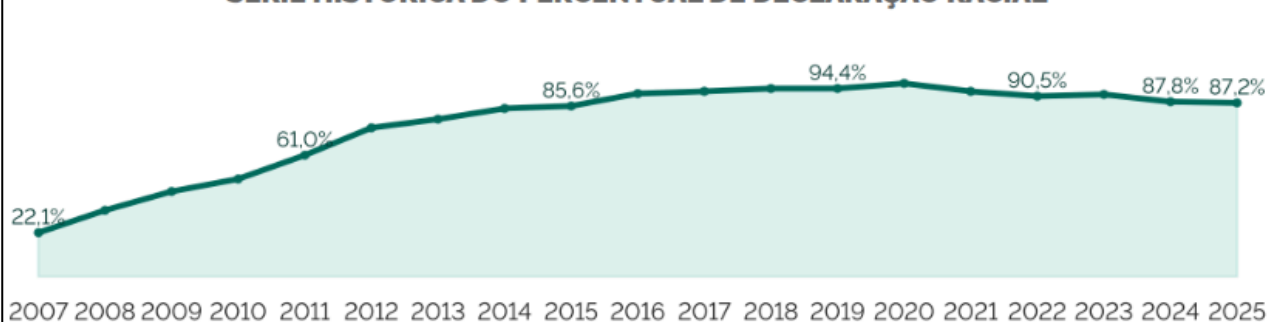
https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eg_052026/RS/ATM-EQ_4300471_AI_mirante_Tamandare_do_Sul_RS.pdf

Os dados do Censo Escolar demonstram que a rede de ensino possui predominância de estudantes brancos (81,0%), seguida por não declarados (12,8%), pardos (5,7%) e pretos (0,5%), não havendo registros de estudantes indígenas, amarelos ou matriculados em escolas quilombolas. Esse perfil acompanha as características demográficas do município, porém evidencia um percentual expressivo de matrículas sem declaração racial, fator que compromete a precisão das análises sobre equidade.

Ainda que o número de estudantes negros seja reduzido, a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais deve contemplar toda a comunidade escolar, conforme previsto nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Dessa forma, o principal desafio consiste em qualificar o registro da autodeclaração racial e fortalecer práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e promovam uma educação antirracista.

Painel 03 – Série histórica do percentual de declaração racial

SÉRIE HISTÓRICA DO PERCENTUAL DE DECLARAÇÃO RACIAL



Fonte: Inep, Censo Escolar (2007-2025). Dados tratados por MEC/SEGAPE e MEC/SECADI.

Nota: Consideram-se matrículas da rede municipal com informação declarada de raça/cor, conforme o dado disponível em cada ano da série.

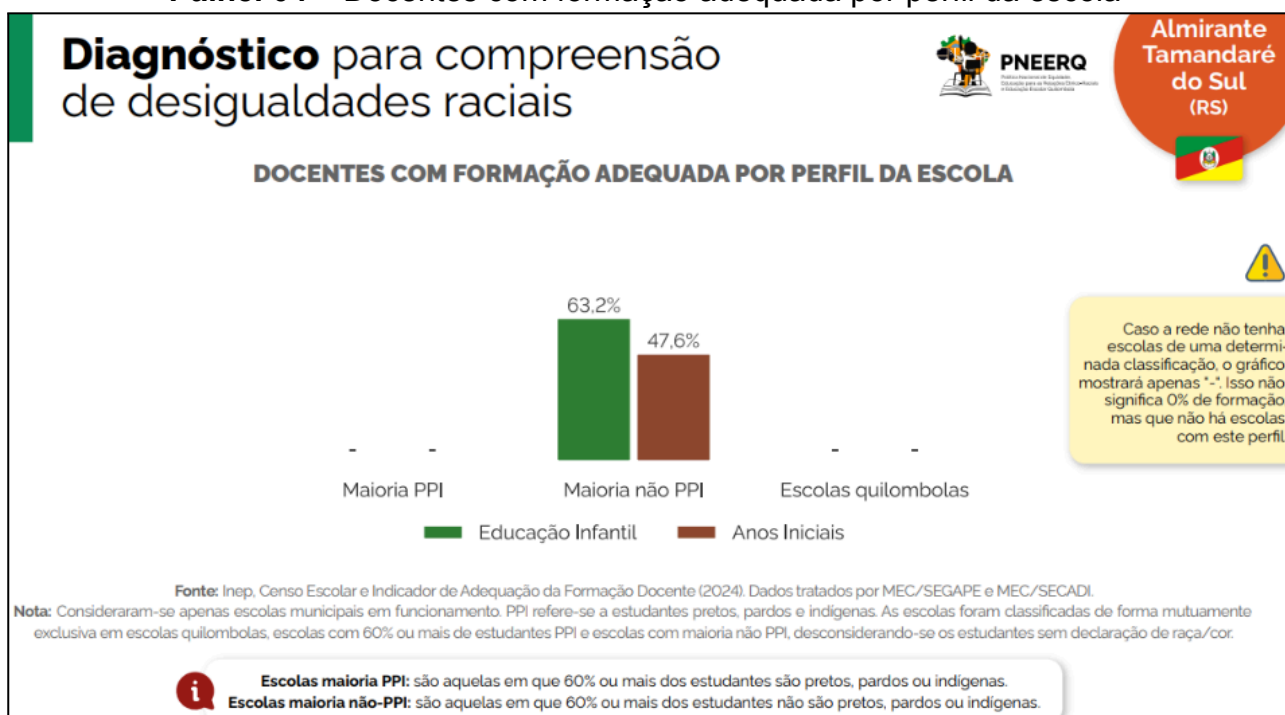
Fonte:

https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eg_052026/RS/ATM-EQ_4300471_AI_mirante_Tamandare_do_Sul_RS.pdf

A série histórica evidencia avanços importantes na qualificação das informações censitárias referentes à autodeclaração racial. O percentual de estudantes com declaração de raça/cor evolui de aproximadamente 22,1% em 2007 para patamares superiores a 90% entre 2018 e 2022, alcançando seu maior índice em torno de 94,4%. Em 2025 observa-se uma pequena redução para 87,2%, embora o município permaneça com elevado nível de identificação racial quando comparado aos primeiros anos da série.

Esse comportamento demonstra o fortalecimento da cultura institucional de registro da informação racial, condição indispensável para a formulação de políticas públicas de equidade. A redução observada nos últimos anos, entretanto, indica a necessidade de aperfeiçoar os processos de coleta das informações, evitando o crescimento do grupo de estudantes sem declaração racial e assegurando maior confiabilidade aos indicadores educacionais.

Painel 04 – Docentes com formação adequada por perfil da escola



Fonte:

https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4300471_Almirante_Tamandare_do_Sul_RS.pdf

Os dados revelam diferenças significativas na formação adequada dos docentes conforme o perfil das escolas. Na Educação Infantil, escolas em que a maioria de estudantes não são pertencentes aos Povos e Populações Tradicionais e grupos historicamente vulnerabilizados apresentam 63,2% de docentes com formação adequada, enquanto nos Anos Iniciais esse percentual é de 47,6%.

Embora o município não possua escolas quilombolas identificadas, os resultados demonstram a necessidade de ampliar os investimentos na formação inicial e continuada dos professores, especialmente em conteúdos relacionados à Educação para as Relações Étnico-Raciais. A qualificação docente constitui elemento estratégico para garantir práticas pedagógicas inclusivas, valorização da diversidade e efetiva implementação da PNEERQ nas escolas.

Painel 06 – Estudantes em escolas com infraestrutura básica adequada, por raça/cor e por escolas quilombolas

ESTUDANTES EM ESCOLAS COM INFRAESTRUTURA BÁSICA ADEQUADA, POR RAÇA/COR E POR ESCOLAS QUILOMBOLAS							
Indicador	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada	Quilombola
Água potável	100%	100%	100%	-	-	100%	-
Energia elétrica	100%	100%	100%	-	-	100%	-
Esgotamento sanitário	100%	100%	100%	-	-	100%	-
Biblioteca ou sala de leitura	100%	100%	100%	-	-	100%	-
Internet para alunos	38,6%	66,7%	40,0%	-	-	32,0%	-
Sala de professores	100%	100%	100%	-	-	100%	-
Banheiro	100%	100%	100%	-	-	100%	-
Todos os requisitos	38,6%	66,7%	40,0%	-	-	32,0%	-

Fonte: Inep, Censo Escolar (2024). Dados tratados por MEC/SEGAPE e MEC/SECADI.

Nota: Consideraram-se apenas escolas municipais em funcionamento. Nas colunas de raça/cor, foram excluídos os estudantes matriculados em escolas quilombolas. A coluna Quilombola apresenta exclusivamente estudantes matriculados nessas escolas.

Fonte:

https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4300471_AI_mirante_Tamandare_do_Sul_RS.pdf

Os dados demonstram que a infraestrutura básica das escolas apresenta desempenho bastante satisfatório em diversos indicadores. O acesso à água potável, energia elétrica, esgotamento sanitário, biblioteca ou sala de leitura, salas de professores e banheiros alcança praticamente 100% para os estudantes com informação racial registrada. Entretanto, persistem fragilidades no acesso à internet para os alunos.

Esses resultados evidenciam que, embora a infraestrutura básica esteja consolidada, ainda existem oportunidades para ampliar a qualidade dos ambientes escolares, sobretudo no fortalecimento da conectividade e da infraestrutura pedagógica.

Painel 07 – Dados do diagnóstico de equidade (PNEERQ - 2024)

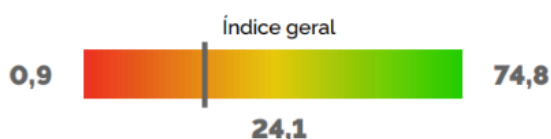
DADOS DO DIAGNÓSTICO DE EQUIDADE (PNEERQ - 2024)

O índice geral de EREER varia de 0 a 100 e é calculado a partir da média ponderada de seis dimensões: **institucionalização**, **formação**, **gestão escolar** (ações e legislação), **material didático e paradidático**, **financiamento** e **avaliação e monitoramento**. Valores mais elevados indicam maior nível de implementação das ações. Os valores de mínimo, mediana e máximo representam a distribuição dos resultados entre as redes com dados disponíveis, e a posição da rede indica seu desempenho relativo no contexto estadual e nacional.

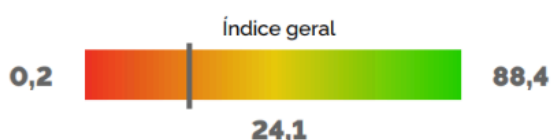
Média do índice geral de EREER
da rede municipal

24,1

POSIÇÃO DO ÍNDICE GERAL DE EREER
DA REDE MUNICIPAL NA UF



POSIÇÃO DO ÍNDICE GERAL DE EREER
DA REDE MUNICIPAL NO BRASIL



ÍNDICES RESUMIDOS EREER

Institucionalização
ERER

Média

92

Formação
ERER

Média

4

Gestão Escolar
ERER

Média

38

Material Didático &
Paradidático EREER

Média

59

Financiamento
ERER

Média

0,0

Avaliação &
Monitoramento EREER

Média

15

Acesse todos os dados do
Diagnóstico de Equidade



NENHUM

Formações voltadas à EREER
desde a sanção da Lei
10.639/2003

REALIZOU

Revisão do currículo da rede para
alinhamento com a Lei
10.639/2003

REALIZA

Aquisição de materiais
pedagógicos que promovam a
diversidade étnico-racial

ADOTA

Adoção de critério
socioeconômico para priorização
de vagas em creche

Índice de Gestão - EREER

Ano de referência: 2024



Selecione a rede de ensino para visualizar os resultados:

Rede Municipal

Média do Índice de Gestão EREER
Rede Municipal

38,0



Estatísticas do Índice

Mínimo

38,0

Máximo

38,0

Mediana

38,0

Secretarias que consideram a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EREER como critério da avaliação de desempenho do(as) profissionais da educação da rede

0,0%

Secretarias que promoveram campanhas de conscientização sobre autodeclaração de raça/cor/etnia, incentivo ao preenchimento do quesito raça/cor/etnia na ficha de matrícula dos estudantes e demais registros administrativos escolares

100,0%

Secretarias cujo Planejamento Pedagógico orienta as escolas a inserir a EREER nas disciplinas

100,0%

Secretarias que possuem algum protocolo em casos de episódios de racismo ou injúria racial na rede

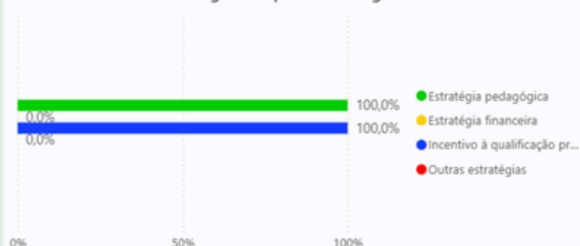
0,0%

Secretarias que possuem alguma estratégia de incentivo aos(as) professore(a)s para a promoção da equidade racial e o combate aos efeitos do racismo sobre a aprendizagem e a trajetória escolar dos alunos

Sim Não



Secretarias segundo tipo de estratégia de incentivo



Índice de Institucionalização - EREER

Ano de referência: 2024



Selecione a rede de ensino para visualizar os resultados: Rede Municipal

Média do Índice de Institucionalização
ERER Rede Municipal

92,0



Estatísticas do Índice

Mínimo

92,0

Máximo

92,0

Mediana

92,0

Secretarias que possuem algum tipo de normativa para a implementação da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008 e de suas Diretrizes nas unidades escolares

Sim Não



Secretarias que realizaram revisão curricular em cumprimento à Lei nº 10.639/2003 e à Lei nº 11.645/2008

100,0%

Secretarias que participam de reuniões de colegiados relacionados à diversidade étnico-racial

1 (100,0%)



Sim, esporadicamente

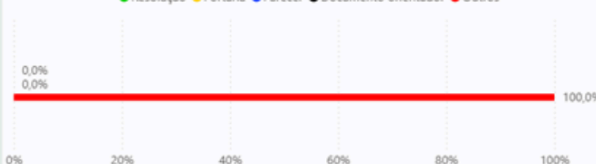
Secretarias que possuem equipe específica responsável pela gestão das políticas de equidade racial

Sim Não



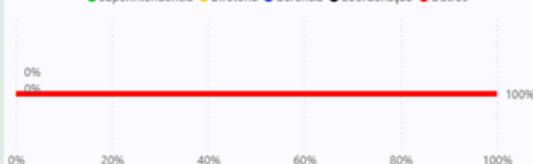
Secretarias segundo tipo de normativa para implementação

Resolução Portaria Parecer Documento orientador Outros



Secretarias segundo tipo de equipe

Superintendência Diretoria Gerência Coordenação Outros



Índice de Financiamento - ERER

Ano de referência: 2024

Selecione a rede de ensino para visualizar os resultados:

Rede Municipal

Média do Índice de Financiamento ERER
Rede Municipal

0,0

Estatísticas do Índice

Mínimo

0,0

Máximo

0,0

Mediana

0,0

Secretarias que adotam alguma forma de transferência de recursos financeiros próprios para as escolas que leve em consideração o perfil socioeconômico dos estudantes



● Não

1 (100,0%)

Secretarias que possuem política de reconhecimento de iniciativas, como selos de certificação e premiações de experiências, cujo objetivo é a redução das desigualdades raciais nas escolas da rede



● Não

1 (100,0%)

Secretarias que inseriram a promoção da equidade racial como objetivo de algum programa pactuado no âmbito do PAR, como ações voltadas a reduzir a desigualdade entre estudantes brancos e negros nas avaliações de aprendizagem ou nas taxas de reprovação, abandono e evasão



● Não

1 (100,0%)

Índice de Formação - ERER

Ano de referência: 2024

Selecione a rede de ensino para visualizar os resultados: Rede Municipal

Média do Índice de Formação ERER
Rede Municipal

4,0

Estatísticas do Índice

Mínimo

4,0

Máximo

4,0

Mediana

4,0

Secretarias que realizaram nos últimos 12 meses palestras, oficinas, seminários ou cursos de curta duração para os profissionais da educação sobre ERER e ensino de história e cultura correlatos

100,0%



● Nenhum

1 (100,0%)

Secretarias segundo número de cursos, de pelo menos 30h, de formação continuada de diretores(as) voltados para ERER e ensino de história afro-brasileira e indígena ofertados desde a sanção da Lei nº 10.639/2003



● Nenhum

1 (100,0%)

Secretarias segundo número de cursos sobre o preenchimento do Censo da Educação Básica ofertados a técnicos das escolas desde a sanção da Lei nº 10.639/2003



● Nenhum

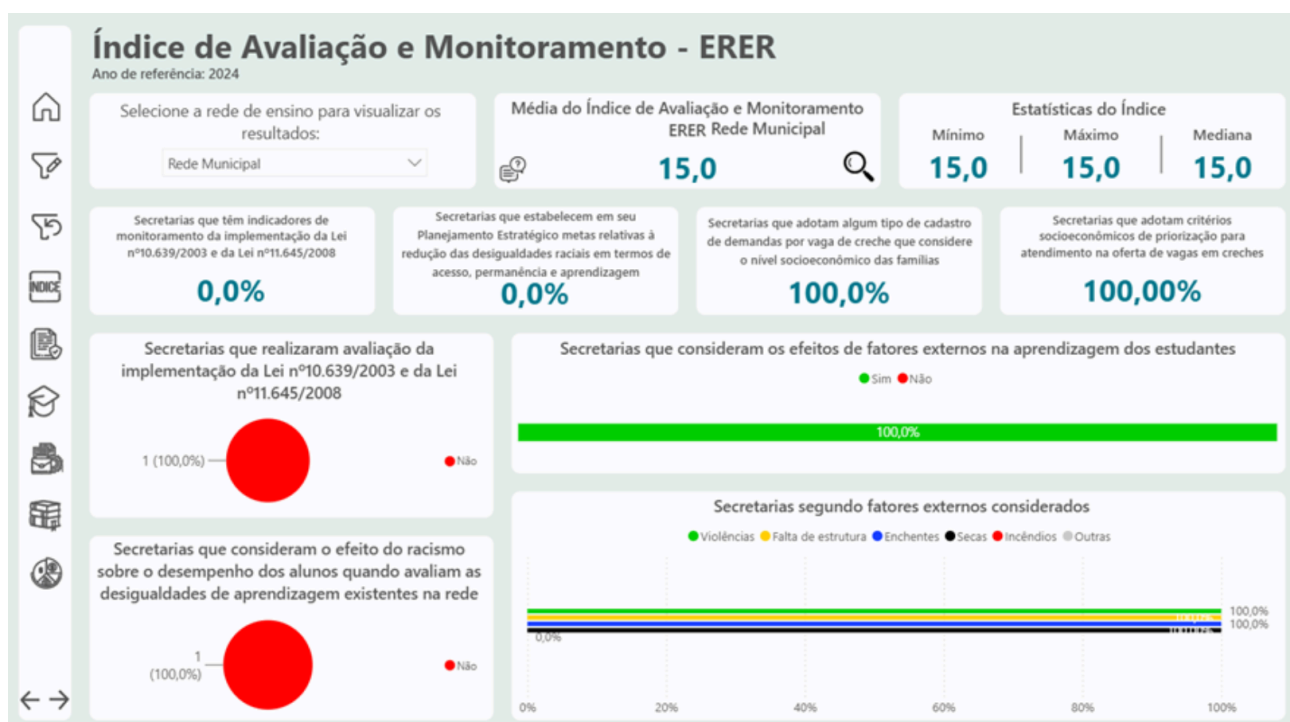
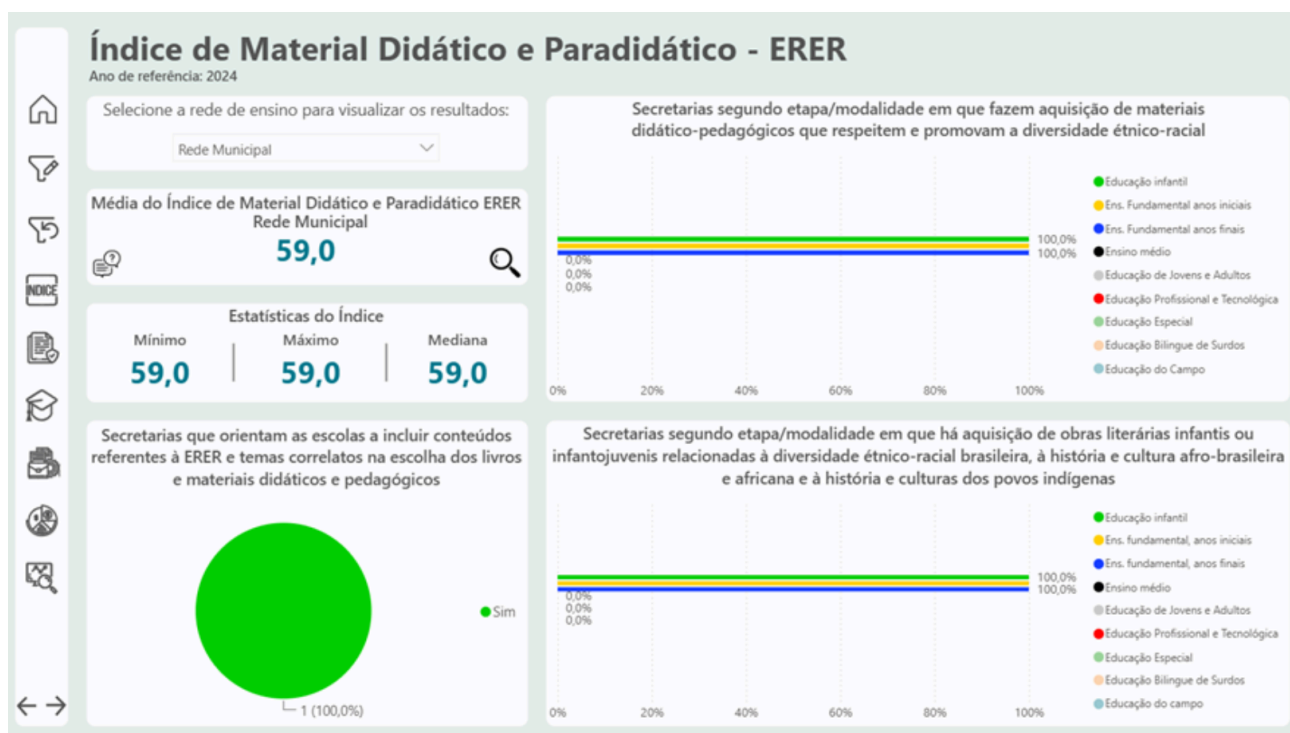
1 (100,0%)

Secretarias segundo número de cursos, de pelo menos 30h, de formação continuada de professores(as) voltados para ERER e ensino de história afro-brasileira e indígena ofertados desde a sanção da Lei nº 10.639/2003



● Nenhum

1 (100,0%)



Fonte:

https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4300471_AI_mirante_Tamandare_do_Sul_RS.pdf

O diagnóstico evidencia que a rede municipal ainda apresenta baixo nível de institucionalização da Educação para as Relações Étnico-Raciais, registrando índice geral de 24,1 pontos, valor inferior aos parâmetros considerados satisfatórios tanto em nível estadual quanto nacional. Entre as dimensões avaliadas, observa-se melhor desempenho na institucionalização (92 pontos) e em material didático e paradidático (59 pontos), enquanto os resultados são bastante reduzidos em gestão escolar (38 pontos), avaliação e monitoramento (15 pontos), formação continuada (4 pontos) e, principalmente, em financiamento (0 ponto). Entretanto, o dado possui inconsistência, tendo em vista que a

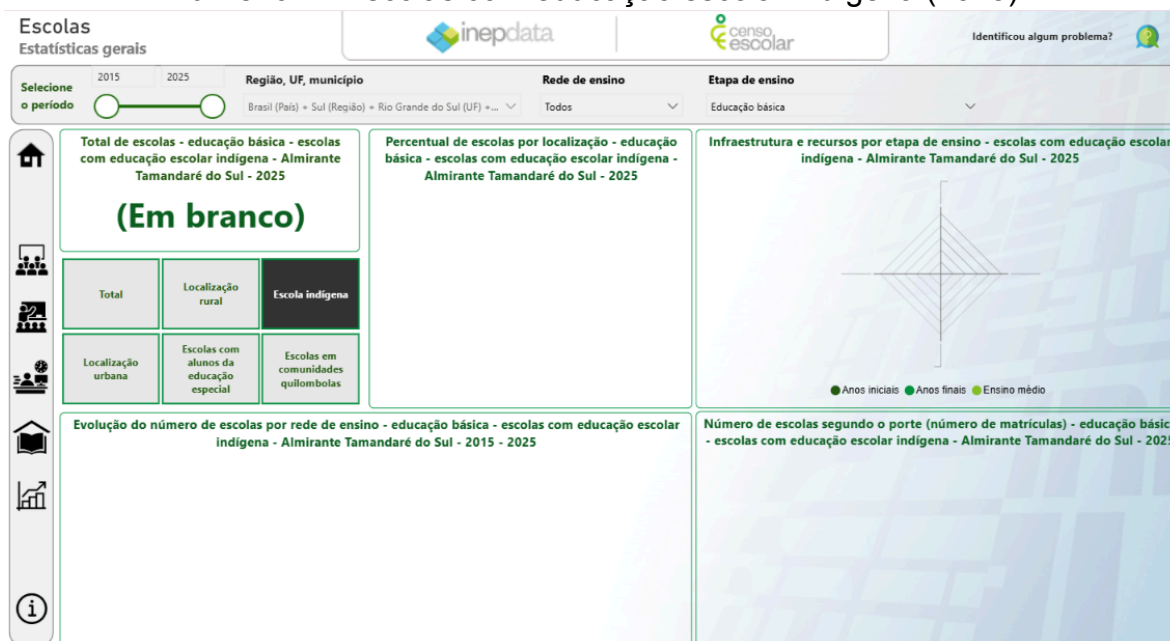
Prefeitura Municipal possui verba específica para Formação Continuada nas Relações Étnico-Raciais e Ensino das Culturas e Histórias Africanas, Afro-brasileira e Indígena desde o ano de 2022 para Material de Consumo, Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica, Diárias e Passagens e Despesas com Locomoção.

O painel demonstra ainda que o município promoveu a revisão curricular para alinhamento à legislação, adquiriu materiais pedagógicos relacionados à diversidade étnico-racial e adotou critérios socioeconômicos para priorização de vagas em creche. Entretanto, observa-se inconsistência nos dados lançados a respeito da não formação voltada à Educação para as Relações Étnico-Raciais desde a sanção da Lei nº 10.639/2003, tendo em vista a exigência anual do município se tratando de cursos e palestras a respeito do tema.

Em conjunto, os dados revelam que os maiores desafios concentram-se na formação docente, financiamento, monitoramento e gestão, elementos fundamentais para que a implementação da PNEERQ produza impactos efetivos na promoção da equidade educacional e no enfrentamento das desigualdades raciais.

2) Escolas Indígenas

Painel 01 – Escolas com educação escolar indígena (2025)

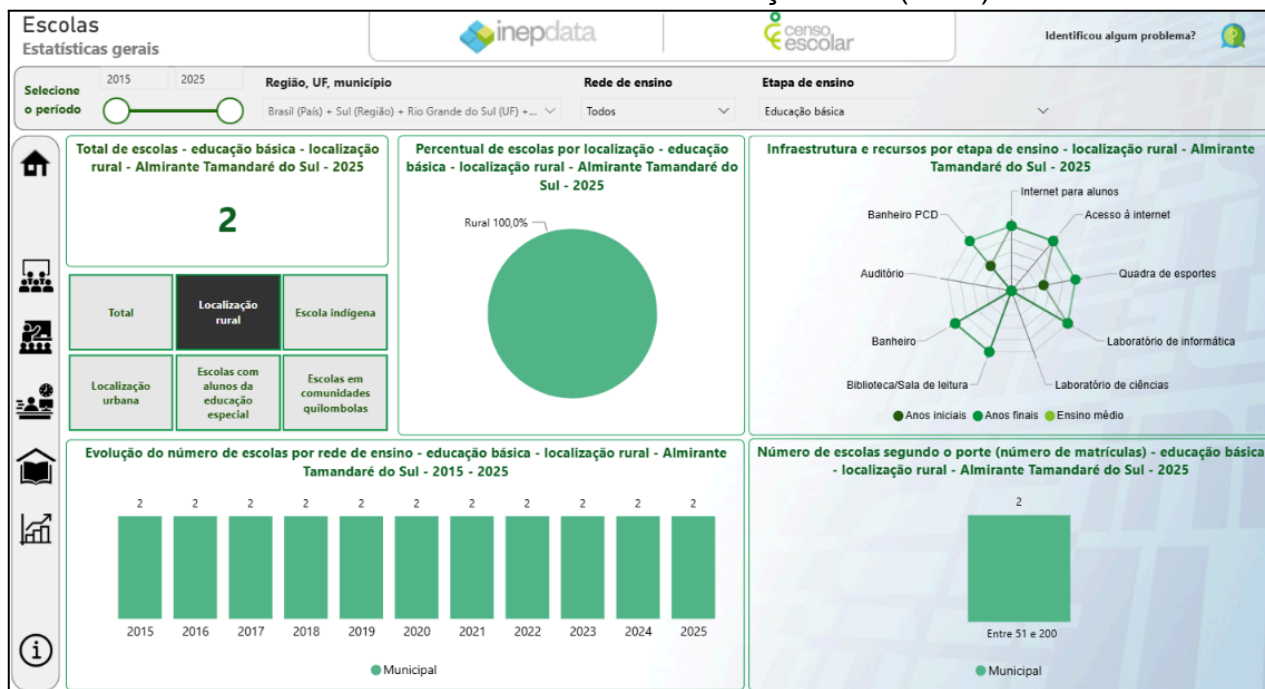


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

Esse resultado reflete a ausência de comunidades indígenas atendidas por essa modalidade em Almirante Tamandaré do Sul. Contudo, a rede municipal continua responsável por desenvolver ações pedagógicas que valorizem a história, a cultura e as contribuições dos povos indígenas, conforme previsto na legislação educacional brasileira, promovendo o respeito à diversidade e à educação intercultural.

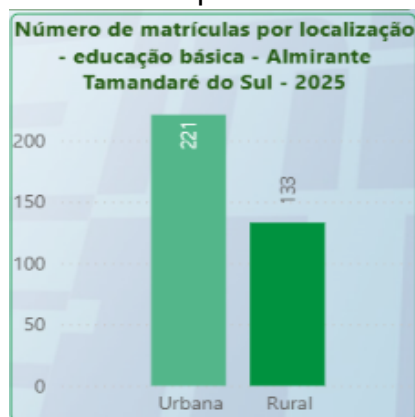
3) Escolas localizadas no campo

Painel 02 – Escolas com localização rural (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

Gráfico 01 – Matrículas por com localização (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

Os dados evidenciam que Almirante Tamandaré do Sul possui duas escolas localizadas na zona rural, número que permaneceu inalterado entre 2015 e 2025, demonstrando estabilidade na oferta educacional destinada às populações do campo. Essa manutenção é um aspecto positivo, pois indica que o município conseguiu preservar sua estrutura de atendimento rural ao longo da última década, evitando processos de fechamento ou nucleação excessiva de escolas, fenômeno recorrente em muitos municípios brasileiros.

Entretanto, a análise do Gráfico 01 revela um aspecto relevante para a compreensão do problema: enquanto a rede urbana concentra aproximadamente 221 matrículas, a rede rural atende cerca de 133 estudantes, representando aproximadamente 38% do total das matrículas da Educação Básica do município. Esse percentual é

expressivo e demonstra que uma parcela significativa dos estudantes depende diretamente da oferta educacional no campo.

Os dados também permitem inferir que as escolas rurais possuem papel estratégico para a garantia do direito à educação, especialmente porque atendem comunidades mais dispersas geograficamente. Nesses contextos, a qualidade da oferta não depende apenas da existência da escola, mas também de fatores como transporte escolar eficiente, infraestrutura adequada, acesso à internet, recursos pedagógicos, formação continuada dos profissionais e condições que favoreçam a permanência e o sucesso escolar dos estudantes.

Outro aspecto importante observado no painel é a presença de infraestrutura básica nas escolas rurais, incluindo internet, laboratório de informática, biblioteca/sala de leitura e quadra esportiva. Contudo, a simples existência desses recursos não assegura sua efetiva utilização pedagógica. O desafio passa a ser garantir que esses equipamentos estejam em condições adequadas de funcionamento e contribuam para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

Assim, embora o município apresente indicadores positivos quanto à manutenção da rede rural e à existência de infraestrutura mínima, o conjunto dos dados sugere que o principal desafio não está no acesso inicial à escola, mas na qualificação permanente da oferta educacional. Considerando que mais de um terço dos estudantes da rede está matriculado em escolas rurais, torna-se fundamental fortalecer políticas voltadas à Educação do Campo, assegurando equidade entre os territórios urbano e rural, redução das desigualdades educacionais e garantia de trajetórias escolares exitosas para todos os estudantes.

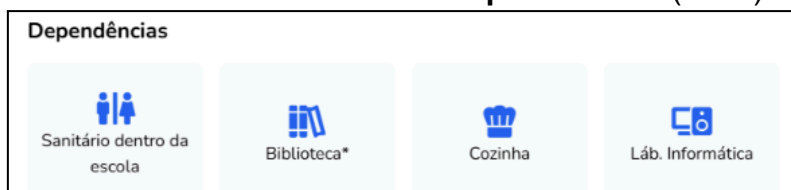
a) EMEF BENTO GONÇALVES - Atende as etapas: Ensino Fundamental em tempo integral

Painel 03 – Infraestrutura: acessibilidade e alimentação (2025)



Fonte: <https://gedu.org.br/escola/43039367-emef-bento-goncalves> (Acesso em: 18/06/2026)

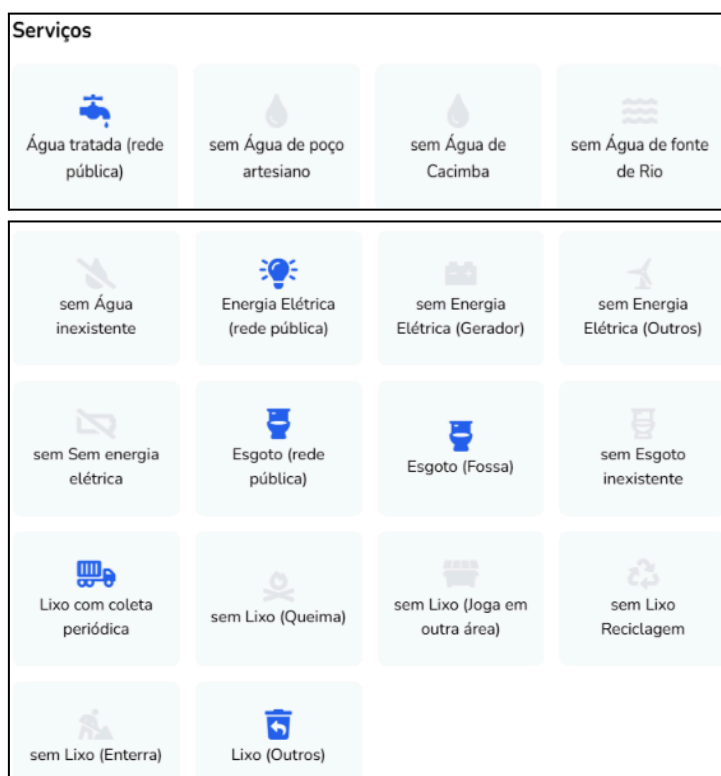
Painel 04 – Infraestrutura: dependências (2025)





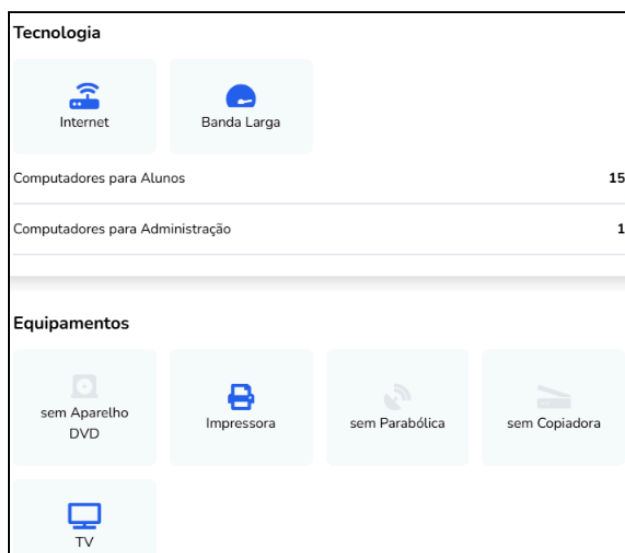
Fonte: <https://gedu.org.br/escola/43039367-emef-bento-goncalves> (Acesso em: 18/06/2026)

Painel 05 – Infraestrutura: serviços (2025)



Fonte: <https://gedu.org.br/escola/43039367-emef-bento-goncalves> (Acesso em: 18/06/2026)

Painel 06 – Infraestrutura: tecnologia e equipamentos (2025)



Fonte: <https://gedu.org.br/escola/43039367-emef-bento-goncalves> (Acesso em: 18/06/2026)

A análise da infraestrutura da **EMEF Bento Gonçalves**, localizada na zona rural de Almirante Tamandaré do Sul, demonstra que a escola dispõe de condições estruturais importantes para garantir o atendimento educacional dos estudantes do campo, contemplando a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Os dados evidenciam a existência de dependências acessíveis, alimentação escolar e água filtrada, fatores essenciais para assegurar permanência, bem-estar e condições adequadas de aprendizagem.

No que se refere aos espaços pedagógicos, a escola conta com biblioteca, laboratório de informática, cozinha, sala de professores, sala da diretoria e sala de atendimento educacional especializado, demonstrando preocupação com a organização dos processos educativos e com a inclusão dos estudantes. Entretanto, observa-se a ausência de alguns ambientes estratégicos para a formação integral, como laboratório de ciências, sala de leitura e quadra de esportes, limitações que podem restringir oportunidades de experimentação científica, incentivo à leitura e desenvolvimento de práticas esportivas e recreativas.

Os indicadores de serviços básicos revelam uma infraestrutura consolidada, com abastecimento de água pela rede pública, energia elétrica regular, coleta periódica de lixo e sistema de esgotamento sanitário, condições fundamentais para a manutenção de um ambiente escolar seguro e saudável. Esses aspectos são especialmente relevantes para escolas do campo, onde historicamente os desafios relacionados aos serviços públicos costumam ser mais acentuados.

Na dimensão tecnológica, a escola apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mediadas por tecnologia, dispondo de internet, conexão em banda larga e 15 computadores destinados aos alunos. Esse quantitativo representa um recurso importante para ampliar oportunidades de aprendizagem, pesquisa e desenvolvimento de competências digitais. Contudo, considerando a crescente demanda por integração das tecnologias aos processos educacionais e às diretrizes da BNCC Computação, torna-se necessário avaliar continuamente a suficiência e atualização desses equipamentos, bem como garantir formação docente para seu uso pedagógico qualificado.

De modo geral, a EMEF Bento Gonçalves apresenta uma infraestrutura compatível com a manutenção da oferta educacional no campo, demonstrando avanços significativos em acessibilidade, serviços essenciais e recursos tecnológicos. Entretanto, os dados também evidenciam oportunidades de melhoria relacionadas à ampliação dos espaços pedagógicos especializados, especialmente aqueles voltados à leitura, às ciências e às práticas esportivas, aspectos que podem contribuir para elevar a qualidade da oferta educacional e fortalecer a permanência dos estudantes na escola do campo.

b) EM EMEF RAIMUNDO NEDEL - Atende as etapas: Educação Infantil e Ensino Fundamental em tempo integral

Painel 07 – Infraestrutura: acessibilidade e alimentação (2025)



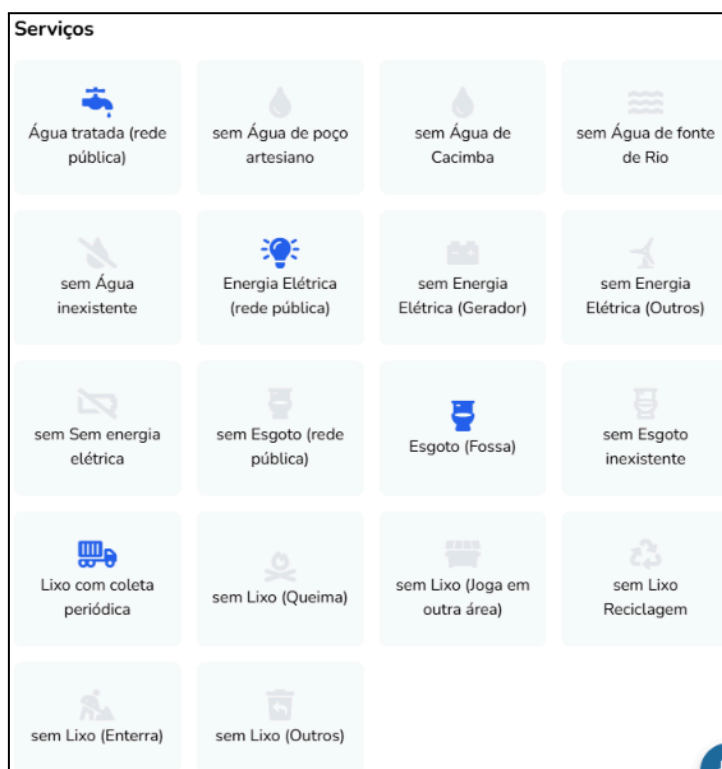
Fonte: <https://gedu.org.br/escola/43039588-emef-ramundo-nedel> (Acesso em: 18/06/2026)

Painel 08 – Infraestrutura: dependências (2025)



Fonte: <https://gedu.org.br/escola/43039588-emef-ramundo-nedel> (Acesso em: 18/06/2026)

Painel 09 – Infraestrutura: serviços (2025)



Fonte: <https://qedu.org.br/escola/43039588-emef-ramundo-nedel> (Acesso em: 18/06/2026)

Painel 10 – Infraestrutura: tecnologia e equipamentos (2025)

Tecnologia	
Internet	Banda Larga
Computadores para Alunos	17
Computadores para Administração	1
Equipamentos	
sem Aparelho DVD	Impressora
sem Parabólica	sem Copiadora
TV	

Fonte: <https://qedu.org.br/escola/43039588-emef-ramundo-nedel> (Acesso em: 18/06/2026)

Os dados da **EMEF Raimundo Nedel**, localizada na zona rural de Almirante Tamandaré do Sul e responsável pelo atendimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, evidenciam uma estrutura escolar que contribui significativamente para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes do campo. A escola apresenta condições adequadas de acessibilidade, contando com dependências acessíveis e sanitários adaptados, além da oferta de alimentação escolar e água filtrada, elementos essenciais para assegurar inclusão, bem-estar e qualidade de atendimento.

Em relação às dependências pedagógicas, a instituição dispõe de biblioteca, laboratório de informática, cozinha, quadra de esportes, sala da diretoria, sala de professores e sala de atendimento educacional especializado. Esse conjunto de espaços favorece o desenvolvimento de práticas educativas diversificadas e amplia as oportunidades de aprendizagem dos estudantes. Entretanto, observa-se a ausência de laboratório de ciências e de sala de leitura específica, aspectos que podem limitar experiências investigativas e ações voltadas ao fortalecimento das práticas leitoras.

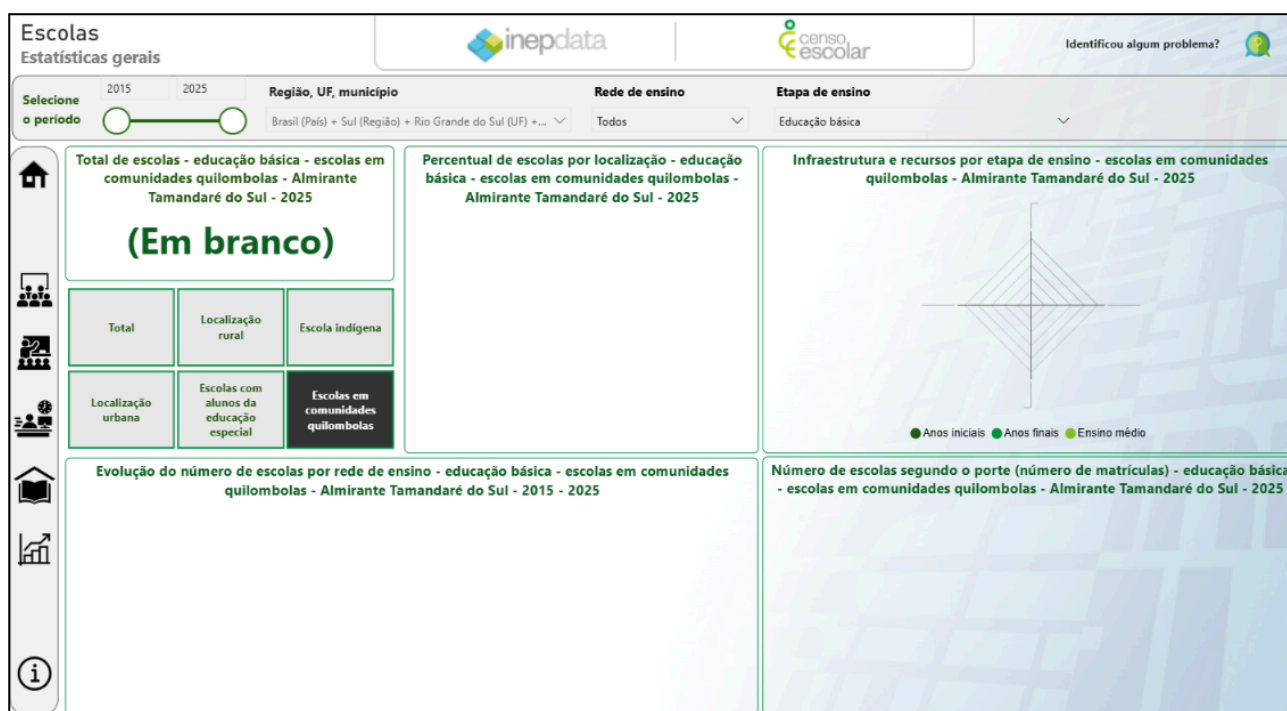
Os indicadores referentes aos serviços básicos demonstram uma infraestrutura consolidada, com abastecimento de água pela rede pública, fornecimento regular de energia elétrica, coleta periódica de resíduos e sistema de esgotamento sanitário por fossa. Tais condições representam fatores fundamentais para a manutenção de um ambiente escolar seguro, saudável e adequado ao desenvolvimento das atividades educacionais, especialmente em contexto rural.

No campo das tecnologias educacionais, a escola apresenta indicadores positivos, dispondo de acesso à internet, conexão em banda larga e **17 computadores destinados aos alunos**, além de equipamento de impressão e televisão. Esses recursos ampliam as possibilidades de integração das tecnologias aos processos pedagógicos e favorecem o desenvolvimento das competências digitais previstas pela BNCC e pela Política Nacional de Educação Digital. Contudo, permanece o desafio de assegurar atualização tecnológica permanente, manutenção dos equipamentos e formação continuada dos profissionais para potencializar o uso pedagógico desses recursos.

De forma geral, a EMEF Raimundo Nedel apresenta uma infraestrutura mais robusta e diversificada, especialmente pela disponibilidade de quadra esportiva e maior número de computadores para uso estudantil. Os dados demonstram uma capacidade significativa de atendimento aos estudantes do campo, embora persistam oportunidades de melhoria relacionadas à ampliação dos espaços destinados às práticas científicas e à promoção da leitura. Assim, a escola constitui um importante elemento para a garantia da qualidade da oferta educacional rural no município, contribuindo para reduzir desigualdades territoriais e fortalecer a permanência e o sucesso escolar dos estudantes do campo.

4) Escolas em comunidades quilombolas

Painel 11 – Escolas em comunidades quilombolas (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

O painel indica que Almirante Tamandaré do Sul não possui escolas localizadas em comunidades quilombolas em 2025, não havendo registros de matrículas, infraestrutura ou oferta educacional nessa modalidade. A inexistência desses dados sugere que não há comunidades quilombolas atendidas por escolas específicas no município. Ainda assim, a rede municipal deve garantir o desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas à valorização da história e da cultura afro-brasileira, promovendo a educação para a diversidade e a equidade racial.

Fontes Consultadas:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica (2025), utilizado para obtenção de informações sobre escolas do campo, escolas indígenas, escolas quilombolas, matrículas, infraestrutura escolar, recursos físicos e tecnológicos.
- Censo Escolar da Educação Básica 2025 (INEP/MEC) – Base oficial utilizada para análise da oferta educacional, localização das escolas, distribuição das matrículas, características da infraestrutura e indicadores da Educação do Campo.
- Diagnóstico para Compreensão das Desigualdades Raciais – PNEERQ/MEC (2024/2025) – Dados referentes ao índice de institucionalização da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), formação docente, gestão, financiamento, monitoramento e indicadores de equidade racial da rede municipal.
- Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico/2025) – Informações sobre atendimento em creche e pré-escola por raça/cor, utilizadas para análise das desigualdades de acesso à Educação Infantil.
- QEDu – Plataforma de Dados Educacionais – Dados específicos das escolas rurais do município, contemplando infraestrutura, acessibilidade, alimentação escolar, dependências, serviços, tecnologia e equipamentos:

- EMEF Bento Gonçalves;
- EMEF Raimundo Nedel.

B) ANÁLISE CAUSAL

1. Fragilidades na infraestrutura pedagógica das escolas do campo: Embora as escolas rurais apresentem infraestrutura básica satisfatória, persistem limitações relacionadas à ausência de laboratórios de Ciências, salas específicas de leitura e, em uma das unidades, quadra esportiva, reduzindo as oportunidades de aprendizagem prática, investigação científica, incentivo à leitura e desenvolvimento integral dos estudantes.

2. Necessidade de fortalecimento do uso pedagógico das tecnologias educacionais: As escolas possuem internet, banda larga e computadores para os estudantes, porém ainda existem desafios relacionados à atualização dos equipamentos, manutenção tecnológica e formação continuada dos profissionais para integrar as tecnologias digitais aos processos de ensino e aprendizagem.

3. Desafios decorrentes da dispersão geográfica das comunidades rurais: A significativa quantidade de estudantes residentes na zona rural torna o transporte escolar um elemento estratégico para garantir frequência, permanência e acesso à educação, sendo as distâncias e o deslocamento fatores que podem comprometer as trajetórias escolares.

4. Fragilidade na implementação de políticas específicas para a Educação do Campo: Os dados evidenciam a existência da oferta educacional rural, porém não demonstram políticas permanentes voltadas à valorização das identidades, dos saberes, das práticas produtivas e das especificidades socioculturais das populações do campo, limitando a construção de uma educação contextualizada.

5. Necessidade de fortalecer estratégias de permanência, aprendizagem e sucesso escolar: Garantir o acesso às escolas do campo não assegura, por si só, a permanência e a aprendizagem dos estudantes. Faz-se necessário ampliar ações de acompanhamento pedagógico, redução das desigualdades territoriais, fortalecimento da gestão escolar e melhoria contínua da qualidade da oferta educacional para assegurar trajetórias escolares exitosas.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01** - Fragilidades na infraestrutura pedagógica das escolas do campo.
- **Causa 02** - Necessidade de fortalecimento do uso pedagógico das tecnologias educacionais.
- **Causa 03** - Fragilidade na implementação de políticas específicas para a Educação do Campo.
- **Causa 04** - Necessidade de fortalecer estratégias de permanência, aprendizagem e sucesso escolar.

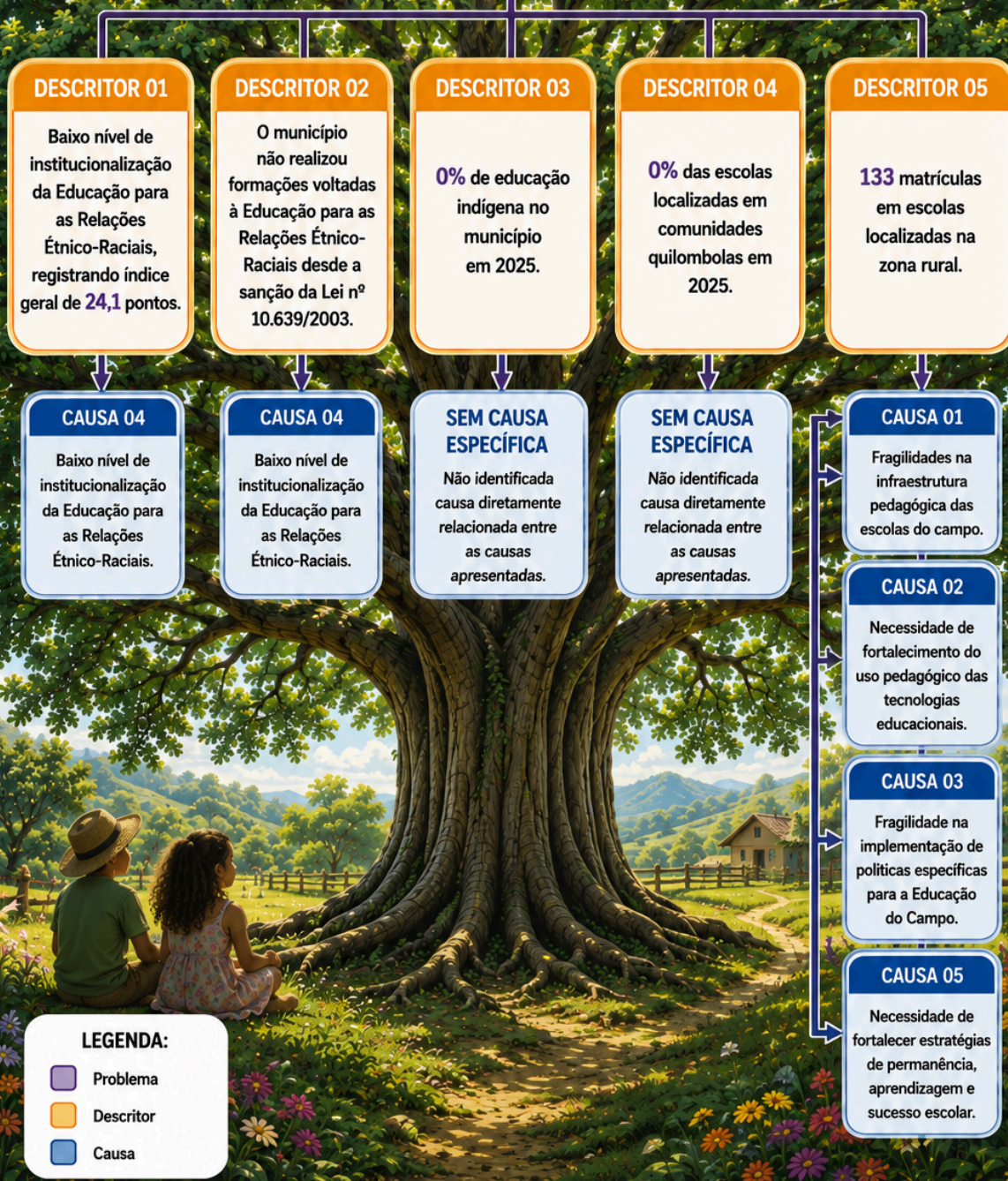
C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 09 do PME

TEMA 09 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

PROBLEMA 09:

O ACESSO, A QUALIDADE DA OFERTA E A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO AINDA DEMANDAM AVANÇOS EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES.



Fonte: autoria própria.

11. TEMA 10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Problema 10: O ACESSO, A PERMANÊNCIA, A OFERTA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE) E DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS APRESENTAM DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE APRIMORAMENTO NOS DIFERENTES NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

Com base no diagnóstico apresentado no documento, a análise descritiva do Problema 10 – Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos deve considerar não apenas o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) às escolas, mas também as condições de permanência, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os resultados de aprendizagem e a capacidade da rede de ensino em assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Os indicadores analisados contemplam aspectos relacionados à infraestrutura inclusiva, à evolução das matrículas, à distribuição dos estudantes entre as etapas e redes de ensino, ao rendimento escolar e à Educação Bilíngue de Surdos, permitindo identificar avanços já consolidados, bem como desafios que ainda limitam a plena efetivação do direito à educação inclusiva. Dessa forma, a análise busca evidenciar em que medida o município de Almirante Tamandaré do Sul tem promovido políticas capazes de garantir não apenas o acesso dos estudantes à escola regular, mas também sua permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral, em consonância com os princípios da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e das metas do novo Plano Nacional de Educação.

DESCRIPTORIOS¹¹ DO PROBLEMA:

- ☐ **Descritor 01:** 100% das escolas com sala de atendimento especial em 2025.
- ☐ **Descritor 02:** 0% de matrículas de bilíngue de surdos em 2025.
- ☐ **Descritor 03:** Taxa de aprovação de 100% dos estudantes da educação especial no Ensino Fundamental em 2024.
- ☐ **Descritor 04:** Taxa de abandono de 0% dos estudantes da educação especial em toda a educação básica em 2024.

1) Quanto às matrículas na Educação Especial

¹¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Painel 01 - Informações gerais sobre a diversidade e inclusão/Bílingue de surdos

Bílingue de Surdos	
	Dependência Administrativa Pública
	Total
Número total de Matrículas de Bílingue de Surdos	--
Escolas com, pelo menos, uma Turma Bílingue de Surdos	--
Número de turmas Bílingue de Surdos	--
Fontes: Censo Escolar 2025/INEP	

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 20/06/2026)

Painel 02 - Informações gerais sobre a diversidade e inclusão/Escolas e turmas exclusivas

Escolas e Turmas Exclusivas		Dependência Administrativa				
		☒ Etapa	☐ Modalidade	Pública		
	Creche	Pré-Escola	Ens. Fund. 1º ao 5º	Ens. Fund. 6º ao 9º	Ensino Médio	
Escolas com, pelo menos, uma turma exclusiva de Educação Especial	0	0	0	0	0	
Número de escolas exclusivas de Educação Especial	0	0	0	0	0	
Número de escolas exclusivas de Bílingue de Surdos	--	--	--	--	--	
Fontes: Censo Escolar 2025/INEP						

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 20/06/2026)

Os dados evidenciam que o município apresenta avanços importantes na política de inclusão escolar ao garantir que **100% dos estudantes da Educação Especial estejam matriculados em classes comuns em todas as etapas da Educação Básica**, desde a Creche até o Ensino Médio. Esse resultado demonstra alinhamento aos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta a escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando o convívio, a participação e o desenvolvimento em ambientes inclusivos.

Em relação às matrículas, observa-se uma distribuição dos estudantes da Educação Especial ao longo das etapas da escolarização: **2 matrículas na Creche, 6 na Pré-escola, 20 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 18 nos Anos Finais e 14 no Ensino Médio**, totalizando uma presença significativa desses estudantes em todas as etapas da educação básica. Esse comportamento indica que o município consegue assegurar a continuidade do atendimento educacional ao longo da trajetória escolar, aspecto relevante para evitar rupturas no processo de inclusão.

Outro aspecto positivo refere-se à existência de **escolas que ofertam Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todas as etapas de ensino**. Os dados indicam que há uma correspondência entre o número de escolas que possuem estudantes da Educação Especial e aquelas que oferecem AEE, sugerindo que o

atendimento especializado acompanha, em grande medida, a distribuição desses estudantes na rede municipal. Essa estrutura representa um importante mecanismo de apoio pedagógico, contribuindo para a eliminação de barreiras à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

Quanto à **Educação Bilíngue de Surdos**, não há registro de matrículas, escolas, turmas ou estruturas específicas. Embora esse cenário decorra da inexistência momentânea de estudantes surdos matriculados, também pode indicar ausência de capacidade instalada para atendimento imediato dessa demanda. A inexistência de escolas bilíngues, classes bilíngues ou profissionais especializados pode limitar a garantia do direito à educação caso novos estudantes surdos ingressem na rede.

Da mesma forma, verifica-se que **não existem escolas ou turmas exclusivas de Educação Especial**, situação que, isoladamente, não configura fragilidade, uma vez que a política educacional brasileira prioriza a inclusão em classes comuns. Contudo, esse dado reforça a necessidade de que as escolas regulares disponham de infraestrutura acessível, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, profissionais especializados e formação continuada suficiente para atender adequadamente às diferentes necessidades educacionais dos estudantes, quando elas existirem nas escolas. A inclusão escolar somente se efetiva quando acompanhada de condições objetivas de aprendizagem e permanência.

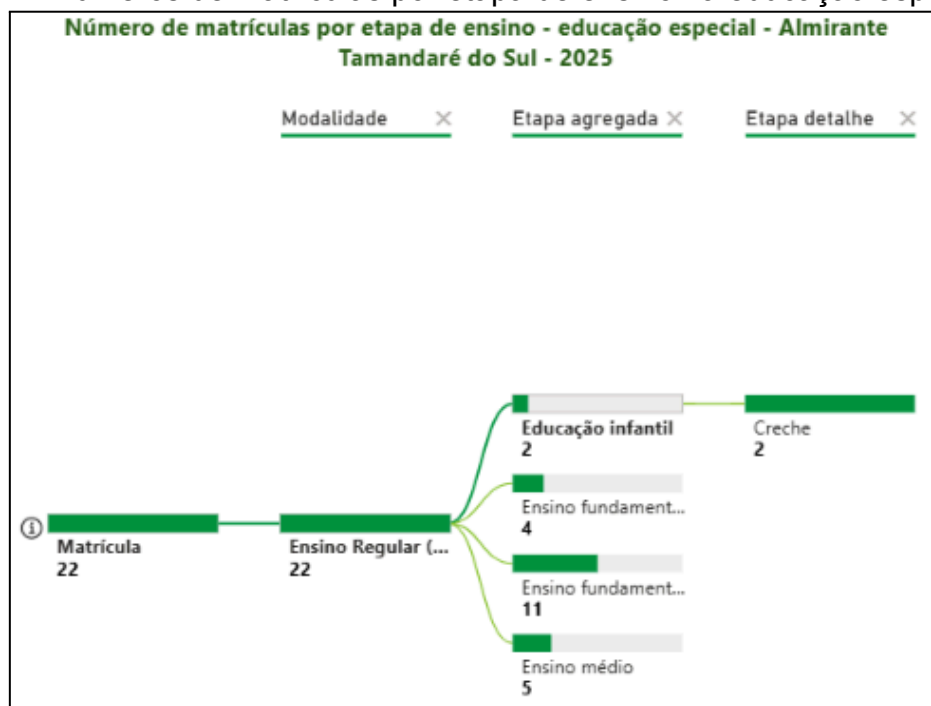
Outro elemento que merece atenção diz respeito à **concentração das matrículas nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental**. Esse comportamento pode refletir tanto o aumento da identificação dos estudantes público-alvo da Educação Especial ao longo da escolarização quanto a necessidade de fortalecimento das estratégias de intervenção precoce na Educação Infantil. Investimentos em avaliação, acompanhamento multidisciplinar e estimulação desde os primeiros anos tendem a favorecer trajetórias escolares mais exitosas e reduzir dificuldades acumuladas nas etapas posteriores.

Sob a perspectiva da gestão educacional, os dados demonstram que o município possui uma base importante para consolidação de uma política inclusiva, especialmente pela universalização da matrícula em classes comuns e pela oferta de AEE. Contudo, a qualidade da inclusão depende de fatores que não aparecem diretamente nos indicadores quantitativos, como a formação dos professores, a atuação colaborativa entre docentes da sala comum e do AEE, a disponibilidade de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica, além do acompanhamento sistemático da aprendizagem dos estudantes.

Em síntese, os indicadores revelam que o município apresenta **bons resultados quanto ao acesso e à permanência dos estudantes da Educação Especial na escola regular**, evidenciando compromisso com os princípios da educação inclusiva. Entretanto, permanecem desafios relacionados ao fortalecimento das condições de atendimento especializado, à preparação para a Educação Bilíngue de Surdos e à qualificação permanente das práticas pedagógicas inclusivas. O avanço dessas dimensões será determinante para assegurar não apenas o acesso, mas também a aprendizagem, a participação e o sucesso escolar de todos os estudantes público-alvo da Educação Especial.

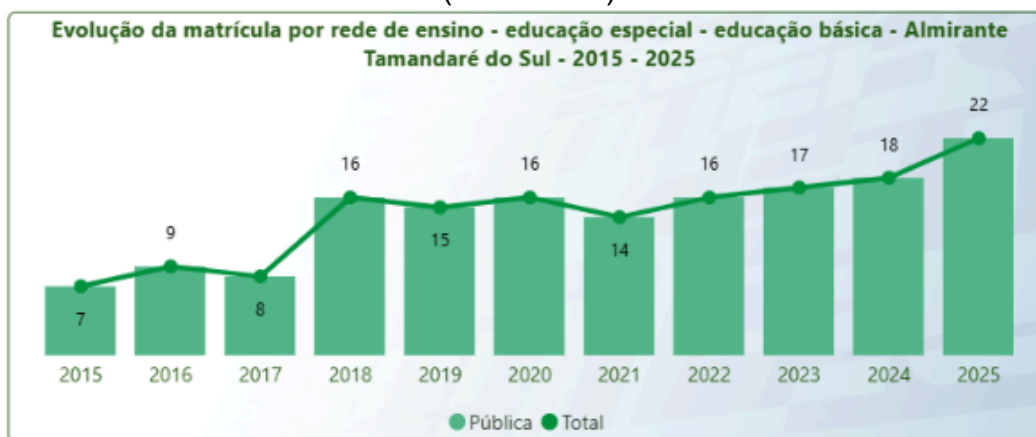
2) Quanto a matrículas na Educação Especial

Gráfico 01 – Números de matrículas por etapa de ensino na educação especial (2025)



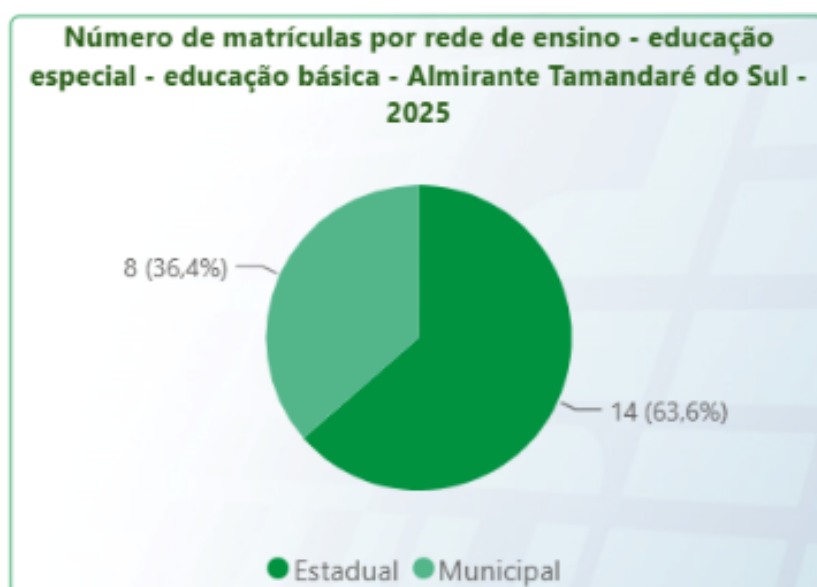
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 02 - Evolução da matrícula por etapa de ensino na educação especial (2015-2025)



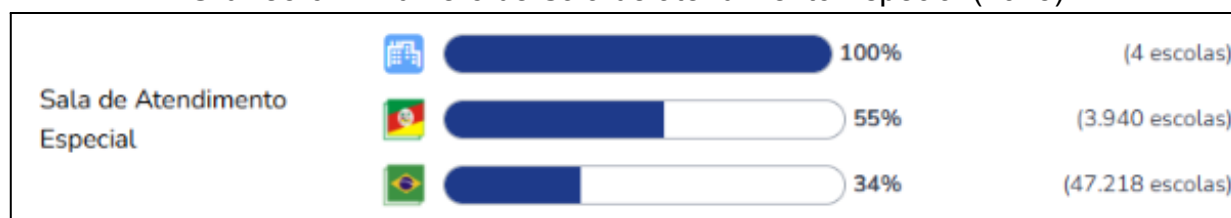
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 03 - Número de matrículas por rede de ensino na educação especial (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 04 - Número de Sala de atendimento Especial (2025)



Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul/censo-escolar/infraestrutura> (Acesso em: 20/06/2026)

Os indicadores demonstram que o município apresenta uma trajetória consistente de ampliação do acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) ao sistema educacional, evidenciando avanços na consolidação das políticas de educação inclusiva ao longo da última década. O crescimento das matrículas revela não apenas maior acesso à escola regular, mas também o fortalecimento dos mecanismos de identificação, encaminhamento e permanência desses estudantes nas diferentes etapas da Educação Básica.

Em 2025, o município registrou **22 matrículas de estudantes da Educação Especial**, todas inseridas no ensino regular, distribuídas entre as diferentes etapas da escolarização. A Educação Infantil concentrava 2 matrículas, todas na Creche; os Anos Iniciais do Ensino Fundamental reúnem 4 estudantes; os Anos Finais apresentam a maior concentração, com 11 matrículas; e o Ensino Médio contabiliza 5 estudantes. Essa distribuição evidencia que a demanda por atendimento especializado aumenta ao longo da trajetória escolar, especialmente no Ensino Fundamental, período em que normalmente ocorre maior identificação de necessidades educacionais específicas e intensificação do acompanhamento pedagógico.

A evolução histórica das matrículas entre 2015 e 2025 demonstra uma tendência de crescimento gradual e sustentável. O município passou de **7 matrículas em 2015 para 22 em 2025**, representando um aumento superior a 200% no período analisado. Embora haja pequenas oscilações em alguns anos, observa-se uma expansão contínua após 2018, culminando no maior quantitativo da série histórica em 2025. Esse comportamento

pode ser interpretado como resultado da ampliação das políticas inclusivas, do aperfeiçoamento dos processos de identificação dos estudantes público-alvo da Educação Especial e do fortalecimento da cultura de inclusão nas redes de ensino.

Outro aspecto relevante refere-se à distribuição das matrículas entre as redes de ensino. Em 2025, **63,6% dos estudantes da Educação Especial encontram-se matriculados na rede estadual (14 matrículas), enquanto 36,4% pertencem à rede municipal (8 matrículas)**. Esse cenário demonstra que a responsabilidade pela escolarização desses estudantes é compartilhada entre as duas redes, exigindo planejamento articulado, cooperação técnica e integração das políticas públicas para assegurar continuidade no atendimento, especialmente nas transições entre etapas e modalidades de ensino.

Um dos indicadores mais positivos do diagnóstico é a infraestrutura destinada ao Atendimento Educacional Especializado. O município apresenta **100% das escolas equipadas com salas de Atendimento Educacional Especializado**, percentual significativamente superior às médias estadual (55%) e nacional (34%). Esse resultado evidencia um investimento consistente em infraestrutura inclusiva e coloca o município em posição de destaque no contexto estadual e nacional quanto à disponibilidade de espaços destinados ao apoio pedagógico especializado. Entretanto, a simples existência das salas não assegura, por si só, a efetividade da inclusão. É fundamental que esses ambientes estejam devidamente equipados, contem com profissionais especializados, recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias assistivas e funcionamento articulado com o trabalho desenvolvido nas salas de aula comuns.

A análise integrada dos indicadores permite concluir que o município já superou importantes barreiras relacionadas ao acesso dos estudantes da Educação Especial ao ensino regular. Contudo, o aumento progressivo das matrículas também amplia a necessidade de investimentos contínuos em formação docente, fortalecimento das equipes multiprofissionais, qualificação do Atendimento Educacional Especializado, acessibilidade física e pedagógica e monitoramento sistemático da aprendizagem. O crescimento quantitativo da inclusão precisa ser acompanhado por avanços qualitativos que garantam o desenvolvimento pleno dos estudantes, reduzindo desigualdades e promovendo condições efetivas de participação, aprendizagem e sucesso escolar.

Em síntese, os dados revelam um município que apresenta **forte compromisso com a expansão da Educação Inclusiva**, evidenciado pelo crescimento contínuo das matrículas, pela presença dos estudantes em todas as etapas da Educação Básica e pela universalização das salas de Atendimento Educacional Especializado. O desafio passa a concentrar-se menos na ampliação do acesso e mais na consolidação da qualidade da inclusão, assegurando que cada estudante receba os apoios necessários para desenvolver plenamente seu potencial e exercer seu direito à educação em condições de equidade.

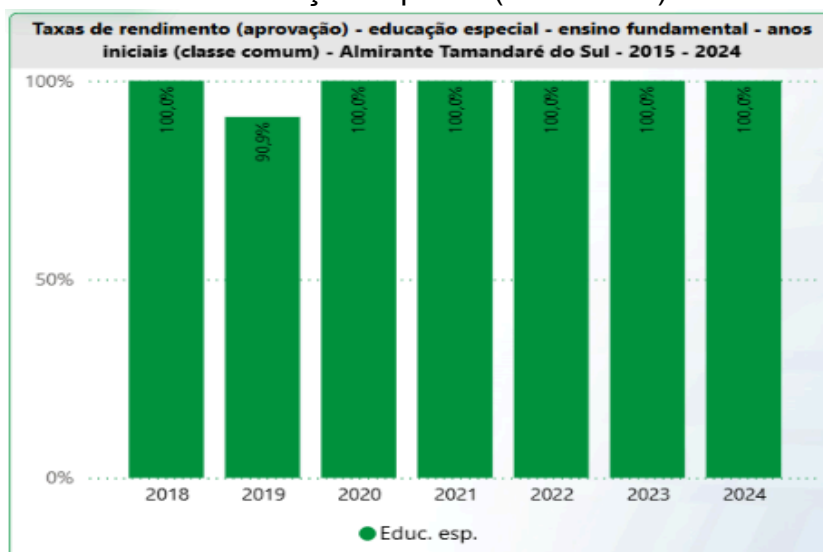
3) Quanto ao aproveitamento dos estudantes da Educação Especial

Os indicadores de rendimento escolar demonstram que Almirante Tamandaré do Sul apresenta, de modo geral, um desempenho positivo quanto à permanência e ao sucesso escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), evidenciando avanços na consolidação de práticas inclusivas na rede de ensino. Os resultados revelam

elevados índices de aprovação na maior parte da série histórica, acompanhados de baixas taxas de reprovação e abandono, indicando que os estudantes têm conseguido permanecer na escola e progredir ao longo de sua trajetória educacional. Contudo, algumas oscilações pontuais sugerem a necessidade de fortalecimento das estratégias de acompanhamento pedagógico individualizado, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental.

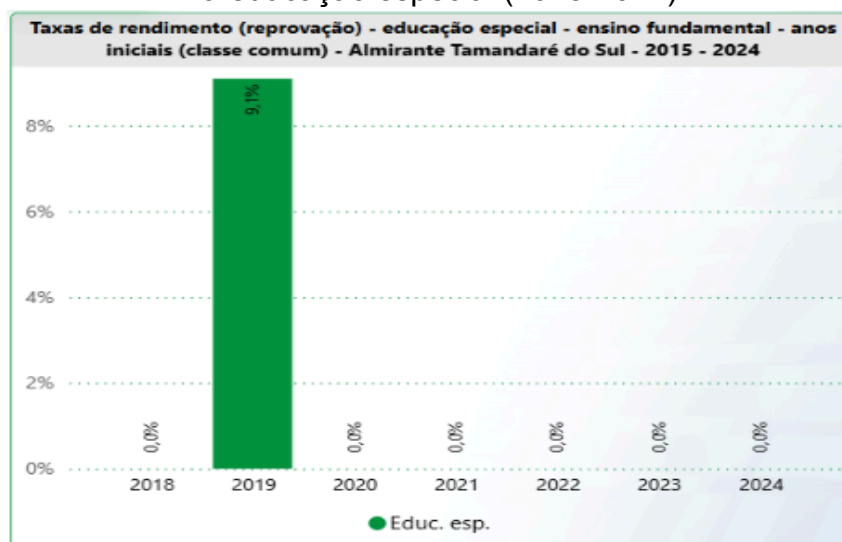
a) Ensino Fundamental – anos iniciais

Gráfico 05 - Taxa de aprovação dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



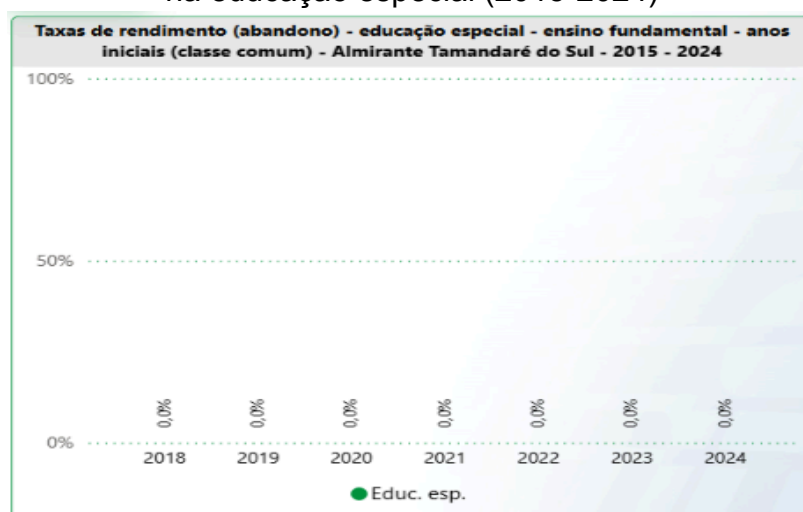
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 06 - Taxa de reprovação dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 07 - Taxa de abandono dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)

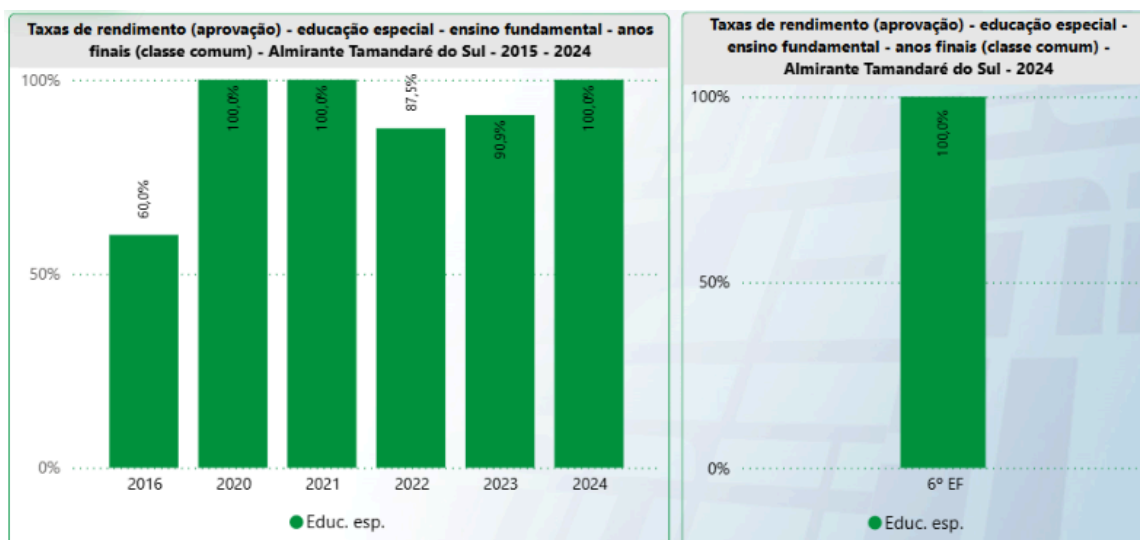


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, observa-se um cenário bastante favorável. As taxas de aprovação mantiveram-se próximas ou iguais a 100% durante praticamente toda a série histórica (2018-2024), registrando apenas uma pequena redução em 2019, quando o índice ficou em aproximadamente 91%. Paralelamente, as taxas de abandono permaneceram em 0% em todos os anos analisados, demonstrando elevada capacidade da rede em assegurar a permanência dos estudantes na escola. A reprovação também foi praticamente inexistente, ocorrendo apenas em 2019, com percentual próximo de 9%, retornando posteriormente ao patamar de zero. Esses indicadores evidenciam que as estratégias de inclusão e acompanhamento desenvolvidas nas etapas iniciais vêm produzindo resultados consistentes, favorecendo a continuidade das aprendizagens e reduzindo o risco de interrupção das trajetórias escolares.

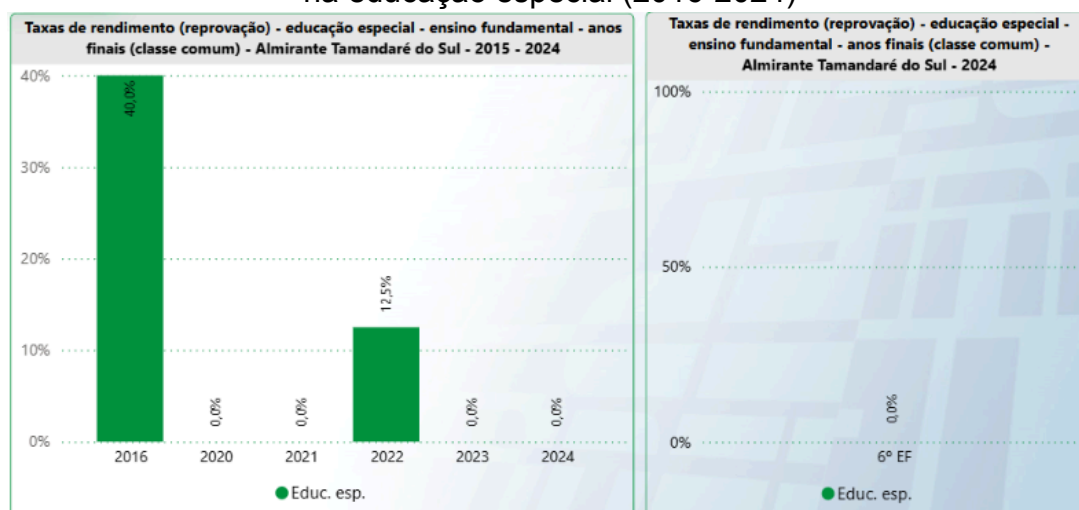
b) Ensino Fundamental – anos finais

Gráfico 08 - Taxa de aprovação dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental na educação especial (2016-2024)



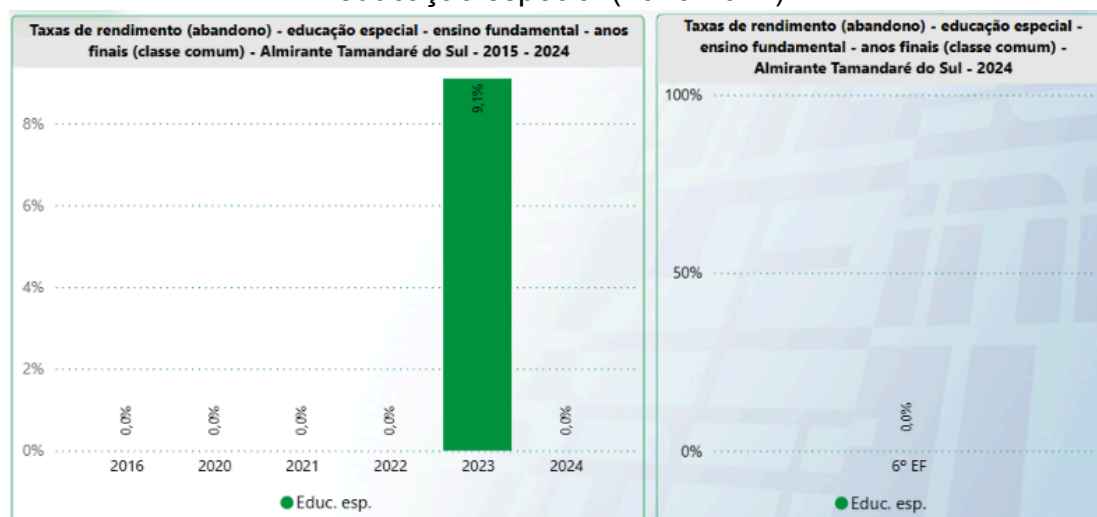
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 09 - Taxa de reprovação dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental na educação especial (2016-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 10 - Taxa de abandono dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental na educação especial (2016-2024)

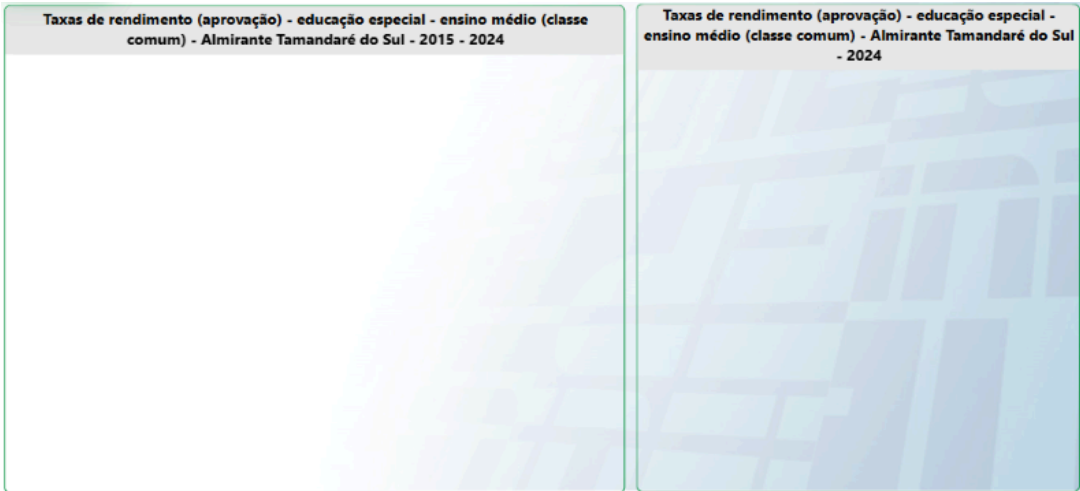


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Nos anos finais do Ensino Fundamental, embora o desempenho geral permaneça positivo, os dados revelam maior instabilidade. Após uma aprovação de aproximadamente 60% em 2016, o município alcançou índices próximos de 100% entre 2020 e 2024, com pequenas oscilações em 2022 e 2023. Entretanto, nesse mesmo período foram registrados episódios pontuais de reprovação e abandono. Em 2016 a reprovação atingiu cerca de 4%, voltando a aparecer em 2022 com aproximadamente 12%. O dado mais preocupante refere-se ao abandono registrado em 2023, quando cerca de 10% dos estudantes da Educação Especial deixaram de frequentar a escola, situação que rompe a tendência histórica de permanência observada nos demais anos. Embora se trate de ocorrência isolada, o indicador merece atenção, pois pode refletir dificuldades de adaptação, insuficiência de apoios especializados, questões familiares ou vulnerabilidades sociais que impactam diretamente a permanência escolar.

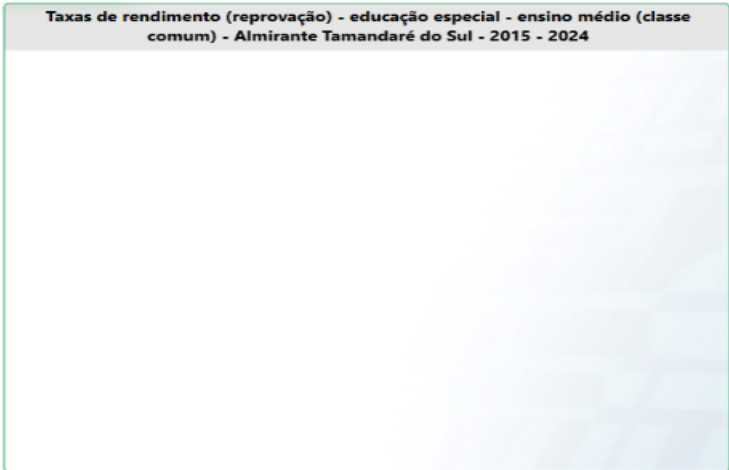
c) Ensino Médio

Gráfico 11 - Taxa de aprovação dos estudantes do ensino médio na educação especial (2015-2024)



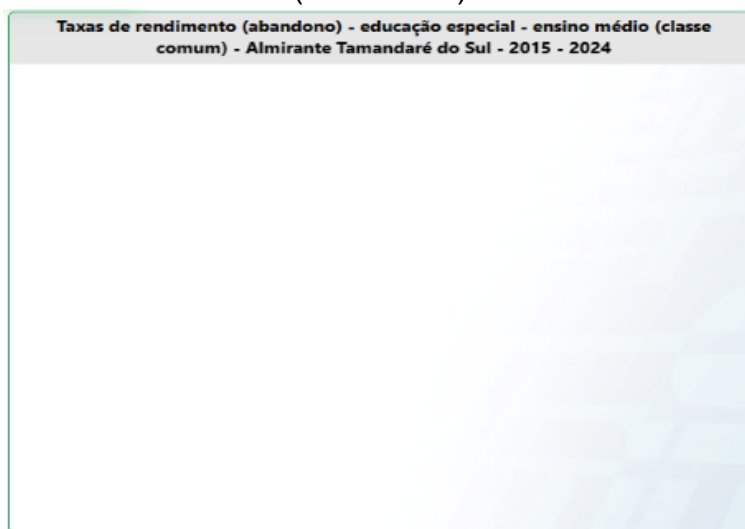
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 12 - Taxa de reprovação dos estudantes do ensino médio na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 13 - Taxa de abandono dos estudantes do ensino médio na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Os gráficos não apresentam valores consolidados ao longo da série histórica, sugerindo que o quantitativo era insuficiente para a divulgação estatística dos indicadores até 2024, ou ainda, pode indicar falha na migração de dados, dificultando a análise das informações.

Sob a perspectiva da gestão educacional, os resultados demonstram que o município possui um sistema inclusivo relativamente consolidado no que diz respeito à permanência e ao rendimento escolar. A combinação de elevadas taxas de aprovação e índices inexistentes de abandono nos anos iniciais indica que as ações de apoio pedagógico, o Atendimento Educacional Especializado e o acompanhamento das equipes escolares têm contribuído para minimizar barreiras à aprendizagem. Entretanto, a maior oscilação observada nos anos finais evidencia que essa etapa representa um momento de maior complexidade para os estudantes da Educação Especial, exigindo práticas pedagógicas mais individualizadas, fortalecimento da articulação entre professores da classe comum e do Atendimento Educacional Especializado, ampliação da participação das famílias e monitoramento contínuo das situações de risco de evasão.

Outro aspecto relevante refere-se ao próprio significado dos elevados índices de aprovação. Embora representem um importante indicador de permanência e progressão escolar, esses resultados precisam ser analisados em conjunto com evidências de aprendizagem. A efetividade da educação inclusiva não se limita à promoção automática dos estudantes, mas pressupõe que cada um deles desenvolva competências, habilidades e autonomia compatíveis com seu potencial, mediante adaptações curriculares, avaliações inclusivas e práticas pedagógicas diferenciadas.

Em síntese, os dados evidenciam que o município apresenta desempenho satisfatório no aproveitamento escolar dos estudantes da Educação Especial, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde predominam aprovação elevada, ausência de abandono e índices mínimos de reprovação. Os desafios concentram-se principalmente nos anos finais, etapa em que surgem episódios isolados de reprovação e evasão, reforçando a necessidade de intensificar o acompanhamento pedagógico, ampliar os apoios especializados e fortalecer estratégias de permanência e

aprendizagem. Dessa forma, o município avança no cumprimento dos princípios da educação inclusiva, mas ainda precisa consolidar ações que assegurem não apenas o acesso e a permanência, mas também a aprendizagem efetiva e o sucesso escolar em todas as etapas da Educação Básica.

Fontes Consultadas:

- **Ministério da Educação (MEC). Novo PAR – Painel de Contexto: Diversidade e Inclusão.** Indicadores de Educação Especial, Educação Bilíngue de Surdos, escolas e turmas exclusivas. Disponível em: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto>. Acesso em: 20 jun. 2026.
- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – Novo Painel de Estatísticas.** Dados sobre matrículas da Educação Especial por etapa de ensino, evolução histórica das matrículas, distribuição por rede de ensino e indicadores de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono). Acesso em: 20 jun. 2026.
- **QEDu. Censo Escolar – Infraestrutura Escolar.** Indicadores sobre salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas do município, com comparação às médias estadual e nacional. Disponível em: <https://gedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul/centso-escolar/infraestrutura>. Acesso em: 20 jun. 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise integrada de todo o diagnóstico, os indicadores demonstram que **Almirante Tamandaré do Sul apresenta avanços importantes na Educação Especial**, especialmente quanto ao acesso, à universalização das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), à inclusão dos estudantes em classes comuns e aos elevados índices de aprovação. Contudo, os próprios dados evidenciam fatores estruturais e pedagógicos que ainda limitam o pleno alcance do Problema 10, sobretudo em relação à qualidade da inclusão, à aprendizagem e ao atendimento de públicos específicos, como os estudantes da Educação Bilíngue de Surdos.

Causa 01 – Ausência de estrutura para oferta da Educação Bilíngue de Surdos: o diagnóstico demonstra inexistência de matrículas, escolas, classes ou serviços específicos destinados à Educação Bilíngue de Surdos. Ainda que o município não possua estudantes surdos matriculados no momento, a ausência de uma estrutura previamente organizada limita a capacidade da rede em assegurar atendimento imediato, caso essa demanda surja.

Causa 02 – Necessidade de qualificação permanente das práticas pedagógicas inclusivas: embora todas as escolas possuam salas de Atendimento Educacional Especializado e os estudantes estejam matriculados em classes comuns, os indicadores não permitem afirmar que as adaptações curriculares, as metodologias diferenciadas, as avaliações inclusivas e os recursos pedagógicos estejam plenamente consolidados em toda a rede. A efetividade da inclusão depende da capacidade das equipes escolares em transformar o atendimento especializado em aprendizagem efetiva.

Causa 03 – Formação continuada para atender à diversidade das necessidades educacionais: os resultados positivos alcançados exigem manutenção e

aperfeiçoamento permanente das competências dos profissionais da educação. O próprio diagnóstico destaca que a qualidade da inclusão depende da formação dos professores, da atuação articulada entre docentes da sala comum e do AEE e do domínio de estratégias pedagógicas inclusivas, indicando necessidade de fortalecimento contínuo da formação profissional.

Causa 04 – Fragilidades no acompanhamento da aprendizagem e da transição entre etapas escolares: necessidade de monitoramento mais sistemático da trajetória escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Também foram identificadas oscilações pontuais de reprovação e abandono nos anos finais, indicando que essa etapa demanda acompanhamento mais individualizado para evitar rupturas no percurso escolar.

Causa 05 – Necessidade de fortalecimento da articulação intersetorial e do acompanhamento multiprofissional: o avanço quantitativo das matrículas amplia a necessidade de integração entre educação, saúde e assistência social para realização de avaliações precoces, acompanhamento especializado, apoio às famílias e atendimento às diferentes necessidades dos estudantes. A existência da infraestrutura física, por si só, não garante a efetividade da inclusão sem uma rede articulada de apoio.

Causa 06 – Necessidade de aperfeiçoar o monitoramento qualitativo da aprendizagem dos estudantes da Educação Especial: os elevados índices de aprovação demonstram boa permanência escolar. Ainda há necessidade de aperfeiçoar instrumentos de avaliação, acompanhamento individualizado e monitoramento do desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes, garantindo que a progressão escolar esteja acompanhada de aprendizagem efetiva.

Causa 07 – Necessidade de ampliação dos recursos de acessibilidade e das tecnologias assistivas: apesar de o município possuir salas de Atendimento Educacional Especializado em todas as escolas, permanece o desafio de garantir que esses espaços estejam permanentemente equipados com recursos multifuncionais atualizados, tecnologias assistivas, materiais acessíveis e profissionais especializados suficientes para atender à crescente diversidade das necessidades educacionais dos estudantes.

A análise evidencia que **o principal desafio do município não está mais relacionado ao acesso**, uma vez que os estudantes da Educação Especial encontram-se matriculados na escola regular, há universalização das salas de Atendimento Educacional Especializado e os indicadores de permanência e aprovação são satisfatórios. As causas críticas concentram-se, sobretudo, na **qualificação da inclusão**, envolvendo o fortalecimento da formação docente, a ampliação das práticas pedagógicas inclusivas, o acompanhamento individualizado da aprendizagem, a consolidação da atuação multiprofissional, a preparação para atender estudantes da Educação Bilíngue de Surdos e o monitoramento da trajetória escolar em todas as etapas da Educação Básica. O enfrentamento dessas causas permitirá que o município avance na garantia do acesso para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva, assegurando aprendizagem, equidade e desenvolvimento integral a todos os estudantes público-alvo da Educação Especial.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01** - Limitações na estrutura e na capacidade instalada para a oferta da Educação Bilíngue de Surdos;

- **Causa 02** - Necessidade de fortalecimento da formação continuada dos professores e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- **Causa 03** - Necessidade de maior articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e o trabalho pedagógico desenvolvido nas salas de aula comuns;
- **Causa 04** - Necessidade de ampliar e qualificar o acompanhamento individualizado da aprendizagem e das trajetórias escolares;
- **Causa 05** - Fragilidade no monitoramento da aprendizagem para além dos indicadores de aprovação;
- **Causa 06** - Necessidade de fortalecimento da atuação intersetorial (Educação, Saúde e Assistência Social);
- **Causa 07** - Necessidade de atualização permanente dos recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e materiais pedagógicos especializados.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 10 do PME

TEMA 10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

PROBLEMA 10:

O ACESSO, A PERMANÊNCIA, A OFERTA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE) E DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS APRESENTAM DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE APRIMORAMENTO NOS DIFERENTES NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO.



LEGENDA:

Problema Descritor Causa

Fonte: autoria própria.

12. TEMA 11 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Problema 11: GRANDE CONTINGENTE DE PESSOAS FORA DA IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA NÃO ESTÁ ALFABETIZADA, NÃO CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL OU O ENSINO MÉDIO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Tema 11 – Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como objetivo examinar os principais indicadores que evidenciam a situação da escolarização da população jovem, adulta e idosa do município de Almirante Tamandaré do Sul, considerando tanto as condições de acesso quanto a oferta educacional existente. Para isso, são analisados dados relativos ao nível de instrução da população, à taxa de analfabetismo, à existência de escolas que ofertam a modalidade, ao número de matrículas e à evolução histórica do atendimento da EJA. Esses indicadores permitem identificar o perfil da demanda educacional e avaliar em que medida o município assegura o direito à educação ao longo da vida, conforme preconizam a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE). A compreensão desse cenário constitui etapa fundamental para subsidiar a identificação dos principais desafios, orientar a análise das causas críticas e apoiar a formulação de estratégias que promovam a ampliação do acesso, da permanência e da conclusão da educação básica pela população que não teve oportunidade de estudar na idade apropriada.

DESCRITORES¹² DO PROBLEMA:

- ☐ **Descritor 01:** 0% de escolas com atendimento de EJA em 2025.
- ☐ **Descritor 02:** 0% de matrículas na EJA em 2025.
- ☐ **Descritor 03:** 769 pessoas com 18 anos ou mais de idade sem instrução e fundamental incompleto de 1590 pessoas no total em 2022.
- ☐ **Descritor 04:** Taxa de analfabetismo de 2,94% em 2022.

1) Dados gerais municipais relacionados a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Tabela 01 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça

¹² Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça				
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)				
Município - Almirante Tamandaré do Sul (RS)				
Sexo - Total				
Cor ou raça - Total				
Ano - 2022				
Grupo de idade - Total				
Nível de instrução				
Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
1.590	769	240	390	191
Fonte: IBGE - Censo Demográfico				

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061#resultado> (Acesso em: 23/06/2026)

Painel 01 – Indicadores socioeconômicos/taxa de analfabetismo

Indicadores Socioeconômicos			
	Almirante Tamandaré do Sul	Rio Grande do Sul	Brasil
PIB Bruto	R\$ 276.410,77	R\$ 581.283.677,31	R\$ 9.012.142.000,00
PIB per capita	R\$ 142.847,94	R\$ 57.487,88	R\$ 33.871,00
IDH	0,74	0,77	0,76
Taxa de Analfabetismo ¹	2,94%	3,21%	7,52%

Fontes: Produto Interno Bruto dos Municípios 2021/IBGE; Taxa de analfabetismo - Censo Demográfico 2022/IBGE; IDH - Atlas de Desenvolvimento Humano 2010/PNUD

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 23/06/2026)

Painel 02 – Distribuição das escolas na Educação de Jovens e Adultos por modalidade

Distribuição das escolas na Educação de Jovens e Adultos por modalidade					
	Dependência Administrativa				
	Pública				
	Urbana ¹	Campo ¹	Indígena ¹	Quilombola ¹	Total
Escolas com, pelo menos, uma Turma de EJA - Ensino Fundamental	0	0	0	0	0
Escolas com, pelo menos, uma Turma de EJA - Ensino Médio	0	0	0	0	0

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

Painel 03 - Indicadores Educacionais/EJA

Etapa e modalidade de ensino ¹	Número de escolas	Número de professores	Número de estudantes
Creche	1	10	54
Pré-escola	2	6	33
Anos iniciais	3	29	126
Anos finais	2	23	84
Ensino médio regular	1	8	57
EJA	0	0	0
Educação especial	4	-	22
Educação Profissional e Tecnológica	0	0	0
Educação superior	0	0	0
Educação básica	4	57	354

Fonte: Censo Escolar (2025), Censup (2024)
¹Considera todas as redes.

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

A análise dos dados evidencia que, embora o município de **Almirante Tamandaré do Sul/RS** apresente indicadores socioeconômicos superiores às médias estadual e nacional, ainda persiste um contingente significativo de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica, revelando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à alfabetização e à escolarização ao longo da vida. Os dados demonstram que o desafio da EJA não está apenas relacionado ao analfabetismo absoluto, mas principalmente à baixa escolarização da população adulta e à inexistência de oferta municipal dessa modalidade de ensino.

A distribuição da população de 18 anos ou mais por nível de instrução revela que, em 2022, o município possuía **1.590 pessoas adultas**, das quais **769 (48,4%) não haviam concluído o Ensino Fundamental**, constituindo praticamente metade da população adulta. Além disso, **240 pessoas concluíram apenas o Ensino Fundamental ou possuem Ensino Médio incompleto**, enquanto **390 concluíram o Ensino Médio, mas não ingressaram ou concluíram o Ensino Superior**, e apenas **191 pessoas possuem Ensino Superior completo**. Esse cenário demonstra que o maior gargalo educacional do município está concentrado justamente na conclusão da educação básica, reforçando a importância de estratégias específicas para recuperação das trajetórias escolares interrompidas.

A **taxa de analfabetismo de 2,96%** também é inferior à média brasileira (7,52%) e ligeiramente inferior à média do Rio Grande do Sul (3,21%). Esses dados evidenciam que o analfabetismo absoluto não representa o principal desafio local. Entretanto, a existência de quase metade da população adulta sem a conclusão do Ensino Fundamental demonstra que a baixa escolarização permanece como importante fator limitador do desenvolvimento humano, da empregabilidade, da renda e do exercício pleno da cidadania.

Outro aspecto que merece destaque é a **ausência completa de oferta de Educação de Jovens e Adultos no município**. O Painel de Distribuição das Escolas informa que **não existe nenhuma escola oferecendo turmas de EJA nem no Ensino Fundamental nem no Ensino Médio**, tanto na área urbana quanto na zona rural. Essa inexistência de oferta formal indica que os cidadãos que desejam retomar seus estudos

precisam buscar atendimento em outros municípios ou simplesmente permanecem fora do sistema educacional, comprometendo o direito constitucional à educação ao longo da vida.

Os Indicadores Educacionais reforçam essa realidade ao registrarem **zero escolas, zero professores e zero estudantes matriculados na modalidade EJA**. Enquanto as demais etapas da Educação Básica apresentam matrículas regulares — como 126 estudantes nos anos iniciais, 84 nos anos finais e 57 no Ensino Médio — a EJA permanece inexistente na rede de ensino. Essa ausência pode produzir efeitos cumulativos, dificultando o retorno de adultos que abandonaram a escola e limitando oportunidades de qualificação profissional, inclusão social e melhoria das condições de trabalho e renda.

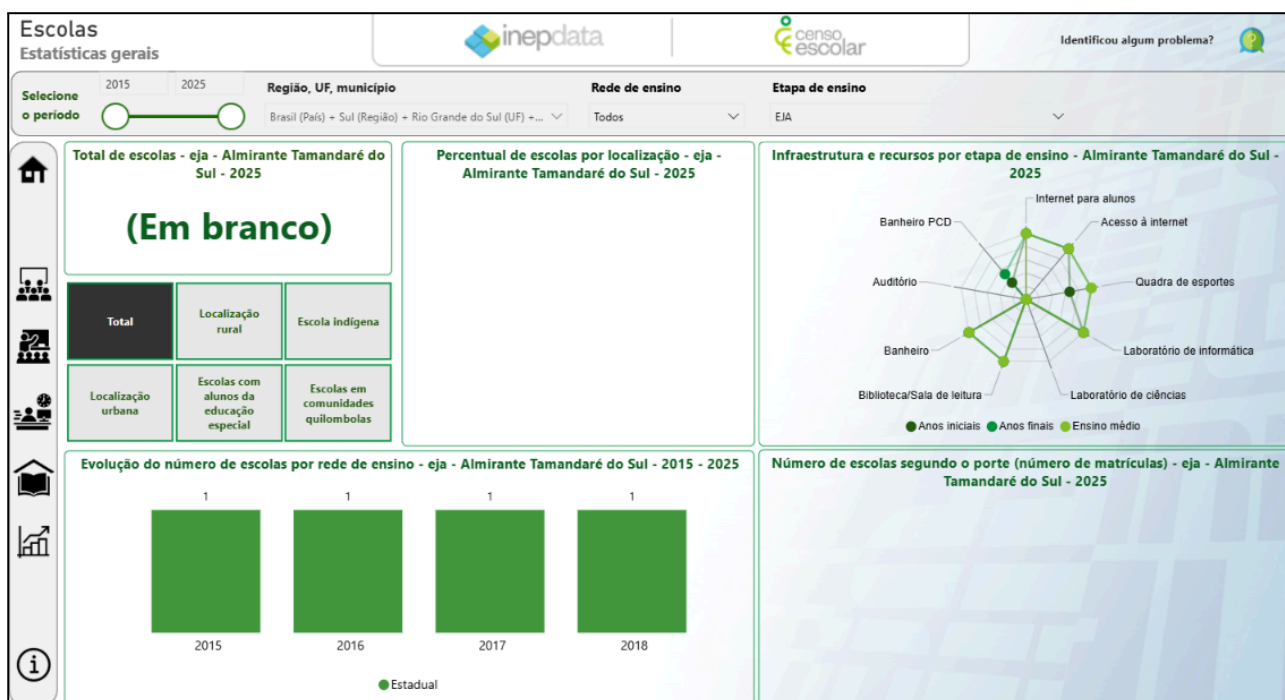
Sob a perspectiva das políticas públicas, observa-se uma contradição importante: embora o município apresente bons indicadores econômicos e baixa taxa de analfabetismo, não há estrutura institucional para atender a população adulta que ainda necessita concluir a educação básica. Isso evidencia que a demanda potencial pela EJA pode estar invisibilizada, seja pela ausência de busca ativa, pela falta de diagnóstico atualizado da população com escolarização incompleta ou pela inexistência de estratégias municipais voltadas à recomposição das trajetórias escolares interrompidas.

Dessa forma, os dados permitem concluir que o principal desafio do município não consiste na alfabetização inicial, mas na **garantia do direito à continuidade dos estudos para jovens, adultos e idosos que não concluíram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio**. A implantação ou regionalização da oferta da EJA, associada à realização de busca ativa, campanhas de mobilização, articulação com políticas de assistência social e qualificação profissional, pode representar uma estratégia fundamental para reduzir as desigualdades educacionais e promover maior inclusão social da população adulta.

2) Quanto as escolas de EJA

A análise dos indicadores referentes à Educação de Jovens e Adultos (EJA) evidencia que o município de Almirante Tamandaré do Sul enfrenta um cenário de descontinuidade da oferta dessa modalidade de ensino, situação que compromete a garantia do direito à educação para jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica na idade apropriada. Embora o município apresente reduzido porte populacional, os dados demonstram que a inexistência de uma política permanente de oferta da EJA representa um dos principais obstáculos para a redução das desigualdades educacionais e para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

Painel 04 – Total de escolas de EJA no município

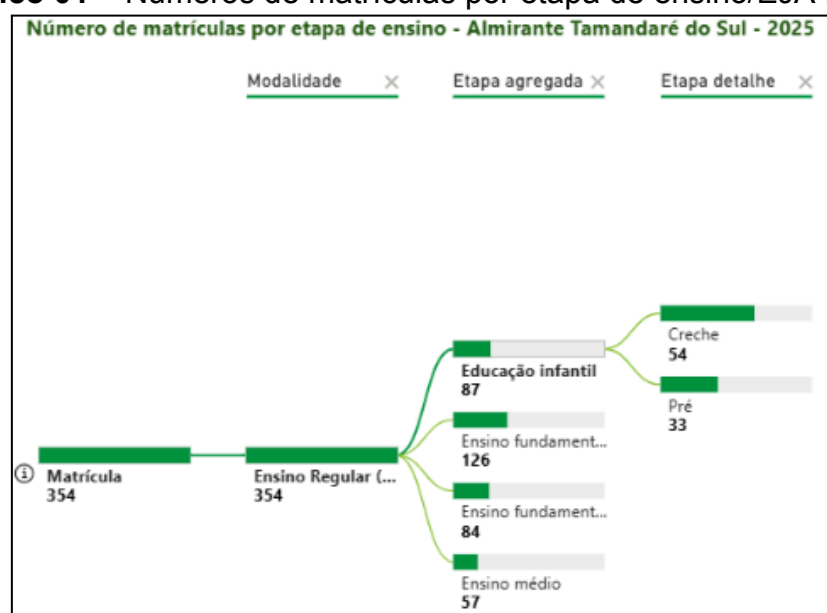


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

O Painel 04 demonstra que o município não possui escolas ofertando Educação de Jovens e Adultos em 2025. A ausência de estabelecimentos com turmas de EJA indica que a modalidade deixou de integrar a rede municipal ou estadual presente no território, restringindo completamente o acesso dos cidadãos que necessitam concluir o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio. Trata-se de um dado preocupante, pois a inexistência da oferta não significa ausência de demanda, mas, frequentemente, reflete dificuldades de organização da política pública, baixa procura decorrente da falta de mobilização ou necessidade de regionalização do atendimento.

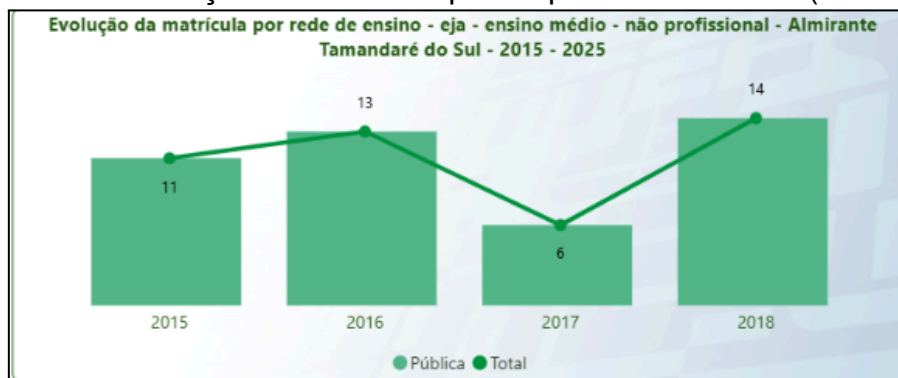
3) Quanto as matrículas de EJA

Gráfico 01 – Números de matrículas por etapa de ensino/EJA (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

Gráfico 02 - Evolução da matrícula por etapa de ensino/EJA (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

Os dados de matrículas reforçam esse diagnóstico. O gráfico de matrículas por etapa de ensino mostra que, em 2025, o município contabiliza 354 estudantes na educação básica regular, distribuídos entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Entretanto, não há nenhuma matrícula registrada na modalidade EJA, evidenciando que nenhum jovem, adulto ou idoso está sendo atendido por essa política educacional dentro do município. Essa ausência de matrículas representa um indicador crítico, especialmente quando confrontada com os dados do Censo Demográfico que apontam a existência de um número expressivo de adultos que ainda não concluíram a educação básica.

Outro aspecto relevante refere-se à evolução histórica das matrículas na EJA. O gráfico de evolução (2015–2025) evidencia que houve momentos em que o município manteve atendimento da modalidade, registrando aproximadamente 11 matrículas em 2015, 13 em 2016, redução para cerca de 6 em 2017 e novo crescimento para aproximadamente 14 matrículas em 2018. Contudo, os dados mais recentes demonstram que essa oferta não foi mantida, culminando na inexistência de matrículas em 2025. Essa trajetória revela uma política descontínua, marcada por oscilações na oferta e incapacidade de consolidar um atendimento permanente para a população adulta.

Outro elemento importante é que a ausência de escolas e matrículas dificulta o próprio monitoramento da demanda educacional. Muitas vezes, pessoas com escolarização incompleta deixam de procurar a escola porque não existe oferta disponível ou porque desconhecem possibilidades de atendimento em municípios vizinhos. Isso evidencia a necessidade de implementação de estratégias de busca ativa, diagnóstico permanente da população com baixa escolaridade e articulação entre educação, assistência social, saúde e políticas de emprego e renda.

Em síntese, os dados demonstram que o principal desafio do município não é apenas ampliar o número de matrículas na EJA, mas reconstruir uma política pública de educação ao longo da vida, garantindo oferta contínua, flexível e articulada às necessidades da população adulta. A reativação da modalidade, por meio de oferta própria ou em regime de colaboração com municípios da região, associada a políticas de permanência, transporte escolar, flexibilização curricular e certificação de saberes, constitui condição fundamental para assegurar o direito à educação e reduzir o contingente de pessoas que permanecem sem concluir a educação básica.

Fontes Consultadas:

- IBGE – Censo Demográfico 2022 (SIDRA – Tabela 10061);
- Painel de Indicadores do Novo PAR/MEC;
- Painel "Aqui Tem MEC" – Indicadores Educacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise integrada dos indicadores apresentados no documento (perfil de escolaridade da população adulta, taxa de analfabetismo, inexistência de escolas e matrículas na EJA e evolução histórica da oferta), é possível identificar que o problema da Educação de Jovens e Adultos em **Almirante Tamandaré do Sul** decorre principalmente da descontinuidade das políticas de atendimento e da ausência de mecanismos permanentes de identificação e atendimento da demanda potencial. Embora o município apresente bons indicadores socioeconômicos, ainda existe um número expressivo de adultos que não concluíram a educação básica, sem que haja oferta educacional para esse público.

Causa 01 – Inexistência de oferta regular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município: os dados demonstram que o município não possui escolas ofertando turmas de EJA nem no Ensino Fundamental nem no Ensino Médio, impossibilitando o acesso da população que necessita concluir a educação básica. A ausência da oferta constitui o principal fator que impede a ampliação da escolarização de jovens, adultos e idosos.

Causa 02 – Ausência de matrículas na modalidade EJA, indicando interrupção da política de atendimento: o Censo Escolar registra inexistência de estudantes matriculados na modalidade em 2025. Esse cenário evidencia que não há atendimento educacional disponível para a população com escolarização incompleta, comprometendo o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação relativas à alfabetização e à elevação da escolaridade da população adulta.

Causa 03 – Descontinuidade histórica da oferta da EJA no município: os dados históricos revelam que houve matrículas em anos anteriores, porém a oferta não foi mantida de forma permanente. Essa descontinuidade dificulta a consolidação da modalidade, reduz a procura da população e enfraquece a política pública de educação ao longo da vida.

Causa 04 – Ausência de estratégias de busca ativa e diagnóstico permanente da demanda por EJA: apesar da existência de parcela significativa da população adulta sem a conclusão do Ensino Fundamental, não há evidências de mecanismos sistemáticos para identificar, mobilizar e reinserir essas pessoas na escola. Sem busca ativa, grande parte da demanda permanece invisível ao sistema educacional. Essa conclusão decorre da combinação entre os dados populacionais e a inexistência de oferta da modalidade.

Causa 05 – Baixa escolarização acumulada da população adulta: os indicadores mostram que uma parcela expressiva da população de 18 anos ou mais não concluiu o Ensino Fundamental, evidenciando um passivo educacional acumulado ao longo das últimas décadas. Sem políticas específicas para esse público, a tendência é de manutenção desse quadro.

Causa 06 – Ausência de políticas intersetoriais para permanência e retorno à escola: a população potencial da EJA é formada, em grande parte, por trabalhadores, pessoas em situação de vulnerabilidade social e adultos com responsabilidades familiares. A inexistência de ações articuladas entre educação, assistência social, saúde e políticas de emprego reduz as condições de acesso e permanência desses estudantes na escola.

Causa 07 – Fragilidade do planejamento municipal voltado à Educação ao Longo da Vida: a inexistência simultânea de escolas, turmas e matrículas evidencia que a EJA não se encontra estruturada como política pública permanente no município. Isso limita a capacidade da gestão educacional de responder às necessidades da população adulta e de promover ações contínuas de inclusão educacional.

Causa 08 – Possível percepção de baixa demanda decorrente do pequeno porte populacional: por ser um município de pequeno porte e apresentar baixa taxa de analfabetismo, pode existir a percepção de que a demanda pela EJA é reduzida. Entretanto, os próprios dados de escolaridade da população demonstram que ainda há um contingente significativo de adultos que não concluiu a educação básica, indicando a necessidade de estratégias de regionalização da oferta ou de atendimento em regime de colaboração entre municípios.

A análise evidencia que o problema não está centrado apenas no analfabetismo, mas principalmente na **ausência de uma política estruturada e permanente de Educação de Jovens e Adultos**. O maior entrave para o avanço de Almirante Tamandaré do Sul é a inexistência de oferta educacional voltada à população adulta com escolarização incompleta, associada à descontinuidade histórica do atendimento, à falta de busca ativa e ao reduzido planejamento específico para essa modalidade. O enfrentamento desse cenário requer diagnóstico atualizado da demanda, organização da oferta própria ou regionalizada, fortalecimento das ações intersetoriais e implementação de estratégias que garantam acesso, permanência e conclusão da educação básica para jovens, adultos e idosos.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01** – Inexistência de oferta regular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município.
- **Causa 02** – Ausência de matrículas na modalidade EJA, evidenciando interrupção do atendimento educacional para jovens e adultos.
- **Causa 03** – Descontinuidade da política municipal de Educação de Jovens e Adultos, sem garantia de oferta permanente.
- **Causa 04** – Ausência de mecanismos de busca ativa e diagnóstico da população jovem, adulta e idosa com escolarização incompleta.
- **Causa 05** – Elevado contingente de pessoas com Ensino Fundamental incompleto, refletindo passivo histórico de escolarização.
- **Causa 06** – Fragilidade das políticas de permanência e retorno à escola para trabalhadores, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.
- **Causa 07** – Insuficiente articulação intersetorial e regional para garantir a oferta da EJA em municípios de pequeno porte.

- **Causa 08** – Necessidade de fortalecer o planejamento e o monitoramento das políticas municipais voltadas à educação ao longo da vida, assegurando o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 11 do PME

TEMA 11 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL

ÁRVORE DOS PROBLEMAS

PROBLEMA 11:

GRANDE CONTINGENTE DE PESSOAS FORA DA IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA NÃO ESTÁ ALFABETIZADO, NÃO CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL OU O ENSINO MÉDIO.

DESCRIPTOR 01:

0% da escola com atendimento a EJA em 2025.

CAUSA 01 – Inexistência de oferta regular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município.

CAUSA 03 – Descontinuidade da política municipal de Educação de Jovens e Adultos, sem garantia de oferta permanente.

CAUSA 07 – Insuficiente articulação intersetorial e regional para garantir a oferta da EJA em municípios de pequeno porte.

CAUSA 08 – Necessidade de fortalecer o planejamento e o monitoramento das políticas municipais voltadas à educação ao longo da vida, assegurando o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

DESCRIPTOR 02:

0% de matrículas na EJA em 2025.

CAUSA 01 – Inexistência de oferta regular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município.

CAUSA 02 – Ausência de matrículas na modalidade EJA, evidenciando interrupção do atendimento educacional para jovens e adultos.

CAUSA 03 – Descontinuidade da política municipal de Educação de Jovens e Adultos, sem garantia de oferta permanente.

CAUSA 04 – Ausência de mecanismos de busca ativa e diagnóstico da população jovem, adulta e idosa com escolarização incompleta.

CAUSA 06 – Fragilidade das políticas de permanência e retorno à escola para trabalhadores, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

CAUSA 07 – Insuficiente articulação intersetorial e regional para garantir a oferta da EJA em municípios de pequeno porte.

CAUSA 08 – Necessidade de fortalecer o planejamento e o monitoramento das políticas municipais voltadas à educação ao longo da vida, assegurando o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

DESCRIPTOR 03:

769 pessoas com 18 anos ou mais de idade sem instrução e fundamental incompleto de 1590 pessoas no total em 2022.

CAUSA 04 – Ausência de mecanismos de busca ativa e diagnóstico da população jovem, adulta e idosa com escolarização incompleta.

CAUSA 05 – Elevado contingente de pessoas com Ensino Fundamental incompleto, refletindo passivo histórico de escolarização.

CAUSA 06 – Fragilidade das políticas de permanência e retorno à escola para trabalhadores, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

CAUSA 08 – Necessidade de fortalecer o planejamento e o monitoramento das políticas municipais voltadas à educação ao longo da vida, assegurando o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

DESCRIPTOR 04:

Taxa de analfabetismo de 2,94% em 2022.

CAUSA 04 – Ausência de mecanismos de busca ativa e diagnóstico da população jovem, adulta e idosa com escolarização incompleta.

CAUSA 05 – Elevado contingente de pessoas com Ensino Fundamental incompleto, refletindo passivo histórico de escolarização.

CAUSA 06 – Fragilidade das políticas de permanência e retorno à escola para trabalhadores, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

CAUSA 08 – Necessidade de fortalecer o planejamento e o monitoramento das políticas municipais voltadas à educação ao longo da vida, assegurando o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

LEGENDA:

Problema

Descriptor

Causa

Fonte: autoria própria.

13. TEMA 12 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Problema 12: ACESSO E PERMANÊNCIA DESIGUAIS E INSUFICIENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 12 busca caracterizar a situação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em Almirante Tamandaré do Sul, considerando indicadores relacionados à oferta, ao acesso e às condições de permanência dos estudantes nessa modalidade de ensino. Os dados evidenciam a inexistência de oferta local de cursos de Educação Profissional e Tecnológica e, conseqüentemente, a ausência de matrículas na modalidade, revelando uma importante lacuna na diversificação das oportunidades educacionais. Ao mesmo tempo, identificam-se iniciativas municipais voltadas à garantia do acesso, especialmente por meio da oferta de transporte escolar para estudantes que frequentam instituições de EPT em municípios da região. A análise dos indicadores permite compreender os desafios existentes para a ampliação da formação técnica e profissional, subsidiando a identificação das causas do problema e a definição de estratégias voltadas à expansão do acesso, à permanência e à conclusão dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica, com atenção à redução das desigualdades educacionais e sociais.

DESCRITORES¹³ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01:** 0% das escolas de ensino médio com atendimento com educação profissional e tecnológica em 2025 no município.
- **Descritor 02:** 0% de matrículas em educação profissional e tecnológica em 2025 no município.
- **Descritor 03:** 09 estudantes estão sendo transportados a outras cidades da região para frequentar a educação profissional e tecnológica em 2026.

1) Dados gerais municipais sobre a educação profissional e tecnológica

Painel 01 - Indicadores Educacionais/Educação Profissional e Tecnológica

¹³ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

construção de itinerários formativos voltados ao desenvolvimento de competências profissionais e à inserção qualificada dos estudantes no mundo do trabalho.

Os indicadores educacionais revelam que a estrutura da rede de ensino municipal está concentrada na Educação Básica, contemplando a Educação Infantil, os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio regular e a Educação Especial, sem registros de instituições ou estudantes vinculados à Educação Profissional e Tecnológica. O painel estatístico também confirma que o número de escolas, professores e estudantes da modalidade é igual a zero, demonstrando que a inexistência da oferta não é circunstancial, mas estrutural.

2) Outras iniciativas de apoio a educação profissional e tecnológica

Com o propósito de ampliar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), favorecer a permanência dos estudantes em seus cursos e contribuir para a formação de mão de obra qualificada, Almirante Tamandaré do Sul mantém uma política de transporte escolar destinada aos munícipes matriculados em instituições de educação profissional e tecnológica situadas em municípios da região, como Sertão, Carazinho e Chapada.

Essa iniciativa constitui um importante investimento no desenvolvimento humano, social e econômico do município, uma vez que reduz os custos de deslocamento para os alunos, minimiza barreiras de acesso à formação técnica e profissional e amplia as oportunidades de continuidade dos estudos. Além disso, contribui para elevar as taxas de permanência e conclusão dos cursos, fortalecendo a qualificação profissional da população e ampliando as possibilidades de inserção e permanência dos estudantes no mundo do trabalho.

Dados de atendimento (2026):

Número de estudantes transportados: 09

Ano de referência: 2026

Municípios de destino: Sertão, Carazinho e Chapada.

Fontes Consultadas:

- **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2025.** Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica. Dados sobre infraestrutura escolar, número de escolas, matrículas, docentes e Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Painel "Aqui Tem MEC".** Indicadores Educacionais – Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica.** Indicadores da Educação Profissional e Tecnológica por rede, etapa de ensino, infraestrutura e matrículas. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL.** Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao transporte de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, municípios de destino e demais informações do programa de apoio ao transporte estudantil, 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise do documento evidencia que o problema não está relacionado apenas à ausência de estudantes interessados, mas principalmente à **inexistência de oferta local de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)** e às limitações estruturais para sua implantação e expansão, entretanto, observa-se interesse do município em ofertar transporte para deslocamento dos estudantes a outros municípios como forma de incentivo e ajuda a seus estudos. Os descritores apresentados permitem inferir um conjunto de causas críticas que explicam a permanência do Problema 12.

Causa 01 – Inexistência de instituições ou unidades ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica no município: o município não possui escolas ou centros que ofertem cursos técnicos ou de qualificação profissional, obrigando os estudantes a buscar formação em outros municípios.

Causa 02 – Ausência de oferta de cursos técnicos integrada ou articulada ao Ensino Médio: nenhuma escola de Ensino Médio oferta Educação Profissional e Tecnológica, restringindo a construção de itinerários formativos voltados à qualificação profissional.

Causa 03 – Dependência da oferta regional de Educação Profissional e Tecnológica: o acesso à EPT depende exclusivamente de instituições localizadas em municípios vizinhos (Sertão, Carazinho e Chapada), tornando o deslocamento um fator determinante para o ingresso e a permanência dos estudantes.

Causa 04 – Ausência de políticas estruturadas de expansão da Educação Profissional e Tecnológica no âmbito municipal: o documento evidencia ações de apoio ao acesso (transporte), porém não identifica estratégias voltadas à implantação de polos, convênios permanentes ou ampliação da oferta local de cursos.

Causa 05 – Limitação das oportunidades de formação profissional compatíveis com as potencialidades econômicas locais: a inexistência de oferta municipal reduz as possibilidades de formação alinhada às demandas produtivas e ao desenvolvimento econômico do território, limitando a qualificação da população. Essa conclusão decorre da ausência de oferta e matrículas registrada no diagnóstico.

Causa 06 – Baixa articulação entre o poder público municipal e instituições ofertantes de EPT: o documento não apresenta evidências de parcerias para implantação de cursos descentralizados, polos presenciais, cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) ou outras modalidades que ampliem a oferta no próprio município, indicando oportunidade de fortalecimento dessa articulação.

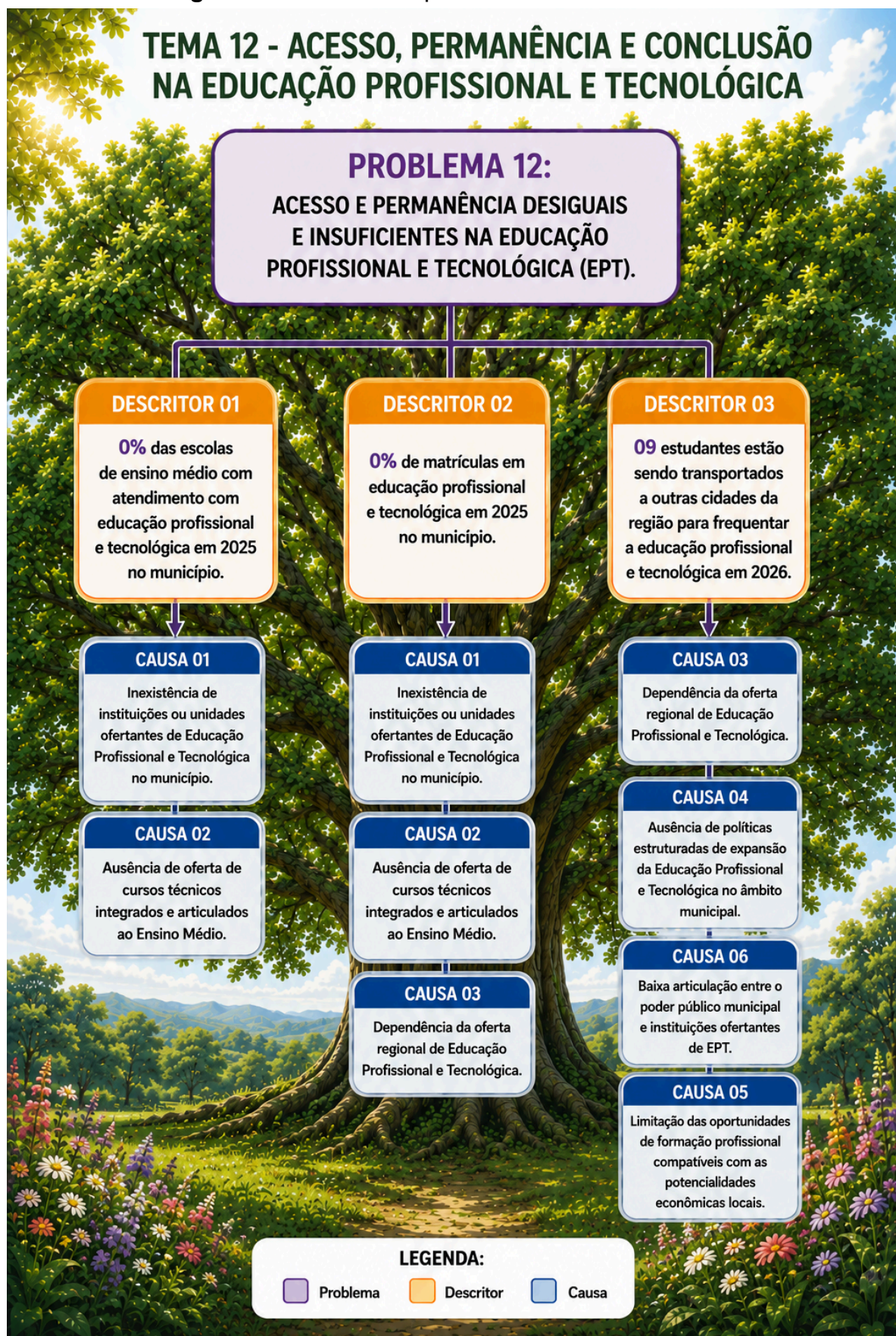
CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Inexistência de instituições ou unidades ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica no município.**
- **Causa 02 – Ausência de oferta de cursos técnicos integrados e articulados ao Ensino Médio.**
- **Causa 03 – Dependência da oferta regional de Educação Profissional e Tecnológica.**

- **Causa 04** – Ausência de políticas estruturadas de expansão da Educação Profissional e Tecnológica no âmbito municipal.
- **Causa 05** – Limitação das oportunidades de formação profissional compatíveis com as potencialidades econômicas locais.
- **Causa 06** – Baixa articulação entre o poder público municipal e instituições ofertantes de EPT.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 12 do PME



Fonte: autoria própria.

14. TEMA 13 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Problema 13: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ENFRENTA DESAFIOS QUANTO À QUALIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTAS E QUANTO À APRENDIZAGEM DOS SABERES ADEQUADOS AO MUNDO DO TRABALHO EM RÁPIDA TRANSFORMAÇÃO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no município tem como objetivo identificar as condições de oferta dessa modalidade de ensino e sua capacidade de atender às demandas de formação técnica e profissional da população. Para isso, são considerados indicadores relacionados à existência de instituições ofertantes, número de matrículas e demais informações provenientes das bases oficiais do Ministério da Educação e do Censo Escolar. A compreensão desses dados permite avaliar o grau de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no território, evidenciar lacunas na oferta e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso, ao fortalecimento da qualidade da formação e à articulação entre educação, desenvolvimento local e as demandas do mundo do trabalho.

DESCRITORES¹⁴ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01:** 0% das escolas de ensino médio com atendimento com educação profissional e tecnológica em 2025.
- **Descritor 02:** 0% de matrículas em educação profissional e tecnológica em 2025.

1) Dados gerais municipais sobre a educação profissional e tecnológica

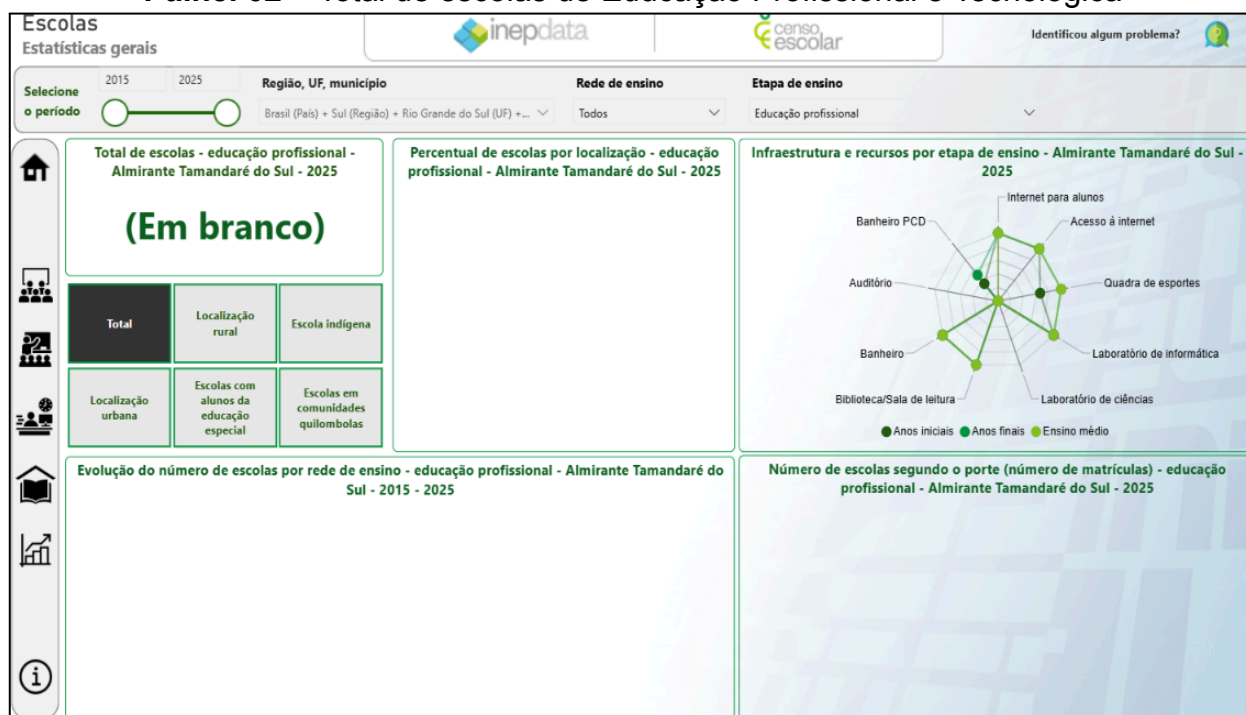
Painel 01 - Indicadores Educacionais/Educação Profissional e Tecnológica

Etapa e modalidade de ensino ¹	Número de escolas	Número de professores	Número de estudantes
Creche	1	10	54
Pré-escola	2	6	33
Anos iniciais	3	29	126
Anos finais	2	23	84
Ensino médio regular	1	8	57
EJA	0	0	0
Educação especial	4	-	22
Educação Profissional e Tecnológica	0	0	0
Educação superior	0	0	0
Educação básica	4	57	354

Fonte: Censo Escolar (2025), Censup (2024)
¹Considera todas as redes.

¹⁴ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Painel 02 – Total de escolas de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

A análise dos dados demonstra que Almirante Tamandaré do Sul não possui oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pois 0% das escolas de ensino médio oferecem essa modalidade e não há matrículas registradas em 2025 em Almirante Tamandaré do Sul. Esse cenário evidencia uma limitação significativa para a formação técnica da população e para o desenvolvimento de competências alinhadas às demandas do mundo do trabalho.

A inexistência da EPT compromete a qualificação profissional dos estudantes residentes no município, reduz as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e limita o desenvolvimento econômico local. Assim, o principal desafio do município consiste em ampliar a oferta dessa modalidade por meio de parcerias com instituições formadoras e da implementação de políticas públicas que garantam acesso a uma educação profissional de qualidade.

Fontes Consultadas:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica. Dados de infraestrutura escolar, matrículas, taxas de aprovação, abandono, distorção idade-série, escolaridade docente e educação profissional e tecnológica. Acesso em: 23 jun. 2026.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022 – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Tabela 10061. Dados demográficos utilizados para contextualização do diagnóstico.

- Ministério da Educação (MEC). Painel de Indicadores do Novo PAR – indicadores educacionais utilizados para subsidiar a análise da oferta da Educação Profissional e Tecnológica.
- Ministério da Educação (MEC). Painel "Aqui Tem MEC" – indicadores educacionais oficiais utilizados como apoio à caracterização do contexto educacional.

B) ANÁLISE CAUSAL

Inviabilidade de ser realizada pela inexistência de escola profissional técnica no município.

B) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 13 do PME

PROBLEMA 13

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA É ACESSADA PREDOMINANTEMENTE EM INSTITUIÇÕES LOCALIZADAS NA REGIÃO, BUSCANDO ATINGIR A QUALIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTAS E A APRENDIZAGEM DOS SABERES ADEQUADOS AO MUNDO DO TRABALHO EM RÁPIDA TRANSFORMAÇÃO.

DESCRITOR 01



0%

das escolas de ensino médio com atendimento com educação profissional e tecnológica em 2025.

DESCRITOR 02



0%

de matrículas em educação profissional e tecnológica em 2025.

LEGENDA:

- PROBLEMA
- DESCRITOR
- CAUSA

Fonte: autoria própria.

15. TEMA 14 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

Problema 14: BAIXO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM GRADUAÇÃO COMPLETA, DIFICULDADES NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 14 – Baixo percentual da população com graduação completa, na permanência e na conclusão da graduação tem por objetivo caracterizar, a partir de evidências estatísticas e dados administrativos, o panorama da educação superior no município de Almirante Tamandaré do Sul. Para tanto, são analisados indicadores provenientes do Censo Demográfico 2022 do IBGE e do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), complementados por informações da Secretaria Municipal de Educação e Lazer sobre o transporte universitário. Esses dados permitem compreender o perfil de escolarização da população adulta, identificar o percentual de pessoas que ingressaram, concluíram ou interromperam a formação superior, verificar a existência de oferta local de cursos de graduação e analisar as iniciativas municipais de apoio ao acesso e à permanência no ensino superior. Em conjunto, as evidências apresentadas subsidiam a identificação dos principais desafios relacionados à ampliação das oportunidades de formação universitária, contribuindo para a construção de estratégias voltadas à redução das desigualdades educacionais e ao fortalecimento do desenvolvimento humano, social e econômico do município.

DESCRITORES¹⁵ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01:** 24,53% da população possui ensino médio completo e ensino superior incompleto em 2022.
- **Descritor 02:** 12,01% da população possui ensino superior completo em 2022.
- **Descritor 03:** 22 pessoas estão sendo transportadas a outras cidades da região para frequentar o ensino superior em 2026.

1) Dados gerais municipais sobre a população com graduação

Tabela 01 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, sexo e a cor ou raça

¹⁵ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça				
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)				
Município - Almirante Tamandaré do Sul (RS)				
Sexo - Total				
Cor ou raça - Total				
Ano - 2022				
Grupo de idade - Total				
Nível de instrução				
Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
1.590	769	240	390	191
Fonte: IBGE - Censo Demográfico				

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061#resultado> (Acesso em: 23/06/2026)

A Tabela 01 apresenta a distribuição da população adulta do município de Almirante Tamandaré do Sul segundo o nível de instrução, permitindo compreender o estágio de escolarização da população com 18 anos ou mais. Os dados demonstram que o município possuía, em 2022, 1.590 habitantes adultos, dos quais 769 pessoas (48,36%) ainda se encontravam sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, constituindo o maior grupo populacional identificado. Em contrapartida, 390 pessoas (24,53%) possuíam ensino médio completo e superior incompleto, enquanto apenas 191 pessoas (12,01%) haviam concluído o ensino superior.

A distribuição evidencia uma estrutura educacional marcada por significativa concentração da população nos níveis mais baixos de escolaridade, refletindo desigualdades históricas no acesso às oportunidades educacionais. Embora quase um quarto da população tenha alcançado a escolaridade necessária para ingressar no ensino superior, verifica-se que apenas uma parcela reduzida efetivamente concluiu a graduação.

Outro aspecto importante é a diferença entre o contingente de pessoas com ensino médio completo e superior incompleto e aquelas com graduação concluída. Essa distância demonstra que a transição entre o ingresso e a conclusão do ensino superior constitui um dos principais desafios educacionais do município, indicando possíveis dificuldades relacionadas ao acesso, permanência, financiamento dos estudos, deslocamento e conciliação entre trabalho e formação acadêmica.

Sob a perspectiva do planejamento educacional, os dados reforçam que o fortalecimento da educação superior deve ser compreendido como uma estratégia de desenvolvimento social e econômico, uma vez que maiores níveis de escolarização tendem a ampliar a produtividade, favorecer melhores oportunidades de emprego, aumentar a renda da população e fortalecer a capacidade técnica do município.

Tabela 02 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, sexo e a cor ou raça/Nível de instrução – ensino médio completo e superior incompleto

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça																				
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade - percentual do total geral																				
Município - Almirante Tamandaré do Sul (RS)																				
Ano - 2022																				
Nível de instrução - Médio completo e superior incompleto																				
Sexo	Cor ou raça	Grupo de idade																		
		Total	18 a 24 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais	25 a 64 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Total	Total	24,53	4,40	1,13	3,27	20,13	19,25	3,46	3,46	3,90	2,77	2,52	0,94	1,51	0,75	0,82	0,50	0,13	0,19	-
	Branca	22,33	4,15	0,82	3,27	18,24	17,48	3,08	3,08	3,52	2,45	2,52	0,82	1,51	0,57	0,75	0,38	0,13	0,19	-
	Preta	0,38	0,13	0,13	-	0,31	0,31	-	-	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	1,76	0,19	0,19	-	1,57	1,45	0,38	0,38	0,25	0,25	-	0,13	-	-	0,13	0,13	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Homens	Total	11,89	2,52	0,38	2,08	9,37	9,06	1,38	1,82	2,33	1,13	1,26	0,38	0,44	0,25	0,31	0,25	-	0,13	-
	Branca	11,38	2,52	0,38	2,08	8,93	8,68	1,38	1,57	2,33	1,07	1,26	0,38	0,44	0,25	0,25	0,13	-	0,13	-
	Preta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	0,50	-	-	-	0,50	0,38	-	0,25	-	0,13	-	-	-	-	0,13	0,13	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	Total	12,64	1,95	0,75	1,19	10,69	10,19	2,08	1,64	1,57	1,57	1,26	0,57	1,01	0,50	0,50	0,25	0,13	0,13	-
	Branca	10,94	1,64	0,44	1,19	9,31	8,81	1,70	1,51	1,13	1,45	1,26	0,44	1,01	0,31	0,50	0,25	0,13	0,13	-
	Preta	0,38	0,13	0,13	-	0,31	0,31	-	-	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	1,32	0,19	0,19	-	1,13	1,13	0,38	0,13	0,25	0,19	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061> (Acesso em: 28/06/2026)

A Tabela 02 detalha a composição da população que possui ensino médio completo e ensino superior incompleto, considerando sexo, faixa etária e cor ou raça. Esse detalhamento permite compreender quais grupos populacionais concentram maior participação nesse nível de escolaridade e identificar possíveis desigualdades no percurso educacional.

Observa-se que esse nível de instrução está distribuído entre diferentes faixas etárias, indicando que tanto jovens quanto adultos iniciaram ou tiveram acesso ao ensino superior em diferentes momentos da vida. Entretanto, a permanência de pessoas mais velhas nessa condição sugere que parte significativa da população interrompeu sua trajetória acadêmica sem concluir a graduação, evidenciando dificuldades persistentes de continuidade dos estudos.

Os dados também revelam diferenças segundo sexo e cor ou raça, ainda que a predominância da população branca acompanhe a própria composição demográfica do município. Apesar disso, a existência dessas informações permite reconhecer que as desigualdades educacionais podem assumir diferentes formas e reforça a importância de políticas públicas que promovam equidade no acesso e na permanência no ensino superior para todos os grupos populacionais.

Sob o ponto de vista do diagnóstico, a tabela evidencia que o problema municipal não está restrito ao ingresso na graduação, mas sobretudo à capacidade de assegurar condições para que os estudantes consigam concluir seus cursos. Dessa forma, o indicador reforça a necessidade de políticas de permanência estudantil, apoio financeiro, transporte, orientação acadêmica e ampliação das oportunidades de formação superior.

Tabela 03 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, sexo e a cor ou raça/Nível de instrução superior completo

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça																				
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade - percentual do total geral																				
Município - Almirante Tamandaré do Sul (RS)																				
Ano - 2022																				
Nível de instrução - Superior completo																				
Sexo	Cor ou raça	Grupo de idade																		
		Total	18 a 24 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais	25 a 64 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Total	Total	12,01	0,57	-	0,57	11,45	10,94	3,21	2,14	1,70	1,70	0,88	1,07	0,25	-	0,50	0,38	0,13	-	-
	Branca	11,38	0,57	-	0,57	10,82	10,31	3,08	2,01	1,70	1,38	0,88	1,07	0,25	-	0,50	0,38	0,13	-	-
	Preta	0,19	-	-	-	0,19	0,19	-	-	-	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	0,38	-	-	-	0,38	0,38	0,13	0,13	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Homens	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	3,46	0,13	-	0,13	3,33	3,33	1,13	0,82	0,63	0,38	0,13	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-
	Branca	3,33	0,13	-	0,13	3,21	3,21	1,13	0,82	0,63	0,25	0,13	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-
	Preta	0,13	-	-	-	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	Parda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	8,55	0,44	-	0,44	8,11	7,61	2,08	1,32	1,07	1,32	0,75	0,94	0,13	-	0,50	0,38	0,13	-	-
	Branca	8,05	0,44	-	0,44	7,61	7,11	1,95	1,19	1,07	1,13	0,75	0,94	0,13	-	0,50	0,38	0,13	-	-
	Preta	0,06	-	-	-	0,06	0,06	-	-	-	0,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	0,38	-	-	-	0,38	0,38	0,13	0,13	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061> (Acesso em: 28/06/2026)

A Tabela 03 apresenta a distribuição das pessoas com ensino superior completo segundo sexo, idade e cor ou raça, permitindo identificar como a formação universitária está distribuída entre os diferentes segmentos populacionais do município.

Embora existam pessoas graduadas em praticamente todas as faixas etárias adultas, observa-se que esse grupo representa uma parcela reduzida da população municipal, confirmando o baixo percentual geral de apenas 12,01% de adultos com graduação concluída.

A presença de graduados em diferentes grupos etários demonstra que o acesso ao ensino superior ocorreu ao longo de distintos períodos históricos, mas ainda de maneira limitada. Esse cenário evidencia que o município não conseguiu ampliar significativamente o número de pessoas com formação universitária ao longo das últimas décadas, mantendo um quantitativo relativamente reduzido de profissionais altamente qualificados.

Sob a perspectiva do desenvolvimento municipal, esse indicador possui elevada relevância, uma vez que maiores níveis de escolarização superior estão associados ao fortalecimento dos serviços públicos, ao aumento da produtividade econômica, à inovação tecnológica e à melhoria da qualidade de vida da população. Assim, ampliar o percentual de pessoas com graduação constitui um objetivo estratégico para o desenvolvimento local sustentável.

2) Instituições no município que oferecem cursos de graduação

Painel 01 – Instituições de nível superior no município

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☐ Instituição de Ensino Superior
 ☒ Curso de Graduação
 ☐ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso:

☐ Pesquisa Exata

Classificação de Curso:

Selecione Área Geral

Selecione Área Específica

Selecione Área Detalhada

Selecione Rótulo do Curso

UF:

Rio Grande do Sul

Município:

Almirante Tamandaré do Sul

Gratuidade do Curso:

Selecione...

Modalidade:

☒ A Distância
 ☒ Presencial
 ☒ Semipresencial

Grau:

☐ Bacharelado
 ☐ Licenciatura
 ☐ Tecnológico
 ☐ Sequencial
 ☐ Programa de Formação
 ☐ Segunda Licenciatura

Índice:

Selecione...

☐ 1
 ☐ 2
 ☐ 3
 ☐ 4
 ☐ 5
 ☐ SC

Situação:

Em Atividade

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : CURSO

Histórico de Índices

Exportar Detalhado

Exportar Excel

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	Índices	Vagas Anuais	Data Início
Nenhum registro encontrado!							

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada> (Acesso em: 28/06/2026)

O Painel 01, elaborado a partir da consulta ao sistema e-MEC, evidencia que não existem instituições de educação superior nem cursos de graduação em funcionamento no município de Almirante Tamandaré do Sul.

Esse resultado representa um dos principais fatores estruturais associados ao problema analisado. A inexistência de oferta local leva os estudantes interessados na formação superior a buscar instituições em municípios vizinhos, tornando o acesso condicionado à disponibilidade de transporte, recursos financeiros e tempo para deslocamento.

A ausência de instituições de ensino superior também reduz as oportunidades de interação entre universidade, setor produtivo e administração pública, limitando o desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão, inovação e formação continuada que poderiam contribuir diretamente para o desenvolvimento econômico e social do município.

Além disso, essa realidade pode favorecer processos de migração estudantil e, posteriormente, de fixação profissional em outros municípios, reduzindo a permanência de jovens qualificados em Almirante Tamandaré do Sul e dificultando a renovação técnica dos setores públicos e privados locais.

Dessa forma, embora a inexistência de instituições de ensino superior não seja, por si só, um problema passível de solução exclusivamente municipal, ela reforça a importância do estabelecimento de parcerias com universidades públicas e privadas, da ampliação da oferta de polos de educação e da implementação de políticas locais de incentivo à formação universitária.

3) Outras iniciativas de apoio a realização do ensino superior

Com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior e contribuir para a permanência dos estudantes em seus cursos de graduação, o município disponibiliza apoio ao transporte universitário para os munícipes matriculados em instituições de ensino superior localizadas em municípios da região, como Carazinho e Sarandi. Essa iniciativa representa um importante investimento na formação profissional da população, reduzindo os custos de deslocamento, favorecendo a continuidade dos estudos e promovendo maiores oportunidades de qualificação e desenvolvimento humano.

- **Número de estudantes transportados:** 22
- **Ano:** 2026
- **Municípios de destino:** Carazinho e Sarandi.

O painel referente às iniciativas municipais demonstra que a administração pública mantém uma política de transporte universitário para 22 estudantes, com deslocamento para os municípios de Carazinho e Sarandi, buscando reduzir barreiras de acesso e permanência no ensino superior.

Essa iniciativa representa uma importante política pública de apoio à educação superior, especialmente considerando a inexistência de instituições de graduação no território municipal. Ao custear ou subsidiar o transporte, o município contribui para reduzir despesas das famílias, ampliar as oportunidades educacionais e favorecer a permanência dos estudantes até a conclusão dos cursos.

Quando comparado ao contingente de pessoas com ensino médio completo e superior incompleto identificado pelo Censo Demográfico, observa-se que o número de estudantes atendidos ainda representa uma parcela limitada do público potencial. Isso indica que, embora relevante, o transporte universitário deve ser complementado por outras estratégias de permanência estudantil, como programas de orientação acadêmica, divulgação de bolsas, apoio ao acesso às políticas federais de financiamento e fortalecimento de modalidades de ensino superior a distância.

Em síntese, o painel evidencia que o município já desenvolve uma ação importante de apoio à educação superior, porém o enfrentamento do problema demanda políticas integradas que ampliem as oportunidades de acesso, permanência e conclusão da graduação para um número maior de cidadãos.

Fontes Consultadas:

- **BRASIL. Ministério da Educação (MEC).** Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Base oficial de consulta sobre

instituições e cursos de graduação em funcionamento no Brasil. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.

- **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Censo Demográfico 2022. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Tabela 10061 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL.** Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao transporte universitário, ao número de estudantes atendidos e aos municípios de destino no exercício de 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Após analisar integralmente o documento, observa-se que ele apresenta diversos elementos que permitem inferir as **causas estruturais** do Problema 14, mesmo que elas não estejam explicitadas. As evidências estatísticas, a ausência de oferta local de ensino superior e os dados administrativos permitem identificar fatores que limitam o acesso, a permanência e a conclusão da graduação no município de Almirante Tamandaré do Sul.

Considerando exclusivamente as evidências apresentadas no diagnóstico, as seguintes causas críticas podem ser identificadas:

Causa 01 – Inexistência de instituições de ensino superior no município: o diagnóstico demonstra, por meio da consulta ao sistema e-MEC, que Almirante Tamandaré do Sul não possui instituições nem cursos de graduação em funcionamento. Essa condição faz com que toda a população interessada na educação superior dependa da oferta existente em outros municípios, tornando o acesso mais complexo e oneroso.

Causa 02 – Dependência do deslocamento para municípios vizinhos para cursar a graduação: a ausência de oferta local obriga os estudantes a realizarem deslocamentos frequentes para cidades como Carazinho e Sarandi. Essa necessidade aumenta o tempo dedicado ao transporte, dificulta a conciliação entre estudo, trabalho e vida familiar e amplia o risco de evasão ou interrupção dos estudos.

Causa 03 – Custos econômicos associados à permanência no ensino superior: embora o município disponibilize transporte universitário, a permanência na graduação envolve outros custos importantes, como alimentação, materiais didáticos, acesso à internet, despesas acadêmicas e tempo investido no deslocamento. Esses fatores podem limitar a continuidade dos estudos, especialmente entre estudantes de menor renda. Essa causa decorre diretamente da análise apresentada no documento sobre a necessidade de permanência estudantil.

Causa 04 – Fragilidade das políticas locais de permanência estudantil: o documento evidencia a existência do transporte universitário, porém não apresenta outras políticas municipais estruturadas de apoio ao estudante universitário, como bolsas, auxílios financeiros, programas de acompanhamento acadêmico, orientação para acesso ao PROUNI, FIES, SISU ou políticas de permanência. Isso indica que o suporte municipal ainda se concentra em uma única estratégia, insuficiente para enfrentar toda a complexidade do problema.

Causa 05 – Elevado número de pessoas que iniciam, mas não concluem a graduação: os dados revelam que 24,53% da população possui ensino médio completo e ensino superior incompleto, enquanto apenas 12,01% concluiu a graduação. Essa diferença demonstra que muitos estudantes conseguem ingressar na educação superior, mas encontram obstáculos durante sua trajetória acadêmica, indicando dificuldades de permanência e conclusão.

Causa 06 – Baixa qualificação da população adulta: a Tabela 01 mostra que quase metade da população adulta (48,36%) ainda possui baixa escolaridade (sem instrução ou ensino fundamental incompleto). Esse cenário reduz a cultura de continuidade dos estudos, limita o capital educacional das famílias e pode influenciar negativamente as expectativas em relação ao ingresso e à conclusão da educação superior.

Causa 07 – Limitações territoriais e demográficas para atração de instituições de ensino superior: embora o documento não afirme isso explicitamente, as evidências apontam que a inexistência de cursos superiores está relacionada ao porte populacional do município e à concentração regional da oferta de educação superior. Essa característica faz com que os serviços educacionais de graduação estejam centralizados em municípios maiores, dificultando a interiorização da oferta. Essa é uma inferência consistente a partir da ausência de instituições identificadas pelo e-MEC e da dependência de polos regionais.

Causa 08 – Insuficiente articulação com políticas e oportunidades de expansão da educação superior: o diagnóstico não apresenta evidências de polos municipais de educação superior, programas de cooperação permanente com universidades, ampliação da oferta de cursos na modalidade a distância ou outras estratégias institucionais voltadas à expansão das oportunidades de graduação. Isso sugere espaço para fortalecer a articulação entre o município e as instituições de ensino superior, ampliando as possibilidades de acesso da população.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01** - Inexistência de instituições e cursos de graduação no município.
- **Causa 02** - Dependência do deslocamento para municípios vizinhos para cursar o ensino superior.
- **Causa 03** - Custos financeiros e logísticos associados à permanência na graduação.
- **Causa 04** - Fragilidade das políticas municipais de permanência estudantil além do transporte universitário.
- **Causa 05** - Elevado número de estudantes que ingressam, mas não concluem a graduação.
- **Causa 06** - Baixa escolaridade de parcela significativa da população adulta, reduzindo o potencial de acesso à educação superior.
- **Causa 07** - Limitações territoriais e demográficas que dificultam a instalação de instituições de ensino superior.
- **Causa 08** - Baixa articulação com políticas e parcerias para ampliar a oferta de educação superior e oportunidades de formação.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 14 do PME

TEMA 14 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

PROBLEMA 14:

BAIXO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM GRADUAÇÃO COMPLETA, DIFICULDADES NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO.

DESCRIPTOR 01

24,53%

da população possui ensino médio completo e ensino superior incompleto em 2022.

CAUSA 01

Inexistência de instituições e cursos de graduação no município.

CAUSA 03

Custos financeiros e logísticos associados à permanência na graduação.

CAUSA 04

Fragilidade das políticas municipais de permanência estudantil além do transporte universitário.

CAUSA 05

Elevado número de estudantes que ingressam, mas não concluem a graduação.

CAUSA 06

Baixa escolaridade de parcela significativa da população adulta, reduzindo o potencial de acesso à educação superior.

DESCRIPTOR 02

12,01%

da população possui ensino superior completo em 2022.

CAUSA 01

Inexistência de instituições e cursos de graduação no município.

CAUSA 02

Dependência do deslocamento para municípios vizinhos para cursar o ensino superior.

CAUSA 03

Custos financeiros e logísticos associados à permanência na graduação.

CAUSA 04

Fragilidade das políticas municipais de permanência estudantil além do transporte universitário.

CAUSA 05

Elevado número de estudantes que ingressam, mas não concluem a graduação.

CAUSA 06

Baixa escolaridade de parcela significativa da população adulta, reduzindo o potencial de acesso à educação superior.

DESCRIPTOR 03

22 pessoas

estão sendo transportadas a outras cidades da região para frequentar o ensino superior em 2026.

CAUSA 01

Inexistência de instituições e cursos de graduação no município.

CAUSA 02

Dependência do deslocamento para municípios vizinhos para cursar o ensino superior.

CAUSA 07

Limitações territoriais e demográficas que dificultam a instalação de instituições de ensino superior.

CAUSA 08

Baixa articulação com políticas e parcerias para ampliar a oferta de educação superior e oportunidades de formação.

LEGENDA:

- Problema
- Descritor
- Causa

Fonte: autoria própria.

16. TEMA 15 - QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

Problema 15: O MUNICÍPIO NÃO POSSUI INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM SEU TERRITÓRIO, SENDO O ACESSO À GRADUAÇÃO REALIZADO POR MEIO DE INSTITUIÇÕES LOCALIZADAS EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 15 tem como objetivo identificar as condições de oferta da educação superior no município de Rio dos Índios, considerando a existência de Instituições de Educação Superior (IES) e os elementos que permitem avaliar a qualidade da graduação. A partir dos dados oficiais disponibilizados pelo Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), busca-se compreender em que medida o município oferece oportunidades de acesso ao ensino superior em seu território e quais os reflexos dessa realidade para a formação acadêmica da população. Ainda que o município não possua instituições de ensino superior instaladas, o município possui a estratégia de para garantir o acesso dos estudantes às universidades da região, contribuindo para a democratização do ensino superior e para a qualificação profissional da população.

DESCRITORES¹⁶ DO PROBLEMA:

□ **Descritor 01:** 0% de instituições de ensino superior no município.

1) Instituições no município que oferecem cursos de graduação

Painel 01 – Instituições de nível superior no município

¹⁶ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☐ Instituição de Ensino Superior
☒ Curso de Graduação
☐ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso:

☐ Pesquisa Exata

Classificação de Curso:

Selecione Área Geral

Selecione Área Específica

Selecione Área Detalhada

Selecione Rótulo do Curso

UF:

Rio Grande do Sul

Município:

Almirante Tamandaré do Sul

Gratuidade do Curso:

Selecione...

Modalidade:

☒ A Distância
☒ Presencial
☒ Semipresencial

Grau:

☐ Bacharelado
☐ Licenciatura
☐ Tecnológico
☐ Sequencial
☐ Programa de Formação
☐ Segunda Licenciatura

Índice:

Selecione...

☐ 1
☐ 2
☐ 3
☐ 4
☐ 5
☐ SC

Situação:

Em Atividade

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : CURSO

Histórico de índices

Exportar Detalhado

Exportar Excel

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	Índices	Vagas Anuais	Data Início
Nenhum registro encontrado!							

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada> (Acesso em: 28/06/2026)

A análise dos dados evidencia que o município de **Almirante Tamandaré do Sul** não possui Instituições de Educação Superior (IES) instaladas em seu território, conforme consulta realizada na base oficial do sistema e-MEC. Assim, o descritor demonstra que **0% das instituições de ensino superior estão localizadas no município**, impossibilitando a avaliação direta da qualidade da graduação por meio de indicadores como Conceito de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC), infraestrutura, desempenho acadêmico e qualificação do corpo docente.

A inexistência de instituições de ensino superior em Almirante Tamandaré do Sul, entretanto, não significa ausência de acesso à graduação. Para garantir esse direito, os estudantes buscam formação em universidades localizadas em municípios da região, realizando deslocamentos diários. Nesse contexto, destaca-se a atuação do **Poder Público Municipal**, que desenvolve uma importante política de apoio à educação superior ao **oferecer transporte escolar gratuito para 22 universitários**, possibilitando o deslocamento até as instituições de ensino nos municípios de Sarandi e Carazinho. Essa iniciativa contribui significativamente para reduzir barreiras de acesso, minimizar os

custos assumidos pelas famílias e ampliar as oportunidades de permanência e conclusão dos cursos de graduação.

Apesar desse importante incentivo, a ausência de uma IES no município ainda representa desafios para o desenvolvimento local. A inexistência de cursos superiores limita a realização de atividades de pesquisa, inovação, extensão universitária e formação continuada, reduzindo as possibilidades de produção de conhecimento voltado às necessidades do território. Também restringe a atração de investimentos, a qualificação da mão de obra local e a formação de profissionais em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do município.

Embora muitos estudantes tenham acesso à educação superior por meio de instituições presenciais em municípios vizinhos e de cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD), a garantia desse direito depende da manutenção de políticas públicas de apoio à permanência estudantil. Nesse sentido, além do transporte universitário já disponibilizado pelo município, tornam-se relevantes ações voltadas ao fortalecimento da conectividade digital, ao acesso a programas de bolsas e ao estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior para ampliar as oportunidades de formação da população.

Conclui-se, portanto, que o problema relacionado à qualidade da graduação, no contexto de Almirante Tamandaré do Sul, está diretamente associado à **ausência de oferta local de educação superior**, o que inviabiliza a avaliação da qualidade institucional no próprio município. Ainda assim, a política municipal de apoio ao transporte universitário demonstra o compromisso do poder público com a ampliação do acesso ao ensino superior. O fortalecimento dessa política, aliado à ampliação de parcerias com universidades e à expansão de polos de Educação a Distância, constitui uma estratégia relevante para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da graduação, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e para o desenvolvimento sustentável do município.

Fontes Consultadas:

- **BRASIL. Ministério da Educação (MEC).** Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Base oficial de consulta sobre instituições e cursos de graduação em funcionamento no Brasil. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Inviabilidade de ser realizada pela inexistência de Instituição de Ensino Superior no município.

B) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 15 do PME

TEMA 15 – QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

PROBLEMA 15

O MUNICÍPIO NÃO POSSUI INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM SEU TERRITÓRIO, SENDO O ACESSO À GRADUAÇÃO REALIZADO POR MEIO DE INSTITUIÇÕES LOCALIZADAS EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO.

DESCRITOR 01



0%

de instituições de ensino superior no município.

LEGENDA:

- PROBLEMA
- DESCRITOR
- CAUSA

Fonte: autoria própria.

17. TEMA 16 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Problema 16: BAIXO PERCENTUAL DE MESTRES E DOUTORES NA POPULAÇÃO, NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva da Pós-Graduação Stricto Sensu no município de Almirante Tamandaré do Sul tem como objetivo avaliar as condições de acesso da população à formação em nível de mestrado e doutorado, considerando a evolução da demanda por cursos de pós-graduação, a existência de oferta institucional no território municipal e o nível de qualificação dos profissionais da educação básica. Os indicadores analisados permitem compreender não apenas a inserção do município no contexto regional da pós-graduação, mas também identificar os fatores estruturais que influenciam o acesso, a permanência e a conclusão de cursos stricto sensu. Embora a Região Sul apresente crescimento contínuo no número de estudantes matriculados em especialização, mestrado e doutorado, a realidade municipal evidencia desafios relacionados à inexistência de instituições que ofertem programas stricto sensu no próprio território e à dependência de centros universitários localizados em outros municípios. Ao mesmo tempo, a elevada proporção de professores com pós-graduação demonstra um movimento de valorização da formação continuada, embora os dados não permitam distinguir, de forma específica, a participação de mestres e doutores. Nesse contexto, a análise dos indicadores possibilita compreender as potencialidades e limitações locais, subsidiando a formulação de políticas públicas voltadas à ampliação das oportunidades de qualificação acadêmica e à redução das desigualdades de acesso à pós-graduação stricto sensu.

DESCRITORES¹⁷ DO PROBLEMA:

- ❑ **Descritor 01:** Não há instituições de ensino superior que ofertem cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no município de Almirante Tamandaré do Sul em 2026.
- ❑ **Descritor 02:** O acesso da população à pós-graduação stricto sensu depende da oferta existente em outros municípios, em razão da inexistência de programas locais de mestrado e doutorado.
- ❑ **Descritor 03:** A Região Sul ampliou o número de estudantes matriculados em cursos de especialização, mestrado e doutorado, passando de 200 mil estudantes em 2016 para 368 mil em 2025, demonstrando expansão regional da pós-graduação, embora esse crescimento não represente necessariamente ampliação da oferta no município.
- ❑ **Descritor 04:** Em 2024, aproximadamente 79,5% dos professores da Educação Básica do município possuíam pós-graduação lato sensu ou stricto sensu,

¹⁷ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

indicando elevado nível de formação continuada, porém sem identificação específica do percentual de mestres e doutores.

Tabela 01 - Estudantes do ensino superior, especialização, mestrado ou doutorado, por curso frequentado e modalidade do curso

Tabela 7150 - Estudantes do ensino superior, especialização, mestrado ou doutorado, por curso frequentado e modalidade do curso							
Variável - Estudantes do superior, especialização, mestrado ou doutorado (Mil pessoas)							
Grande Região - Sul							
Modalidade do curso - Total							
Curso frequentado - Especialização, Mestrado e Doutorado							
Ano							
2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024	2025
200	247	263	263	292	303	333	382
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre							

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7150#resultado> (Acesso em: 30/06/2026)

A Tabela 01 apresenta a evolução do número de estudantes que frequentavam cursos de especialização, mestrado ou doutorado na Região Sul, na modalidade total, entre os anos de 2016 e 2025. Observa-se crescimento ao longo da série histórica: em 2016 eram 200 mil estudantes, passando para 247 mil em 2017, 263 mil em 2018, 253 mil em 2019, 292 mil em 2022, 303 mil em 2023, 333 mil em 2024 e 362 mil em 2025.

Os dados indicam uma tendência geral de ampliação do acesso à pós-graduação, especialmente a partir de 2022, quando o crescimento se torna mais consistente. O aumento de 200 mil para 362 mil estudantes representa avanço expressivo na procura e frequência em cursos de especialização, mestrado e doutorado na Região Sul. No entanto, o dado regional não permite afirmar que esse crescimento esteja distribuído de forma equilibrada entre todos os municípios. Para Almirante Tamandaré do Sul, o desafio está em compreender se a população local consegue acessar essa expansão regional ou se permanece dependente de deslocamentos, oferta externa e condições individuais de permanência.

Painel 01- Instituições de nível superior que ofertam cursos de pós-graduação stricto sensu no município

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☐ Instituição de Ensino Superior
☐ Curso de Graduação
☒ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso:

Área:

Selecione Área Geral

UF:

Rio Grande do Sul

Município:

Almirante Tamandaré do Sul

Modalidade:

☐ A Distância
☐ Presencial

Situação:

Ativo

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Exportar Excel

Instituição - IES	Sigla	Denominação	Área	Modalidade	Carga Horária	UF de Oferta	Vagas
Nenhum registro encontrado!							

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada> (Acesso em: 28/06/2026)

O Painel 01 mostra a consulta ao sistema e-MEC para identificar instituições de ensino superior que ofertam cursos de pós-graduação stricto sensu no município de Almirante Tamandaré do Sul. O resultado apresentado indica “Nenhum registro encontrado”, ou seja, não há instituição no município ofertando cursos de mestrado ou doutorado.

Esse dado é central para o Problema 16, pois evidencia uma barreira territorial de acesso. A inexistência de oferta local de pós-graduação stricto sensu obriga os interessados a buscar cursos em outros municípios, polos regionais ou instituições em modalidade compatível. Essa condição pode ampliar desigualdades, pois o ingresso e a permanência em mestrados e doutorados passam a depender de fatores como transporte, tempo disponível, renda, flexibilidade de trabalho, acesso à informação e vínculo com instituições externas.

Portanto, o painel revela que o município não dispõe de infraestrutura acadêmica local para formação stricto sensu, o que limita a democratização do acesso à formação avançada e dificulta a ampliação do percentual de mestres e doutores na população.

Painel 02 - Professores da educação básica com pós graduação lato sensu ou stricto sensu

Professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2013-2024

Ano	2014			2015			2016			2017		
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)
Sul	39	23	59,0%	43	25	58,1%	44	24	54,5%	40	24	60,0%
Rio Grande do Sul	39	23	59,0%	43	25	58,1%	44	24	54,5%	40	24	60,0%
Almirante Tamandaré do Sul	39	23	59,0%	43	25	58,1%	44	24	54,5%	40	24	60,0%
Total	39	23	59,0%	43	25	58,1%	44	24	54,5%	40	24	60,0%

Ano	2018			2019			2020			2021		
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)
Sul	39	28	71,8%	41	26	63,4%	40	24	60,0%	40	31	77,5%
Rio Grande do Sul	39	28	71,8%	41	26	63,4%	40	24	60,0%	40	31	77,5%
Almirante Tamandaré do Sul	39	28	71,8%	41	26	63,4%	40	24	60,0%	40	31	77,5%
Total	39	28	71,8%	41	26	63,4%	40	24	60,0%	40	31	77,5%

Ano	2022			2023			2024		
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)
Sul	42	30	71,4%	44	32	72,7%	39	31	79,5%
Rio Grande do Sul	42	30	71,4%	44	32	72,7%	39	31	79,5%
Almirante Tamandaré do Sul	42	30	71,4%	44	32	72,7%	39	31	79,5%
Total	42	30	71,4%	44	32	72,7%	39	31	79,5%

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2024).

Fonte: reorganizado a partir do [Painel de Monitoramento do PNE](#) (Acesso em: 30/06/2026)

O Painel 02 apresenta dados sobre professores da Educação Básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu entre 2013 e 2024. No caso de Almirante Tamandaré do Sul, observa-se que o percentual de docentes com pós-graduação é elevado em parte da série histórica, chegando a 89,7% em 2014, 92,5% em 2015, 94,6% em 2016, 66,7% em 2017, 71,8% em 2018, 61,4% em 2019, 60,9% em 2020, 77,5% em 2021, 71,4% em 2022, 72,7% em 2023 e 79,5% em 2024.

A análise demonstra que há uma presença significativa de professores com algum tipo de pós-graduação, especialmente lato sensu. Contudo, o indicador agrega lato sensu e stricto sensu, o que impede identificar com precisão quantos docentes possuem mestrado ou doutorado. Isso é importante porque o Problema 16 trata especificamente do baixo percentual de mestres e doutores. Assim, embora o município apresente boa qualificação geral do corpo docente, não é possível concluir que essa formação esteja concentrada em mestrado e doutorado.

Também chama atenção a oscilação dos percentuais ao longo dos anos. Depois de atingir patamares superiores a 90% entre 2015 e 2016, o município apresenta queda a partir de 2017, chegando a 60,9% em 2020. A partir de 2021 há recuperação gradual, alcançando 79,5% em 2024. Essa variação pode estar relacionada a mudanças no quadro docente, vínculos profissionais, aposentadorias, contratações, atualização cadastral ou composição das redes de ensino.

Síntese geral da análise:

Os dados evidenciam que, embora a Região Sul apresente crescimento no número de estudantes em cursos de especialização, mestrado e doutorado, Almirante Tamandaré do Sul não possui oferta local de pós-graduação stricto sensu. Isso cria uma barreira territorial importante para o acesso da população a mestrados e doutorados. Ao mesmo tempo, o município apresenta percentual relevante de professores da Educação Básica com pós-graduação, mas o dado não diferencia adequadamente lato sensu de stricto sensu, dificultando a mensuração exata de mestres e doutores. Assim, o principal desafio do município está na ampliação das condições de acesso, permanência e conclusão da formação stricto sensu, especialmente por meio de parcerias institucionais, incentivo à qualificação profissional e apoio aos estudantes e professores que precisam buscar formação fora do território municipal.

Fontes Consultadas:

- **BRASIL. Ministério da Educação (MEC).** Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Base oficial de consulta sobre instituições e cursos de graduação em funcionamento no Brasil. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- [Painel de Monitoramento do PNE](#)
- <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7150#resultado>

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise dos dados apresentados no documento, é possível identificar que o **baixo percentual de mestres e doutores na população de Almirante Tamandaré do Sul** pode estar associado à ausência de oferta local de programas de pós-graduação stricto sensu e às limitações de acesso à formação avançada, mas também levamos em consideração os custos financeiros elevados, necessidade de conciliar trabalho e estudos, falta de tempo e sobrecarga profissional, desconhecimento sobre oportunidades, entre outros motivos. As evidências apresentadas permitem identificar as seguintes causas críticas:

Causa 01 – Inexistência de instituições de ensino superior que ofertem cursos de pós-graduação stricto sensu no município: a consulta ao sistema e-MEC demonstra que Almirante Tamandaré do Sul não possui instituições credenciadas oferecendo cursos de mestrado ou doutorado. A ausência de oferta local constitui a principal barreira para a ampliação do número de mestres e doutores residentes no município.

Causa 02 – Dependência de instituições localizadas em outros municípios para acesso aos cursos de mestrado e doutorado: a inexistência de programas stricto sensu obriga estudantes e profissionais a deslocarem-se para centros universitários regionais, aumentando custos financeiros, tempo de deslocamento e dificuldades de permanência durante a formação.

Causa 03 – Barreiras geográficas, econômicas e de disponibilidade de tempo para ingresso e permanência na pós-graduação stricto sensu: a necessidade de deslocamento, associada às atividades profissionais e familiares, dificulta o acesso aos cursos de mestrado e doutorado, especialmente para trabalhadores da educação e demais profissionais que residem no município.

Causa 04 – Ausência de políticas locais permanentes de incentivo à formação stricto sensu: o diagnóstico não evidencia mecanismos municipais estruturados de incentivo, como bolsas de estudo, auxílios financeiros, afastamento remunerado, parcerias institucionais ou programas específicos voltados à ampliação da formação em nível de mestrado e doutorado.

Causa 05 – Inexistente inserção do município em redes de cooperação acadêmica e científica com instituições de ensino superior: a inexistência de programas ofertados no território sugere necessidade de fortalecimento das parcerias entre o município e universidades públicas e privadas para ampliar oportunidades de formação, pesquisa e desenvolvimento científico.

Causa 06 – Oferta regional de cursos stricto sensu concentrada em polos universitários de maior porte: embora a Região Sul apresente crescimento no número de estudantes matriculados em pós-graduação, essa expansão não se traduz em

descentralização da oferta para municípios de pequeno porte, mantendo desigualdades territoriais no acesso à formação avançada.

Causa 07 – Predominância da formação lato sensu em relação à formação stricto sensu entre os profissionais da Educação Básica: os dados mostram elevado percentual de professores com pós-graduação, porém o indicador reúne cursos lato sensu e stricto sensu, sugerindo que grande parte da qualificação docente está concentrada em especializações, sem necessariamente representar aumento proporcional do número de mestres e doutores.

Causa 08 – Necessidade de fortalecimento das políticas de valorização da pesquisa, da inovação e da formação acadêmica avançada: a ampliação do percentual de mestres e doutores depende não apenas da oferta de cursos, mas também de políticas públicas que estimulem a pesquisa, a produção científica, a inovação e a qualificação continuada dos profissionais, fortalecendo uma cultura de formação acadêmica de alto nível.

Essas causas estão diretamente fundamentadas nas evidências apresentadas no documento e representam os principais fatores que limitam a ampliação do número de mestres e doutores no município, subsidiando a elaboração da análise causal e da árvore dos problemas do **Tema 16 – Pós-Graduação Stricto Sensu**.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01** – Inexistência de instituições de ensino superior que ofereçam cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no município.
- **Causa 02** – Dependência de instituições localizadas em outros municípios para acesso aos cursos de mestrado e doutorado, aumentando as dificuldades de ingresso, permanência e conclusão.
- **Causa 03** – Barreiras geográficas, econômicas e de disponibilidade de tempo que dificultam o acesso da população aos programas de pós-graduação stricto sensu.
- **Causa 04** – Ausência de políticas municipais permanentes de incentivo e apoio à formação em nível de mestrado e doutorado, como bolsas, auxílios, licenças para qualificação e parcerias institucionais.
- **Causa 05** – Predominância da formação lato sensu em relação à formação stricto sensu entre os profissionais da Educação Básica, limitando a ampliação do número de mestres e doutores no município.
- **Causa 06** – Inexistência de articulação do município com universidades e instituições de ensino superior para ampliar oportunidades de pesquisa, inovação e formação acadêmica avançada.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 16 do PME

TEMA 16 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

PROBLEMA 16:

BAIXO PERCENTUAL DE MESTRES E DOUTORES NA POPULAÇÃO, NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.

DESCRIPTOR 01

Não há instituições de ensino superior que ofereçam cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no município de Almirante Tamandaré de Sul em 2026.

DESCRIPTOR 02

O acesso da população à pós-graduação *stricto sensu* depende da oferta existente em outros municípios, em razão da inexistência de programas locais de mestrado e doutorado.

DESCRIPTOR 03

A Região Sul ampliou o número de estudantes matriculados em cursos de especialização, mestrado e doutorado, passando de 200 mil estudantes em 2016 para 368 mil em 2025, demonstrando expansão regional da pós-graduação, embora esse crescimento não represente necessariamente ampliação da oferta no município.

DESCRIPTOR 04

Em 2024, aproximadamente 79,5% dos professores da Educação Básica do município possuíam pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, indicando elevado nível de formação continuada, porém sem identificação específica do percentual de mestres e doutores.

CAUSA 01

Inexistência de instituições de ensino superior que ofereçam cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no município.

CAUSA 01

Inexistência de instituições de ensino superior que ofereçam cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no município.

CAUSA 01

Inexistência de instituições de ensino superior que ofereçam cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no município.

CAUSA 04

Ausência de políticas municipais permanentes de incentivo e apoio à formação em nível de mestrado e doutorado, como bolsas, auxílios, licenças para qualificação e parcerias institucionais.

CAUSA 04

Ausência de políticas municipais permanentes de incentivo e apoio à formação em nível de mestrado e doutorado, como bolsas, auxílios, licenças para qualificação e parcerias institucionais.

CAUSA 02

Dependência de instituições localizadas em outros municípios para acesso aos cursos de mestrado e doutorado, aumentando as dificuldades de ingresso, permanência e conclusão.

CAUSA 06

Inexistência de articulação do município com universidades e instituições de ensino superior para ampliar oportunidades de pesquisa, inovação e formação acadêmica avançada.

CAUSA 05

Predominância da formação *lato sensu* em relação à formação *stricto sensu* entre os profissionais da Educação Básica, limitando a ampliação do número de mestres e doutores no município.

CAUSA 06

Inexistência de articulação do município com universidades e instituições de ensino superior para ampliar oportunidades de pesquisa, inovação e formação acadêmica avançada.

CAUSA 03

Barreiras geográficas, econômicas e de disponibilidade de tempo que dificultam o acesso da população aos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

CAUSA 04

Ausência de políticas municipais permanentes de incentivo e apoio à formação em nível de mestrado e doutorado, como bolsas, auxílios, licenças para qualificação e parcerias institucionais.

CAUSA 06

Inexistência de articulação do município com universidades e instituições de ensino superior para ampliar oportunidades de pesquisa, inovação e formação acadêmica avançada.

LEGENDA:



Problema



Descritor



Causa

Fonte: autoria própria.

18. TEMA 17: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Problema: DESPROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise do Problema 17 – Desprofissionalização do Magistério da Educação Básica fundamenta-se em indicadores relacionados à valorização dos profissionais da educação, contemplando aspectos como a remuneração inicial da carreira, a organização da jornada de trabalho com garantia da hora-atividade e a estrutura do Plano de Carreira do Magistério. Esses elementos constituem dimensões essenciais para a atratividade, a permanência e o desenvolvimento profissional dos docentes, sendo reconhecidos pela legislação educacional brasileira como condições indispensáveis para a valorização do magistério e para a garantia da qualidade da educação básica. Assim, os descritores apresentados permitem verificar em que medida o município assegura condições adequadas de valorização profissional, identificando avanços, fragilidades e desafios que podem comprometer a consolidação de uma carreira docente atrativa, estável e alinhada aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério.

DESCRITORES¹⁸ DO PROBLEMA:

- ❑ **Descritor 01:** O vencimento inicial dos professores municipais esteve igual ou superior ao Piso Salarial Profissional Nacional entre 2016 e 2022, porém passou a situar-se abaixo do piso nacional nos anos de 2023, 2024 e 2025, evidenciando defasagem na valorização remuneratória do magistério.
- ❑ **Descritor 02:** O município assegura aos professores o mínimo legal de 1/3 da jornada destinada à hora-atividade, garantindo 6,67 horas semanais para planejamento na jornada de 20 horas, em conformidade com a Lei nº 11.738/2008.
- ❑ **Descritor 03:** O Plano de Carreira do Magistério prevê progressão por formação e tempo de serviço, gratificações para funções específicas e adicional por quinquênio, porém não contempla progressão por mérito, incentivo financeiro à pós-graduação, gratificação por difícil acesso, licença-prêmio ou outros mecanismos ampliados de valorização profissional.

a) Dados sobre salário inicial dos profissionais da educação municipal

Segundo a Lei nacional:

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.

Regulamenta o inciso XII do *caput* do art. 212-A da Constituição Federal, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026)

¹⁸ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 5.130,63 (cinco mil, cento e trinta reais e sessenta e três centavos) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade normal, prevista no [art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [\(Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026\)](#)

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, incluídos os professores da educação infantil, reconhecendo o princípio da integralidade entre cuidar, brincar e educar, independentemente da designação do cargo ou da função que ocupam, em suas diversas etapas e modalidades, assim como os profissionais contratados por tempo determinado, considerada, em todos os casos, a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional. [\(Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026\)](#)

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no *caput* deste artigo.

§ 5º As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo [art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003](#), e pela [Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005](#).

(Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11738&ano=2008&ato=613kXSE5UNRpWT938>, acesso em: 08/07/2026)

Salário básico dos professores municipais nos últimos dez anos:

Tabela 01 – Salário básico dos professores municipais 2015 a 2025.

Ano	Salário base (20h)	Piso Nacional (20h)
2015	R\$ 959,10	R\$ 959,39
2016	R\$ 1.068,05	R\$ 1.067,82
2017	R\$ 1.149,65	R\$ 1.149,40
2018	R\$ 1.227,94	R\$ 1.227,67
2019	R\$ 1.279,15	R\$ 1.278,87
2020	R\$ 1.443,39	R\$ 1.443,12
2021	R\$ 1.443,39	R\$ 1.443,12
2022	R\$ 1.923,17	R\$ 1.922,67
2023	R\$ 2.077,02	R\$ 2.210,27
2024	R\$ 2.152,22	R\$ 2.290,28
2025	R\$ 2.287,16	R\$ 2.433,88

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação
(Acesso em: 17/07/2026)

A análise da evolução do salário básico dos professores municipais, considerando a jornada de 20 horas semanais, evidencia dois períodos distintos em relação ao cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério. Entre 2016 e 2022, o município manteve o vencimento inicial igual ou ligeiramente superior ao piso nacional, demonstrando conformidade com a Lei Federal nº 11.738/2008 e assegurando o patamar mínimo de valorização remuneratória estabelecido pela legislação. Em 2015, observa-se uma diferença pouco significativa de R\$ 0,29 abaixo do piso nacional, situação posteriormente corrigida nos anos seguintes.

A partir de 2023, entretanto, verifica-se uma mudança nesse cenário. O reajuste do vencimento inicial municipal passou a ocorrer em percentual inferior ao crescimento do Piso Salarial Profissional Nacional, resultando em remuneração abaixo do mínimo legal. Em 2023, a diferença entre o salário base municipal (R\$ 2.077,02) e o piso nacional proporcional (R\$ 2.210,27) foi de R\$ 133,25. Em 2024, essa diferença ampliou-se para R\$ 138,06 e, em 2025, atingiu R\$ 146,72, evidenciando um processo gradual de defasagem remuneratória.

Embora o salário inicial tenha apresentado crescimento nominal ao longo da série histórica, passando de R\$ 959,10 em 2015 para R\$ 2.287,16 em 2025, o aumento acumulado não acompanhou a evolução do piso nacional nos últimos três anos. Essa situação indica perda relativa do poder de valorização da carreira docente municipal, uma vez que o vencimento inicial deixou de atender ao parâmetro mínimo definido nacionalmente para o magistério público da educação básica.

Sob a perspectiva da política educacional, o cumprimento do piso salarial representa apenas um requisito mínimo de valorização profissional. A manutenção de vencimentos abaixo do piso nacional compromete a atratividade da carreira, dificulta a retenção de profissionais qualificados e pode impactar negativamente a motivação dos docentes, refletindo, a médio e longo prazo, na qualidade da educação ofertada.

Assim, os dados evidenciam que, apesar do histórico de atendimento ao Piso Salarial Profissional Nacional entre 2016 e 2022, o município passou a apresentar descumprimento desse parâmetro legal a partir de 2023, configurando uma fragilidade na política de valorização remuneratória do magistério. Esse cenário demonstra a necessidade de revisão da política salarial municipal, de forma a restabelecer a conformidade com a legislação federal e fortalecer a valorização dos profissionais da educação básica, conforme preconizado pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei nº 11.738/2008.

b) Dados sobre a hora atividades dos profissionais da educação de Almirante Tamandaré do Sul (reserva de tempo extraclasse para planejamento)

Segundo a Lei federal:

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.

Regulamenta o inciso XII do *caput* do art. 212-A da Constituição Federal, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação [...]

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

A análise da organização da jornada de trabalho dos profissionais do magistério de Almirante Tamandaré do Sul demonstra que o município assegura, em seu Plano de Carreira, 6,67 horas semanais de hora-atividade para a jornada de 20 horas, correspondendo a 1/3 da carga horária total, em conformidade com o § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008. Dessa forma, o tempo destinado às atividades de interação direta com os estudantes limita-se a 13,33 horas semanais (2/3 da jornada), enquanto o período restante é reservado às atividades extraclasse, atendendo ao parâmetro legal estabelecido para a composição da jornada docente.

O Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Almirante Tamandaré do Sul está instituído pela Lei Municipal Nº 68/2001 de 05 de dezembro de 2001.

Art. 24.O regime normal de trabalho dos profissionais da Educação, com atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, será de 20 e/ou 22 horas semanais. Os profissionais atuantes no Ensino fundamental do 1º ao 5º ano, será de 25 horas semanais, sendo que 1/3 de ambas as cargas horárias ficam reservadas para horas atividade. (Redação dada pela Lei nº 2305/2022)

Segundo o Decreto Municipal:

§3º. Os professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, deverão cumprir sua carga horária correspondente à 1/3 na seguinte proporção:

CARGA HORÁRIA	HORAS ATIVIDADES (1/3)	HORAS POSSÍVEIS DE SER CUMPRIDAS À DISTÂNCIA (50% DE 1/3)
20 HORAS	6 HORAS 40 MIN	3 HORAS 20 MIN
22 HORAS	7 HORAS 20 MIN	3 HORAS 40 MIN
25 HORAS	8 HORAS 20 MIN	4 HORAS 10 MIN

Existe também 20 minutos diários de planejamento no turno de trabalho dos professores, complementando a carga horária destinada para hora atividade.

A análise conjunta da legislação federal, do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal e do Decreto Municipal demonstra que Almirante Tamandaré do Sul assegura a reserva de 1/3 da jornada de trabalho dos professores para atividades extraclasse, em consonância com o disposto no § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008.

A Lei Federal nº 11.738/2008 estabelece que, na composição da jornada de trabalho dos profissionais do magistério público da Educação Básica, deve ser observado o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos. Consequentemente, no mínimo 1/3 da jornada deve ser destinado às atividades extraclasse, compreendendo planejamento, avaliação, estudos, formação, reuniões pedagógicas e demais atividades inerentes ao trabalho docente que não correspondam à interação direta com os estudantes.

No âmbito municipal, essa garantia encontra-se incorporada ao Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, instituído pela Lei Municipal nº 68/2001, com redação dada pela Lei nº 2.305/2022. O art. 24 estabelece diferentes regimes semanais de

trabalho conforme a etapa de atuação — 20 e/ou 22 horas para profissionais da Educação Infantil e dos anos finais do Ensino Fundamental e 25 horas para os profissionais dos anos iniciais — determinando expressamente que 1/3 de todas essas cargas horárias seja reservado para hora-atividade.

O Decreto Municipal detalha a operacionalização dessa previsão legal. Os cálculos apresentados no Decreto estão matematicamente corretos. Na jornada de 20 horas, 1/3 corresponde a 6h40min; na jornada de 22 horas, a 7h20min; e, na jornada de 25 horas, a 8h20min. Dessa forma, nenhuma das jornadas ultrapassa o limite de 2/3 destinado à interação direta com os estudantes.

Outro aspecto relevante é que o Decreto permite que até 50% do período correspondente à hora-atividade seja cumprido a distância. Assim, podem ser realizadas remotamente 3h20min na jornada de 20 horas, 3h40min na de 22 horas e 4h10min na de 25 horas. Essa possibilidade não reduz o quantitativo de 1/3 reservado à hora-atividade; apenas regulamenta o local ou a modalidade de cumprimento de parte desse período. Os outros 50% permanecem destinados ao cumprimento presencial, conforme a organização estabelecida pela rede municipal.

Portanto, para fins do Diagnóstico do Plano Municipal de Educação, os dados permitem concluir que o município apresenta uma situação positiva quanto à organização formal da jornada docente: a legislação municipal incorporou o parâmetro nacional de 1/3 de hora-atividade e o Decreto regulamentou sua distribuição de forma proporcional às diferentes jornadas existentes na rede. O principal aspecto a ser acompanhado no período de vigência do PME não é, portanto, a instituição desse direito — que já está normativamente assegurado —, mas sua efetiva manutenção e cumprimento na prática, garantindo que o tempo reservado seja utilizado para planejamento, avaliação, formação continuada, trabalho pedagógico coletivo e demais atividades extraclasse necessárias à qualidade do trabalho docente.

c) Dados sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal

O Plano de Carreira do Magistério Público Municipal assegura algumas vantagens, sendo eles:

- Avanço de nível de acordo com o nível de formação: ensino superior, especialização, mestrado.
- Avanço de classe de acordo com o tempo de trabalho.
- Há gratificação para professores que trabalham com classes ou turmas multisseriadas.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que exercem a função de Coordenador Pedagógico e Orientador Educacional.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que exercem a função de Diretor e Vice-diretor de Escola.
- Pagamento de salário adicional a cada quinquênio.
- Pagamento de gratificação para professores que trabalham em Sala de Atendimento Educacional Especializado.

Não é assegurado no Plano de Carreira do Magistério:

- Não há progressão na carreira por merecimento.
- Não há pagamento de difícil acesso.

- Não há nenhum tipo de licença prêmio.
- Não há bolsa ou incentivo financeiro para Pós-graduação custeada pelo município.
- Não há gratificação para professores habilitados que tem crianças ou estudantes com laudos médicos.
- Não há recebimento de 14º salário.

A análise do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Almirante Tamandaré do Sul evidencia que a legislação municipal contempla importantes mecanismos de valorização profissional, estruturando a carreira por meio da progressão vinculada à formação acadêmica e ao tempo de serviço. O plano assegura avanço de nível para os profissionais que ampliam sua qualificação, contemplando graduação, especialização e mestrado, além da progressão por classes conforme o tempo de exercício na carreira. Esses dispositivos incentivam a formação continuada e reconhecem a experiência profissional como fatores relevantes para o desenvolvimento funcional dos docentes.

Outro aspecto positivo refere-se à previsão de vantagens específicas destinadas ao exercício de determinadas funções e condições de trabalho. O pagamento de gratificações para professores que atuam em classes multisseriadas, bem como para aqueles que desempenham as funções de Diretor, Vice-diretor, Coordenador Pedagógico e Orientador Educacional, demonstra o reconhecimento das responsabilidades adicionais inerentes a essas atividades. Além disso, a concessão de adicional por quinquênio constitui mecanismo de valorização da permanência na carreira, estimulando a continuidade dos profissionais na rede municipal de ensino.

Por outro lado, a análise também evidencia limitações na estrutura do plano de carreira que restringem o alcance da política de valorização docente. Entre as principais fragilidades destaca-se a inexistência de progressão por mérito ou desempenho, o que reduz as possibilidades de reconhecimento do desenvolvimento profissional associado à qualidade do trabalho realizado. Da mesma forma, a ausência de incentivos financeiros para cursos de pós-graduação limita o estímulo à qualificação acadêmica em níveis mais elevados, podendo impactar a formação continuada dos profissionais.

De modo geral, verifica-se que o Plano de Carreira apresenta uma estrutura básica consistente, assegurando direitos relacionados à progressão por formação, ao tempo de serviço, às gratificações por funções específicas e à organização da jornada de trabalho. Entretanto, a ausência de mecanismos mais amplos de reconhecimento do mérito profissional, de incentivos à qualificação e de benefícios destinados a situações específicas evidencia oportunidades de aperfeiçoamento da legislação municipal. O fortalecimento desses instrumentos poderá contribuir para ampliar a valorização dos profissionais da educação, tornar a carreira mais atrativa e favorecer a permanência de docentes qualificados na rede municipal de ensino.

d) Quanto aos professores da rede estadual de educação do RS

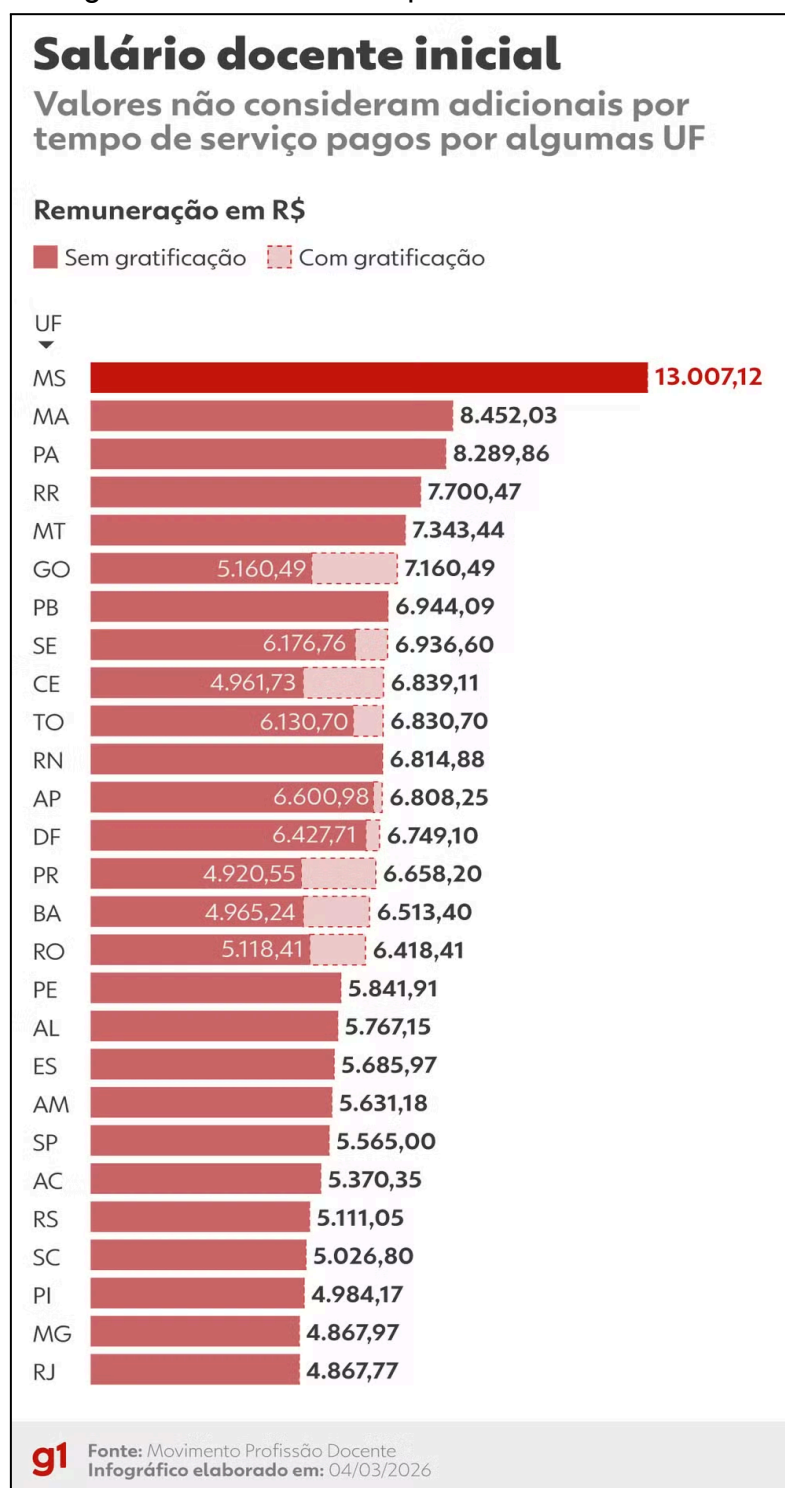
Os professores vinculados à Rede Estadual seguem integralmente o Plano de Carreira do Estado do Rio Grande do Sul, submetendo-se às normas, direitos e mecanismos de progressão definidos pela legislação estadual.

Esse aspecto evidencia que coexistem, no território municipal, dois regimes distintos de valorização profissional: um de competência municipal e outro estadual. Consequentemente, professores que atuam no mesmo município podem possuir remuneração, critérios de progressão, gratificações e benefícios distintos, conforme sua vinculação administrativa.

Essa diferenciação torna necessária a análise específica das duas redes quando se avalia a valorização dos profissionais da educação, evitando generalizações que possam ocultar diferenças importantes nas condições de trabalho e carreira.

e) Quanto a média mensal salarial por unidade da federação do Brasil

Imagem 01 – Ranking do salário inicial dos professores das redes estaduais brasileiras



Fonte: Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2026/03/05/salario-inicial-de-professor-da-rede-estadual-valores-por-e-stado.ghtml> (Acesso em: 08/07/2026).

A imagem apresenta um **ranking do salário inicial dos professores das redes estaduais brasileiras**, elaborado pelo Movimento Profissão Docente e divulgado pelo g1 em **04/03/2026**. Os valores correspondem à **remuneração inicial da carreira docente para 40 horas semanais**, indicando, em alguns estados, o salário-base e, quando aplicável, a remuneração acrescida de gratificações. O próprio gráfico ressalta que **não estão incluídos adicionais por tempo de serviço** pagos por algumas unidades da federação.

Análise geral: o primeiro aspecto que chama atenção é a grande desigualdade salarial entre os estados brasileiros. A remuneração inicial varia de R\$ 4.867,77, no Rio de Janeiro, até R\$ 13.007,12, no Mato Grosso do Sul, uma diferença superior a R\$ 8 mil mensais. Isso significa que um professor iniciante em Mato Grosso do Sul recebe aproximadamente 2,7 vezes mais que um professor em início de carreira no Rio de Janeiro.

Essa disparidade evidencia que, embora exista um Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, os estados adotam estruturas remuneratórias bastante distintas, influenciadas por fatores como:

- capacidade financeira;
- políticas de valorização do magistério;
- estrutura dos planos de carreira;
- composição entre vencimento básico e gratificações.

O Rio Grande do Sul aparece com remuneração inicial de R\$ 5.111,05 para professores que trabalhavam 40 horas semanais, ocupando uma posição entre as menores do país.

Esse dado indica que:

- o estado remunera pouco acima do piso nacional;
- está distante das políticas salariais adotadas pelos estados líderes do ranking;
- há espaço para fortalecimento da valorização docente por meio da revisão da carreira e da ampliação do vencimento básico.

A análise permite destacar alguns aspectos centrais:

- Existe elevada desigualdade federativa na remuneração inicial dos professores, contrariando o princípio de valorização equitativa do magistério previsto na Constituição e na LDB.
- Os estados do Sul e Sudeste não ocupam necessariamente as melhores posições do ranking. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro aparecem entre os menores salários iniciais, enquanto os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste figuram entre os maiores.

O levantamento reforça que a valorização docente não depende apenas do cumprimento do piso nacional, mas também da existência de planos de carreira estruturados, progressões atrativas e vencimentos básicos consistentes, capazes de promover a permanência e a atratividade da profissão docente.

Fontes Consultadas:

- Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao vencimento inicial dos professores municipais, jornada de trabalho, hora-atividade e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal (consulta realizada em julho de 2026).
- Plano de Carreira do Magistério Público Municipal. Legislação municipal vigente utilizada para levantamento das regras de progressão funcional, gratificações, vantagens e benefícios assegurados aos profissionais da educação.
- Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, atualizada pela Lei nº 15.437/2026, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional do

Magistério Público da Educação Básica e estabelece a composição da jornada de trabalho dos profissionais do magistério.

- Plano de Carreira do Magistério Público do Estado do Rio Grande do Sul, utilizado para caracterização das normas aplicáveis aos profissionais da Rede Estadual de Ensino.
- Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE), utilizado como base estatística para os dados de rendimento médio mensal por Unidade da Federação, divulgados pelo G1 Economia.
- G1 Economia. *Quem paga mais no Brasil? Veja o salário médio no seu estado.* Publicado em 25 de junho de 2026. Dados baseados no CEMPRE/IBGE.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise descritiva evidencia que o município possui uma política estruturada de organização da carreira docente, assegurando direitos importantes, como o cumprimento do percentual mínimo de hora-atividade previsto na Lei nº 11.738/2008, a progressão funcional por formação e tempo de serviço e a concessão de gratificações para determinadas funções de gestão e de atuação em classes multisseriadas. Esses aspectos demonstram que existem instrumentos legais voltados à valorização dos profissionais da educação.

Entretanto, os dados também revelam que tais mecanismos têm sido insuficientes para garantir uma política de valorização profissional capaz de fortalecer a atratividade e a permanência na carreira. A principal evidência refere-se ao vencimento inicial do magistério municipal, que permaneceu compatível com o Piso Salarial Profissional Nacional até 2022, mas passou a situar-se abaixo do mínimo legal a partir de 2023, ampliando progressivamente a defasagem remuneratória. Esse cenário demonstra fragilidade na atualização da política salarial e reduz a competitividade da carreira em relação a outras redes públicas de ensino.

Outro fator identificado diz respeito à estrutura do Plano de Carreira. Embora a legislação assegure progressão por formação e tempo de serviço, observa-se a inexistência de mecanismos que promovam uma valorização profissional mais abrangente, como progressão por mérito ou desempenho, incentivos financeiros para cursos de pós-graduação, gratificação por difícil acesso, gratificação para atuação em Salas de Atendimento Educacional Especializado ou atendimento de estudantes com necessidades específicas, além da ausência de benefícios funcionais como licença-prêmio. Essas limitações reduzem as possibilidades de reconhecimento do desempenho profissional, da qualificação acadêmica e das condições diferenciadas de trabalho.

A análise comparativa apresentada no documento também demonstra que a valorização docente depende não apenas do cumprimento do piso salarial, mas da existência de carreiras estruturadas, vencimentos iniciais competitivos e políticas permanentes de incentivo ao desenvolvimento profissional. Nesse contexto, a combinação entre remuneração inicial defasada e limitações no plano de carreira tende a reduzir a atratividade da profissão, dificultando a retenção de profissionais qualificados e comprometendo o fortalecimento da política municipal de valorização do magistério.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01** – Fragilidade da política de valorização remuneratória do magistério, evidenciada pelo não acompanhamento dos reajustes do Piso Salarial Profissional Nacional e pela defasagem do vencimento inicial em relação ao mínimo legal.
- **Causa 02** – Limitações na estrutura do Plano de Carreira do Magistério, caracterizadas pela ausência de mecanismos ampliados de valorização profissional, reconhecimento do desempenho, incentivos à qualificação e benefícios destinados a condições específicas de trabalho.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 02 – Árvore dos problemas do Tema 17 do PME

TEMA 17: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROBLEMA:
DESPROFISSIONALIZAÇÃO
DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

DESCRIPTOR 01

O vencimento inicial dos professores municipais esteve igual ou superior ao Piso Salarial Profissional Nacional entre 2016 e 2022, porém passou a situar-se abaixo do piso nacional nos anos de 2023, 2024 e 2025, evidenciando defasagem na valorização remuneratória do magistério.

DESCRIPTOR 02

O município assegura aos professores o mínimo legal de 1/3 da jornada destinada à hora-atividade, garantindo 6,67 horas semanais para planejamento na jornada de 20 horas, em conformidade com a Lei nº 11.738/2008.

DESCRIPTOR 03

O Plano de Carreira do Magistério prevê progressão por formação e tempo de serviço, gratificações para funções específicas e adicional por quinquênio, porém não contempla progressão por mérito, incentivo financeiro à pós-graduação, gratificação por difícil acesso, licença-prêmio ou outros mecanismos ampliados de valorização profissional.

CAUSA 01

Fragilidade da política de valorização remuneratória do magistério, evidenciada pelo não acompanhamento dos reajustes do Piso Salarial Profissional Nacional e pela defasagem do vencimento inicial em relação ao mínimo legal.

OBSERVAÇÃO

O descritor 02 representa um aspecto positivo. O município assegura o mínimo legal de 1/3 da jornada para hora-atividade, em conformidade com a Lei nº 11.738/2008, não havendo causa negativa associada.

CAUSA 02

Limitações na estrutura do Plano de Carreira do Magistério, caracterizadas pela ausência de mecanismos ampliados de valorização profissional, reconhecimento do desempenho, incentivos à qualificação e benefícios destinados a condições específicas de trabalho.

LEGENDA:



Problema



Descritor



Causa

Fonte: autoria própria.

19. TEMA 18: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Problema: INSUFICIÊNCIA E FRAGILIDADE DA REPRESENTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO EDUCACIONAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A gestão democrática constitui um dos princípios fundamentais da educação pública brasileira, previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), sendo essencial para assegurar a participação da comunidade escolar na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais. Nesse contexto, a análise do Problema 18 – Insuficiência e Fragilidade da Representação e da Participação Social no Planejamento e na Gestão Educacional busca verificar a existência, a organização e o grau de efetividade dos principais mecanismos de participação e controle social instituídos no município, tais como legislação específica de gestão democrática, Conselhos Escolares, processo de escolha de diretores, representação estudantil, Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Sistema Municipal de Ensino, CACS-Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar, Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar. A análise evidencia que o município dispõe de importante estrutura legal e institucional voltada à gestão democrática, porém identifica diferenças significativas quanto ao nível de atuação e efetividade dessas instâncias, indicando a necessidade de fortalecer a participação social, ampliar o funcionamento dos órgãos colegiados e consolidar uma cultura de corresponsabilidade na gestão da educação pública.

DESCRITORES¹⁹ DO PROBLEMA:

- Descritor 01 – Mecanismos institucionais de gestão democrática consolidados, porém com diferentes níveis de efetividade** (O município dispõe de um conjunto de instrumentos legais e institucionais que estruturam a gestão democrática, incluindo Lei de Gestão Democrática, Conselhos Escolares em todas as escolas, Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Sistema Municipal de Ensino, CACS-Fundeb e Conselho de Alimentação Escolar. Entretanto, verifica-se significativa variação no nível de atuação dessas instâncias, com Conselhos Escolares bastante atuantes (nota 9), enquanto Fórum Municipal de Educação (nota 4), Conselho Municipal de Educação (nota 5), CACS-Fundeb (nota 1) e Conselho de Alimentação Escolar (nota 5) apresentam fragilidades que comprometem sua efetividade).
- Descritor 02 – Fortalecimento da participação da comunidade escolar na gestão das escolas** (O município realiza a escolha dos diretores das escolas municipais por meio de eleição regulamentada pelo Decreto Executivo nº 048/2026, fortalecendo a participação da comunidade escolar na definição das equipes diretivas. Além disso, todas as escolas possuem Conselhos Escolares atuantes, Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar atualizados, elaborados de forma participativa, aprovados pelos servidores e validados pelas

¹⁹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

instâncias competentes, evidenciando práticas de gestão democrática no âmbito das unidades escolares).

- **Descritor 03 – Participação estudantil parcialmente estruturada** (As escolas municipais não possuem Grêmios Estudantis instituídos nem legislação específica que regule sua criação, limitando a participação formal dos estudantes na gestão escolar. Contudo, na rede estadual, a Escola Estadual de Ensino Médio Almirante Tamandaré possui Líderes Estudantis, e a Coordenadoria Regional de Educação possui o Conselho Estudantil, onde, em cada escola, é realizada a escolha de 2 estudantes para participar do Conselho Estudantil Regional, constituindo experiências de protagonismo juvenil que ainda não estão presentes na rede municipal).
- **Descritor 04 – Participação da comunidade por meio de entidades escolares** (As Associações ou Círculos de Pais e Mestres estão presentes em todas as escolas das redes municipal e estadual, demonstrando a participação das famílias nas ações escolares. Embora não exista legislação municipal específica regulamentando essas entidades, elas exercem papel relevante no apoio às atividades pedagógicas, administrativas e comunitárias, fortalecendo a integração entre escola e comunidade).

a) Lei de Gestão Democrática

O município possui legislação específica que regulamenta a gestão democrática da educação, evidenciando a institucionalização de mecanismos voltados à participação da comunidade escolar e ao fortalecimento da gestão educacional. A Lei Municipal nº 1.831/2017, de 22 de agosto de 2017, estabelece as diretrizes para a gestão democrática no âmbito da rede municipal de ensino, orientando a organização dos processos de participação, a atuação das instâncias colegiadas e os princípios que norteiam a administração das instituições educacionais. A existência desse marco legal representa um importante instrumento para promover a transparência, a corresponsabilidade e a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar na construção e no acompanhamento das políticas educacionais do município.

b) Conselhos Escolares

O município possui Conselhos Escolares instituídos em todas as unidades da rede municipal de ensino, fortalecendo a participação da comunidade escolar na gestão das instituições educacionais. Esses colegiados foram instituídos pela Lei Municipal nº 1.687/2015, de 19 de outubro de 2015, que estabelece sua organização e funcionamento. A presença dos Conselhos Escolares em todas as escolas demonstra o compromisso da administração municipal com os princípios da gestão democrática, promovendo a participação de gestores, professores, servidores, estudantes, pais e responsáveis nos processos de planejamento, acompanhamento e tomada de decisões. Quanto ao nível de atuação, os Conselhos receberam nota 9 em uma escala de 1 a 10, indicando elevado

grau de efetividade no exercício de suas atribuições, embora ainda existam oportunidades para o fortalecimento contínuo da participação e do controle social no ambiente escolar.

c) Escolha de Diretores das Escolas Públicas

O município adota processo de eleição para diretores das escolas públicas municipais, em consonância com os princípios da gestão democrática previstos na legislação educacional brasileira. O procedimento está regulamentado pelo Decreto Executivo nº 048/2026, de 18 de junho de 2026, que estabelece as normas e os critérios para a realização do processo eleitoral nas unidades escolares da rede municipal de ensino. A regulamentação desse mecanismo fortalece a participação da comunidade escolar na escolha de seus gestores, contribuindo para a transparência, a legitimidade das decisões e o fortalecimento da gestão democrática nas instituições de ensino. A eleição de diretores representa um importante instrumento de corresponsabilização da comunidade escolar e de valorização da participação coletiva na condução das políticas educacionais do município.

A escolha de diretores e vice-diretores na rede estadual do Rio Grande do Sul é regulamentada pela [Lei nº 16.088/2024](#), que estabelece o modelo de Gestão Democrática do Ensino. O processo atual combina etapas de mérito técnico e consulta à comunidade escolar.

As principais diretrizes para a designação de diretores incluem:

- **Etapas Técnicas:** Para concorrer, o profissional do magistério deve passar por um processo seletivo composto por curso de gestão escolar, prova de conhecimentos específicos e elaboração de um plano de gestão.
- **Consulta Popular:** Após a habilitação nas etapas técnicas, ocorre a eleição (consulta à comunidade) que envolve a participação de professores, funcionários, alunos e pais ou responsáveis.
- **Mandato:** O mandato da equipe diretiva é de quatro anos.

d) Grêmios Estudantis

As escolas municipais não possuem Grêmios Estudantis instituídos nas escolas da rede municipal, tampouco legislação que regule sua criação e funcionamento. A inexistência desse importante espaço de representação estudantil limita as oportunidades de participação dos estudantes nos processos de gestão escolar, no exercício da cidadania, na formação para a liderança juvenil e no fortalecimento da cultura democrática no ambiente educacional.

No âmbito da rede estadual, a **Escola Estadual de Ensino Médio Almirante Tamandaré** conta com **Líderes Estudantis**, promovendo o protagonismo juvenil e incentivando a participação dos estudantes nos processos de diálogo e representação escolar. Além disso, a **Coordenadoria Regional de Educação (CRE)**, possui o **Conselho Estudantil**, onde, em cada escola, é realizada a escolha de 2 estudantes para participar do **Conselho Estudantil Regional**, instância responsável por representar os interesses dos estudantes e contribuir para a construção de um ambiente escolar mais participativo, democrático e colaborativo. Essas iniciativas fortalecem a formação cidadã,

estimulam o exercício da liderança e ampliam os espaços de escuta e participação dos estudantes na vida escolar.

e) Associações de Pais e Mestres (APM/CPM)

As Associações ou Círculos de Pais e Mestres estão presentes em todas as escolas da rede municipal e da rede estadual, demonstrando que as famílias participam da organização escolar por meio dessas entidades. Embora não exista legislação municipal específica que regule sua constituição, essas organizações desempenham papel relevante no apoio às ações pedagógicas, administrativas e comunitárias das escolas, fortalecendo a parceria entre família e instituição de ensino e contribuindo para a melhoria das condições de funcionamento escolar.

f) Fórum Municipal de Educação

O município possui **Fórum Municipal de Educação (FME)**, instituído pelo **Decreto Executivo nº 026/2016**, constituindo-se como espaço permanente de articulação, diálogo, acompanhamento e participação social na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais. O Fórum é composto por **13 membros**, representantes de diferentes segmentos da sociedade e da educação, garantindo diversidade de representatividade e pluralidade de perspectivas.

Integram o Fórum representantes da **Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Rede Estadual de Ensino, Ensino Fundamental Público, Educação Infantil Pública, Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino, diretores das escolas municipais, sociedade civil, EMATER, Câmara de Vereadores, Associação dos Universitários, Conselho Tutelar e estudantes do Ensino Médio**. Essa composição favorece a participação de diferentes atores na discussão e no acompanhamento das políticas educacionais do município.

Quanto ao nível de atuação, o Fórum recebeu **nota 4 em uma escala de 1 a 10**, indicando que, embora exista formalmente e possua ampla representatividade, sua atuação ainda apresenta fragilidades em termos de funcionamento, regularidade das atividades e efetiva participação nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas educacionais. Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecer sua dinâmica de funcionamento, ampliar a mobilização dos segmentos representados e consolidar seu papel como instância estratégica de participação e controle social da educação municipal.

g) Conselho Municipal de Educação

O município possui **Conselho Municipal de Educação (CME)**, instituído pela **Lei Municipal nº 19/2001, de 21 de março de 2001**, constituindo-se como órgão colegiado responsável por exercer funções normativas, consultivas, deliberativas e fiscalizadoras no âmbito do Sistema Municipal de Ensino. A existência do Conselho representa um importante instrumento de gestão democrática, contribuindo para a formulação, o

acompanhamento e a avaliação das políticas públicas educacionais, bem como para o fortalecimento da participação da sociedade na gestão da educação.

Quanto ao nível de atuação, o Conselho recebeu **nota 5 em uma escala de 1 a 10**, indicando um desempenho intermediário. Embora o órgão esteja regularmente instituído e desempenhe suas atribuições legais, ainda existem desafios relacionados ao fortalecimento de sua atuação, à ampliação da participação de seus membros, à regularidade das atividades e ao exercício mais efetivo de suas competências. Esse cenário evidencia a necessidade de investimentos em formação continuada dos conselheiros, planejamento das ações e fortalecimento institucional, visando ampliar sua contribuição para a qualidade da gestão educacional e para o controle social das políticas públicas de educação.

h) Sistema Municipal de Ensino

O município possui **Sistema Municipal de Ensino**, instituído pela **Lei Complementar nº 05/2001, de 21 de junho de 2001**, estabelecendo a organização, a estrutura e as competências do sistema educacional municipal. A instituição do Sistema Municipal de Ensino confere ao município autonomia para normatizar, administrar e acompanhar as políticas educacionais de sua rede, em conformidade com as diretrizes da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

A existência desse marco legal fortalece a gestão educacional ao definir as responsabilidades dos órgãos que compõem o sistema, especialmente da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, além de assegurar maior capacidade de planejamento, coordenação, regulamentação, supervisão e avaliação das ações educacionais. Dessa forma, o Sistema Municipal de Ensino constitui um importante instrumento para a consolidação da gestão democrática, da autonomia administrativa e da melhoria contínua da qualidade da educação ofertada pelo município.

i) Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb)

O município possui o **Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-Fundeb)**, atualmente regulamentado pela **Lei Municipal nº 2.152, de 17 de março de 2021**, que substituiu as legislações anteriores (**Lei Municipal nº 750, de 22 de maio de 2007**, e **Lei Municipal nº 804, de 05 de setembro de 2007**, ambas revogadas) em conformidade com a nova regulamentação permanente do Fundeb.

O CACS-Fundeb é responsável por acompanhar, fiscalizar e exercer o controle social sobre a aplicação dos recursos do Fundo, contribuindo para a transparência, a correta utilização dos recursos públicos e a melhoria da qualidade da educação. Sua atuação é fundamental para assegurar que os investimentos educacionais sejam executados em conformidade com a legislação vigente e atendam às necessidades da rede municipal de ensino.

Quanto ao nível de atuação, o Conselho recebeu **nota 1 em uma escala de 1 a 10**, evidenciando um baixo grau de efetividade no desempenho de suas atribuições. Esse

resultado indica fragilidades significativas em seu funcionamento, participação e exercício do controle social, reforçando a necessidade de fortalecimento institucional, capacitação dos conselheiros, realização periódica de reuniões e maior acompanhamento da execução dos recursos do Fundeb, de modo a assegurar o pleno cumprimento de suas competências legais e o fortalecimento da gestão democrática da educação municipal.

j) Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

O município possui **Conselho de Alimentação Escolar (CAE)**, instituído pela **Lei Municipal nº 54/2001, de 2 de outubro de 2001**, constituindo-se como órgão colegiado responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito municipal. O Conselho exerce importante papel no controle social dos recursos destinados à alimentação escolar, acompanhando a qualidade dos alimentos oferecidos, a aplicação dos recursos financeiros e o cumprimento das normas estabelecidas pela legislação vigente.

Quanto ao nível de atuação, o CAE recebeu **nota 5 em uma escala de 1 a 10**, indicando baixo grau de efetividade no exercício de suas atribuições. Embora esteja regularmente instituído, o resultado evidencia fragilidades relacionadas ao funcionamento do colegiado, à participação de seus membros e ao acompanhamento sistemático da execução do Programa de Alimentação Escolar. Esse cenário demonstra a necessidade de fortalecer o Conselho por meio da capacitação de seus conselheiros, da realização periódica de reuniões, da intensificação das ações de fiscalização e do incentivo à participação ativa da comunidade, visando ampliar a transparência, o controle social e a qualidade da alimentação ofertada aos estudantes da rede pública de ensino.

k) Projeto Político-Pedagógico (PPP)

O município informa que **todas as escolas da rede municipal e estadual possuem Projeto Político-Pedagógico (PPP)**, evidenciando o compromisso das unidades escolares com o planejamento institucional e a organização de suas práticas pedagógicas. Os documentos foram **atualizados no ano de 2024**, abrangendo a **EMEI Cantinho da Criança**, a **EMEF Bento Gonçalves**, a **EMEF Raimundo Nedel** e a **EEEM Almirante Tamandaré**, garantindo a revisão e adequação das diretrizes pedagógicas às necessidades da comunidade escolar e às normativas educacionais vigentes.

O processo de elaboração e atualização dos Projetos Político-Pedagógicos ocorre de forma participativa, com o envolvimento de **professores, funcionários e equipe diretiva**, assegurando a construção coletiva do documento. Após sua elaboração, o PPP das escolas municipais é **aprovado pelos servidores da escola**, fortalecendo a corresponsabilidade dos profissionais da educação na definição das ações pedagógicas e administrativas da unidade escolar.

Posteriormente, os documentos são **homologados pela Secretaria Municipal de Educação**, posteriormente passando pela aprovação do Conselho Municipal de Educação conferindo legitimidade institucional e alinhamento às diretrizes do Sistema Municipal de Ensino. Esse procedimento demonstra a existência de uma política de acompanhamento e validação dos instrumentos de gestão escolar, contribuindo para a

organização do trabalho pedagógico e para o fortalecimento da gestão democrática nas instituições de ensino do município.

I) Regimento Escolar

O município informa que **todas as escolas da rede municipal possuem Regimento Escolar**, evidenciando a existência de normas que orientam a organização administrativa, pedagógica e disciplinar das unidades de ensino. Os Regimentos foram **atualizados no ano de 2024**, contemplando a **EMEI Cantinho da Criança**, a **EMEF Bento Gonçalves** e a **EMEF Raimundo Nedel**, assegurando sua adequação às legislações educacionais vigentes e às necessidades da rede municipal de ensino.

O processo de elaboração e atualização dos Regimentos Escolares é desenvolvido de forma colaborativa, com a participação da **equipe diretiva e dos professores**, promovendo a construção coletiva das normas que regulamentam o funcionamento das escolas. Após sua elaboração, os documentos são **aprovados pelos servidores da escola**, reforçando a participação dos profissionais da educação na definição das diretrizes institucionais.

Além da aprovação no âmbito escolar, os Regimentos **são submetidos à apreciação da Secretaria Municipal de Educação e posterior aprovação do Conselho Municipal de Educação (CME)**, assegurando sua conformidade com a legislação educacional e com as normas do Sistema Municipal de Ensino. Esse procedimento fortalece a gestão democrática, garante a segurança jurídica dos atos escolares e contribui para a padronização e a qualidade da organização administrativa e pedagógica das instituições de ensino do município.

Fontes Consultadas:

- Secretaria Municipal de Educação – Informações sobre a Lei de Gestão Democrática, Conselhos Escolares, processo de escolha de diretores, Grêmios Estudantis, Associações/Círculos de Pais e Mestres, Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Sistema Municipal de Ensino, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar.
- Lei Estadual nº 16.088, de 2024 (Rio Grande do Sul) – Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público Estadual e regulamenta o processo de escolha das equipes diretivas das escolas estaduais.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise integral do documento, as causas devem explicar **por que**, apesar de o município possuir praticamente todos os mecanismos legais de gestão democrática (Lei de Gestão Democrática, Conselhos, Sistema Municipal de Ensino, PPP, Regimento Escolar e eleição de diretores), o problema da **"Insuficiência e Fragilidade da Representação e da Participação Social no Planejamento e na Gestão Educacional"** ainda persiste.

As evidências mostram que o problema não está na inexistência dos instrumentos, mas principalmente na **baixa efetividade, baixa participação e fragilidade da governança**. Assim, as causas críticas mais consistentes são:

Causa 01 – Fragilidade na atuação e no funcionamento das instâncias colegiadas de participação e controle social: embora o município possua Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, CACS-Fundeb e Conselho de Alimentação Escolar legalmente instituídos, essas instâncias apresentam baixo nível de atuação (notas 4, 5, 1 e 5, respectivamente), indicando dificuldades de funcionamento contínuo, participação efetiva, monitoramento e exercício das competências legais.

Causa 02 – Ausência de mecanismos institucionalizados de representação estudantil na rede municipal de ensino: as escolas municipais não possuem Grêmios Estudantis nem legislação específica que regule sua criação e funcionamento, limitando o protagonismo juvenil e reduzindo a participação dos estudantes nos processos de gestão democrática das escolas.

Causa 03 – Necessidade de fortalecimento da cultura de participação e do controle social: apesar da existência dos instrumentos legais de gestão democrática, observa-se que parte das instâncias necessita ampliar a mobilização dos seus membros, a regularidade das reuniões, a participação da comunidade e a capacidade de acompanhamento das políticas educacionais, fortalecendo o controle social e a corresponsabilização dos diferentes segmentos.

Causa 04 – Baixo investimento na formação e no fortalecimento institucional dos órgãos colegiados: os baixos níveis de atuação dos conselhos evidenciam a necessidade de formação continuada dos conselheiros, aperfeiçoamento dos processos de planejamento, maior apoio técnico e administrativo e desenvolvimento de estratégias permanentes de fortalecimento institucional para garantir maior efetividade das instâncias de participação.

Causa 05 – Necessidade de fortalecimento da governança participativa no monitoramento das políticas educacionais: embora existam Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar, Sistema Municipal de Ensino e demais mecanismos de gestão democrática, ainda há necessidade de maior integração entre os órgãos colegiados, a Secretaria Municipal de Educação e a comunidade escolar para ampliar a participação social no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01** – Fragilidade na atuação e no funcionamento das instâncias colegiadas de participação e controle social.
- **Causa 02** – Ausência de mecanismos institucionalizados de representação estudantil na rede municipal de ensino.
- **Causa 03** – Necessidade de fortalecimento da cultura de participação e do controle social.
- **Causa 04** – Baixo investimento na formação e no fortalecimento institucional dos órgãos colegiados.
- **Causa 05** – Necessidade de fortalecimento da governança participativa no monitoramento das políticas educacionais.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 18 do PME

TEMA 18: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

PROBLEMA:

INSUFICIÊNCIA E FRAGILIDADE DA REPRESENTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO EDUCACIONAL.

DESCRIPTOR 01

Mecanismos institucionais de gestão democrática consolidados, porém com diferentes níveis de efetividade. O município dispõe de um conjunto de instrumentos legais e institucionais que estruturam a gestão democrática, incluindo Lei de Gestão Democrática, Conselhos Escolares em todas as escolas, Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Sistema Municipal de Ensino, CACS-Fundeb e Conselho de Alimentação Escolar. Entretanto, verifica-se significativa variação no nível de atuação dessas instâncias, com Conselhos Escolares bastante atuantes (nota 9), enquanto Fórum Municipal de Educação (nota 4), Conselho Municipal de Educação (nota 5), CACS-Fundeb (nota 1) e Conselho de Alimentação Escolar (nota 5) apresentam fragilidades que comprometem sua efetividade.

DESCRIPTOR 02

Fortalecimento da participação da comunidade escolar na gestão das escolas. O município realiza a escolha dos diretores das escolas municipais por meio de eleição regulamentada pelo Decreto Executivo nº 048/2026, fortalecendo a participação da comunidade escolar na definição das equipes diretivas. Além disso, todas as escolas possuem Conselhos Escolares atuantes, Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar atualizados, elaborados de forma participativa, aprovados pelos servidores e validados pelas instâncias competentes, evidenciando práticas de gestão democrática no âmbito das unidades escolares.

DESCRIPTOR 03

Participação estudantil parcialmente estruturada. As escolas municipais não possuem Grêmios Estudantis instituídos nem legislação específica que regule sua criação, limitando a participação formal dos estudantes na gestão escolar. Contudo, na rede estadual, a Escola Estadual de Ensino Médio Almirante Tamandaré possui Líderes Estudantis, e a Coordenadoria Regional de Educação possui o Conselho Estudantil, onde, em cada escola, é realizado a escolha de 2 estudantes para participar do Conselho Estudantil Regional, constituindo experiências de protagonismo juvenil que ainda não estão presentes na rede municipal.

DESCRIPTOR 04

Participação da comunidade por meio de entidades escolares. As Associações ou Círculos de Pais e Mestres estão presentes em todas as escolas das redes municipal e estadual, demonstrando a participação das famílias nas ações escolares. Embora não exista legislação municipal específica regulamentando essas entidades, elas exercem papel relevante no apoio às atividades pedagógicas, administrativas e comunitárias, fortalecendo a integração entre escola e comunidade.

CAUSA 01

Fragilidade na atuação e no funcionamento das instâncias colegiadas de participação e controle social.

CAUSA 03

Necessidade de fortalecimento da cultura de participação e do controle social.

CAUSA 04

Baixo investimento na formação e no fortalecimento institucional dos órgãos colegiados.

CAUSA 05

Necessidade de fortalecimento da governança participativa no monitoramento das políticas educacionais.

CAUSA 03

Necessidade de fortalecimento da cultura de participação e do controle social.

CAUSA 05

Necessidade de fortalecimento da governança participativa no monitoramento das políticas educacionais.

CAUSA 02

Ausência de mecanismos institucionalizados de representação estudantil na rede municipal de ensino.

CAUSA 03

Necessidade de fortalecimento da cultura de participação e do controle social.

CAUSA 03

Necessidade de fortalecimento da cultura de participação e do controle social.

CAUSA 04

Baixo investimento na formação e no fortalecimento institucional dos órgãos colegiados.

LEGENDA:



Problema



Descritor



Causa

Fonte: autoria própria.

20. TEMA 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Problema 19: BAIXA QUALIDADE E INEQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A garantia do direito à educação de qualidade depende, entre outros fatores, da existência de condições adequadas de financiamento e de infraestrutura física, tecnológica e pedagógica que assegurem ambientes escolares seguros, inclusivos e favoráveis ao desenvolvimento das aprendizagens. Nesse contexto, a presente análise descritiva reúne evidências sobre as condições de oferta da Educação Básica no município de Almirante Tamandaré do Sul, contemplando informações relativas à infraestrutura das unidades escolares, acessibilidade, espaços pedagógicos, recursos tecnológicos, conectividade, equipamentos, climatização dos ambientes, bem como aos principais mecanismos de financiamento da educação pública, incluindo os repasses dos programas federais e a execução dos recursos do FUNDEB. A interpretação integrada desses indicadores permite identificar avanços importantes na consolidação das condições básicas de funcionamento da rede de ensino, ao mesmo tempo em que evidencia desafios relacionados à equidade na distribuição dos recursos, à modernização da infraestrutura escolar e ao fortalecimento dos investimentos necessários para garantir uma educação pública de maior qualidade para todos os estudantes.

DESCRITORES²⁰ DO PROBLEMA:

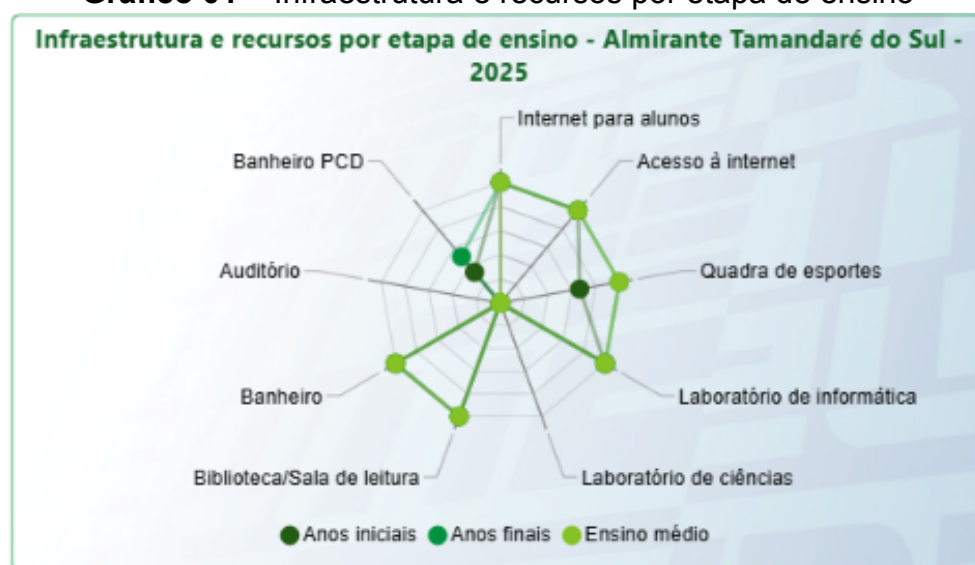
- ❑ **Descritor 01:** A infraestrutura das escolas da Educação Básica apresenta boas condições de funcionamento quanto aos serviços essenciais, porém persistem desigualdades na oferta de espaços pedagógicos especializados, acessibilidade e equipamentos de apoio à aprendizagem.
- ❑ **Descritor 02:** Apenas 25% das escolas possuem acessibilidade, 50% contam com quadra de esportes e nenhuma escola possui laboratório de Ciências, evidenciando limitações na infraestrutura necessária para assegurar equidade, inclusão e desenvolvimento integral dos estudantes.
- ❑ **Descritor 03:** Embora 100% das escolas possuam internet e banda larga, a infraestrutura tecnológica apresenta fragilidades.
- ❑ **Descritor 04:** O município recebe regularmente recursos dos programas federais de financiamento da educação e apresenta adequada execução dos recursos do FUNDEB, porém a maior parte das despesas concentra-se na remuneração dos profissionais da educação.

1) Dados sobre a infraestrutura da educação básica municipal

²⁰ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

O financiamento e a infraestrutura escolar constituem dimensões estruturantes da garantia do direito à educação com qualidade. Mais do que assegurar a existência física das escolas, essas condições interferem diretamente na permanência dos estudantes, na organização do trabalho pedagógico, na valorização dos profissionais da educação e nas oportunidades de aprendizagem. Nesse sentido, a análise dos dados de Almirante Tamandaré do Sul evidencia que o município possui uma rede escolar com importantes avanços na oferta das condições básicas de funcionamento, porém ainda apresenta desigualdades e limitações que comprometem a equidade e a qualidade integral da educação básica. Os dados demonstram que coexistem indicadores bastante positivos, especialmente relacionados à infraestrutura essencial e ao financiamento, com fragilidades em acessibilidade, espaços pedagógicos especializados, modernização tecnológica e distribuição equitativa dos recursos entre as unidades escolares.

Gráfico 01 – Infraestrutura e recursos por etapa de ensino



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 04/07/2026)

O gráfico acima permite visualizar simultaneamente a distribuição dos principais recursos físicos e pedagógicos nas diferentes etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio). A leitura do gráfico demonstra que existe relativa homogeneidade na presença de alguns recursos considerados essenciais, como acesso à internet, internet para alunos, bibliotecas ou salas de leitura e sanitários.

Entretanto, quando se observam equipamentos de maior complexidade pedagógica, percebe-se redução significativa dos indicadores. Laboratórios de Ciências inexistem nas etapas. Da mesma forma, auditórios, quadras esportivas e ambientes especializados apresentam níveis inferiores aos demais indicadores.

Esse comportamento demonstra que o município conseguiu universalizar grande parte da infraestrutura básica de funcionamento, porém ainda encontra dificuldades em garantir infraestrutura pedagógica capaz de favorecer metodologias investigativas, experimentação científica, práticas esportivas sistemáticas e atividades culturais diversificadas.

Sob a perspectiva do Plano Nacional de Educação, essa realidade evidencia que o desafio deixou de ser apenas assegurar escolas funcionando, passando a exigir

investimentos na qualidade dos ambientes educativos, condição indispensável para elevar os indicadores de aprendizagem.

Painel 01- Infraestrutura da educação básica do território municipal



Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul> (Acesso em: 04/07/2026)

O Painel 01 oferece uma visão sintética da infraestrutura disponível nas escolas municipais. Os dados revelam resultados extremamente positivos em alguns aspectos estruturantes:

- 100% das escolas oferecem alimentação escolar;
- 100% possuem televisão;
- 100% contam com biblioteca ou sala de leitura;
- 100% recebem água tratada da rede pública;
- 100% possuem energia elétrica da rede pública;
- 100% realizam coleta periódica de lixo;
- 100% dispõem de internet banda larga, mesmo que a disponibilidade de banda larga não garanta qualidade de internet.

Esses indicadores demonstram que as condições mínimas para funcionamento das instituições encontram-se consolidadas, permitindo que as escolas desenvolvam suas atividades em ambiente relativamente estruturado.

Entretanto, o painel também evidencia importantes desigualdades.

- Apenas **25% das escolas possuem acessibilidade**, indicando que três em cada quatro unidades ainda apresentam barreiras arquitetônicas ou estruturais que podem limitar o acesso e a permanência de estudantes com deficiência.
- Da mesma forma, somente **50% possuem quadra de esportes**, restringindo o desenvolvimento adequado das atividades de Educação Física, recreação e projetos esportivos.

- **Nenhuma escola possui laboratório de Ciências**, evidenciando uma importante limitação para o desenvolvimento das competências científicas previstas na BNCC.

Esses dados demonstram que, embora a infraestrutura essencial esteja praticamente universalizada, permanecem desigualdades qualitativas importantes que afetam diretamente as experiências de aprendizagem.

Painel 02 - Infraestrutura detalhada da educação básica do território municipal





Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul> (Acesso em: 04/07/2026)

Esse segundo painel amplia e reafirma significativamente a leitura da infraestrutura anteriormente descrita, ao detalhar dezenas de componentes presentes nas escolas.

A análise revela que alimentação escolar, água potável, cozinha, energia elétrica, coleta de lixo e banheiros aparecem amplamente consolidados, indicando boas condições para manutenção das atividades escolares e promoção da saúde dos estudantes. Por outro lado, observa-se que a acessibilidade ainda não foi plenamente universalizada.

Quando analisadas separadamente as variáveis "escola com acessibilidade", "dependências acessíveis" e "sanitários acessíveis", percebe-se que apenas parte das unidades escolares atende plenamente aos critérios de inclusão física. Esse resultado revela que ainda existem barreiras arquitetônicas capazes de limitar o acesso de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, contrariando os princípios da educação inclusiva previstos na legislação brasileira.

Outro aspecto importante refere-se aos espaços pedagógicos especializados. Bibliotecas aparecem presentes em praticamente toda a rede, porém salas de leitura, laboratórios e ambientes específicos apresentam distribuição desigual. A inexistência de laboratórios de Ciências constitui um dos principais gargalos identificados pelo painel,

reduzindo oportunidades para práticas experimentais, ensino investigativo e desenvolvimento da alfabetização científica.

O painel evidencia, portanto, que o município apresenta infraestrutura básica consolidada, porém necessita qualificar seus espaços pedagógicos para atender às demandas contemporâneas da Educação Básica.

Tabela 01 – Salas usadas x salas climatizadas

ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL		
Escola	Qt salas utilizadas	Qt salas utilizadas climatizadas
ESC EST ENS MED ALMIRANTE TAMANDARE	5	5
EMEI CANTINHO DA CRIANCA	9	9
EMEF BENTO GONCALVES	6	6
EMEF RAIMUNDO NEDEL	11	11

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 21/06/2026)

A tabela demonstra um dos indicadores mais positivos de todo o diagnóstico. As quatro instituições escolares apresentam **100% das salas utilizadas climatizadas**.

Escola Estadual Almirante Tamandaré:

- 5 salas utilizadas
- 5 climatizadas

EMEI Cantinho da Criança:

- 9 utilizadas
- 9 climatizadas

EMEF Bento Gonçalves:

- 6 utilizadas
- 6 climatizadas

EMEF Raimundo Nedel:

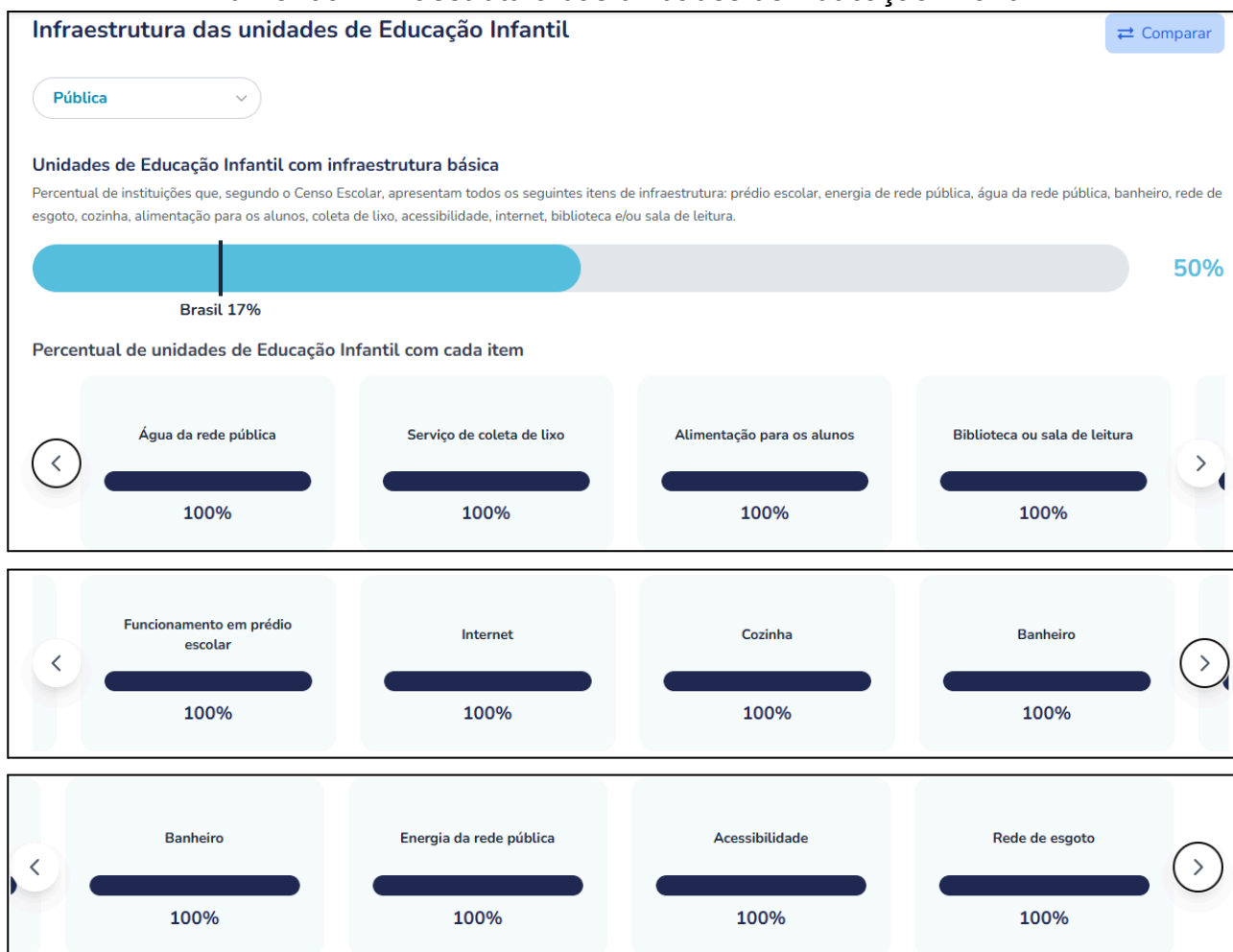
- 11 utilizadas
- 11 climatizadas.

Esse resultado representa importante investimento na melhoria das condições ambientais das escolas.

A climatização influencia diretamente o conforto térmico, reduz os efeitos das temperaturas extremas, melhora as condições de trabalho dos professores e favorece a concentração dos estudantes. Além dos benefícios pedagógicos, esse indicador demonstra preocupação da gestão municipal com a humanização dos ambientes escolares. Contudo, embora seja um avanço relevante, a climatização, isoladamente, não supre outras necessidades estruturais evidenciadas ao longo do diagnóstico.

2) Dados sobre a infraestrutura tecnológica da educação infantil municipal

Painel 03 - Infraestrutura das unidades de Educação Infantil



Disponível em: <https://gedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul> (Acesso em: 03/06/2026).

A Educação Infantil apresenta indicadores bastante positivos em infraestrutura básica. Todas as unidades possuem:

alimentação escolar;

- água da rede pública;
- coleta de lixo;
- biblioteca ou sala de leitura;
- prédio próprio para funcionamento;
- cozinha;
- banheiro;
- internet;
- energia elétrica;
- acessibilidade;
- rede de esgoto.

Esses resultados demonstram que o município oferece condições adequadas para o atendimento cotidiano das crianças. Chama atenção que 100%

Entretanto, chama atenção o fato de apenas **50% das unidades apresentarem infraestrutura básica completa**. Isso significa que, embora praticamente todos os itens apareçam individualmente, pelo menos uma condição exigida não está presente em

metade das instituições. Esse resultado revela que ainda existem diferenças estruturais entre as unidades de Educação Infantil, indicando necessidade de investimentos para uniformizar os padrões de qualidade.

Painel 04 - Unidades de Educação Infantil com infraestrutura específica para a etapa



Disponível em: <https://gedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul> (Acesso em: 03/06/2026).

Este painel merece atenção especial. Embora praticamente todos os componentes específicos estejam presentes:

- parque infantil;
- banheiro infantil;
- jogos e brinquedos pedagógicos;
- materiais pedagógicos infantis;
- área verde.

O indicador geral informa **0% das unidades com infraestrutura específica completa**. Essa aparente contradição ocorre porque um dos componentes exigidos — materiais para atividades artísticas — aparece ausente.

3) Dados sobre a infraestrutura tecnológica da educação básica municipal

Tabela 02 - Tecnologia nas escolas

Tecnologia	%	Nº de escolas
Internet	100%	4
Banda Larga	100%	4

Fonte: Tabela elaborada com dados do <https://gedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul> (Acesso em: 16/06/2026)

A tabela evidencia um importante avanço na inclusão digital da rede municipal. As quatro escolas possuem:

- internet;
- banda larga, mesmo que a disponibilidade de banda larga não garante qualidade de internet.

Esse resultado representa condição fundamental para utilização de plataformas educacionais, sistemas administrativos, ambientes virtuais de aprendizagem e recursos digitais. Todavia, possuir conexão não significa necessariamente desenvolver cultura digital. A efetividade do uso pedagógico depende da disponibilidade de equipamentos, formação docente e acesso efetivo dos estudantes. Por isso, as tabelas seguintes tornam-se fundamentais para compreender a real capacidade tecnológica das escolas.

Tabela 03 – Equipamentos tecnológicos nas escolas

ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL					
EQUIPAMENTO	ESC EST ENS MED ALMIRANTE TAMANDARE	EMEI CANTINHO DA CRIANCA	EMEF BENTO GONCALVES	EMEF RAIMUNDO NEDEL	%
COMPUTADOR	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
COPIADORA	Não	Não	Não	Não	0%
IMPRESSORA	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
SCANNER	Não	Não	Não	Sim	25%
EQUIPAMENTO DE SOM	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
TV	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
LOUSA DIGITAL	Não	Não	Não	Não	0%
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
DESKTOP ALUNO	Sim	Não	Sim	Sim	75%
COMPUTADOR PORTATIL ALUNO	Sim	Não	Sim	Sim	75%
TABLET ALUNO	Não	Sim	Sim	Não	50%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A análise dessa tabela evidencia avanços significativos acompanhados por importantes limitações. Os equipamentos universalizados incluem:

- computadores;
- impressoras;
- impressoras multifuncionais;
- equipamentos de som;
- televisores;
- equipamentos multimídia.

Esses recursos permitem o funcionamento administrativo e apoiam diversas atividades pedagógicas. Entretanto, observa-se ausência completa de:

- lousas digitais;
- copiadoras.

Além disso:

- apenas 25% possuem scanner;
- apenas 50% possuem tablets;
- apenas 75% possuem computadores destinados aos estudantes.

Esses dados demonstram que a infraestrutura tecnológica encontra-se parcialmente atualizada. Enquanto equipamentos tradicionais estão presentes, tecnologias mais recentes e voltadas às metodologias digitais ainda aparecem de forma bastante limitada.

Tabela 04 – Quantidade de equipamentos tecnológicos nas escolas

ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL				
EQUIPAMENTO	ESC EST ENS MED ALMIRANTE TAMANDARE	EMEI CANTINHO DA CRIANCA	EMEF BENTO GONCALVES	EMEF RAIMUNDO NEDEL
	QUANTIDADE			
EQUIPAMENTO DE SOM	2	2	2	1
TV	5	5	3	9
LOUSA DIGITAL	0	0	0	0
EQUIPAMENTO MULTIMÍDIA	5	1	1	2
DESKTOP ALUNO	18	0	12	15
COMPUTADOR PORTÁTIL ALUNO	60	0	1	2
TABLET ALUNO	0	1	2	0

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Ao analisar quantitativamente os equipamentos, eles aparecem distribuídos de forma diferenciada entre as escolas presentes em Almirante Tamandaré do Sul.

A Escola Estadual concentra:

- 60 notebooks para alunos;
- 18 desktops.

Enquanto isso:

- A Educação Infantil não possui computadores destinados aos estudantes até a data do lançamento do Censo Escolar no ano de 2025.
- As escolas municipais possuem quantidades significativamente inferiores de notebooks e desktops até a data do lançamento do Censo Escolar no ano de 2025.

Essa distribuição demonstra que o acesso às tecnologias digitais não ocorre de forma equitativa. Embora exista infraestrutura tecnológica no município, os estudantes

vivenciam oportunidades bastante diferentes conforme a escola da rede de ensino frequentada.

Tabela 05 – Disponibilidade da internet nas escolas

ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL					
DISPONIBILIDADE DE INTERNET	ESC EST ENS MED ALMIRANTE TAMANDARE	EMEI CANTINHO DA CRIANCA	EMEF BENTO GONCALVES	EMEF RAIMUNDO NEDEL	%
INTERNET	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET ALUNOS	Sim	Não	Sim	Sim	75%
INTERNET ADMINISTRATIVO	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET APRENDIZAGEM	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET COMUNIDADE	Não	Não	Não	Não	0%
ACESSO INTERNET COMPUTADOR	Sim	Não	Sim	Sim	75%
ACESSO INTERNET DISPOSITIVOS PESSOAIS	Não	Não	Não	Sim	25%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A conectividade escolar apresenta cenário parcialmente favorável. Todas as escolas possuem:

- internet institucional;
- internet administrativa;
- internet para aprendizagem.

Entretanto:

- apenas 75% disponibilizam internet aos estudantes;
- apenas 75% oferecem acesso via computadores;
- somente uma escola permite acesso por dispositivos pessoais;
- nenhuma disponibiliza internet para uso comunitário.

Esses dados demonstram que a conectividade existe, porém o acesso efetivo dos estudantes ainda encontra limitações.

4) Financiamento municipal federal

Tabela 06 - Repasse anual da alimentação escolar municipal

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
Data Pgto	OB	Valor
06/FEV/2025	001129	68,00
06/FEV/2025	001251	1.462,50
06/FEV/2025	001256	1.196,50
06/FEV/2025	001258	1.507,00
28/FEV/2025	001926	1.462,50
07/MAR/2025	002084	1.507,00
10/MAR/2025	002318	1.196,50
10/MAR/2025	002354	68,00
09/ABR/2025	004722	1.507,00
09/ABR/2025	004513	1.196,50
09/ABR/2025	004763	68,00
09/ABR/2025	004505	1.462,50
07/MAI/2025	006840	1.462,50
07/MAI/2025	006645	68,00
07/MAI/2025	006672	1.196,50
08/MAI/2025	007091	1.507,00
04/JUN/2025	010745	1.462,50
04/JUN/2025	010889	1.196,50
04/JUN/2025	011004	68,00
04/JUN/2025	010760	1.507,00
03/JUL/2025	014321	1.462,50
03/JUL/2025	013868	68,00
03/JUL/2025	014353	1.196,50
03/JUL/2025	014263	1.507,00
05/AGO/2025	017721	1.462,50
05/AGO/2025	017446	1.196,50
05/AGO/2025	017285	68,00
05/AGO/2025	017652	1.507,00
15/SET/2025	021024	68,00
15/SET/2025	020929	1.462,50
15/SET/2025	021292	1.196,50
02/DEZ/2025	032218	1.507,00
Total:		33.872,00

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 07 - Repasse anual EI manutenção

EDUCAÇÃO INFANTIL - NOVAS TURMAS - EI - NOVAS TURMAS - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL TD			
Data Pgto	OB	Valor	Parcela
31/DEZ/2025	037428	39.181,78	115
Total:		39.181,78	

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 08 - Repasse anual do Programa Nacional de apoio ao transporte escolar

PNATE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR		
Data Pgto	OB	Valor
26/MAR/2025	003754	1.916,48
26/MAR/2025	003755	1.437,36
04/ABR/2025	004096	7.186,78
29/AGO/2025	020320	1.437,35
02/SET/2025	020451	7.186,78
02/SET/2025	020444	1.916,47
Total:		21.081,22

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 09 - Repasse anual do salário educação

QUOTA - QUOTA ESTADUAL / MUNICIPAL			
Data Pgto	OB	Valor	
17/JAN/2025	000225	15.252,27	Salário-Educação
18/FEV/2025	001645	9.292,04	Salário-Educação
19/MAR/2025	002874	9.274,27	Salário-Educação
15/ABR/2025	005367	9.186,40	Salário-Educação
16/MAI/2025	008927	9.164,87	Salário-Educação
18/JUN/2025	012328	9.444,77	Salário-Educação
16/JUL/2025	016124	9.762,54	Salário-Educação
18/AGO/2025	019695	8.921,77	Salário-Educação
17/SET/2025	022948	8.864,61	Salário-Educação
17/OUT/2025	027278	9.772,01	Salário-Educação
17/NOV/2025	030962	9.263,67	Salário-Educação
17/DEZ/2025	036141	9.170,29	Salário-Educação
Total:		117.369,51	

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 10 - Repasse anual PDDE Escola Raimundo Nedel

Entidade...: 00.973.870/0001-47 - A. CPM DA EMEF RAIMUNDO NEDEL				
PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA				
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
28/MAI/2025	009692	3.555,00	PDDE - Básico - 1ª parcela	BANCO DO BRASIL
25/SET/2025	023398	3.555,00	PDDE - Básico - 2ª parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		7.110,00		
PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE				
Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
23/OUT/2025	027853	2.451,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
11/DEZ/2025	033715	1.235,00	001	CNCA - CANTINHO DA LEITURA EDUCAÇÃO INFANTIL
Total:		3.686,00		

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 11 - Repasse anual PDDE Escola Cantinho da Criança

Entidade...: 11.054.779/0001-44 - ASSOC CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEI CANTINHO DA CRIAN				
PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA				
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
28/MAI/2025	009692	1.655,00	PDDE - Básico - 1ª parcela	BANCO DO BRASIL
25/SET/2025	023398	1.655,00	PDDE - Básico - 2ª parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		3.310,00		
PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE				
Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
26/NOV/2025	031731	2.451,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
Total:		2.451,00		

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 12 - Repasse anual PDDE Escola Bento Gonçalves

Entidade...: 07.139.680/0001-78 - ASSOCIACAO CIRCULO DE PAIS E MESTRE DA EMEF BENTO GONCALVES				
PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA				
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
15/MAI/2025	007842	3.345,00	PDDE - Básico - 1ª parcela	BANCO DO BRASIL
25/SET/2025	023398	3.345,00	PDDE - Básico - 2ª parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		6.690,00		
PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE				
Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
26/NOV/2025	031731	2.451,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
11/DEZ/2025	033715	1.235,00	001	CNCA - CANTINHO DA LEITURA EDUCAÇÃO INFANTIL
Total:		3.686,00		

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 13 - Repasse anual PDDE Escola Almirante Tamandaré

Entidade...: 92.398.346/0001-08 - CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EE DE ENS MEDIO ALMIRANTE TAMA				
PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA				
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
15/MAI/2025	007818	2.315,00	PDDE - Básico - 1ª parcela	BANCO DO BRASIL
25/SET/2025	023392	2.315,00	PDDE - Básico - 2ª parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		4.630,00		
PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE				
Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
23/OUT/2025	027865	2.451,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
Total:		2.451,00		

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Os repasses do FNDE demonstram que o município acessa regularmente os principais programas federais de financiamento.

Os recursos contemplam:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar;
- Salário-Educação;
- Educação Infantil;
- Programa Dinheiro Direto na Escola;
- PDDE Educação Conectada.

Observa-se que o maior volume financeiro corresponde ao Salário-Educação, seguido pelos recursos destinados à manutenção da Educação Infantil. Os recursos do PDDE apresentam distribuição entre todas as escolas, permitindo pequenas melhorias locais, aquisição de materiais e manutenção das unidades. Contudo, embora esses programas fortaleçam o financiamento educacional, os valores individualizados são insuficientes para resolver demandas estruturais mais complexas, como construção de laboratórios, ampliação da acessibilidade, aquisição massiva de equipamentos tecnológicos ou modernização completa da infraestrutura escolar. Assim, torna-se indispensável a complementação com investimentos municipais e estaduais.

Painel 05 - Relatório anual do SIOPE municipal com receitas e despesas do FUNDEB

Imprimir

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL - RS

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 6º Bimestre/2025

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITA REALIZADA
1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.068.227,39
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	2.056.432,01
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	11.795,38
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	11.795,38
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA
2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.084.557,93
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	749.728,19
2.2 - 365 - Ensino Infantil	1.334.829,74
2.2.1 - Creche	844.046,32
2.2.2 - Pré-Escola	490.783,42
3 - Outras Despesas	0,00
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	0,00
3.1.1 - Corrente	0,00
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	0,00
3.2.1.1 - Corrente	0,00

3.2.1.2 - Capital	0,00
3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)	0,00
3.2.2.1 - Corrente	0,00
3.2.2.2 - Capital	0,00
4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)	2.084.557,93

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA (a)	CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	2.084.557,93	35.037,46	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.084.557,93	35.037,46	0,00	0,00
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	2.084.557,93	35.037,46	0,00	0,00

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB	Valor
11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	
11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))	1.447.759,17
11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]	2.049.520,47
12- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	
12.1 - Exigido [IEI de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]	0,00
13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital	
13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]	0,00
14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício	
14.1 - Exigido (10% de 1)	206.822,74
14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]	18.706,92

INDICADORES DO FUNDEB	PERCENTUAL
15- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica $[(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) \times 100\%]$	99,10
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI) $[(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) \times 100\%]$	0,00
17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital $[(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) \times 100\%]$	0,00
18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício $[(14.2 / 1) \times 100\%]$	0,90

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB
19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	35.037,46
20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.068.227,39
21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.084.557,93
22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	18.706,92
23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	18.706,92

Fonte: <https://www.fnde.gov.br/siope/demonstrativoFundebMunicipal.do> (Acesso em: 04/07/2026)

O relatório do SIOPE demonstra uma gestão financeira consistente dos recursos do FUNDEB.

As receitas do exercício alcançam aproximadamente R\$ 2,07 milhões, enquanto as despesas totalizam cerca de R\$ 2,08 milhões, indicando elevada execução orçamentária. Observa-se que a maioria dos recursos foram destinados à remuneração dos profissionais da educação. O município aplicou 99,10% dos recursos vinculados à exigência legal de remuneração dos profissionais do magistério, percentual muito superior ao mínimo de 70%, demonstrando forte compromisso com a valorização dos trabalhadores da educação.

Síntese Geral

A análise integrada dos gráficos, painéis e tabelas demonstra que Almirante Tamandaré do Sul apresenta boas condições de funcionamento da rede escolar, com elevada cobertura de infraestrutura básica, climatização integral das salas de aula, universalização da internet institucional, alimentação escolar garantida e adequada gestão dos recursos do FUNDEB. Entretanto, persistem desafios relevantes que justificam o problema identificado no diagnóstico: a infraestrutura ainda é desigual entre as unidades escolares; a acessibilidade não está plenamente assegurada; inexistem laboratórios de Ciências; a infraestrutura específica da Educação Infantil apresenta lacunas; os equipamentos tecnológicos modernos são insuficientes e distribuídos de forma desigual. Assim, o município necessita direcionar esforços para ampliar a qualidade e a equidade das condições de oferta, assegurando ambientes escolares mais inclusivos, tecnologicamente atualizados e pedagogicamente qualificados, em consonância com as metas do Plano Nacional e do futuro Plano Municipal de Educação.

Fontes Consultadas:

- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Censo Escolar da Educação Básica 2025: Novo Painel de Estatísticas e Microdados. Brasília: INEP, 2026.
- **QEDu**. Indicadores educacionais e infraestrutura escolar. Disponível em: <https://gedu.org.br>. Acesso em: jul. 2026.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Sistema de Liberação de Recursos. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc. Acesso em: jul. 2026.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope>. Acesso em: jul. 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise dos gráficos, painéis, tabelas e indicadores apresentados no diagnóstico do Tema 19 – Financiamento e Infraestrutura da Educação Básica, é possível identificar um conjunto de causas críticas que explicam por que o município ainda apresenta baixa qualidade e iniquidade nas condições de oferta da Educação Básica, mesmo dispondo de boa infraestrutura básica e gestão adequada dos recursos do FUNDEB. As causas a seguir estão alinhadas às evidências do diagnóstico e podem subsidiar a construção da árvore de problemas e do Plano Municipal de Educação.

Causa 01 – Necessidade na ampliação e modernização da infraestrutura pedagógica das escolas: embora as unidades escolares disponham das condições básicas de funcionamento, persistem limitações importantes na oferta de laboratórios de Ciências, quadras esportivas e outros espaços pedagógicos especializados, indicando a importância de ampliar as oportunidades de desenvolvimento de práticas experimentais, esportivas e interdisciplinares.

Causa 02 – Cobertura insuficiente de acessibilidade física e arquitetônica nas unidades escolares: a presença de acessibilidade em apenas parte das escolas evidencia que ainda existem barreiras físicas que dificultam o acesso, a permanência e a participação plena dos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, comprometendo a consolidação da educação inclusiva.

Causa 03 – Distribuição desigual dos recursos tecnológicos entre as unidades escolares: os equipamentos destinados aos estudantes encontram-se concentrados em determinadas escolas, gerando diferenças nas oportunidades de acesso às tecnologias educacionais e produzindo desigualdades nas experiências de aprendizagem, levando em consideração as diferentes realidades nas redes de ensino, número de alunos e etapas atendidas.

Causa 04 – Dependência dos programas federais para financiamento de melhorias estruturais: os investimentos destinados à infraestrutura, tecnologia e manutenção das escolas, fazem uso dos repasses da União, tornando mais lenta a implementação de melhorias quando os recursos federais são insuficientes para atender às demandas locais.

Causa 05 – Necessidade de contínuo planejamento para renovação, atualização e equalização da infraestrutura escolar: a existência de diferenças entre as escolas, levando em consideração as diferentes realidades nas redes de ensino,

número de alunos e etapas atendidas, quanto aos equipamentos, espaços pedagógicos e recursos tecnológicos indica a necessidade de um planejamento permanente voltado à reposição, modernização e distribuição equitativa dos investimentos, assegurando padrões mínimos de qualidade para toda a rede.

Essas causas estão diretamente fundamentadas nas evidências apresentadas no diagnóstico e dialogam com os descritores identificados para o Problema 19, sendo adequadas para a elaboração da análise causal e da árvore de problemas do Plano Municipal de Educação.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01:** Necessidade de investimentos na ampliação e modernização da infraestrutura pedagógica.
- **Causa 02:** Cobertura insuficiente de acessibilidade física nas escolas.
- **Causa 03:** Distribuição desigual dos equipamentos e recursos tecnológicos entre as escolas.
- **Causa 04:** Dependência dos repasses federais para financiar melhorias estruturais.
- **Causa 05:** Necessidade de contínuo planejamento para renovação e equalização da infraestrutura e dos equipamentos escolares.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 19 do PME

TEMA 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROBLEMA 19: BAIXA QUALIDADE E INEQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.



LEGENDA:

Problema Descritor Causa

Fonte: autoria própria.